JORGE SAMPAIO

${\cal P}_{ m ORTUGUESES}$

Volume I

ÍNDICE

PREFÁCIO	13
I PORTUGAL	
Sessão Solene de Posse de Presidente da República [9 de Março de 1996]	39
Sessão Solene Comemorativa do XXII Aniversário do 25 de Abril [25 de Abril de 1996]	51
Sessão Solene Comemorativa do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas [10 de Junho de 1996]	63
Cerimónia Evocativa da Implantação da República [5 de Outubro de 1996]	71
Mensagem de Ano Novo [1 de Janeiro de 1997]	77
II ESTADO E SOCIEDADE	
Sessão de Abertura das Jornadas de Direito Constitucional	87
Jantar Oferecido a Mulheres Eleitas para Cargos Políticos	93
Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial [22 de Janeiro de 1997]	97
Sessão Comemorativa do Dia Internacional da Mulher [8 de Março de 1997]	113
III defesa nacional e forças armadas	
Sessão de Abertura do Ano Lectivo 96/97 do Instituto de Defesa Nacional [29 de Novembro de 1996]	125
Alocução aos Militares das Forças Armadas e Elementos dos Contingentes da PSP, destacados na Bósnia-Herzegovina /8 de Junho de 1996]	133

Jorge Sampaio | Portugueses

IV regiões autónomas e poder local	
Sessão de Encerramento do X Congresso	
da Associação Nacional de Municípios [23 de Março de 1996]	137
Sessão de Encerramento da Manifesta 96 — II Assembleia e Feira	
do Desenvolvimento Local «Os Caminhos do Desenvolvimento Local»	
[17 de Novembro de 1996]	147
Sessão Solene de Abertura da Assembleia Legislativa Regional dos Açores	
[19 de Novembro de 1996]	153
Sessão Solene na Câmara Municipal do Porto [21 de Novembro de 1996]	159
V EDUCAÇÃO E CIÊNCIA	
Sessão de Abertura do 1.º Simpósio da Fundação BIAL	
«Aquém e Além do Cérebro» [29 de Março de 1996]	171
Jantar com Representantes Universitários, Investigadores	
e Directores de Revistas de Ciências Sociais [22 de Abril de 1996]	175
Sessão Comemorativa do Elogio de Benjamin Franklin	
da Autoria do Abade José Correia da Serra [3 de Julho de 1996]	179
Sessão Comemorativa do 85.º Aniversário do Instituto Superior Técnico	
[4 de Outubro de 1996]	183
Sessão Comemorativa do 50.º Aniversário	
da Escola Secundária Alfredo da Silva [12 de Janeiro de 1997]	191
Cerimónia de Inauguração do Instituto de Estudos Jornalísticos	
[29 de Janeiro de 1997]	197
Visita à Universidade do Minho [6 de Fevereiro de 1997]	201
VI CULTURA E HISTÓRIA	
Sessão de Abertura do Colóquio Internacional «Portugal e a Guerra Civil	
de Espanha (1936-1939) — O Balanço Histórico» [10 de Maio de 1996]	207
Sessão de Abertura do «Fórum do Património» [10 de Outubro de 1996]	211
Sessão Solene de Abertura do II Congresso Histórico de Guimarães	
[24 de Outubro de 1996]	217
Sessão Solene Comemorativa do Dia da Restauração da Independência	
[1 de Dezembro de 1996]	223
Sessão Solene Que Assinalou os 500 Anos do Decreto de Expulsão	
dos Judeus de Portugal [5 de Dezembro de 1996]	227
Sessão Comemorativa da Declaração do Centro Histórico do Porto	
como Património Mundial [14 de Dezembro de 1996]	233

Mensagem por Ocasião da Sessão Comemorativa do Bicentenário	
de Sá da Bandeira [6 de Janeiro de 1997]	237
Cerimónia de Lançamento da «Colecção de Fontes Documentais para a História das Relações entre Portugal e a China» [19 de Fevereiro de 1997]	241
VII DESENVOLVIMENTO E SOLIDARIEDADE	
Sessão de Abertura da Conferência do Semanário Económico [11 de Abril de 1996]	247
Almoço com Pescadores, Sindicalistas e Armadores da Fuzeta [12 de Junho de 1996]	259
Jantar Oferecido a Personalidades do Algarve [12 de Junho de 1996]	263
Sessão de Abertura do «Seminário Europeu sobre o Rendimento Mínimo [27 de Setembro de 1996]	267
2.º Congresso Nacional dos Economistas Agrícolas [17 de Outubro de 1996]	275
Sessão Comemorativa do 20.º Aniversário do Instituto António Sérgio [20 de Novembro de 1996]	281
Sessão de Encerramento do I Congresso de Agricultura do Norte	289
Visita à Fábrica da Vista Alegre [4 de Fevereiro de 1997]	297
Visita à Adega Cooperativa do Redondo [3 de Fevereiro de 1997]	301
Cerimónia de Imposição de Insígnias das Ordens Honoríficas a Empresários, Investigadores e Académicos [6 de Fevereiro de 1997]	309
VIII QUALIDADE DE VIDA E DEFESA DO AMBIENTE	
Sessão de Encerramento da Conferência Internacional «Drogas: Dependência e Interdependência» [25 de Março de 1996]	317
Sessão Comemorativa do 25.º Aniversário da Criação do Parque Nacional da Peneda-Gerês [8 de Maio de 1996]	321
Jantar Oferecido aos Presidentes das Assembleias Municipais e Presidentes das Câmaras Municipais do Distrito de Faro [13 de Junho de 1996]	327
Reunião com as Autoridades Responsáveis pelo Combate ao Narcotráfico [13 de Junho de 1996]	331
Almoço Oferecido pela Câmara Municipal de Alcoutim [15 de Junho de 1996]	335
Sessão de Encerramento da Reunião de Especialistas para a Reabilitação de Ecossistemas Florestais Degradados [28 de Junho de 1996]	339

Jorge Sampaio | Portugueses

IX MACAU

Palavras Proferidas à Chegada ao Aeroporto de Macau	
[18 de Fevereiro de 1997]	343
Sessão Solene de Boas Vindas [18 de Fevereiro de 1997]	345
Sessão Solene na Assembleia Legislativa [19 de Fevereiro de 1997]	349
Sessão Pública com os Tribunais e Organizações Judiciárias de Macau	
[21 de Fevereiro de 1997]	359
X TIMOR	
Declaração Feita no Dia da Atribuição do Prémio Nobel da Paz 96	
a Dom Ximenes Belo e ao Dr. Ramos Horta [11 de Outubro de 1996]	367
Jantar em Honra do Prémio Nobel da Paz 96, Dr. Ramos Horta	
[28 de Outubro de 1996]	371
Prefácio ao Livro Timor Leste — Nobel da Paz [Março de 1997]	373
XI EUROPA	
Sessão de Encerramento do «Seminário Internacional Europa-1996»	
[8 de Maio de 1996]	379
Banquete Oferecido pelos Reis de Espanha [20 de Maio de 1996]	387
Sessão Solene nas Cortes de Espanha [21 de Maio de 1996]	395
Sessão de Abertura do Congresso Internacional	
«Que Futuro na Europ Pós-96» [4 de Junho de 1996]	405
Sessão Comemorativa do 20.º Aniversário da Adesão de Portugal	
ao Conselho da Europa [23 de Setembro de 1996]	409
Conferência no Instituto Universitário Europeu de Florença	
[25 de Setembro de 1996]	423
Sessão de Encerramento do Seminário sobre as Relações Luso-Espanholas	
[29 de Novembro de 1996]	437
Sessão Plenária do Comité das Regiões da União Europeia	442
[15 de Janeiro de 1997]	443
Sessão Especial do Comité Económico e Social da União Europeia [16 de Janeiro de 1997]	451
Sessão de Encerramento da Conferência «Direitos Cívicos e Sociais	
e o Tratado da União Europeia» [7 de Fevereiro de 1997]	459
Sessão de Abertura da «Conferência das Mulheres	
da Confederação Europeia dos Sindicatos» [17 de Fevereiro de 1997]	467

XII COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA	
Sessão de Abertura das Comemorações do 10.º Aniversário da Associação	
das Universidades de Língua Portuguesa [1 de Abril de 1996]	477
Banquete Oferecido pelo Presidente da República de Cabo Verde	
[12 de Maio de 1996]	479
Banquete Oferecido em Honra do Presidente da Guiné-Bissau	
[1 de Julho de 1996]	483
Sessão Solene de Abertura da Cimeira Constitutiva da Comunidade	
dos Países de Língua Portuguesa [17 de Julho de 1996]	489
XIII MUNDO	
Sessão de Trabalho dos Chefes de Estado e de Governo	
na VI Cimeira Ibero-Americana [10 de Novembro de 1996]	497
Sessão de Encerramento da XIV Conferência Internacional de Lisboa	
[27 de Novembro de 1996]	501
Cerimónia de Apresentação pelo Corpo Diplomático	
de Votos de Ano Novo [7 de Janeiro de 1997]	507
Sessão de Encerramento do Seminário Internacional	
«O Futuro das Relações entre as Áreas de Integração Regional	
no Século XXI [19 de Fevereiro de 1997]	517
XIV HOMENAGENS	
A Mário Soares [9 de Março de 1996]	525
A Luís Francisco Rebelo [27 de Março de 1996]	529
A Humberto Delgado [19 de Maio de 1996]	533
A Óscar Lopes [17 de Maio de 1996]	537
Ao Metropolitano de Lisboa [24 de Julho de 1996]	539
A Azeredo Perdigão [18 de Setembro de 1996]	541
A Eça de Queiroz [25 de Nobembro de 1996]	545
A Tito de Morais [30 de Novembro de 1996]	549
A Rómulo de Carvalho [17 de Dezembro de 1996]	553
A Olga de Cadaval [17 de Janeiro de 1997]	557
CRONOLOGIA	561

PREFÁCIO

I

Começo por dizer, como ponto de partida, que não esqueço o conteúdo do livro que publiquei, em Novembro de 1995, em plena campanha eleitoral.

A ideia e o modo de o fazer, com um conjunto de respostas a questionários formulados por várias personalidades, surgiram do António Mega Ferreira, a quem quero reiteradamente agradecer o ensejo que então me foi facultado de, preto no branco, dizer ao que vinha. Surgiu assim Um Olhar sobre Portugal.

Entendi isso como um acto de responsabilidade democrática, pois sou da opinião que os políticos devem ser confrontados com as ideias e propostas que fizeram.

Esta coisa de registar o que se pensa sobre questões nacionais por parte de um candidato a um cargo político unipessoal é um exercício banal de enorme normalidade em situações democráticas com fortes tradições na responsabilização permanente dos principais agentes políticos. Não é essa a tradição entre nós. Por cá, tal exercício corre o risco de ser visto como arrogância e presunção ou, o que é pior, com a maior das indiferenças. Penso, no entanto, que vale sempre a pena fazer o que se deve.

Achei que era indispensável que fosse conhecida (e ficasse registada) a minha leitura sobre o exercício do cargo e das funções de

Presidente da República. Julguei também necessário que, embora de forma sucinta, se ficasse então a saber o que o candidato pensava sobre Portugal, a Cidade, o Ambiente, a Cultura, a Política e as Relações Internacionais. Como salientou o editor, o livro «não é um programa político; é uma visão cultural». De facto desejei que fosse, e cito-o novamente, «um olhar português sobre o que somos, o que nos espera e o que podemos fazer pelo nosso futuro».

O que o cidadão e candidato então escreveu pertencerá, porventura, aos arquivos. Mas, em qualquer caso, interessará anotar que o fez em inteira liberdade e com fundada convicção. Essas características têm-lhe servido como quadro de referência cívica, e, também, como instrumento de aferição, indispensável neste cotejo diário das exigências institucionais com as da prática da função que se exerce em nome de todos e para todos.

Nessa apontada referência sublinhe-se a minha adesão ao sistema de governo constitucionalmente estruturado, sem prejuízo de aperfeiçoamentos institucionais na vertente participativa do regime democrático.

O essencial do sistema de governo funda-se nas ideias de equilíbrio, separação, controlabilidade, governabilidade e estabilidade, como então disse na citada obra (pág. 10). Mas como igualmente afirmava, o Presidente da República deve ser um agente de estabilidade e de segurança institucional e não um elemento adicional de perturbação política. As nossas responsabilidades nacionais, europeias e internacionais são decisivas, exigem rigor e não se compadecem com futilidades, protagonismos artificiais e pequenas guerras de horizonte táctico e imediatista.

O desafio está, para o Presidente, em ser denodadamente esse factor de equilíbrio e segurança do regime mas numa perspectiva dinâmica e agregadora, esperançosa contra a lamúria, dignificadora das instituições, próxima das pessoas e dos seus problemas. O Presi-

dente da República deve, no meu entendimento, ser um infatigável lutador por uma democracia moderna, por um sistema que propicie uma crescente igualdade de oportunidades, e que seja capaz de sacudir a rotina, a passividade intolerável das burocracias instaladas e os interesses «neocorporativos» que impedem as mudanças necessárias. O Presidente da República deve ser, afinal, um atento e empenhado defensor de uma democracia aberta, plural, criativa, capaz de dar esperança aos que a não têm e dela necessitam, contribuindo para fortalecer o sentimento de pertença à comunidade.

O Presidente da República deve, na sua acção diária, ser aquele que mais põe em evidência a importância participativa do sufrágio universal. Cabe-lhe, também, decorrente da sua legitimidade própria, uma particular responsabilidade na concretização da cooperação institucional a todos os níveis. Para que as instituições democráticas funcionem bem, a transparência e a proximidade — de que, neste caso, a descentralização é factor dinamizador — são elementos que se juntam à cooperação.

Nesta linha, o Presidente da República é também um agente decisivo da tranquilidade cívica e comunitária que é, numa democracia moderna, compatível com a inquietude e o inconformismo. O Presidente da República não está em competição com quem quer que seja e responde apenas perante aqueles que o elegeram. Limitado pela Constituição que jurou e pelas leis de que é o supremo garante, o Presidente da República é todos os dias julgado pelos seus compatriotas.

Por isso, ele tem o dever de conhecê-los o melhor possível e de ouvi-los. É com eles, todos, que se viverá esta grande e emergente aventura colectiva que é construir o Portugal do século XXI, fortalecendo a República e a Democracia.

Se me é permitida a confidência, o que tenho dito a mim próprio, nesta incessante e diária exigência, que é o desempenho do cargo de Presidente, é, afinal, muito simples: «Sê como és e sempre foste; vai fazendo o teu caminho, tentanto todos os dias perceber o que de novo se passa à tua volta.» Penso eu que esta atitude é a única que permite ao Presidente ser um factor de unidade, um dinamizador do movimento e da iniciativa, um impulsionador da coesão e da solidariedade.

Π

A exemplo e com intenção semelhante de Um olhar sobre Portugal, publico agora o presente livro. Este primeiro volume de Portugueses reúne aquele conjunto de discursos e mensagens produzidos no primeiro ano do meu mandato, que me parece o mais significativo e revelador das minhas ideias e preocupações, e bem assim da forma como entendo o exercício do cargo para que fui eleito.

Portugueses foi o nome que escolhi, por me parecer simbólico e adequado, por diversas razões. Desde logo, porque sou Presidente por vontade livre dos Portugueses — neste cargo, represento-os e represento a República, na ordem interna e externa. Depois, porque é essa a forma que, por tradição, o Presidente usa para se dirigir aos seus concidadãos. Em seguida, porque sou e me quero um Presidente próximo dos Portugueses, ao seu serviço e dando voz aos seus problemas e anseios, com um estilo que remete para os valores da cidadania e da pedagogia democrática. São os Portugueses os destinatários da minha acção e são eles também o juiz dos meus actos. Finalmente, porque entendo que os desafios que temos pela frente só se vencem com todos os portugueses.

Que é ser, hoje, português? É a pergunta que devemos fazer. Ser português é, em primeiro lugar, ser herdeiro de uma cultura e de uma história, com períodos gloriosos e outros sombrios, como acontece com as histórias de todos os países, mas que nos dá uma especificidade própria, de modo a que alguns possam falar da nossa vocação. Esta vocação é o fundamento da nossa identidade que tem raízes no nosso passado e nos projecta no futuro.

Ser português, hoje, é pertencer a uma comunidade de dez milhões de seres humanos e estar ligado a todos os outros portugueses dispersos pelo Mundo. É ter um sentimento de pertença a essa comunidade e experimentar uma consciência de partilha de destino e de vontade. É comungar os grandes objectivos e as grandes responsabilidades. É sentir como de cada um o destino de todos. É ser um factor de coesão nacional. É saber que não há portugueses dispensáveis. É ser solidário com os problemas e anseios dos outros portugueses, sobretudo se são excluídos e marginalizados.

Ser português, hoje, é usar uma língua que é falada por duzentos milhões de seres humanos e sete Estados soberanos, de vários continentes, constituindo uma comunidade mais ampla e mais universal.

Ser português, hoje, é ser cidadão europeu e estar empenhado na construção de uma Europa unida, que tenha também a nossa marca e onde a nossa voz se amplie. É participar na definição de um projecto político, cultural e social fundado nos valores da liberdade e da solidariedade.

Ser português, hoje, é ser capaz de actualizar o humanismo universalista que nos caracteriza. É saber que o Mundo é cada dia mais uno e que estamos, mais do que nunca, próximos do que acontece aos outros seres humanos, vivam onde viverem — o que lhes acontece de bom, mas também o que lhes acontece de mau. É ter consciência de que vivemos num tempo de incertezas, dramas e riscos, mas também de avanços prodigiosos no conhecimento, na ciência, na vida.

Ser português, neste tempo, é olhar para o horizonte do próximo século e milénio com confiança nas nossas aptidões. Mas é também sabermos que temos de ser mais exigentes connosco próprios, mais capazes para enfrentar a mudança e a inovação, mais aptos e mais dinâmicos na criação de oportunidades e iniciativas, mais organizados nos meios e mais determinados nos fins.

Ser português, hoje, é, em resumo, ter o privilégio de pertencer a uma Nação prestigiada, com oito séculos de história e cultura, sem problemas de divisões ou confrontos, de origem étnica, religiosa ou linguística. É assumir a responsabilidade de acrescentar, corrigir — quando é preciso —, enriquecer e ampliar essa herança. Ser português, hoje, é olhar para o futuro com a segurança da nossa identidade forte, com o orgulho de um Povo que vive em liberdade e com a ambição de um País que se quer moderno e solidário.

III

Gostaria agora de fazer mais alguns breves comentários, que julgo úteis. Uma das novidades da minha eleição consistiu na chamada coincidência de «maiorias» — a presidencial e a da Assembleia/Governo.

Esta novidade preencheu durante algum tempo, mesmo antes de acontecer, a atenção dos observadores. Na campanha, a questão, para além da metáfora que sensibilizou uma nova «teoria política» que, pelos vistos, as eleições não confirmaram (vulgo combinação entre ovos e cestos), foi objecto de preocupações dos que ficam muitas vezes pela superficie das coisas. Ao declarar, por exemplo, que continuava com o cartão partidário — toda a gente sabia e sabe quem eu sou, de onde venho, as ideias que perfilho — pretendi ser transparente, e não polémico.

Como sempre disse, a verdade é que a dita maioria presidencial que me elegeu faleceu, de morte natural, no dia 9 de Março de 1996, pelo começo da noite.

Cumpre-me, todavia, acrescentar, que aquela teórica e prática «coincidência» (que abriu a porta para um novo ciclo político e constitucional) nunca embotou, nem perturbará, o normal e aprofundado exercício das competências presidenciais, num quadro de cooperação institucional óbvia (e que o sistema exige) que não prejudica a liberdade de acção de cada órgão de soberania, limitados que estão pelo quadro fornecido pelo Estado de Direito Constitucional e Democrático em que vivemos.

Se menciono tudo isto, é porque julgo útil referir a expectativa, experimentada pelos analistas, face à nova situação.

As previsões oscilavam entre dois cenários radicais. De um lado, os que profetizavam a fragilização do Presidente da República e o seu silêncio, consequência da sua diminuída capacidade de intervenção alegadamente resultante desta coincidência entre maiorias. Do outro, os que anunciavam um «excesso de protagonismo» ou de «intervencionismo presidencial» ou a «propensão para o conflito». Qualquer frase simples, atitude modesta ou silêncio intencional foram analisados à luz destas teorias.

A verdade, porém, é que a função presidencial requer uma atitude diária de equilíbrio e firmeza, de concertação e afirmação, de ponderação e abertura, de referência aos valores e flexibilidade na acção, de adaptação às circunstâncias e de capacidade para assumir riscos e objectivos nacionais permanentes. Os poderes próprios exercem-se, mas não existem sozinhos e nem podem nem devem actuar contra um sentido global de convergência institucional e democrática.

A experiência deste ano — que, naturalmente, constitui novidade para mim e, também, para os Portugueses na sua relação com um novo Presidente da República — aconselha que diga também alguma coisa, a propósito do que vivi e do que fiz.

Antes de mais, o Presidente da República representa pessoalmente a Nação e é o garante dos valores constitucionais, com o desenho formal revelado pela Constituição da República e a densificação e interpretação que correspondam aos valores com que se apresentou ao sufrágio. Isto sem prejuízo da competência exclusiva do Tribunal Constitucional como última e definitiva instância dos juízos de constitucionalidade.

Entre tais valores, assumem especial relevância os direitos fundamentais e o normal funcionamento das instituições democráticas, com respeito pela divisão de poderes.

Árbitro, e não parte, o Presidente da República promove vias de concretização da solidariedade institucional, numa actuação autónoma, isenta e moderadora que, sem se confundir com uma neutralidade incolor, propicia, em democracia pluripartidária, e sempre que possível, os necessários acordos do regime. Para isso, digamos que o Presidente age e reage.

O desempenho presidencial na garantia dos valores constitucionais e na concretização da solidariedade institucional enfatizarão também a exigentíssima ideia do Presidente da República como referencial de ética democrática e de estabilidade política.

A esta luz, é indispensável que, confiados na autoridade política do Presidente da República, os agentes políticos e a opinião pública não tenham dúvidas de que ele não deixará de actuar sempre que tal se revele necessário.

Mas o Presidente da República é, também, um mediador e uma instância de apelo: mediador entre o Povo e o Estado, entre o Povo e as Instituições Políticas, e, no limite, entre as realidades e o Povo; instância de apelo do povo para as instituições — pelas dificuldades e injustiças que o afligem e a que o Presidente da República dá voz.

Na sua função de mediador e de instância de apelo, o Presidente da República defronta-se com a crise da cidadania que atravessa as sociedades contemporâneas, e é por ela questionado. Crise que se traduz tanto no défice de relacionamento deficitário entre os cidadãos — e por eles assim visto — e a Administração (justiça por acção directa, milícias populares, recurso excessivo ao provedor de Justiça e ao Presidente da República em matérias do Executivo e do Judiciário), como no relacionamento deficitário dos cidadãos entre si. Tal situação prolonga-se, de modo inquietante, na crise do modelo de desenvolvimento e na descrença na capacidade de desenvolvimento do País como um todo, que leva a preferir, por exemplo, o subsídio à produção, a fraude fiscal ao escrúpulo tributário, numa desconsideração de valores em que os laços de solidariedade cultural e social que constituem a Nação se enfraquecem e são, consciente ou inconscientemente, postos em causa. Que o mesmo é dizer: crise de cidadania e crise de desenvolvimento integram uma realidade mais ampla, a moderna crise de sociedade, para cuja resolução o Presidente da República, como mediador e instância de apelo, terá de contribuir com os demais órgãos de soberania e instituições.

Cabe também ao Presidente da República, em solidariedade activa com os seus concidadãos, dar voz e visibilidade aos problemas e lutar contra o agravamento da desigualdade de oportunidades que se não esgotam, uma e outra, no diálogo e na concertação social ou noutras formas de participação directa dos cidadãos; e, por essa via, evidenciar que a maior governabilidade, se depende da eficiência económica, depende também do aprofundamento da igualdade de oportunidades. Com o que se não se desqualificará, muito antes pelo contrário, a concertação social como forma de legitimação de medidas, de enriquecimento da democracia e de reforço da governabilidade. Antes se contribuirá para prevenir os perigos de neocorporativização do regime.

Convirá, no entanto, ter presente que, ao lado da desigualdade de oportunidades, e como seu subproduto, emerge a exclusão social, tanto mais preocupante quanto, com desusada frequência, aparece sob a forma de exclusão implícita, em resultado da utilização de certas formas de linguagem e de certos modelos e categorias de pensamento que induzem lógicas de exclusão, de que é exemplo impressivo a problemática das mulheres.

O Presidente da República, mediador e instância de apelo, é também interpelado pelas exigências de mudança que atravessam a sociedade portuguesa, mudança necessária cujo sentido e conteúdo hão-de assentar na capacidade de imaginação do futuro. Cabe ao Presidente da República contribuir para a valorização de instâncias que reduzam significativamente o défice de elaboração sobre o futuro, a beneficio da coesão social e nacional e da estabilidade e prestígio das instituições.

É neste quadro que importará considerar as questões relativas à crise dos sectores produtivos, ao desemprego de longa duração, à formação profissional, à reforma do ensino, da saúde e da justiça, para resposta às quais se exige solidariedade — entre instituições, entre gerações, entre regiões e grupos sociais — ou a luta contra o pessimismo, pela valorização das nossas capacidades e aptidões e de apoio ao desenvolvimento económico, científico e cultural.

É que sem resposta solidária às questões do futuro, fica em perigo a coesão nacional e social; e as instituições que estão ordenadas para a coesão nacional e social, e por ela se legitimam, instabilizam-se e desprestigiam-se.

O Presidente da República é também um dos garantes, porventura o mais visível, da qualidade da democracia e decerto o mais responsável nessa função, encoraja e apoia reformas institucionais, alerta para os perigos, promove a reflexão política, em acto de continuada pedagogia cívica e democrática. Tudo para que a representação política integre as legítimas aspirações das pessoas; se reconheça a essencialidade dos partidos políticos como traves mestras na estrutura e funcionamento da democracia representativa; se estimulem outras formas de organização e participação civil; se garanta a proximidade entre eleitores e eleitos; se promova e garanta a confiança nas instituições e a mobilização dos cidadãos.

Trata-se, em resumo, de adensar o sentido comunitário, pela participação de todos na imaginação do futuro. É que sem sentido de comunidade não há nação e sem participação não há comunidade.

Referencial de valores morais e culturais, e não executor de políticas, o Presidente da República proclama e incentiva os direitos sociais — imperativo constitucional e não mera exigência cultural ou ética —, os quais devem ser compatibilizados com o rigor da gestão macroeconómica.

De outro modo, perder-se-ia de vista que os desafios da modernidade integram, sobretudo, a capacidade de conciliar crescimento e desenvolvimento.

É esse o sentido fundamental das jornadas temáticas que tenho realizado, dedicadas a questões que me parecem prioritárias na preparação do nosso futuro, como a competitividade e a inovação.

Liberto das lógicas compulsivas da gestão do imediato, o Presidente da República deverá contribuir para a redução, sempre que exista, do défice de enunciação, no espaço público, dos problemas sociais, alargando o leque de problemas reconhecidos e agendáveis, aí onde, amiúde, porventura, não coincidam problemas reais e agenda política, aspirações populares e ditames orçamentais, energias instituintes e forças instituídas. Mas tem de o fazer numa via não demagógica e não populista, num quadro de cooperação institucional e de unidade e coesão nacionais.

IV

Procurei dar particular atenção substantiva à função de Comandante Supremo das Forças Armadas.

No regime constitucional português que, quanto aos poderes presidenciais, enuncia em muitos casos conceitos de formulação muito genérica, apenas com tradição formal, a tarefa em causa requer equilíbrio e clara distinção que evite confusão com a esfera de área própria do poder executivo concreto. Mas o campo de actuação, necessário e possível, é tanto mais relevante quanto se aglomeram, como é o caso, novos desafios à instituição militar, que não se compadecem com quaisquer jogos políticos ou com digressões político-corporativas, à margem da questão de fundo que tem a ver com a radical alteração que sofreram os dados estratégicos de partida.

Entendi e entendo que ao Comandante Supremo das Forças Armadas compete enfatizar o carácter nacional da Instituição Militar e fomentar o desenvolvimento de uma mentalidade de defesa nacional conducente à consolidação da ideia de que ela deve ser sentida e partilhada por todos os portugueses, no quadro do regime democrático em que vivemos.

É para mim claro que me compete contribuir para o reforço da coesão, da unidade e do prestígio das Forças Armadas. E que igualmente me cabe acompanhar a evolução dos assuntos relativos à defesa nacional, sua reestruturação e reforma. Isto requer uma atempada informação, sempre obtida de forma normal e transparente, pelos canais próprios.

Penso que, neste contexto, para só falar dos casos mais significativos, o contacto permanente com o Governo, nomeadamente com o Ministro da Defesa (por delegação, para o efeito, do Primeiro-Ministro), o diálogo com as Chefias Militares, quer do Estado-Maior General quer dos Ramos, constituem elementos de consolidação da confiança necessária às tarefas cuja execução é incontornável. A isso me tenho dedicado.

Também faz por isso todo o sentido que o Conselho Superior de Defesa Nacional, criado pela Lei da Defesa Nacional, possa ser cada vez mais uma instância de consulta ou de preparação aprofundada, quando se trata das vertentes mais significativas da organização e planeamento estratégico da defesa nacional e está em causa a preparação de decisões complexas ou de iniciativas a enviar ao poder legislativo.

Também, neste domínio, é do exercício de uma verdadeira magistratura de pedagogia e de influência que se trata. Vale a pena olhar para toda esta problemática um pouco mais detalhadamente.

Entendo que devo sensibilizar os cidadãos para a importância da Instituição Militar, como elemento estruturante do Estado e realçar a sua importância no que respeita à defesa dos objectivos nacionais permanentes. E isto tem de ser feito pari passu com a enfatização da relevância das Forças Armadas para a consecução dos interesses portugueses, nomeadamente como vector afirmativo da política externa do Estado e elemento contributivo para a afirmação, no melhor sentido, de Portugal no Mundo.

A nossa presença na Bósnia, em Angola e Moçambique bem como as novas áreas de cooperação militar internacional são disso um exemplo decisivo.

Por outro lado, deve o Presidente da República acompanhar as grandes questões do foro profissional e estatutário dos elementos das Forças Armadas, de molde a contribuir para a criação de condições conducentes a um acréscimo de motivação e a uma maior coesão. O processo de consulta e de informação a que aludi tem, assim, plena justificação.

Julguei também necessário que o Presidente da República contribua, com a sua presença, enquanto Comandante Supremo das Forças Armadas, para dar uma maior visibilidade à acção da Instituição Militar, designadamente assistindo, presidindo ou usando da palavra, conforme os casos, em cerimónias militares públicas, visitando unidades, estabelecimentos e órgãos militares ou estando presente em seminários ou colóquios promovidos por institutos e academias, ou ainda assistindo a exercícios militares.

O Presidente da República tem de promover um maior reforço de ligação entre a Instituição Militar e os cidadãos, em especial nestes tempos de incerteza e mudança. É possível fazê-lo através de visitas a unidades, estabelecimentos e órgãos militares.

O Presidente da República tem de acompanhar a evolução dos assuntos relativos à defesa nacional, nomeadamente no que respeita aos reajustamentos do seu edificio legislativo e à implementação do ciclo de planeamento estratégico de defesa nacional, bem como as mudanças estruturais e de funcionamento das Forças Armadas. Não pode ser alheio à definição e concretização de orientações neste domínio, embora não lhe compita fazê-lo.

Trata-se, afinal de contas, de exercer o direito de ser informado e consultado pelo Governo, e de o aconselhar, se for caso disso, sobre a condução da política de defesa nacional e sobre a situação das Forças Armadas e dos seus elementos, através, sobretudo, de uma permanente comunicação e concertação institucional com o Governo, e utilizando, para isso, o órgão próprio que é o Conselho Superior de Defesa Nacional.

Tenho visto expressos, aqui e acolá, com emanação civil, estados de alma ou jogos de influência com o objectivo de suscitar «posições» presidenciais em matérias de defesa nacional ou de reorganização das Forças Armadas. A comunicação social faz eco, por vezes, dessas «temperaturas», sempre sem rosto e sem figura. Só que nem isso quadra comigo, nem com a maneira como encaro as minhas funções neste domínio nem, muito menos, com a referência de estabilidade que devo ser constantemente, face ao dificil conjunto de tarefas que temos pela nossa frente nesta área. Reformar, reactualizar, reestruturar, redimensionar, flexibilizar e apetrechar para novos cenários e novas funções, conceptualizar os desígnios estratégicos permanentes e os que os novos tempos prenunciam, são tarefas com as quais vamos ter de viver e de decidir nos próximos anos. Não são fáceis de resolver e vão

constituir opções nacionais dificeis e também incontornáveis em contexto permanente de pouca disponibilidade orçamental. O desafio vai, na verdade, ser triplo: o da eficácia perante os meios disponíveis; o da adequação interna e externa face aos compromissos assumidos e às opções políticas que os justifiquem; e o da unidade e coesão nacionais, de que as Forças Armadas e a política global de Defesa são elementos componentes e deles incindíveis também, mas numa perspectiva moderna, onde não cabe qualquer poder fáctico, incompatível com o Estado democrático que somos.

V

Como dizia, no início deste Prefácio, ser português, hoje, é também saber que o Mundo é cada dia mais uno e que estamos, mais do que nunca, próximos do que acontece aos outros seres humanos. Esta proximidade implica reforço do diálogo entre Culturas, abertura constante aos diferentes modos de sentir e de pensar, consciência das dificuldades crescentes com que se debatem tantos milhões de seres humanos, solidariedade com aqueles que clamam, justamente, pela paz, pelo progresso e pela liberdade que lhes são negados.

As desigualdades do desenvolvimento económico e social — geradoras de insegurança e de instabilidade à escala mundial —, uma crescente concertação e solidariedade internacionais, o primado do Direito Internacional, o respeito dos Direitos humanos e das minorias, o acesso de todos aos beneficios do progresso científico e tecnológico, em suma, a busca permanente das condições que permitam o desenvolvimento, a estabilidade e a paz mundiais, são questões que têm de nos preocupar.

Representando pessoalmente a Nação na esfera internacional, a política externa tem merecido, da minha parte, uma atenção muito particular. Obrigação constitucional e institucional, assumo-a sem

qualquer veleidade de protagonismo estéril, mas o contexto de um trabalho conjunto e proficuo com o Governo, que naturalmente se exerce num quadro constitucionalmente definido.

As relações de Portugal com os outros países, o fortalecimento da posição portuguesa na Europa e no Mundo, a defesa dos nossos interesses na esfera internacional, têm constituído uma das minhas principais preocupações.

Acima da execução concreta das políticas, o Presidente da República tem a obrigação de apontar pistas, de suscitar debates que reforcem o consenso dos portugueses em torno dos grandes objectivos da política externa portuguesa, e de utilizar a sua magistratura em reforço da projecção internacional do Estado, contribuindo para a resolução satisfatória das grandes questões que interessam ao País. Trata-se de um domínio em que a unidade do Estado tem um significado muito particular e que deverá ser permanentemente afirmada.

É isso que tenho feito e que continuarei a fazer.

Muitas das minhas intervenções, quer em Portugal, quer no estrangeiro, têm tido a ver com a política externa, com o nosso papel enquanto sujeito activo e actuante nos grandes debates que se colocam à Europa e ao Mundo.

O aprofundamento do projecto europeu, a nossa participação na União Europeia e na OTAN, a valorização dos laços que nos unem aos países de língua portuguesa, uma atenção especial ao Mediterrâneo vizinho, de cuja estabilidade e progresso depende também a estabilidade e a segurança da própria Europa, o reforço dos laços com a América Latina e com a Ásia, a promoção da língua portuguesa e da nossa cultura, o apoio empenhado ao projecto consubstanciado na CPLP, as comunidades portuguesas no estrangeiro, a trágica situação vivida em Timor, são alguns dos temas que tenho repetidamente abordado.

O espaço de que dispomos, na cena internacional, não é demasiado, face à magnitude dos desafios que se nos colocam. O largo consenso nacional em torno das grandes prioridades e objectivos da política externa reforça, felizmente, a nossa capacidade de actuação. Tal constitui um trunfo que temos de preservar e saber utilizar de uma forma cada vez mais eficaz.

Vejamos mais em pormenor algumas das principais questões que se nos colocam em termos internacionais.

O aprofundamento do projecto europeu confronta-se com vários debates. A moeda única, o alargamento, a reforma institucional, o desemprego e a exclusão, a criação de condições reforçadas de segurança e de estabilidade a nível continental, a mobilização e a adesão dos cidadãos num contexto económico particularmente difícil, são, porventura, os mais importantes.

Corre-se o risco de não se saber bem o que se discute nem com que propósito. E, de facto, todos estes debates só farão sentido se for reafirmado, de modo claro, um projecto político que seja mobilizador, os objectivos políticos que constituem, afinal, o fundamento e a razão de ser do projecto europeu.

É para mim óbvio que a União Europeia e a OTAN têm de corresponder às expectativas daqueles que, a Leste, anseiam por se inserirem num espaço comum de paz, de democracia, de segurança e de progresso. O alargamento é um imperativo que não podemos escamotear.

A questão que se coloca é saber como conciliar a extensão das fronteiras da Europa com o processo de integração económica e monetária. Ou seja, o alargamento tem de ser acompanhado de uma intensificação das relações entre os Estados membros e não pela diluição do projecto integrador.

O alargamento implicará, necessariamente, a preparação das instituições europeias, por forma a garantir a sua eficácia e credibilidade.

Mas esta reforma necessária não poderá ser feita em detrimento do princípio da igualdade entre os Estados membros, trave mestra do processo de integração europeu.

O alargamento implica também a manutenção, e até o reforço, das políticas estruturais, garantindo um espaço de progresso equilibrado entre os diversos países e regiões da Europa, reforçando a coesão económica e social, congregando a adesão dos cidadãos.

Sem a adesão dos cidadãos o projecto europeu não será realizável. É indispensável mobilizar as opiniões públicas, responder às suas ansiedades, ultrapassar a presente fase de descrença e de desinteresse, se não mesmo de resistência, contra uma Europa que não se compreende e que surge, tantas vezes, como lesiva dos nossos interesses directos, do nosso ganha-pão, da segurança e do bem-estar dos nossos filhos. É seguramente necessário, sem demagogia, mais transparência, uma melhor definição dos objectivos, mais diálogo, mais clareza nos propósitos e nos sacrificios que tantas vezes lhes estão associados, em suma, tornar compreensível o sentido do futuro da União Europeia.

Um último aspecto sobre a União Europeia que quero referir. Mesmo integrando o conjunto das suas novas democracias, a Europa não poderá fechar-se sobre si mesma e considerar que o alargamento resolve todas as questões de segurança e de estabilidade que se lhe colocam. O alargamento a Leste deverá encontrar, num reforço consequente das relações entre a União e os países da margem sul do Mediterrâneo, tal como enunciado nos princípios aprovados em Barcelona, a dimensão indispensável à criação de uma vasta zona de paz, de progresso e de estabilidade.

Parece-me urgente corresponder às expectativas criadas em todos os domínios — político, económico, social, cultural —, concretizar modelos de cooperação mais estreitos, de integração económica progressiva e equilibrada, de assistência técnica e financeira eficaz, que permitam fazer face à dupla pressão do crescimento demográfico e

das presentes limitações do mercado de trabalho, tanto mais que a penúria de empregos penaliza sobretudo camadas significativas de jovens que têm vindo a beneficiar de um mais vasto acesso ao ensino médio e superior, que levaram a cabo os seus estudos com enormes dificuldades de toda a ordem, e que dificilmente compreendem e aceitam uma situação que os marginaliza.

Bem se entende que, numa tal situação, a Europa — tão próxima e comparativamente tão rica — surja como o destino apetecido, ou que esses jovens se deixem seduzir pelo fanatismo religioso.

Estou sinceramente convencido que será pela conjugação do desenvolvimento económico e social com a consolidação de estruturas e práticas democráticas que os nossos parceiros mediterrânicos encontrarão as vias mais seguras para fazer face ao fundamentalismo e para garantir a sua estabilidade. E, para tal, a Europa tem de assumir mais claramente as suas responsabilidades.

A África estamos ligados por uma convivência multissecular, tantas vezes por uma História partilhada, por uma língua comum, por um conhecimento mútuo particularmente estreito. Em vários países africanos Portugal tem projectos de cooperação económica e neles vivem comunidades portuguesas significativas. Temos dado, relativamente a alguns deles, um contributo importante e empenhado para o desenvolvimento dos seus processos de paz e de reconciliação nacional, assim como para a consolidação dos regimes democráticos nesses países.

Trata-se de um conjunto de elementos que impõem responsabilidades específicas e uma solidariedade particular, que corresponde, aliás, à nossa maneira própria de estar no Mundo. Neste sentido, Portugal tem procurado desenvolver uma cooperação multifacetada com os países africanos de língua portuguesa, que vá ao encontro das suas necessidades e desenvolvimento, assim como o reforço de um quadro mais sistemático de cooperação entre a Europa e a África. Estou convencido da importância estratégica de que este relacionamento se reveste para todos os países de língua portuguesa, como evidencia, aliás, a institucionalização da CPLP.

A tragédia dos Grandes Lagos e os acontecimentos no ex-Zaire devem-nos levar, no entanto, a reflectir sobre as transformações profundas que ocorrem em África, muitas delas com sinais contraditórios, e alertar-nos para os perigos de fragmentação, para os riscos das tentações hegemónicas, para a persistência de modelos de comportamento — dentro e fora de África — susceptíveis de gerarem novos conflitos com novos e terríveis cortejos de vítimas inocentes.

Também aqui tem a Europa responsabilidades particulares; responsabilidades na prevenção e resolução pacífica de diferendos, no reforço de uma cooperação destinada a promover um desenvolvimento económico efectivo dos países africanos, no apoio à consolidação de regimes democráticos, na franca rejeição de políticas que visam a desestabilização interna ou regional.

Desejo ainda salientar a importância que assume, para Portugal, a consolidação do nosso relacionamento com a China, um relacionamento assente na confiança recíproca, na conjugação de interesses comuns, na compreensão mútua. Uma perspectiva estratégica das relações com a China interessa-nos, não apenas por se tratar de um país chamado a exercer um papel essencial na estabilidade do continente asiático e por constituir já uma grande potência económica, mas também porque a consolidação de um espírito de entendimento entre os nossos dois países contribuirá, não duvido, para uma transição estável e serena de Macau, em 1999, tal como a desejamos.

Fiquei particularmente sensibilizado pelo facto de as Autoridades Chinesas me terem recebido no contexto do profundo luto nacional ocasionado pelo falecimento de Deng Xiao Ping, ocorrido quando me encontrava em Macau. Atribuo o facto de a visita oficial ter sido mantida ao desejo, por parte da China, de sublinhar o excelente

estado das nossas relações bilaterais e ao nosso recíproco desejo de as reforçarmos em todas as áreas de interesse comum. O que me foi dado ver e ouvir apenas reforçou esta minha percepção de que existe um largo espaço de cooperação mutuamente vantajosa entre a China e Portugal.

O Presidente da República tem uma responsabilidade directa e uma competência específica, constitucionalmente atribuída, no que respeita a Macau. O processo de transição tem decorrido no quadro previsto pela Declaração Conjunta luso-chinesa e num espírito de entendimento e de compreensão mútuos. Diria que existem três questões principais que importa a Portugal assegurar aquando da criação da Região Administrativa Especial de Macau: a preservação da identidade própria do território, tal como estipulado na Declaração Conjunta, a regulamentação dos direitos, liberdades e garantias, a resolução de alguns aspectos ainda pendentes, sem dúvida complexos em matéria de nacionalidade. Estou confiante que, num quadro global, de reforço das relações bilaterais entre a China e Portugal, todas estas questões encontrarão uma solução satisfatória.

Muitos outros temas internacionais interessam directamente a Portugal. Desejo, para concluir, referir apenas um: Timor.

Timor não é um conceito abstracto nem uma causa intelectual. Timor são centenas de milhares de pessoas que sofrem diariamente uma violência duplamente opressora. Timor é a dignidade ímpar e a coragem sóbria de Monsenhor Ximenes Belo, pastor de tantas almas oprimidas, que regressa a casa com o maior galardão internacional — que o distinguiu a ele e a Ramos Horta, irmãos na mesma luta — para enfrentar, serenamente, a imprevisibilidade da prepotência. Timor é um povo violentado, que resiste há mais de vinte anos, que tem feito ouvir a sua voz corajosa mau grado a repressão sistemática que sobre ela se abate. É o seu direito inalienável à liberdade e à autodeterminação que nos move e que nos impõe que não cedamos.

A minha posição sobre a situação e sobre as condições que reputo indispensáveis para a procura de uma solução política justa e internacionalmente reconhecida para Timor-Leste está sobejamente ilustrada em várias das minhas intervenções incluídas nesta recolha. Não é necessário repeti-la.

Como Presidente da República tenho uma responsabilidade directa nos esforços desenvolvidos por Portugal para que o povo de Timor-Leste possa exercer, livre e democraticamente, o seu direito à autodeterminação, através de uma consulta sob supervisão internacional. Assumo esta responsabilidade sem hesitações.

VI

As funções que, por escolha livre dos meus concidadãos, desempenho têm uma grande carga simbólica e um papel exigente de representação do Estado. O Presidente tem de dizer a palavra certa na hora e compete-lhe estar presente, com o seu testemunho de apoio e estímulo, em todos os acontecimentos e realizações — e tantos são, felizmente — que o mereçam.

O Presidente tem o dever de acompanhar a vida nacional — não apenas nas suas manifestações mais tradicionais, notórias ou espectaculares, mas também naquilo que se faz e que, não raro, passa despercebido. Muitas vezes é aí que se prepara o futuro.

Devo confessar que este primeiro ano do meu mandato representou, para mim, um tempo de enorme valorização pessoal e realização humana — pelo que aprendi, pelas pessoas que contactei e conheci, pelo que ouvi, pelas reflexões que fui levado a fazer, pelas realidades novas que encontrei. Tudo isso supõe um trabalho incessante e muito absorvente.

Esta actividade é planeada e cumprida com o apoio de uma equipa de colaboradores. Quero deixar aqui expresso os meus agra-

decimentos a todos os que, na Presidência da República, me dão o seu apoio. Fazem-no com espírito de missão — o único possível para desempenhar funções que tanto exigem.

Toda a dedicação é pedida quando o trabalho que se realiza tem Portugal e os Portugueses — todos os portugueses — como destinatários. Entre todos, permito-me todavia referir especialmente os jovens com os quais mantenho um contacto permanente, que começa, naturalmente, em casa, com os meus Filhos.

Espero que eles nos absolvam — à Mãe e a mim — de algumas ausências nossas por motivo das muitas obrigações que tenho e nas quais recebo da minha Mulher um precioso apoio.

Eram estas, sumariamente, algumas das reflexões que julguei apropriado fazer na introdução deste I Volume. Elas fazem parte do diálogo que venho mantendo com os Portugueses e que é, para mim, um objectivo constante. A democracia enriquece-se com a aproximação entre os eleitos e os eleitores. Foi sempre essa uma preocupação permanente da minha acção política. Só vejo razão, neste cargo que tanto me responsabiliza, para a manter e até acrescentar.

Junho 1997

CAPÍTULO I PORTUGAL

« Quero reafirmar, com emoção, o orgulho que sinto em ser português e o meu amor a Portugal que quero servir, com todas as minhas capacidades, honrando o mandato que recebi dos Portugueses.»

«É ao reforço da nossa identidade que vamos buscar a energia e a confiança para partirmos desassombradamente para a aventura do futuro.»

SESSÃO SOLENE DE POSSE DE PRESIDENTE DA REPÚBLICA Assembleia da República 9 de Março de 1996

Ao fim de vinte anos de democracia e após uma década de integração europeia Portugal encerrou um ciclo da sua história contemporânea. O regime democrático está consolidado. A adesão à Comunidade Europeia provou ser a aposta certa, permitindo ao país condições de desenvolvimento e transformação estrutural de outro modo impossíveis.

Hoje, às novas gerações que atingem a maioridade, essas duas grandes condições para a modernização de Portugal parecem óbvias, quase naturais. E ainda bem que assim é. Todavia, para que a Liberdade e a Democracia estivessem garantidas foi necessário o combate de várias gerações que pela sua determinação e coragem garantiram o exemplo do caminho a seguir.

O 25 de Abril, que quero evocar neste momento com emoção, representa o fim de um longo percurso onde muitos pagaram com a liberdade e a vida a sua dedicação à causa da democracia. Ser eleito Presidente da República representa uma responsabilidade e uma honra incomparáveis na vida de um político. Mas as circunstâncias ditaram que eu pudesse ter o prazer acrescido de receber a passagem do testemunho de funções dessa figura ímpar da democracia portuguesa que é o Presidente cessante Mário Soares.

O Dr. Mário Soares é, nacional e internacionalmente, um símbolo do combate constante pela Liberdade e pela Democracia. Um combate que não conheceu hesitações nem concessões.

O ciclo político que coincidentemente se encerra com o fim do seu mandato presidencial, ficará sempre ligado ao seu nome. Ninguém, nas últimas décadas, marcou, persistentemente, de forma tão profunda, a vida política portuguesa.

Hoje, como Presidente da República, quero-lhe testemunhar, Sr. Dr. Mário Soares, o profundo reconhecimento do País por uma vida inteira dedicada à procura do melhor para Portugal e para os Portugueses.

Ao Presidente da República é difícil sintetizar a vida de Vossa Excelência numa palavra, tão diversificados foram os campos onde deixou a sua marca. Todavia, há uma que se impõe a todos os outros qualificativos. Vossa Excelência é um homem de Liberdade. Fiz questão que o primeiro gesto do meu mandato fosse, noutra cerimónia que hoje ocorrerá, a condecoração de Vossa Excelência com o Grande Colar da Ordem da Liberdade.

Senhor Presidente da Assembleia da República, agradeço-lhe, sentidamente, as palavras de apreço que me quis dirigir na sua eloquente intervenção. Esta é a sede da representação da vontade soberana do povo português. Conheço bem esta casa, onde vivi intensos anos de actividade parlamentar. Creia, Senhor Presidente, que a Assembleia da República pode contar sempre com a cooperação institucional do Presidente da República.

Quero exprimir a honra que sinto pela presença neste acto solene de posse, de Chefes de Estado, de Primeiros-Ministros e de altos representantes de países amigos. Quero a todos saudar calorosamente e agradecer a sua tão ilustre presença nesta cerimónia.

Os próximos anos são decisivos para o futuro de Portugal. O País tem perante si o desafio de garantir um importante esforço de modernização sem gerar fracturas políticas e sociais que minem a coesão nacional.

A estratégia nacional só pode passar pela firmeza na participação de Portugal na União Europeia, pela concretização de um esforço sustentado de modernização dos sectores produtivos e por uma atenção constante às políticas sociais.

Olho com confiança para o futuro de Portugal. Somos um país quase milenário. Temos uma cultura que tem sido capaz de manter a sua diversidade e riqueza século após século. Uma língua que os Portugueses espalharam «pelas sete partidas do mundo» e que é hoje falada por mais de duzentos milhões de pessoas. Foi a coragem e a determinação de vencer do nosso povo que fez a riqueza da nossa história, cultura e língua. É ela que me fará sempre ter confiança no futuro.

Fui adquirindo e amadurecendo um conhecimento profundo dos Portugueses. Esse é sem dúvida o património que mais valorizo de um percurso político que iniciei há mais de trinta e cinco anos. Sei que o povo português será sempre capaz de encontrar as energias e os meios necessários a garantir o futuro de Portugal. Mas sei, também, que o novo ciclo político corresponde a uma maior exigência dos Portugueses no seu relacionamento com o sistema político, sobretudo à necessidade de uma maior transparência e uma renovada capacidade de dar respostas concretas às expectativas e ansiedades do quotidiano das pessoas.

Os Portugueses conhecem a minha concepção sobre a função presidencial. Construí-a tendo presente uma preocupação a que darei a maior atenção. Num mundo e num tempo cada vez mais submetidos à massificação, a violentas tensões desagregadoras e à perda da memória colectiva, é necessário o reforço dos valores da identidade. É necessário exercer uma magistratura que defenda, garanta e reforce a coesão nacional.

Sinto que se desenvolveram em Portugal factores que afectam hoje essa coesão. Há sinais inequívocos de aumento das desigualdades sociais. Acumularam-se e atingiram níveis preocupantes, as profundas assimetrias regionais do desenvolvimento nacional, bem como os fenómenos de exclusão e de marginalização de minorias. A quebra de solidariedade entre gerações aumentou. O papel da família, e mesmo a sua articulação com o sistema educativo, carecem de profunda reflexão.

Expressão desta quebra de coesão nacional são os crescentes indicadores de insegurança, o aumento dos factores de conflitualidade, o acumular de tensões inter-regionais, a intolerância e a intransigência que vejo desenvolverem-se com preocupação.

O reforço da coesão nacional exige reformas profundas, quer para realizar as políticas de descentralização, quer para adaptar as políticas educativas e sociais. Seja para restaurar a confiança dos cidadãos no sistema político, seja para garantir a eficácia do papel do Estado.

O reforço da coesão nacional exige dar resposta ao fortalecimento das instituições municipais e locais, assim como às formas organizadas de representação da sociedade. Na procura dessa solução a Unidade do Estado não pode nunca ser posta em causa.

Mas, o reforço da coesão nacional passa também por encontrar uma solução consensualmente aceite e institucionalmente estável para o problema da fórmula de descentralização política e administrativa do Continente. Este é um problema pendente de resolução há demasiado tempo.

Desejo saudar os órgãos próprios das Regiões Autónomas e garantir-lhes uma cooperação sempre empenhada. As autonomias regionais foram decisivas para a transformação da vida das populações dos arquipélagos dos Açores e da Madeira. O modelo autonómico regional provou a sua validade e todo o nosso esforço tem de ser no sentido de o aperfeiçoar e consolidar.

Mas a coesão nacional depende ainda do modo como se respeitarem os direitos sociais adquiridos, garantindo a segurança mínima das famílias e as suas expectativas de reforma, sobretudo dos mais carenciados, sozinhos e ameaçados por uma modernização feita, tantas vezes, passando por cima dos valores da solidariedade.

Como Presidente da República tudo farei para estimular os consensos na sociedade portuguesa. Só eles podem abrir caminho a uma nova concertação estratégica, capaz de responder às exigências da coesão nacional, num período de mudança acelerada e também de acelerada mobilização nacional.

O Mandato que recebi dos Portugueses tem um sentido claro. O Presidente da República deve ser um garante da estabilidade política e institucional e exercer uma magistratura por forma a assegurar os equilíbrios institucionais. Entendo, naturalmente, ser meu dever respeitar e fazer respeitar a vontade democraticamente expressa dos Portugueses, tal como respeitarei rigorosamente as esferas de competência próprias dos outros órgãos de soberania. Empenhar-me-ei na criação das condições necessárias para que o Parlamento e o Governo possam exercer as suas funções e cumprir os seus mandatos. A lealdade e a cooperação institucional, ao contribuírem para a estabilidade política, serão decisivas também para que os Portugueses se revejam nas instituições da República.

O Governo presidido pelo Senhor Engenheiro António Guterres, saído de eleições onde recolheu um inequívoco sufrágio do povo português, conta, naturalmente, desde hoje, com a minha cooperação institucional.

Exercerei os meus poderes constitucionais com imparcialidade. Cumpre-me trabalhar com todas as maiorias e com todos os governos legítimos. O princípio da cooperação institucional não pode ser sinónimo de unanimidade. O normal funcionamento das instituições políticas exige que todos: Presidente, Assembleia e Governo, exerçam os seus poderes com exigência e respeitem a manifestação das competências recíprocas.

Serei constante na expressão da minha cooperação institucional com o Governo. Tal como serei firme no exercício dos deveres que me estão constitucionalmente conferidos.

Manterei com a Assembleia da República, centro por excelência da vida democrática nacional, uma relação de respeito e de solidariedade e manterei com todos os partidos um diálogo constante. As oposições sabem que têm em mim um observador atento e sensível à defesa dos seus importantes direitos constitucionais, como forma de manutenção de condições para a livre escolha das alternativas democráticas.

Quero aqui saudar as Forças Armadas portuguesas, garantia da defesa e da segurança nacional e cuja lealdade institucional foi decisiva para consolidar o regime democrático saído do 25 de Abril. Ao assumir, por inerência, as funções de Comandante Supremo das Forças Armadas, quero reiterar o meu empenhamento total no sucesso da missão de paz na Bósnia-Herzegovina, da qual depende, em parte, a estabilidade da Europa neste final de milénio. O essencial do destino de Portugal joga-se na Europa. Esse é hoje um dado incontornável da inserção internacional do País. Ele não se compadece com políticas expectantes e defensivas, antes aconselha políticas firmes e coerentes alicerçadas numa determinação clara dos nossos interesses nacionais.

Tanto as dificuldades dos últimos anos, como as exigências da nova fase da construção europeia, exigem o reforço dos consensos internos adequados a suportar as exigências permanentes da estratégia portuguesa para a Europa. Essa estratégia não pode mais assentar no secretismo e no facto consumado, factores que minaram os consensos anteriormente existentes. Hoje, ela terá de depender sempre de uma política transparente quanto às opções a tomar, e suas exigências. Hoje, ela terá de assentar numa participação alargada das forças políticas e sociais e na consulta aos cidadãos. Só assim os Portugueses compreenderão que a União Europeia é uma comunidade de Estados soberanos, onde, portanto, não se pode querer apenas colher benefícios, sem nunca ter de partilhar responsabilidades. Os desafios que a União Europeia tem perante si na viragem do século — a intensificação da integração económica, num quadro de coesão interna, a expansão de fronteiras, com o alargamento às novas democracias europeias — são desafios para Portugal. A resposta a esses desafios não está na hesitação, mas sim na identificação de objectivos prioritários no estabelecimento de consensos nacionais e numa política externa portuguesa firme e determinada. Uma Europa unida e forte será uma Europa aberta para o exterior e preparada para garantir um quadro de estabilidade regional. Essa condição é relevante para a continuidade da comunidade transatlântica, designadamente da aliança entre os Estados Unidos e a Europa. A Organização do Tratado do Atlântico Norte continua a ser a trave mestra da nossa segurança, embora as circunstâncias actuais exijam o desenvolvimento efectivo do pilar europeu, como uma real capacidade dos aliados europeus para assumirem responsabilidades acrescidas na defesa colectiva.

As relações com os Estados de Língua oficial Portuguesa ocupam naturalmente um lugar efectivo na nossa política externa. Essas relações representam um traço de união com a nossa própria história, uma longa história partilhada com os povos de Angola, do Brasil, de Cabo Verde, da Guiné, de Moçambique, de São Tomé e Príncipe e, naturalmente, com o povo de Timor-Leste.

A língua, a rica diversidade de culturas expressas na mesma língua, a história e uma solidariedade efectiva entre os povos dos sete Estados e do território de Timor tornam necessária a concretização de uma Comunidade de Estados e Povos de Língua Oficial Portuguesa, projecto a que dedicarei a maior atenção.

Infelizmente, Timor-Leste ainda não poderá participar nesse projecto como povo livre e autodeterminado.

Portugal tem uma responsabilidade histórica inalienável em relação a Timor-Leste e à comunidade timorense. Como potência administrante do território, Portugal tem um dever político claro, perante a comunidade internacional: garantir a conclusão do processo de descolonização, com a realização de uma consulta livre, democrática e fiscalizada pelas Nações Unidas, através da qual os timorenses possam exercer, com dignidade, o seu direito à autodeterminação.

Para o cumprimento desse objectivo, os órgãos de soberania com responsabilidade nesta importante questão devem sempre procurar as formas e os meios que melhor se coadunem à evolução das circunstâncias internacionais.

Portugal deverá continuar a lutar pela causa de Timor-Leste, em todos os *fora* internacionais, bem como a apoiar os esforços do Secretário-Geral da ONU, no cumprimento do seu mandato, na procura de uma resolução justa e internacionalmente aceite da questão de Timor-Leste, com a participação de todos as partes interessadas.

O empenhamento nacional nesta matéria é, aliás, feito em coerência com um valor essencial de referência na actuação externa do Estado português: a defesa da liberdade dos povos, a defesa dos direitos humanos.

O Presidente da República tem especiais responsabilidades em relação a Macau. Pela minha parte entendo ser necessário uma

estrita consonância com o Governo, tanto para a administração do território, como no quadro das relações com a República Popular da China.

A política portuguesa tem um sentido claro: garantir a estabilidade e a prosperidade do território de Macau, bem como a defesa dos direitos e interesses dos seus habitantes, não esquecendo nunca que Portugal tem uma responsabilidade inalienável na defesa dos direitos de todos os cidadãos portugueses de Macau. A moderna evolução das sociedades e dos sistemas políticos implica uma nova concepção das relações entre o cidadão e o poder político. Uma relação baseada na informação e na proximidade da decisão política, o que implica novas formas de participação democrática dos cidadãos, ampliando os seus direitos.

Sem incorporação no sistema político dessas novas exigências não será possível adaptar a democracia representativa à complexidade das relações socais e de poder no final deste milénio. A tendência das sociedades modernas vai no sentido do desenvolvimento de uma cultura de intervenção cívica e de uma saudável intransigência dos cidadãos na defesa dos seus direitos legítimos perante o Estado.

A pressão sobre o sistema político português é já grande, sobretudo porque uma persistente política centralista adiou o desenvolvimento natural de reformas institucionais de desconcentração e de descentralização do poder.

Garantir a estabilidade da democracia significa um empenho constante na defesa do prestígio das instituições representativas e da participação política dos cidadãos.

Tenho, e assumo, a obrigação de estimular uma cultura de exigência democrática. Mas entendo imprescindível assegurar o respeito pelo Estado de direito e a defesa do prestígio das instituições que o definem e aplicam, como forma de assegurar a confiança dos cidadãos nas instituições da República. O respeito pelo Estado de direito é uma base fundamental do regime democrático. Sobre ela não pode haver transigências.

Procurarei ser um presidente próximo das pessoas. Farei dessa minha intenção o timbre do meu mandato. Ouvirei atentamente os Portugueses. Ouvirei todos. Mas estarei, naturalmente, atento aos excluídos do sistema ou das políticas, remetidos, tantas vezes, a um estatuto de dispensáveis. Não há portugueses dispensáveis. Essa é uma ideia intolerável.

Dedicarei aos problemas das famílias portuguesas uma particular atenção. Estou consciente das múltiplas questões que afectam as famílias portuguesas, e não posso deixar de manifestar a minha preocupação sobre todas as formas de violência familiar — de que as mulheres e as crianças são as principais vítimas.

No quadro das minhas competências, apoiarei todos os esforços que contribuam para encontrar formas que permitam aos pais investirem cada vez mais na educação dos seus filhos e para que se concilie a vida profissional dos pais e mães com a vida familiar, pois tenho bem presente a crescente importância da afectividade na construção da vida de cada um de nós.

A solidariedade deve ser um valor fundamental na sociedade portuguesa. Deve estar presente na formulação das políticas de modernização, de emprego e de reforma da segurança social. Essa é a única forma de modernizar o País mantendo a coesão nacional e o sentido de partilha de um futuro colectivo.

A mais preocupante expressão da quebra do sentimento de solidariedade é o desenvolvimento, nos últimos anos, de fenómenos crescentes de intolerância política, social e até religiosa.

Portugal, que é um país coeso, sem questões étnicas, regionais, linguísticas ou religiosas, tem de saber preservar este bem único, sem o qual, como temos visto em tantos países, tudo seria posto

em causa: a paz cívica, o progresso, a solidariedade, o prestígio e a afirmação no Mundo. Os Portugueses têm consciência disto mesmo.

Um patriotismo forte, claramente assente em valores democráticos, culturalmente esclarecido e civicamente assumido, é a melhor defesa contra os nacionalismos agressivos, a xenofobia, o racismo e é também a mais eficaz resposta à insegurança, ao medo do futuro.

Quero, hoje, aqui, reafirmar, perante vós, com emoção, o orgulho que sinto em ser português e o meu amor a Portugal, que quero servir, com todas as minhas capacidades, honrando o mandato que recebi dos Portugueses.

A nossa cultura, tão rica e tão variada, nas suas formas populares e eruditas, tão forte nos seus traços caracterizadores, é o testemunho de um grande Povo — aberto aos outros, ao universal, ao novo, ao desconhecido — e de um País que, há cinco séculos, uniu a espécie humana e mundializou a comunicação, sabendo, embora pequeno, transportar-se até aos confins dos mares e da Terra, onde deixou as suas marcas, as maiores das quais são a língua e uma memória que ainda hoje perdura e de que recebemos, constantemente, sinais de reconhecimento.

Procurarei ser um elo de união entre Portugal e as comunidades portuguesas, vinculado à valorização da sua identidade e das suas raízes portuguesas, multiplicando os contactos directos. É responsabilidade do Presidente da República manter vivos os sentimentos de solidariedade nacional para com essas comunidades portuguesas.

Neste dia, quero incitar os Portugueses — sobretudo os jovens — a estudarem e a conhecerem melhor a nossa história, a nossa cultura, o nosso património natural e construído, a nossa geografia, as raízes e os fundamentos da nossa identidade.

Temos de assegurar às novas gerações uma formação exigente, capaz de os habilitar para os desafios de um mercado aberto. Mas temos também de lhes garantir perspectivas de futuro, oportunidades, a capacidade de olhar com esperança para o início da sua vida profissional e familiar. Sem isso, dificilmente poderemos resolver muitos dos problemas que hoje afectam os jovens portugueses.

É ao reforço da nossa identidade que vamos buscar a energia e a confiança para partirmos desassombradamente para a aventura do futuro, sem medo, com arrojo, na convicção firme de que fomos grandes sempre que deixámos as questões mesquinhas e pequenas que nos dividem e diminuem. Conseguimos realizar grandes obras e afirmarmo-nos como Povo e como Nação, sempre que nos soubemos unir e concentrar no essencial, abrindo-nos à modernidade, aos valores da liberdade e do universalismo, praticando uma cultura de tolerância e curiosidade pelo diferente, um modo que nos é tão próprio, de afectividade e de aproximação humana.

Esta é uma lição para o nosso tempo, que mais do que nunca precisa de assumir esses valores. Este é, por isso mesmo, o contributo original que podemos dar à construção de uma Europa de solidariedade e de cidadania, à edificação de um Mundo de paz e de liberdade.

Quando me candidatei às altas funções de que acabo de ser empossado afirmei de forma inequívoca: não há maiorias presidenciais. Serei o Presidente de todos os Portugueses. De todos, sem excepção.

Viva Portugal!

SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DO XXII ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL Assembleia da República 25 de Abril de 1996

Quero saudar os militares que prepararam e participaram no Movimento das Forças Armadas do dia 25 de Abril de 1974. Eles gravaram uma página da História de Portugal.

Ao garantirem a liberdade e a democracia, puseram fim a um regime ditatorial, caracterizado pela opressão das polícias políticas, pela ausência de um Estado de direito democrático, pela violação persistente de direitos fundamentais e pela recusa do direito à autodeterminação dos povos.

Hoje, é já muito grande o número daqueles que, felizmente, não viveram sob a ditadura. É a esses, sobretudo, que importa relembrar o exemplo desses homens que, mal equipados e em número reduzido, tiveram a coragem de arriscar tudo em nome da Liberdade.

Mas, devo lembrar aqui, também, todos aqueles que sofreram e lutaram durante décadas para que um dia como o do 25 de Abril fosse possível. Mulheres e homens de várias gerações, de diversas ideologias e de todos os grupos sociais, mantiveram, desde 1926, uma tradição de luta e resistência. A ditadura militar, primeiro, e o Estado Novo, depois, em nenhum momento se puderam vangloriar de ter eliminado a resistência, de ter morto a esperança. A Liberdade e a Democracia Representativa são hoje valores fundadores do nosso regime político. Todos nos reconhecemos nesses valores, como o prova o amplo consenso sobre a natureza do regime alcançado, há precisamente vinte anos e mantido até hoje,

felizmente, em todas as revisões constitucionais. Esse foi um factor decisivo, na implantação da democracia, para a estabilidade política e para a consolidação do sistema partidário.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

O 25 de Abril permitiu o pleno desenvolvimento da cidadania. Deu a todos os portuguesas a liberdade de poder interpretar, sem imposição de dogmas, a evolução da sociedade. A liberdade de escolha democrática devemo-la ao 25 de Abril.

No fundo, o que se comemora no 25 de Abril é a liberdade para optar, para poder debater e decidir sobre o nosso destino colectivo. É a liberdade de escolher. Nada pode separar mais a democracia da ditadura do que a liberdade de poder escolher o caminho para onde queremos conduzir os nossos destinos individuais e o destino colectivo de Portugal.

E se esse dia foi um acto de revolta contra um regime iníquo, que a nossa comemoração possa ser, hoje, um acto de reflexão sobre o conformismo que tantas vezes se abate sobre as sociedades contemporâneas.

Hoje, mais do que nunca, torna-se imprescindível compreender o mundo em que vivemos, bem como as escolhas que se configuram. Somos continuamente confrontados com a máxima «é preciso adaptarmo-nos», como se não houvesse escolhas, nem alternativas: como se só houvesse uma solução possível.

O 25 de Abril abriu novos horizontes ao futuro de Portugal. Permitiu olhar para a frente com confiança. É importante reafirmar que o destino de Portugal depende de nós. De todos os portugueses. Mas para decidirmos o que nos interessa, precisamos de iluminar bem o contexto da nossa decisão.

Tradicionalmente, o recurso à experiência histórica bastava para nos garantir um adequado enquadramento das grandes questões e opções.

Mas no mundo de hoje, a unificação geográfica e as revoluções científicas e industriais levam-nos cada vez mais a olhar para o futuro como uma construção, como uma corporização das percepções e decisões do presente, e cada vez menos como uma fatalidade. Por isso, sem um esforço prospectivo de reflexão sobre o futuro, olhando para além da conjuntura, não seremos capazes de interpretar o presente, não teremos meios, sequer, para avaliar a esperança, no dizer do grande António Vieira.

É preciso medir o futuro. Mas, o futuro decorre apenas em parte dos indicadores de natureza económica: a outra parte, porventura a mais decisiva, resulta das visões e das aspirações dos principais agentes e actores da sociedade em que vivemos.

São eles que nas circunstâncias das sociedades contemporâneas constroem o sentido da nossa identidade.

É que para além da cultura e do património, a identidade depende hoje da capacidade colectiva de construir um desígnio, de uma ideia de futuro.

No mundo contemporâneo não há identidade sem projecto. É este o desafio que nos está lançado. A nossa identidade já não se pode definir e celebrar apenas pela história, tem de se alicerçar no consenso sobre o futuro de Portugal. Por isso, a construção da nossa identidade depende da qualidade da informação e da qualificação da cidadania.

A necessidade de um enorme esforço colectivo de aprendizagem é a característica técnica do nosso tempo. O nível de coesão de uma sociedade depende hoje de uma elevada actividade de comunicação interna. É esta a complexidade das sociedades modernas. E, por isso, é este o desafio que está colocado à coesão nacional. A coesão nacional é tanto menor quanto menor for a mobilidade social, quanto menor for o nível de articulação do planeamento e da subsidiariedade entre os diversos patamares da Administração.

Mas, a capacidade de reforçarmos a nossa identidade pela construção de um desígnio nacional, em que consensualmente os Portugueses se revejam, precisa que o conhecimento de Portugal e a capacidade de representar e interpretar a realidade não se encontre limitada. A investigação científica, a educação, a formação e a qualificação dos Portugueses são, por isso, uma prioridade. Só a aposta na qualificação das pessoas pode garantir que os cidadãos dispõem da informação necessária a escolhas cada vez mais complexas. Só assim reconquistaremos permanentemente a liberdade. Minhas Senhoras e meus Senhores,

O 25 de Abril garantiu, por outro lado, uma nova inserção internacional de Portugal. A adesão às Comunidades Europeias foi o corolário natural do fim de um período de autarcia, baseado na construção ideológica de um Império Colonial pluricontinental. A implantação do regime democrático permitiu a Portugal ser membro de pleno direito da União Europeia, condição sem a qual teria sido impensável garantir a modernização do País, tão grande era o atraso herdado do anterior regime.

A União Europeia tem perante si, na viragem do século, de resolver o problema da intensificação da integração económica, num quadro de coesão interna, da expansão de fronteiras, com o alargamento às novas democracias europeias. Portugal deve participar activamente no debate dessas reformas identificando os seus objectivos prioritários e estabelecendo em torno deles os consensos nacionais de forma a garantir uma política externa firme e determinada.

Igualmente, as alterações operadas no sistema político português abriram o caminho para um novo relacionamento com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, assente no pleno respeito pela soberania dos povos e na partilha de um passado histórico e cultural comum.

Alicerçadas numa vivência de cinco séculos, as nossas relações com aqueles Países avultam como um autêntico desígnio nacional, constituindo uma consensual prioridade da política externa portuguesa.

Neste quadro, o aprofundamento dos laços de solidariedade e afectividade que nos unem aos Estados Lusófonos e a dinamização das acções de cooperação multilateral assumem o carácter de imperativo nacional e de importante vector para o reforço da nossa capacidade de afirmação externa.

Distinta de outros relacionamentos pela sua especificidade própria, a Cooperação que temos desenvolvido, fundamentada numa solidariedade efectiva e na sua dimensão ética e cultural, projectou Portugal como interlocutor privilegiado e desejado. É um capital de credibilidade que importa preservar e potenciar, na óptica dos interesses mútuos associados às políticas de cooperação, nomeadamente no domínio das relações entre os países do Norte e do Sul. Entre outros aspectos, gostaria de recordar, hoje, aqui, pelo carácter simbólico de que se reveste, a cooperação que as Forças Armadas Portuguesas têm vindo a desenvolver, no cumprimento das suas missões em apoio da política externa do Estado e em conformidade com os objectivos da política nacional.

Essa política tem alcançado resultados notáveis em acções de cooperação técnico-militar com países lusófonos, abrindo portas a outras formas de cooperação, quer do Estado quer da Sociedade Civil.

A cooperação militar, desejada pelos países africanos lusófonos, tem de ser assumida por nós sem complexos, com naturalidade e ela é, em muitos aspectos, um instrumento da maior relevância na política externa portuguesa.

Essa cooperação abrange áreas que vão desde a formação de pessoal ao apoio da reorganização das forças armadas dos países

africanos lusófonos, a acções de intercâmbio no domínio da saúde e da formação de um número significativo de jovens em Portugal, nos estabelecimentos de Ensino e outras Unidades das Forças Armadas.

Estamos, assim, a contribuir: para fomentar a consolidação da ideia da Instituição Militar como elemento estruturante dos Estados e das Nações e suporte do exercício das instituições democráticas; e a contribuir, também, para a valorização do factor humano daqueles países. Qualquer um destes aspectos é vital para a consolidação e estabilização das jovens democracias pluripartidárias da África Lusófona.

Noutro plano, Portugal deverá continuar a lutar pela causa de Timor-Leste, no quadro dos esforços do Secretário-Geral da ONU, no cumprimento do seu mandato, na procura de uma resolução justa e internacionalmente aceite da questão de Timor-Leste.

O empenhamento de Portugal nesta matéria é, aliás, feito em coerência com dois valores essenciais que estiveram na própria génese do 25 de Abril e são hoje valores de referência da actuação internacional do Estado português: a defesa do direito dos Povos à autodeterminação e a defesa dos direitos humanos.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

O 25 de Abril marcou também uma importante viragem nas opções estratégicas do País. Hoje é, de novo, chegado o momento de pensar estrategicamente o futuro de Portugal avaliando com rigor alguns factores que o condicionam a curto prazo.

A escassa dimensão da retoma económica, o ajustamento aos critérios de convergência nominal, o aumento da pressão concorrencial externa e a abertura da Conferência Intergovernamental e a pendência de *dossiers* tão sensíveis para Portugal como o Alargamento, a terceira fase da União Económica e

Monetária e a definição das perspectivas financeiras depois de 1999 são matérias que aconselham a identificação rigorosa das linhas de orientação que nos devem nortear e, ao mesmo tempo, a necessidade imperiosa de formular as bases de uma concertação estratégica.

O presente exige opções claras e atempadas, um apurado sentido do interesse nacional, determinação na condução das políticas e, sobretudo, pedagogia na explicação das suas consequências.

As reformas necessárias não podem ser feitas ignorando os impactos sociais negativos que conjunturalmente provocam, porque assim se geram factores de conflitualidade que acabarão também eles por constituir obstáculos adicionais à mudança. Mas também é impossível olhar apenas ao curto prazo, porque a intervenção dispersa e avulsa se acaso impede o agravamento de tensões pontuais adia, porventura irremediavelmente, as opções de fundo. É sobre elas que é necessário acordar uma concertação estratégica.

Assim, é necessário que os agentes políticos e os parceiros sociais aceitem as responsabilidades inerentes aos desafios que se colocam ao País. A resistência à necessidade de concertação estratégica tem como única consequência introduzir um obstáculo adicional ao processo de mudança.

Exige-se, hoje, uma atitude de ajustamento positivo, de determinação, de confiança. Penso que para garantir esse desafio Portugal necessita de preparar, por um lado, as condições para uma competição aberta e, por outro, assegurar em paralelo condições para o controlo social e político das consequências de um mercado concorrencial aberto.

Não acredito na possibilidade de garantir uma economia moderna e competitiva na próxima década sem o desenvolvimento de políticas de solidariedade que lidem com o problema das tensões sociais provocadas pelo processo de modernização. A capacidade de construir o futuro de Portugal como país moderno, competitivo e socialmente equilibrado depende, em grande medida: da definição de um justo equilíbrio entre a convergência nominal e a convergência real no âmbito da União Europeia; da articulação entre as políticas de Emprego, Formação e Educação, fundamental para melhorar as condições estruturais da competitividade económica e proteger as condições de controlo social da mudança; e da relação importantíssima entre a coesão nacional, as políticas de solidariedade e o sistema de segurança social.

Hoje é necessário uma valorização digna do princípio da mobilidade, da aprendizagem permanente, da polivalência, da capacidade de adaptação à mudança.

Não é possível pensar no futuro, permitam-me que volte a este ponto, sem aceitar que esta realidade requer pessoas com novos padrões de qualificação. Não basta uma reforma no sistema de educação formal, é preciso aceitar que os sistemas de formação profissional estão a ganhar um carácter permanente e passam a ser decisivos para a adaptação constante ao mercado de emprego. Mas é errado pensar que esta capacidade de adaptação é apenas um problema dos trabalhadores. A formação de um corpo empresarial bem preparado é decisiva para a sustentação do emprego numa economia aberta e para o desenvolvimento essencial de uma sociedade civil mais autónoma e menos tutelada pelo Estado.

Tudo farei, no quadro das minhas competências constitucionais, para ajudar a criar o clima de confiança necessário à concretização dos acordos de concertação estratégica que vierem a revelar-se viáveis e adequados. Tudo farei para criar um clima de confiança na capacidade dos Portugueses em realizar com êxito essas reformas.

Precisamos de fazê-lo com entusiasmo e esperança, valorizando o que é novo, premiando o risco e o êxito, evidenciando o exemplo positivo como factor de mobilização social, combatendo as visões apocalípticas que alimentam a complacência e o conformismo.

O 25 de Abril deu lugar, após eleições livres, à Constituição de 1976, de que se comemoram os vinte anos de vigência.

A Constituição consagrou desde então a possibilidade de criação de regiões administrativas. No espírito dos constituintes estava presente a necessidade de contrariar uma grave tradição centralista e de utilizar a descentralização administrativa como um instrumento de planeamento e um poderoso estímulo ao desenvolvimento, corrigindo assimetrias e desfasamentos, que nos últimos vinte anos só se agravaram, valorizando recursos e competências, fortalecendo, nesse sentido, a coesão nacional.

Durante vinte anos não foi possível encontrar vontade política para levar por diante uma iniciativa legislativa que cumprisse esse preceito constitucional e dotasse Portugal desse instrumento de gestão, planeamento e racionalização de recursos num patamar intermédio entre o Poder Central e o Poder Local consagrado na Constituição da República.

O debate, importa reconhecê-lo, centrou-se sempre mais na discussão dos inconvenientes de um modelo de descentralização político-administrativa que não corresponde ao normativo constitucional que se limita a consagrar uma componente administrativa da descentralização. E, esse facto, descentrou a discussão da reflexão sobre a necessidade de encontrar esse, ou outro, instrumento de planeamento e gestão de recursos que articule operacionalmente áreas geográficas intermunicipais.

Creio que o debate sobre o processo de descentralização, que leve à criação de regiões administrativas no Continente deverá ser encarado com toda a naturalidade.

O facto de vários líderes de partidos com assento parlamentar se terem manifestado em apoio à necessidade dessa reforma, já constitucionalmente consagrada, só deve favorecer a desdramatização do debate e contribuir para que ele se centre na questão de fundo — as vantagens e os inconvenientes de se adoptar essa metodologia de descentralização — e menos nas questões de método e de calendário. O que importa sobre a descentralização administrativa do País, conhecida por regionalização, é a discussão sobre o fundo da questão, sobre o que ela representa para o futuro de Portugal e dos Portugueses. É sobre a questão de fundo que importa esclarecer os Portugueses. Tantas vezes, em torno desta discussão, avultam ideias feitas fruto de uma escassa pedagogia da reforma que se deseja levar a cabo. O debate de fundo, nos termos em que actualmente está colocado, parece só agora ter começado. Em boa verdade tratando-se de uma reforma da Administração só através dele se pode contribuir para a aproximação entre o Estado e os cidadãos. Numa matéria desta relevância, entendo dever continuar a advogar, como tenho feito desde o dia em que fui empossado por esta Assembleia da República, a vantagem de se construir um consenso o mais amplo possível.

Sobre a questão de fundo a minha opinião é conhecida. Quanto ao resto, está o Presidente da República obrigado a fazer cumprir a Constituição que jurou e que só a vontade soberana desta Assembleia da República, dotada de poderes de revisão, pode alterar. Mas, também, está o Presidente da República obrigado a interpretar as condições de garantia da Coesão Nacional, por isso tenho atribuído tão alto significado à necessidade de um amplo debate e de um amplo consenso.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Procurei, nos últimos dias, num conjunto de gestos simbólicos, expressar a necessidade de fortalecer um clima de confiança na capacidade de realização do povo português.

Não me esqueço, nunca me esquecerei, dos problemas que afectam Portugal. Dedico-lhes, naturalmente, a maior atenção.

Mas entendo dever contribuir para criar um clima de confiança no País, lutando contra conformismos deterministas e derrotismos injustificados. O País não se encontra num impasse.

Quis homenagear o 25 de Abril através de um conjunto de visitas onde fiz jus à capacidade de dedicação e de realização dos Portugueses, à capacidade para ultrapassar obstáculos e para atingir níveis de realização e de exigência.

O 25 de Abril representou o restaurar da esperança e da confiança na capacidades dos Portugueses, sem as tutelas autoritárias que substituíam a escolha livre e democrática pelo ditame de um poder ilegítimo.

Creio que a melhor forma de dar confiança aos Portugueses que neste momento possam passar por um período difícil é dar-lhes, simbolicamente, um sinal de que é possível acreditar na capacidade para ultrapassar os problemas e os constrangimentos.

Portugal é hoje um país moderno. Deve reforçar a sua identidade baseada no reconhecimento de um desígnio que oriente o nosso futuro.

Eu tenho confiança no futuro de Portugal.

Viva Portugal.

Sessão Solene Comemorativa do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas Lagos 10 de Junho de 1996

Celebramos o 10 de Junho em Lagos, cidade de tão ilustres e antigas memórias ligadas à aventura dos descobrimentos portugueses, que estamos a comemorar até ao fim do século. Festejamos o Dia de Portugal sob a evocação de Camões e em comunhão com as comunidades portuguesas e de lusodescendentes dispersas pelos cinco continentes. Essas comunidades estão presentes no nosso afecto, quaisquer que sejam as terras, próximas ou longínquas, onde vivam e trabalhem, prestigiando o nome de Portugal.

Neste dia, saudamos também fraternalmente todos os povos que falam a língua que nos é comum e que a enriquecem com as suas experiências plurais e com as visões do mundo que lhes são próprias: Brasil, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e o povo de Timor-Leste, que tem resistido heroicamente à opressão e à violência. Temos a responsabilidade de defender em todas as circunstâncias, não abrandando a nossa voz, o seu direito inalienável à autodeterminação, à liberdade e à identidade cultural e religiosa.

Todos esses povos são nossos irmãos pela história, pelo convívio secular, pelo afecto e pelo entendimento, são nossos irmãos pela língua, vamos constituir agora a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que contará com 200 milhões de seres humanos, e que temos a obrigação de considerar como um desígnio estratégico fundamental, tornando-a realidade viva de coopera-

ção e força activa dos mais sérios desafios pois essa é uma exigência de afirmação. Esse será no futuro um dos mais sérios desafios que temos, o qual terá de ser ganho, pois essa é uma exigência fundamental dos nossos povos.

Portugal está sempre pronto a prestar a sua colaboração, quando desejada, em todos os actos e processos que visem a paz, a democracia e o desenvolvimento dos países irmãos. Pela nossa parte, entendemos ter o dever de fazê-lo com isenção e sem complexos, que já não têm razão de ser, na solidariedade e no respeito pela vontade soberana de cada povo. Torna-se imperioso valorizar o muito que temos em comum, independentemente das opções livres de cada Estado. Sabemos que a língua é o mais forte e perene traço de união, constituindo o fundamento da comunidade que vamos instituir e o grande instrumento da sua projecção no Mundo.

O prémio Camões que entregamos a Eduardo Lourenço é um símbolo dessa comunidade e da língua em que o grande ensaísta tem dado voz às mais fundas questões postas pelos homens neste século, procurando respostas, logo a seguir transformadas em novas perguntas. Também é nesta língua que Eduardo Lourenço vem sondando, sem descanso, a nossa história, a nossa cultura, a nossa mitologia, com uma inteligência criadora excepcional. Graças a ele conhecemos melhor o que somos como homens deste tempo e como portugueses herdeiros dos vários tempos da história.

Pátria que fez da viagem, da procura, da descoberta, do encontro de culturas e de civilizações a substância da sua identidade, Camões simboliza-a e simboliza-nos. O seu Poema constitui a referência maior da nossa biografia colectiva. Em cada época, tem sido possível lê-lo com actualidade renovada. No nosso tempo, essa leitura surpreende-nos, mais do que nunca, pela força intacta e pela validade da sua mensagem.

Talvez isso aconteça porque Camões viveu num tempo de crise que, como o nosso, estava submetido às pressões contraditórias de uma era que findava e de outra que nascia. Como hoje, tinha sido abalada a imagem que os homens possuíam da sua condição e do seu destino. O nascimento da ciência experimental moderna e a descoberta de «novas ilhas, novas terras, novos mares, novos povos; e o que mais é, novo céu e novas estrelas», como disse de forma tão bela Pedro Nunes, teve fundas repercussões no pensamento e na vida.

Portugal esteve na origem do movimento de consciência e da atitude de progresso que é o melhor da cultura europeia.

Camões, com o seu génio, experimentou e captou esse clima de mudança, hesitação, dúvida, conflito interior. Nele, como em poucos, cruzam-se a herança recebida do passado e o apelo visionário do futuro. Compreendeu que «todo o mundo é composto de mudança» e que «continuamente vemos novidades». N'Os Lusíadas está o mundo e está Portugal que deu a conhecer o mundo a esse mundo. Mas Os Lusíadas não são apenas uma epopeia glorificadora, são também um manual de sinais e de advertências para os perigos e as consequências dos erros humanos. A memória das glórias do passado nunca pode ser refúgio para as desilusões ou a insatisfação do presente. Os povos que assim procedem perdem energia e alma, ficam prisioneiros de si mesmo. Nós queremos, justamente, lembrar os grandes exemplos do passado, de modo a neles colher ânimo para olharmos o futuro. No caso de Camões, retemos a lúcida coragem de pensar o novo e o diferente. É dela que precisamos para enfrentarmos as novas faces de um tempo, cujas características maiores são a complexidade e a imprevisibilidade

A nossa época — que é a época da globalização, do espaço, da comunicação, da Internet — exige uma atitude que os Portu-

gueses estão em boas condições de compreender. Exige sentido do universal, consciência da unidade do Mundo e de que tudo está ligado a tudo, capacidade de pressentir o que vai aparecer, coragem de correr riscos.

Os Portugueses deram historicamente provas desses atributos, com desassombro e perspicácia para vencer dificuldades, curiosidade pelo novo e adaptabilidade ao diferente e ao mutável. A afectividade da nossa maneira de ser é também um valor muito importante num mundo que precisa ser re-humanizado.

A democracia procura, hoje, novas formas de participação nas decisões e novos meios de aproximação entre os eleitores e os seus representantes, estes objectivos passam pela maior abertura das instituições e por uma mais autêntica e consequente ligação às pessoas, à vida quotidiana e aos problemas concretos. As qualidades humanistas que sempre evidenciámos de proximidade afectiva e abertura cultural podem, nesse sentido, ter um carácter vivificador exemplar. Devemos fazer delas a marca criadora da nossa intervenção cívica e política.

Porque sabemos que esses são poderosos trunfos que possuímos e que temos de saber valorizar, devemos também evitar, combatendo-os, aqueles motivos que nos provocaram, no passado, períodos de decadência. Temos de ser sempre mais exigentes na prática quotidiana da democracia, aperfeiçoando as instituições e as relações de tolerância entre os cidadãos que devem participar e fazer ouvir a sua voz. Devemos ser mais exigentes connosco próprios, com o que somos e o que fazemos, com o contributo que damos à comunidade. A nossa história ensina-nos que, nos períodos de progresso, fomos sempre capazes de integrar, sem conflitos, o trabalho e o valor individuais no esforço e na acção colectiva, valorizando-os mutuamente.

Temos de ser mais perseverantes no alcançar dos objectivos, mais combativos nos desafios a vencer, mais organizados e firmes na execução dos projectos, mais ambiciosos nos desejos e aspirações. Devemos cultivar o que sabemos ter de bom e corrigir o que não nos satisfaz, devemos afirmar os valores da nossa identidade secular e não ter medo de assumir um novo patriotismo, atento à lição da história, dinâmico e mobilizador, com raízes no passado e voltado para o futuro.

Orgulhamo-nos legitimamente de pertencer a uma nação secular, com uma cultura riquíssima, uma grande história e que é hoje uma terra livre de mulheres e homens livres.

A nossa relação com Portugal não é apenas consubstanciada numa ideia. É também um instinto e um sentimento forte, vivo e mobilizador. Afirmarmos esse sentimento não é uma proclamação retórica, é um compromisso reafirmado que significa assumirmos um sentido de responsabilidade activa e de partilha solidária. Esse compromisso traduz-se em não aceitarmos nem a discriminação nem a exclusão de ninguém, em prestarmos apoio e atenção aos que mais precisam. Significa que cada um sente como seu o destino de todos, lutando contra o egoísmo que alheia, contra a passividade que desresponsabiliza, contra o fatalismo que faz desistir. É combater pela liberdade, pela justiça, pela solidariedade. É defender a nossa identidade, a coesão nacional, a língua, a cultura, bens preciosos que temos de enriquecer, acrescentar e afirmar no mundo.

O novo patriotismo de que vos falo assenta na força da coesão nacional e no dinamismo social com consciência de que a acção individual se continua e enriquece na relação com os outros, visando o bem do País. Este patriotismo não é fechado nem incompatível com a nossa participação activa nos projectos e organizações internacionais a que pertencemos e às quais queremos dar o nosso contributo original.

Gostaria que os Portugueses não encarassem a celebração deste dia como um ritual vazio que se repete ou uma formalidade oficial que se cumpre. Gostaria que todos e cada um de nós fizéssemos uma pausa para pensar nos deveres que temos para com Portugal, qualquer que seja o nosso lugar na sociedade, pois somos todos portugueses. Gostaria que este dia de Portugal fosse sentido pelos Portugueses como o seu dia e o dia de todos. Desejo que estas celebrações contribuam para estreitar os laços que nos unem e nos tornam uma comunidade em movimento, coesa e forte.

Nós não fomos e não somos uma nação porque estamos juntos ou porque o destino nos juntou. Somos uma nação porque nos quisemos e nos queremos juntos, coesos e solidários, para construir alguma coisa que valha a pena e que, por ela, as gerações futuras guardem memórias de nós, como nós conservamos memória dos que nos antecederam e fizeram Portugal.

Somos uma nação, porque temos uma vontade colectiva, confiança em nós próprios, nas nossas capacidades e na nossa ambição de fazer mais e melhor.

Sabemos que há dificuldades, atrasos, injustiças e problemas graves. Conhecemos a situação de alguns dos nossos concidadãos. Eu não os esqueço. Sabemos que a Europa atravessa um período de definição. Temos consciência de que se exige de nós um grande esforço, que é fundamental para o futuro. Por tudo isso, precisamos de afirmar o que nos une, reforçar o que somos, fazer ouvir a nossa voz, valorizar as pessoas e, em especial, os jovens, não desperdiçar energias e recursos, defender os nossos interesses, assegurar a estabilidade e a paz cívica. Não queremos ficar na defensiva, à espera, queremos participar, ajudar a construir o Portugal, a Europa e o mundo do próximo milénio.

Neste tempo, uma das responsabilidades dos que recebem dos seus concidadãos o mandato e o encargo de os representar é a

Sessão Solene Comemorativa do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas

procura de consensos amplos e dinâmicos, em torno de princípios e objectivos essenciais. Só deste modo se evita a tentação de tudo voltar sempre a pôr em causa, recomeçando de trás. É através dos consensos responsáveis e sólidos que é possível a definição de acordos e formas estáveis de entendimento e concertação, a partir das quais se pode progredir com segurança. A experiência dos vinte e dois anos vividos em democracia dá--nos esta lição: quando alcançámos consensos, duradouros, que não foram postos em causa, conseguimos reforçar as instituições, aprofundar as reformas, prestigiar a política e consolidar o próprio regime democrático. Importa ter presente essa lição. Como Presidente da República, eleito pelos Portugueses com o compromisso de deles estar próximo e de em seu nome falar, tudo farei para mobilizar o País em defesa dos grandes princípios e em torno dos objectivos que nos unem e fazem avançar. Neste dia de tão grande significado, aqui, em Lagos, junto ao mar que nos fez grandes, reafirmemos, com confiança no futuro, a nossa vontade de engrandecermos Portugal e de servirmos o povo português.

CERIMÓNIA EVOCATIVA

DA IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA

Câmara Municipal de Lisboa

5 de Outubro de 1996

O 5 de Outubro de 1910, que hoje comemoramos, foi durante décadas evocado num contexto de Resistência.

A Ditadura Militar instaurada com o 28 de Maio de 1926, e o Estado Novo de Salazar, lançaram sobre a I República as mais violentas acusações, e do seu descrédito procuraram tirar efeitos legitimadores da negação da Liberdade. Por isso, a oposição ao autoritarismo salazarista não podia deixar de integrar uma componente reabilitadora dos valores e até da experiência republicanas em Portugal.

Os condicionalismos da luta política podem ter conduzido a algumas simplificações de análise duma realidade que foi complexa e contraditória. O poder assente no arbítrio pretendeu limitar as escolhas segundo um critério maniqueísta e há que reconhecer que a Oposição nem sempre pôde evitá-lo.

Sejamos no entanto justos: no combate pela Liberdade, a que se aplicaram diversas gerações, entre 1926 e 1974, esse contributo republicano foi muitas vezes decisivo.

Quero pois prestar homenagem aos homens e mulheres que, nas mais adversas circunstâncias, com sacrifícios pessoais em dimensão só equiparável ao seu empenhamento político, transportaram para o período da Ditadura a chama da resistência e o sonho da restauração de um regime liberal.

Sob múltiplos aspectos o significado da I República em Portugal é hoje mais uma questão da História do que da Política. O mérito dessa transposição cabe à Democracia. O juízo sobre o 5 de Outubro e o regime republicano saiu do palco da luta política. A legitimidade do poder democrático edificou-se sobre regras e procedimentos largamente consensuais na sociedade portuguesa e a invocação da I República pôde assim deixar de funcionar como arma de arremesso da contenda política.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Se alguma comparação é permitido hoje estabelecer entre os dois regimes republicanos portugueses, essa comparação é amplamente favorável ao que saiu do 25 de Abril.

A Democracia, sobre a qual chegou a pairar, como se recordam, o espectro da ingovernabilidade, que outrora tinha sido associado à I República, tem sabido não apenas garantir a Liberdade, como assegurar um quadro de normal funcionamento das instituições, mesmo em situações de alguma tensão e risco.

Um traço comum une, todavia, estas duas datas revolucionárias do século XX. Assinalam ambas a eclosão de uma forte componente popular, que se apresenta com programas de modernização do Estado e da Sociedade. Essa forte componente popular contribuiu em ambos os casos para vincar o carácter nacional dos movimentos que quiseram promover um Estado aberto a novos protagonistas e uma sociedade mais dinâmica.

Defensores da descentralização administrativa do País, os republicanos difundiram uma cultura cívica da participação social e política, suportes indispensáveis da vitalidade das organizações sociais e duma opinião pública influente. Por isso mesmo a República possibilitou o acesso de novas camadas sociais — até então excluídas ao protagonismo e ao combate social e político. A República reconheceu um amplo leque de liberdades e de novos direitos. Prometeu — ainda que não o tenha cumprido — o sufrágio universal. Mas mesmo se muitos destes objectivos e pro-

messas não lograram concretização, ou foram desvirtuados, o modelo de legitimação do poder político que a República advogou — o princípio das eleições a todos os níveis — constituiu indubitavelmente um dos pilares do Estado Democrático Moderno. O 5 de Outubro promoveu igualmente um novo conceito de cidadania, baseado no nexo entre a nacionalidade e a integração política, como forma de coesão nacional, com tradução em duas reformas nucleares: o Exército miliciano e o Ensino. Neste último domínio, o período republicano constituiu um riquíssimo laboratório de criações, algumas das quais, como o ensino superior aliado à investigação, que ontem tive a ocasião de evocar no aniversário do Instituto Superior Técnico, lograram repercussão positiva e duradoura na qualificação dos Portugueses.

Das propostas dos republicanos do 5 de Outubro constava, como se sabe, a promoção do laicismo. Dele decorria o princípio da separação entre as Igrejas e o Estado, uma das primeiras medidas do Governo Provisório, com múltiplos efeitos no Direito e nas relações sociais. A execução desta medida lançou uma das controvérsias políticas e sociais mais graves da vida da I República, cujos ecos só abrandaram depois da Grande Guerra. Mas o princípio da Separação permaneceu inabalável, como um dos pilares do Estado Moderno e foi à sua sombra que se assegurou em Portugal a liberdade religiosa e que a Igreja Católica deu corpo a uma nova autonomia do seu múnus próprio.

A República reforçou igualmente, importa sublinhar, um entendimento mais activo do papel de Portugal na Europa, no quadro do qual o Estado português não só participou na Grande Guerra, como se empenhou na construção da Sociedade das Nações. Minhas Senhoras e meus Senhores.

Os republicanos difundiram, como tive já ocasião de referir, uma cultura cívica da participação social e política. O seu programa

de modernização do País comportava como condição necessária a participação dos cidadãos como sustentáculo essencial da vitalidade nacional. Se é verdade que, na prática, essa ideologia não se transformou em programa político plenamente realizado, não é menos verdade que a nova República, saída do 25 de Abril e herdeira desses valores, necessita hoje, como então, de assentar o seu programa de modernização do País num reforço de participação dos cidadãos na *Res Publica*.

A dimensão política dessa participação, sendo condição necessária não é porém suficiente. Enfrentar com êxito a modernização obriga, igualmente, a um esforço acrescido das instituições sociais, no quadro da articulação de interesses e do amortecimento dos efeitos da desigualdade e da exclusão social.

É um grande desafio nacional que não poderemos deixar de encarar com rigor, com firmeza e com sentido do destino do País. Sem capacidade de inovação, não há modernização. Mas sem solidariedade não há integração social nem coesão nacional. No centro deste problema estão o Estado, as instituições políticas, lado a lado com as instituições sociais, com a família, a escola, as empresas, as organizações voluntárias.

O esforço de solidariedade que temos de exigir aos Portugueses, para diminuir a exclusão social e para garantir a capacidade de absorção dos custos da modernização do País, não pode ser encarado de uma forma exclusivamente tributária e redistributiva.

O apelo e o incentivo a que se mobilizem energias para enfrentar as dificuldades e absorver os custos sociais da mudança tem de ser acompanhado de políticas coerentes de combate à exclusão social e de uma maior capacidade de articulação entre o cidadão, as formas organizadas da sociedade civil e as instituições do Estado.

A solidariedade é um conceito que tem de ser praticado pelos cidadãos, como forma de participação e condição do processo de modernização do País. Não pode ser apenas um discurso ideológico exercido pelos governos através de dotações orçamentais. Um coisa sem a outra será sempre insuficiente.

A capacidade de adaptação à mudança das instituições, da família, da empresa, da escola, é uma condição decisiva da modernização. O sistema político não pode ignorar esse factor e tem por isso de encontrar mecanismos de integração e de aprofundamento da participação cívica dos cidadãos.

Permita-me, aliás, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, que refira em particular que o republicanismo é, também, inseparável de um importante movimento de urbanização do País que foi decisivo para a modernização do Portugal de então.

Terei amanhã, numa importante iniciativa organizada pelo Município de Lisboa e a Campanha Europeia das Cidades Sustentáveis, ocasião de me referir com maior detalhe ao importante tema da «Cidade» nas sociedades contemporâneas.

Na passagem do século XIX para o século XX a cidade desempenhou um papel fundamental na consolidação de novas sociabilidades, associadas à afirmação de novas classes sociais e a uma ruptura entre estas e a sociedade rural. Mas, hoje, no momento em que vivemos já o trânsito do século XX para o século XXI, a reflexão que nos é imposta pela realidade é de procurar novas formas de relacionamento entre a administração da cidade e da República como condição de sucesso dos processos de absorção das transformações sociais.

A nova cultura democrática que importa desenvolver assenta numa informação que deve estar cada vez mais difundida e acessível. É essa nova cultura democrática que abrirá vias inovadoras de relacionamento entre as administrações e os cidadãos, aumentando a responsabilização e a transparência nos processos de decisão, aumentando a capacidade de intervenção dos cidadãos, facilitando e clarificando os procedimentos e a anulação da componente arbitrária das práticas administrativas.

Da modernização do País faz necessariamente parte a crescente capacidade de adaptação da Administração às novas exigências de eficácia das sociedades contemporâneas. Só isso pode criar um clima de confiança na Administração por parte dos cidadãos e dos agentes económicos.

Creio que no dia em que se cumpre mais um aniversário sobre a fundação do regime republicano em Portugal importa sublinhar os valores essenciais que ditaram a implantação desse novo regime. Continuamos a reconhecer-nos nesses valores. E eles continuam a ser os elementos fundadores do Estado Democrático.

Viva Portugal!

Viva a República!

MENSAGEM DE ANO NOVO (Transmitida pela televisão e rádio) 1 de Janeiro de 1997

Neste dia que faz apelo a um renovado sentimento de confiança no futuro, dirijo-me a todos os portugueses, onde quer que se encontrem, para lhes desejar Bom Ano.

Gostaria que entendessem este desejo que formulo, não apenas como um acto que cumpro — gratamente, aliás por tradição ou dever —, mas que sobretudo o aceitassem como um voto caloroso em que ponho um acento pessoal e afectivo.

A proximidade às pessoas — aos seus problemas, preocupações, expectativas — é um princípio fundamental que inspira a minha acção. Como não o ter presente, no dia em que o novo ano começa e nos queremos e nos sentimos mais próximos uns dos outros, na esperança partilhada de que é possível melhorar as coisas, no sentido da solidariedade e da justiça?

O próximo ano vai ser um ano que marcará o nosso futuro. Alguns dos desafios que vimos enfrentando decidem-se, pelo menos em parte, em 1997. Temos de realizar o Portugal que o nosso tempo exige e que a nossa ambição requer. Temos de cumprir a responsabilidade europeia que assumimos e fazer dela um projecto largo, dinâmico e mobilizador, que está para além das metas de política económica e financeira, que são apenas — não o esqueçamos — um instrumento, ainda que necessário e, nesta fase, mesmo decisivo. O ano que agora terminou, e no qual, por vontade vossa, fui eleito Presidente da República, completou o início de um novo ciclo político.

Temos condições de estabilidade, cooperação e normalidade institucional, no respeito pela autonomia de cada órgão de soberania e das suas competências próprias.

A resolução dos problemas, a resposta aos desafios, a eficácia das decisões exigem que não se perca tempo com querelas e conflitos inúteis.

Os problemas da nossa sociedade, como os de todas as sociedades modernas, são múltiplos e complexos.

Muitos deles, embora com grau diverso, não são, aliás, de tipo diferente daqueles que os nossos parceiros europeus experimentam. Como nalguns desses países, porém, também pode vir a instalar-se entre nós uma atitude mental que se traduz numa certa passividade, resignação e indiferença perante os problemas, as dificuldades, os dramas. Tal atitude resulta da ideia de que, pelo menos por enquanto, eles são inevitáveis e mesmo inultrapassáveis. Se é verdade que muitos dos problemas não podem ter soluções fáceis ou imediatas e têm origem nas mutações tão radicais dos últimos anos, em todos os domínios, não é menos certo que a condição para que as soluções possam surgir é a da recusa do pensamento único, é também não aceitar o inaceitável, é, finalmente, a insatisfação crítica perante o que está mal.

Devemos querer para poder, pois, como disse o grande Padre António Vieira, cujo terceiro centenário se assinala em 1997, «o querer e o poder, se divididos são nada, juntos e unidos são tudo». O desemprego e as carências do primeiro emprego, a exclusão, a marginalização são alguns desses problemas face aos quais não podemos ficar indiferentes. Quaisquer que sejam as causas, todos sabemos que as suas consequências são dramáticas para os que as sofrem, para o equilíbrio da sociedade, para a vitalidade e o prestígio da democracia. A prazo, podem mesmo constituir ameaças graves, que têm de ser prevenidas.

Não podemos, de facto, permitir — e sei que não permitiremos — que, quase no início do novo século, as desigualdades se acentuem, a solidariedade se rompa, a sociedade se divida em grupos isolados e afastados, que perderam o sentimento comum de pertença e de partilha.

Como já disse, não há — não pode haver — portugueses dispensáveis. É por isso que a coesão social se tornou num imperativo fundamental e irrecusável, que não é tarefa apenas do Estado, mas de toda a sociedade.

Fenómenos como a droga e a insegurança têm uma relação profunda e são sintomas universais de uma crise e de um mal-estar que têm de ser assumidos em todos os níveis de responsabilidade política, cívica e cultural.

Tenho procurado, no tempo que decorreu desde a minha investidura, estar presente junto das pessoas, para as ouvir, conhecer e dar a conhecer as suas dificuldades, com certeza, mas também o que de bom tem sido feito.

É verdade que há por todo o País sinais seguros de mudanças para melhor e de inovação, na economia, na criação cultural, na investigação científica, nas artes, nas novas tecnologias, na defesa do ambiente e do património. As gerações mais jovens estão despertas e querem participar na vida colectiva. Não as podemos defraudar. Temos de vencer a batalha da educação, da ciência, da cultura, da formação e da actualização profissional.

Este é um objectivo estratégico fundamental que tem de ser assumido no quotidiano. Hoje, a cidadania e a participação nas decisões estão indissoluvelmente ligadas à educação, desde a frase pré-escolar, à preparação cultural e científica, à complementaridade dos conhecimentos, à informação e à comunicação. Precisamos que a nossa sociedade seja percorrida por

uma cultura de abertura aos novos saberes e que integre as grandes questões que a ciência e a técnica põem à humanidade. Entendo que me compete, como Presidente de todos os portugueses, contribuir para que o esforço de desenvolvimento económico e modernização cultural seja conseguido, não esquecendo, porém, a solidariedade que o sustenta, o torna duradouro e a cidadania que lhe dá sentido mobilizador.

Considero também que devo apoiar as novas gerações e o seu trabalho de inovação, mudança e criatividade, cujos resultados, por entre dificuldades, já são visíveis nas Universidades, nas empresas, na acção e na descentralização cultural, no poder local, na intervenção social, na igualdade de direitos entre mulheres e homens, no combate contra o racismo e a discriminação. Queremos uma sociedade culturalmente aberta e politicamente enriquecida pelo contributo de todos — os que têm a responsabilidade do Governo e os que estão na Oposição. Em democracia, todos são fundamentais. Só assim se poderão obter os consensos mínimos que dão às nossas instituições aquela capacidade de adaptação e reforma que um tempo de tantas mudanças exige. Portugueses,

O ano que terminou ficará assinalado pela atribuição do Prémio Nobel da Paz aos nossos irmãos timorenses Dom Ximenes Belo, Bispo de Díli, e Ramos Horta, dirigente da resistência.

Esta atribuição, que culminou com a emocionante cerimónia de entrega do Nobel, realizada em Oslo, tem um significado transcendente e da maior importância para a causa timorense. Prova também que a perseverança na defesa do que é justo, não obstante as dificuldades e as pressões, acaba, mais tarde ou mais cedo, por dar frutos. É nossa obrigação prosseguir o combate político e diplomático que vimos desenvolvendo e que tem como único objectivo a defesa do direito do Povo de Timor-Leste à

autodeterminação e a denúncia das intoleráveis e permanentes violações dos direitos humanos a que a Indonésia o submete. Em 1996, ocorreram também factos muito significativos em termos da afirmação externa do Estado Português e de valorização dos meios de que dispomos para a defesa dos nossos interesses na cena internacional. Foi institucionalizada a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que precisa agora de se tornar uma realidade dinâmica e activa, Portugal foi eleito para o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, a realização em Lisboa da Cimeira da Organização de Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) — modelar nos aspectos organizativos de nossa responsabilidade — reforçou a nossa capacidade de intervenção. Estes acontecimentos demonstram que a Comunidade Internacional confia no papel de Portugal, em ordem à criação de condições de paz e de progresso no Mundo. A nossa participação em missões de paz internacionais muito tem contribuído, também, para reforçar a afirmação internacional do novo Portugal.

É meu dever sublinhar o papel de todos aqueles portugueses que, na Bósnia ou em Angola, arriscam a sua vida para que a paz seja possível. Portugal orgulha-se do modo exemplar como as Forças Armadas Portuguesas têm exercido e estão a exercer as sua difíceis missões. Esperamos seriamente que 1997 seja, num e noutro país, um tempo de consolidação dos processos de paz e de reconciliação nacional.

Durante o ano que hoje começa serão certamente tomadas decisões extremamente importantes para o futuro da Europa, de que somos parte integrante. Tais decisões terão a ver com a moeda única, com o alargamento da União Europeia, com as reformas indispensáveis para assegurar a eficácia dos mecanismos previstos nos Tratados, com a credibilidade das institui-

ções europeias e com a projecção e o peso da Europa no Mundo. O que importa é preservar, sempre, a natureza política, social e cultural do projecto europeu. Consolidar uma Europa de paz e segurança, construir uma Europa aberta e democrática, na qual os Europeus — todos os europeus — se reconheçam e sintam como sua, fortalecer a Europa dos cidadãos e para os cidadãos, onde as dimensões de solidariedade e de coesão sejam ampliadas.

Portugueses,

No início de um ano tão importante para nós, quero dizer-vos que devemos empenhadamente reforçar a coesão e a unidade nacional, sem o que tudo se tornaria mais frágil, precário e difícil. Não percamos a consciência de que quaisquer que sejam as legítimas divergências de pontos de vista ou os conflitos de interesses, o que nos une é sempre mais importante do que aquilo que nos divide. O que nos une faz de nós uma comunidade sólida e em movimento, herdeira de uma história e de uma cultura de que nos orgulhamos, portadora de valores comuns e segura da sua identidade, possuidora da vontade firme de construir um futuro melhor para todos os portugueses.

Temos razões para acreditar que vamos vencer os desafios, por mais complexos que se apresentem. A nossa história recente mostra que, por entre dificuldades e riscos, conseguimos consolidar e aperfeiçoar a democracia, desenvolver e modernizar o País, dinamizar a sociedade e a iniciativa individual. Nada autoriza, por isso, o pessimismo e a lamúria ou que cultivemos uma imagem negativa de nós próprios. Já Fernando Pessoa advertia para esse perigo, quando escreveu: «Uma nação que habitualmente pensa mal de si mesma, acabará por merecer o conceito de si que anteformou. Envenena-se mentalmente. O primeiro passo para uma regeneração, económica ou outra, de Portugal é criarmos

um estado de espírito de confiança — mais, de certeza — nessa regeneração.»

Saibamos, pois, conciliar o saudável e necessário exame crítico do que está mal com a vontade optimista de fazer melhor e de vencer num mundo cada vez mais aberto e competitivo.

Quero, neste momento, agradecer a cada português, a cada um de vós, o contributo dado, pelo vosso trabalho, pela vossa inteligência, pelo vosso esforço, para que Portugal se tenha tornado num País mais desenvolvido e próspero, mais livre e tolerante, mais solidário e justo, mais moderno, preparado e criativo. Vamos prosseguir esse combate pela melhoria de vida das pessoas, contra a exclusão.

Como Presidente da República, tudo farei para que o novo ano seja de concórdia entre os Portugueses e de unidade nacional, de modo a que possamos atacar os problemas, buscar soluções, responder aos desafios, contribuindo assim para a construção de uma Europa forte e de um Mundo solidário e pacífico.

Desejo Bom Ano a todos — aos Portugueses que vivem e trabalham no País; aos que escolheram ou foram obrigados, por vicissitudes várias, a tentar noutras paragens a sua realização pessoal e familiar; mas também àqueles que procuraram a nossa terra para viver e trabalhar. Este é o meu voto reiterado, neste dia em que, todos os anos, a esperança se renova e dilata à medida das mais altas aspirações humanas.

Feliz Ano Novo!

CAPÍTULO II

ESTADO E SOCIEDADE

«É que de bem pouco valerá ter direitos ou deveres, se não houver garantia de que os direitos são respeitados e os deveres cumpridos.»

«Revalorizar, neste sentido, o Estado de Direito, é, assim, tema de política e, por isso, de exercício empenhado e responsável da cidadania.» Sessão de Abertura das Jornadas de Direito Constitucional Faculdade de Direito de Lisboa 18 de Abril de 1996

Há no tema que é objecto das Jornadas Constitucionais e nas circunstâncias do momento em que se realizam, razões suficientemente importantes para justificar que estas breves palavras vão para além do regozijo natural de quem vê neste tipo de iniciativas muito da razão de ser da própria instituição universitária.

De facto, a estabilidade constitucional que experimentamos e a normalidade com que a sociedade portuguesa assume e integra as vicissitudes próprias da vivência de uma cidadania plena num quadro de liberdade, mesmo no que se refere a fenómenos outrora tão contundentes ou sensíveis como os da alternância política, tendem a deixar quase no esquecimento ou a não relevar devidamente aquilo que, sendo natural, não deve ser, por isso, menos assinalável, ou seja, o facto de uma Constituição democrática acabar de cumprir vinte anos.

E basta apelar à história do nosso constitucionalismo e à memória da instabilidade política, mas também constitucional, que percorre os nossos séculos XIX e XX — exceptuando o período do nosso século, durante a ditadura, em que a continuidade constitucional foi lamentavelmente construída sobre o sacrifício dos princípios basilares do Estado de Direito —, para verificarmos quão significativa é a efeméride que constitui o feliz pretexto da realização destas jornadas.

E esta nota de estabilidade, que começa a ser uma marca da Constituição de 1976, é tanto mais de realçar quanto ela — tal como a quase totalidade das nossas Constituições — nasceu de e num processo de ruptura política.

Mas, e ao contrário das anteriores Constituições com idêntica origem, ela soube e pôde construir, da diversidade dos contributos que a fizeram nascer, a unidade de um projecto normativo coerente, de virtualidades conformadoras do processo de transformação e desenvolvimento que atravessou a sociedade portuguesa nos últimos vinte anos.

Simultaneamente, aquela diversidade conferiu-lhe a vocação de abertura que, apesar dos receios manifestados na altura da sua aprovação, lhe tem permitido, através, não apenas das diferentes revisões entretanto verificadas, mas também de uma interpretação e aplicação criadoras, constituir a fonte renovada da legitimidade do regime saído do 25 de Abril.

Ao longo deste período, as significativas alterações que entretanto se produziram no seu texto permitiram, sucessivamente: pôr termo ao período de transição inicial, adaptando, consequentemente, a específica organização de poderes e enquadramento ideológico que o caracterizavam; reorientar o sentido da organização económica e acompanhar o processo de integração europeia; aperfeiçoar e reforçar continuamente os mecanismos de racionalização e controlo do poder político e as garantias e direitos fundamentais dos cidadãos.

Apesar disso, podemos dizer que é ainda a mesma a Constituição que aqui nos propomos celebrar e discutir.

E é a mesma porque permanecem os elementos e a natureza do tipo de Estado de Direito, democrático e social, cujo primado se inscrevia já expressamente no Preâmbulo da versão originária da Constituição de 1976; porque é o mesmo o regime político

democrático, bem como o sistema de governo e a estrutura da separação e interdependência dos poderes tão judiciosamente equilibrados pela Assembleia Constituinte; porque é a mesma a forma de Estado unitário, mas também descentralizado, regionalizado e participado, que o poder constituinte originário idealizou; porque são essencialmente as mesmas essas estruturas tão decisivas da democracia dos nossos dias como são o sistema eleitoral ou a configuração particular do pluralismo político e sistema de partidos cuja institucionalização a Constituição fixou ou favoreceu; porque permanece inalterada a intenção última de assentar a República Portuguesa na dignidade da pessoa humana e na garantia e promoção efectiva dos direitos fundamentais dos cidadãos.

Mas, sobretudo, podemos dizer que a Constituição actual é a Constituição de 1976 porque permanece inalterável o consenso em torno da natureza representativa do nosso regime democrático. A democracia plebiscitária foi explicitamente recusada pelos constituintes de 76 que quiseram fazer da natureza representativa do sistema político um factor de estabilidade e um princípio essencial, ontem como hoje, à consolidação do sistema partidário português.

Creio convictamente que a democracia representativa é um importante factor de estabilidade política. E de entre as reformas que posso conceber necessárias para aumentar a proximidade entre o cidadão e o sistema político não incluo nunca a transformação do nosso regime numa democracia plebiscitária.

A Constituição da República Portuguesa consagra aliás, desde 1989, o instituto do referendo. Fê-lo em termos cautelosos, procurando um equilíbrio dentro do sistema democrático, configurando-o como instrumento de democracia directa, e mantendo-o numa posição secundária face ao princípio da democracia representativa.

Mas o sentido de identidade e permanência da Constituição de 76 não tem sido desenvolvido, nem deve afirmar-se, a custas da rigidez, da cristalização ou da imutabilidade das soluções constitucionais.

A realização destas Jornadas comemorativas dos vinte anos da Constituição ocorre, curiosamente, no preciso momento em que foi aberto um novo processo de revisão constitucional.

É sabido que esta é uma das áreas em que a Constituição é mais ciosa da atribuição da exclusividade da iniciativa e da competência definitiva de aprovação aos deputados e à Assembleia da República.

Assim, a reserva e a contenção normalmente exigíveis ao Presidente da República são aqui ainda mais sensíveis.

Permita-se-me, no entanto, formular os votos que penso serem os de cada um de nós e de todos os portugueses. Que a revisão em curso contribua, tal como as anteriores, para uma renovação temporal e circunstancialmente adequada do conteúdo da Constituição, num processo de desenvolvimento constitucional sem rupturas nem afrontamentos desnecessários.

A abertura de um processo de revisão constitucional não é feita por imposição de um calendário, mas porque a sociedade e o sistema político evoluem.

O aperfeiçoamento do normativo constitucional, para o adaptar a novas realidades e exigências das sociedades contemporâneas torna-se assim uma exigência a que os partidos devem dar resposta procurando um compromisso que garanta uma maioria de revisão.

Por isso, é importante ter presente que há na sociedade portuguesa uma legítima e fundada esperança que a abertura do processo de revisão constitucional desemboque na evolução e aperfeiçoamento do sistema político. E que a procura dos consensos

necessários corresponda a esse propósito e que ele não seja afectado pela natural conflitualidade do dia a dia do relacionamento interpartidário.

A abertura do processo de revisão constitucional correspondeu à vontade política dos partidos em querer aperfeiçoar o regime. Creio que os Portugueses assim o compreenderam e desejam, naturalmente, que essa oportunidade não seja desperdiçada: que se conclua a revisão agora iniciada dando consagração constitucional a reformas há muito em debate na sociedade portuguesa. De resto, a sensibilidade e a procura do consenso que têm presidido às anteriores revisões permitem-nos esperar que, sem perda do seu carácter normativo, a Constituição de 1976 se possa continuar a afirmar e desenvolver como Constituição aberta ao aperfeiçoamento, à mudança e à adaptação permanente às novas realidades.

Não há hoje, ao contrário do que ocorreu nos primeiros tempos da nossa democracia, uma questão constitucional.

Os programas políticos e as reformas prometidas pelas maiorias parlamentares ou as forças políticas que sustentam os governos têm sido e podem continuar a ser realizadas sempre que, para tal, haja a necessária determinação e vontade política, não podendo imputar-se à Constituição ou ao sistema de poderes por ela instituído a causa de qualquer bloqueio insuperável. E essa deve ser uma razão acrescida para fundar legítimas expectativas nos trabalhos de revisão agora iniciados.

No essencial, a Constituição portuguesa tem sido, e é hoje, verdadeira Constituição normativa, fonte de legitimação, limite e parâmetro de actuação dos titulares do poder político, mas também, e sobretudo, garantia a que acedem e recorrem crescentemente os cidadãos na prossecução dos seus interesses e na defesa dos seus direitos fundamentais. Nessa perspectiva, também o poder judicial tem sabido retirar da Constituição os padrões de valoração e a medida de um adequado controlo judicial relativamente aos eventuais, mas inevitáveis, abusos que podem ocorrer, mesmo em Estado de Direito. Porém, permanece sempre em aberto uma significativa margem de aperfeiçoamento, correcção ou adaptação, não apenas das soluções constitucionais substantivas, como dos próprios mecanismos do controlo jurisdicional ou das possibilidades de acesso dos cidadãos ao Direito.

Temas tão actuais quanto os da abertura do sistema político a uma maior participação da sociedade civil, de uma maior ligação entre eleitores e eleitos, da racionalização do funcionamento da Administração e da organização administrativa, ou da protecção dos direitos do cidadão nos quadros do instituto da fiscalização da constitucionalidade, reclamam uma consideração ou reavaliação responsável, ponderada, mas não menos corajosa e aberta.

No âmbito específico da sua natureza académica e científica, as Jornadas Constitucionais que aqui se abrem podem, de algum modo, contribuir para fazer o balanço do que foi entretanto realizado, confirmar, esclarecer ou questionar o que é tido por adquirido, mas, principalmente, iluminar e abrir o caminho a novas perspectivas.

JANTAR OFERECIDO A MULHERES ELEITAS PARA CARGOS POLÍTICOS

(Jornada de apoio ao desenvolvimento económico, cultural e científico) Universidade de Évora 21 de Abril de 1996

Agradeço a todas e todos a vossa presença neste jantar. Neste momento, em que dou início a um conjunto de deslocações e contactos com a sociedade portuguesa, visando marcar a importância do exercício da cidadania, quero afirmar o significado positivo que atribuo ao papel das mulheres na família, no mundo profissional, na cultura e na vida cívica e política. Tenho a convicção de que a participação feminina na vida cívica e política constitui um indicador do grau de aprofundamento de uma democracia. Ao contrário do que muitas vezes se pensa e diz, trata-se de um questão da democracia, de direitos humanos e da sociedade em geral e não de um problema que diga exclusivamente respeito às mulheres.

Tenho acompanhado nos últimos anos as posições de vários organismos internacionais sobre as situações de desigualdade ainda muito frequentes nos domínios do emprego, da educação, da política. Caso das directivas da União Europeia — das declarações do Conselho da Europa (1989) sobre a Igualdade das Mulheres e dos Homens ou ainda das convenções da ONU (1978) sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, da UNESCO ou da OIT. A defesa da igualdade de direitos e de condições para a participação das mulheres na vida política é hoje uma preocupação generalizada nas sociedades democráticas. A nossa Constituição é bem clara neste domínio.

Em Portugal preocupa-me a persistência de grande número de desigualdades, sobretudo no que diz respeito às condições de vida, à pobreza e ao desemprego, de que as mulheres são as maiores vítimas, bem como relativamente ao acesso a cargos de decisão, no mundo da economia e da política.

A democracia trouxe em Portugal novas oportunidades para a realização das mulheres: abriram-se novos espaços de intervenção profissional com destaque para a abertura do acesso à magistratura, à carreira diplomática e a todos os cargos da carreira administrativa. Muitas mulheres se têm distinguido, nos últimos anos, nestas áreas. Temos uma legislação que, em teoria, permitiria a existência de uma sociedade justa neste domínio. Contudo a distância da lei à prática é infelizmente grande.

Gostaria de sublinhar a importância das mulheres na construção da democracia em Portugal homenageando aquelas que se distinguiram durante a resistência à ditadura e as que, depois do 25 de Abril, demonstraram pela sua acção na Assembleia da República, nas autarquias e no movimento associativo que a sociedade só ficou a ganhar com uma maior participação feminina.

Gostaria também de frisar a importância do papel da mulher na família como fonte de equilíbrio afectivo e como gestora de situações muitas vezes difíceis de um ponto de vista económico e social. As políticas de apoio à família são essenciais, sem esquecer a atenção devida aos casos de famílias monoparentais, cada vez mais frequentes.

De igual modo a evolução cultural no sentido de se ultrapassar estereótipos, e a mudança de atitude dos homens relativamente à vida doméstica e à educação dos filhos são importantes. A educação pré-escolar é, neste domínio, decisiva para permitir à mãe um maior investimento profissional e cívico.

É notável a evolução das mulheres no acesso à educação. Constituindo o maior número de analfabetos antes de 1974, as mulheres são hoje mais de 60% dos jovens diplomados pelo ensino superior. Obtendo melhores resultados escolares no ensino secundário, entram mais facilmente para o ensino superior onde obtêm melhores resultados.

Apesar desta evolução o número de mulheres titulares de cargos políticos mantém-se sem alterações significativas desde o 25 de Abril. Só seis em trezentos e cinco presidentes de câmara e só trinta em duzentos e trinta deputados são mulheres (o número de deputadas subiu em 95 ligeiramente).

Acredito que a maior participação feminina na vida política poderia contribuir para a introdução de novos temas e prioridades nas agendas políticas, e poderia contribuir para a inovação no modo como se faz política. Com frequência as mulheres investem mais na defesa de causas nas áreas sociais, no ambiente, em actividades de natureza educativa e cultural. São áreas essenciais à solução dos grandes problemas da humanidade. Mas, em todos os outros domínios, o contributo das mulheres para o desenho das políticas públicas pode ser importante.

Como compreender e ultrapassar as desigualdades existentes no mundo do trabalho e na vida social e política? Penso que a importância da integração nas diferentes áreas sectoriais da dimensão da igualdade pode ser decisiva. De igual modo pode ser decisivo o papel da educação nomeadamente para ultrapassar estereótipos muitas vezes existentes.

A educação para a cidadania é um caminho em que acredito. É importante que a escola ensine e desenvolva o gosto pelo estudo e debate dos temas do mundo actual. O desenvolvimento de competências para a intervenção e para a negociação deve ser igualmente assumido nos processos educativos. A formação de cidadãos capazes de compreender e intervir no mundo que os rodeia passa também pela educação para os *media* de que já se fala muito.

Se muitas das causas das desigualdades podem ser atribuídas a actos de discriminação, não acredito tratar-se de uma fatalidade de que as mulheres estariam condenadas a ser vítimas. Creio haver todo um percurso a fazer pelas próprias mulheres, sendo necessárias a persistência, a aprendizagem da intervenção, a ambição, a solidariedade de mulheres e homens para esta causa. Aproximam-se as eleições autárquicas onde seria desejável aumentar o número de mulheres: nas freguesias, nas assembleias e câmaras municipais.

Gostaria de deixar aqui um apelo. A sociedade portuguesa necessita de um grande investimento para o seu desenvolvimento social, económico e cultural. Necessita de inovação e solidariedade. Não podemos prescindir da intervenção cívica de mais de metade da população. Não podemos prescindir da competência e da generosidade das mulheres.

Com a vossa ajuda penso que será possível desenvolver uma pedagogia da cidadania no sentido de criar novos equilíbrios e criar espaço para diferentes protagonismos.

Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial Supremo Tribunal de Justiça Lisboa 22 de Janeiro de 1997

Veste acto solene da liturgia judiciária a que me é tão grato presidir, a minha primeira palavra é de homenagem — de homenagem à Justiça de que VV. Ex. as, Senhores Juízes, Senhores Magistrados do Ministério Público, Senhores Advogados, Senhores Solicitadores, Senhores Oficiais da Justiça, sois os símbolos e os artífices institucionais.

E digo artífices institucionais porque a Justiça se é direito de todos e para todos, é também, e terá de sê-lo cada vez mais, dever de todos — poderes e cidadãos, em permanente cooperação.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Na construção do Estado moderno, os poderes foram separados para que os súbditos pudessem ser cidadãos. Mas o essencial da separação de poderes não é a sua divisão, mas a sua interdependência, pois cada um na sua esfera — e pela separação não têm mais do que a sua esfera — não pode fazer tudo.

A Justiça é, por isso, tema de cooperação de poderes — e dos cidadãos com eles.

A insatisfação geral que o funcionamento das instituições judiciárias vem gerando, aqui como por toda a Europa, num quadro de novos conflitos, de acelerado crescimento de litígios e de preocupantes fenómenos de ruptura social e mesmo civilizacional, já não é questão que respeite tão-só a Parlamentos, a Governos e a Tribunais, ou que só por eles possa ser resolvida.

Pelo contrário: num tempo de justa reivindicação da cidadania plena — cidadania dos direitos civis e políticos, do emprego, da habitação, da saúde, da cultura — nela se terá de incluir a cidadania da Justiça, esse indeclinável direito de ver feita justiça e o não menos indeclinável dever de cada um agir e cooperar para o funcionamento, tantas vezes decepcionante, das instituições judiciárias.

Que o mesmo é dizer: a questão da Justiça passou a ser uma questão eminentemente política, no seu sentido mais nobre e mais amplo, que a todos interpela e a todos compromete.

Mas se a realidade problematiza a Justiça, em termos de lhe conferir instante dimensão política, certo é que tal problematização não é isolada e emerge num quadro de dúvidas, de inquietações e de bloqueios, que atravessam todo o tecido político-social e nos levam a falar de crise da educação, de crise do emprego, de crise da segurança, no limite, de crise da contemporaneidade. A crise da Justiça não é, por isso, um fenómeno isolado, sendo antes, e em medida diversa, causa e efeito, num universo global de adaptação da sociedade e do Estado às novas condições do seu percurso histórico.

Essa adaptação é, em primeira linha, objecto da política, logo, tema de cidadania e da intervenção de todos na modelação da Cidade, para usar a magnífica expressão agostiniana.

Neste contexto, e sobretudo a partir da década de 80, vem-se desenhando a tendência para o poder político, na sua intervenção modeladora, responder com a lei à crescente complexidade dos problemas que a vida moderna comporta em sociedades desenvolvidas.

Daí que a crise da Justiça, revelada na insatisfação geral quanto ao funcionamento das instituições judiciárias, e na consequente desconfiança com que são olhadas, não tenha a sua origem na

falta de leis. Poder-se-á mesmo dizer que se há alguma coisa que caracteriza as nossas sociedades é a pretensão de tudo regulamentar, porventura com tal largueza que em algumas áreas bem se poderá falar de excesso de leis.

Não há, por isso, uma crise da lei. A insatisfação geral quanto à Justiça e o clima de desconfiança instalado obrigam-nos, sim, a ponderar em que medida não estamos defrontados com uma crise, mas de autoridade, de confiança na autoridade da lei, que se exprime na garantia judiciária.

A democracia existe para que a autoridade não seja ditadura e arbítrio, que em democracia, autoridade é legalidade democrática. Ora a legalidade não se esgota na lei e no seu comando; só é verdadeira e propriamente legalidade quando se cumpre e é feita cumprir. Para isso existe, em última instância, o poder judicial. Trata-se aqui de questão de primeira importância.

É que de bem pouco valerá ter direitos ou deveres, se não houver garantia de que os direitos são respeitados e os deveres cumpridos. De bem pouco valerá ter um Estado de Direito formalmente instituído e formalmente ordenado, se ele não se desenvolver democraticamente e se a democracia não for controlada pelo Estado de Direito.

Pedra-de-toque é o Povo.

Para que os cidadãos não percam a confiança nas instituições judiciárias e continuem a rever-se no seu funcionamento, é preciso mobilizar todos os poderes e todos os cidadãos, para devolver às instituições o princípio ordenador e a dinâmica inicial, perturbadas pela evolução de um percurso cheio de escolhos e de dificuldades.

Revalorizar, neste sentido, o Estado de Direito, é, assim, tema de política e, por isso, de exercício empenhado e responsável da cidadania.

É que sem Justiça e sem Segurança não há direitos dos cidadãos, não há cidadania efectiva.

Cumpre-nos, assim, nas sociedades modernas em que vivemos, tão sofisticada e legalmente regulamentadas, encontrar as vias para impedir que, na voragem do crescimento e da globalização, ser cidadão deixe de ser um estatuto para passar a ser apenas um nome. Questão que a todos interpela e, para cuja resolução, insisto, se exige o contributo de todos — cidadãos e poderes.

Há-de ser, por isso, na cooperação dos poderes entre si, e dos cidadãos com os poderes, que teremos de enfrentar a crise de autoridade que nos inquieta e preocupa, e restabelecer a plena confiança de todos nas suas instituições judiciárias.

O crescimento económico, a rápida alternância de ciclos de expansão com ciclos de recessão, o desemprego, a exclusão social, a droga, as condições de vida dos meios urbanos, fizeram subir em flecha e com incontrolável rapidez o volume de processos — civis e criminais — a cuja resolução os tribunais foram chamados. E, com acelerado ritmo, trouxeram-lhe novas questões, de insuspeitada complexidade. E nem os ajustamentos da organização judiciária, nem as modificações introduzidas nas leis de processo, se revelaram suficientes para uma resposta eficaz à nova situação criada.

Importará mesmo considerar se o tipo de organização e de procedimentos instituídos ainda terão virtualidades para dizer o Direito e modelar as realidades do presente e do futuro.

A crise da Justiça vem assumindo, efectivamente, tal dimensão nas sociedades desenvolvidas que passou a ser também objecto de cultura, e, por essa via, de alargado debate sobre os seus pressupostos, quadros de funcionamento e medidas e meios de permanente reconstrução do tecido social, rompido pelas violações do ordenamento constituído.

A indispensabilidade de nos mantermos abertos a esse debate e de nele participarmos, de colhermos os seus ensinamentos e de os vertermos nas práticas e nas leis, não nos dispensa, todavia, de olhar para o imediato e para ele encontrar respostas.

Neste sentido, vale a pena relembrar que a morosidade da Justiça se tornou endémica, a opacidade do seu funcionamento acentuou-se e a margem de ineficácia da sua intervenção passou a ser um lugar-comum de todas as retóricas, das autoritaristas às libertárias.

O bloqueio do sistema radica essencialmente em três áreas: excesso de leis, burocracia e excesso de garantismo das leis de processo, desregulação da organização judiciária.

A criação de leis não pode, efectivamente, ser o modo habitual de dar resposta às interpelações do quotidiano. À parcimónia do legislador há-de, sim, corresponder a iniciativa do Executivo, no quadro e pelos meios que lhe são próprios, com a eficácia, e também os riscos, de, no caso, dizer o sim e dizer o não. E sem qualquer perigo para a democracia, sublinhe-se, desde que, em sede própria — a Assembleia da República — continue a efectivar-se, de modo cada vez mais amplo, a responsabilidade política do Governo. Só por esta via poderão os tribunais cumprir a sua função de racionalização da sociedade e deixar de tender para suprir, no quotidiano, as deficiências ou as omissões dos Parlamentos e dos Governos, com uma indesejável judicialização do político e, consequentemente, uma não menos indesejável politização do judiciário.

Mas os procedimentos instituídos são também motivo de bloqueio, e, por isso, as leis de processo terão de ser simples e expeditas.

Com louvável e compreensível generosidade, construímos, quer em processo penal, quer em processo civil, um sistema tão aper-

tado de garantias, que ele se transformou num perigoso factor de bloqueio da Justiça, sobretudo quando está em causa a perseguição criminal dos poderosos — «não tenho colarinhos», desabafava em recente reportagem de televisão uma senhora humilde, gravemente vitimada nos seus direitos —, os quais podendo custear sofisticada utilização dos meios que a lei faculta, acabam por atrasar, indefinidamente, o apuramento das suas responsabilidades, por essa via constituindo motivo de escândalo, de injustificada desigualdade de tratamento, e, no limite, de acrescentada desconfiança no funcionamento dos tribunais.

Não é possível — e cito apenas alguns casos — manter uma tramitação processual de complexas e sofisticadas fases e contrafases, um sistema de recursos, às vezes em triplo e quádruplo grau, para tudo o que não sejam decisões de mero expediente, uma panóplia tão larga de fundamentos de adiamento de audiências que se eternizam os processos, ou uma nova acção para fazer cumprir o direito já declarado por sentença, com tramitação tão complexa e morosa como a utilizada para fazer reconhecer o direito violado.

É preciso que convenhamos de um modo definitivo em que se é indispensável uma forte garantia de direitos, de legítimos interesses e de liberdades tão duramente conquistadas, o excesso de garantismo, tornando ineficaz o funcionamento das instituições judiciárias, retirará toda a protecção aos direitos, interesses e liberdades que afinal visava acautelar — o excesso de garantismo é a via mais rápida e perigosa para a denegação da Justiça que as próprias garantias se destinam a tutelar, criando nos cidadãos uma crescente desconfiança nas instituições e no seu papel protector.

Não admira, por tudo isto, que as instituições judiciárias, formalmente organizadas, corram o risco de entrar em desregulação, impotentes para dar resposta eficiente e rápida a uma explosão de litígios, vertida em procedimentos burocratizados e propícios a todos os expedientes dilatórios.

A necessidade de compaginar celeridade e volume de processos, justiça pronta e sucessivas dilações legalmente toleradas, exigência de verdade e rigor com práticas sociais de laxismo e de falsificação de justificações — como é o caso das faltas a diligências judiciais —, impedem que a actividade dos tribunais se desenvolva de modo ordenado.

A questão assume particular delicadeza em Lisboa e Porto, onde os tribunais cíveis ocupam grande parte do seu tempo com a cobrança de dívidas de entidades financeiras e de seguradoras; e, nos meios urbanos, em que a droga e a criminalidade de rua, a ela associada e por ela causada, enxameiam secretarias judiciais e salas de audiência.

Ora se todos concordaremos em que se torna necessário prolongar o esforço de organizar meios simples para obrigar os devedores a pagar as suas dívidas, ou, pelo menos, de encontrar procedimentos extrajudiciais expeditos de não onerar fiscalmente os credores com a proliferação de devedores relapsos, já a questão criminal assume maior complexidade.

A insegurança urbana que começa, aliás, a contagiar cada vez mais as zonas rurais e o interior, é causada, essencialmente, pela criminalidade de rua, que, por sua vez, tem origem no fenómeno da droga.

É questão para a qual temos de olhar com toda a determinação, mas com a prudente humildade de ser matéria em que o mais que temos é não ter certezas — apenas uma: que para tal flagelo não há só uma resposta, há várias, e todas elas insuficientemente eficazes. Na minha recente deslocação ao Chile, mais uma vez me defrontei com a reiterada afirmação, por responsáveis da América

Latina, de que a droga, independentemente de mecanismos preventivos e repressivos, introduz na sociedade uma ruptura de imprevisível recuperação.

«As nossas sociedades estão gravemente afectadas pela corrupção, pela lavagem do dinheiro, pelos sistemas alternativos de justiça», diziam-me, e «as vossas hão-de estar».

Sério aviso que nos obriga a reflectir e a actuar.

Não pensemos, sobretudo, que a repressão do tráfico e a dura penalização dos traficantes, cuja indispensabilidade se impõe sublinhar sem qualquer reticência, resolverá o problema. Serão tão importantes como a cirurgia dos cancros, mas ai de nós se cedêssemos à tentação de deixar de procurar as causas e os remédios definitivos. E se é domínio em que nenhumas certezas existem, então não delonguemos uma mobilização mais alargada de meios, de pessoas e de iniciativas, para observar, aferir e ajuizar da praticabilidade e eficácia relativa de todas as experiências que se vão fazendo no mundo, para abrir auscultações, reflexão e debates em todas as comunidades, para expandir e racionalizar terapias e seus custos à luz dos conhecimentos actuais, para sensibilizar a opinião pública da complexidade desta verdadeira doença da civilização, de modo a que se não crie a perigosa ilusão de que lei e ordem possam ser, no estado a que se chegou, caminho único para combater tal desgraça.

Os esforços utilizados na prevenção da toxicodependência, são, evidentemente, essenciais e é necessário aprofundá-los todos os dias. E não posso deixar de acentuar também a importância da educação neste domínio, pela dimensão moral cada vez mais necessária no processo educativo.

Numa sociedade que privilegia a não reflexão e a resposta imediata, é preciso reforçar a dimensão da responsabilidade perante os jovens.

Ao valorizarmos a dimensão afectiva no relacionamento, na família e na escola, ao promovermos o estímulo e ao criarmos condições para a partilha e para a participação, estamos afinal a contribuir para a formação de personalidades menos vulneráveis e mais empenhadas no futuro.

Vejo com inquietação algumas pessoas participarem em manifestações contra aqueles que estão dependentes de uma ou de várias substâncias.

Não posso aceitar que a guerra à droga se transforme na guerra aos utilizadores de drogas!

É preciso acentuar que o debate sobre a toxicodependência tem de contemplar uma dimensão de responsabilidade ética.

Sei bem, sabemos todos, que a marginalização só contribuirá para o agravamento do problema e que o empenhamento dos que sofrem e das suas famílias é essencial para a sua recuperação.

O modo como em muitos países, entre os quais Portugal, os utilizadores de drogas foram capazes de tomar medidas preventivas face à epidemia da sida, faz-me pensar que, também no domínio da droga, é essencial responsabilizar os actores no processo de resolução do problema.

Estou, portanto, empenhado em aprofundar o debate sobre a droga, ultrapassando a discussão habitual sobre as carências de soluções preventivas e terapêuticas, que são conhecidas de todos, particularmente daqueles ligados ao sistema judicial.

A questão económica ligada ao problema não pode ser esquecida; e gostaria, também por isso, que se discutissem abertamente todos os prós e os contras da actual política de proibição das drogas.

Observo com atenção experiências em curso noutros países, de que cito, a título de exemplo, a política de «redução de riscos».

Esta orientação prevê a possibilidade de redução dos prejuízos causados pela droga, através da substituição desta por substâncias controladas medicamente.

Este procedimento não implica a perda do objectivo final da luta contra a droga, mas permite que pessoas, há muito dependentes e gravemente marginalizadas, possam melhorar a sua saúde e interromper comportamentos à margem da lei.

São estes alguns dos pontos que poderão ser tratados em posteriores reflexões, que espero participadas.

A criminalidade de rua que aparece associada à droga — para não falar dos furtos e violências familiares que o pudor das pessoas mantém na reserva doméstica — não pode, naturalmente, esperar pela cura de uma doença de etiologia e terapêutica eivadas de dúvidas e de perplexidades.

Exige-se aqui a instituição de processos rápidos que permitam levar a julgamento em poucos dias todas estas situações de delinquência, *pari passu* com mecanismos de justiça restaurativa — aliás, as preferidas pelas vítimas, como evidencia inquérito recente — de que cito, por exemplo, o trabalho a favor da comunidade ou a indemnização às vítimas, operada directamente pelo ofensor ao lesado, em condições por ambos acordadas, sob tutela do juiz.

Mas a acção da Justiça só será minimamente eficaz em termos de paz pública se for reforçado o necessário clima de confiança entre os cidadãos e as polícias.

A diminuição da exigência de intervenção judicial passa, efectivamente, por uma grande proximidade entre as populações e as autoridades policiais, e pela confiança que a sua acção possa gerar. É, por isso, indispensável que as polícias e as suas esquadras sejam sempre sentidas como factores de protecção e que se enfatize o rigor no emprego dos meios de coacção disponíveis e o respeito pelo cidadão, ainda que sujeito a acção policial.

Para o que será de grande utilidade que as esquadras policiais possam dispor em permanência de um defensor para os detidos que assegure, de imediato, a protecção dos seus direitos — com o que sairão prestigiadas as polícias e melhor garantidos os direitos dos cidadãos.

Mas que fique bem claro: o Estado tem o direito e tem o dever de usar a força que seja indispensável para fazer respeitar a lei e restabelecer a ordem. Mas só a indispensável.

Sempre que um agente da autoridade excede manifestamente o nível de força que uma situação exige, impõe-se um imediato esclarecimento que reconstitua a paz pública que pelo uso da força se pretendia restabelecer, e que é, de novo, perturbada pelo excesso cometido; e o agente tem de ser, sem delongas, enviesamentos, ou tergiversações, responsabilizado e penalizado — em primeira linha pela própria instituição a que pertence.

Com o que não se desautorizam, nem se enfraquecem as polícias. Antes pelo contrário: não só se prestigiam perante os cidadãos, como aperfeiçoam a ética da sua conduta e contribuem para a existência de corpos altamente disciplinados e conscientes do sentido e limites da sua actuação.

A criminalidade de rua e a droga são ainda factores de peso no estado de sobrelotação a que chegaram as nossas prisões, pela prática estabelecida em matéria de prisão preventiva e pela morosidade dos procedimentos judiciais.

Antes de mais é importante que a comunidade, toda a comunidade, interiorize que a prisão preventiva não é uma punição antecipada, por isso que nos mantemos irrecusavelmente fiéis a que todo o acusado se presume inocente até que seja condenado em definitivo por um tribunal.

É que a natureza ou gravidade de um crime não deverá continuar a ser critério para prender preventivamente quem quer que seja: ou há perigo efectivo de continuação da actividade criminosa, de perturbação da investigação criminal ou de fuga à acção da justiça, ou então todo o arguido em que não concorra tal perigo deve aguardar o julgamento em liberdade, com sujeição a medidas cautelares alternativas, que o juiz entenda no caso adequadas.

A questão da prisão preventiva, exactamente porque se dirige a um presumível inocente, tem levado a que legisladores e juízes, políticos e publicistas, discutam por esse mundo fora se não deverá mesmo ser decidida por um colectivo de três juízes, em audiência pública sujeita ao princípio do contraditório.

É que também aqui se impõe aperfeiçoar, na lei e nos costumes, o princípio da igualdade de armas, hoje tantas vezes perturbado pela dimensão mediática que as questões criminais passaram a ter.

A deslocalização do político para o judiciário e o consumo fácil pela opinião pública das situações criminais de maior impacto trouxe, efectivamente, acrescidos problemas à protecção da presunção de inocência e à necessidade do tempo e distância próprias da decisão judicial.

Para que tudo seja preservado — presunção de inocência, condições de decisão judicial e direito de informação — é necessário fundar regras claras que, gerando um indispensável espaço de comunicação e adequados limites de reserva, não transformem os *media* em tribunais e os agentes da Justiça em *opinion makers*. Para isso é necessária a definição de regras de publicitação de factos processuais e de decisões judiciais, que sejam compatíveis quer com os valores da Justiça, quer com as exigências da comunicação social, a quem se terá de pedir, no tratamento destes temas, sólida formação técnico-jurídica que habilite os profissionais do sector a compreender todo o alcance da linguagem, do tempo e da decisão judiciárias.

Aqui a palavra é do legislador, pois não poderão ser os agentes da Justiça, no terreno, e caso a caso, quem há-de definir o quadro de funcionamento do espaço mediático nas suas relações com o judiciário.

Assim se poderá contribuir, em acréscimo, para um alargado entendimento de que a responsabilidade política não passa pelos tribunais, mas pelos órgãos constitucionalmente instituídos para, nesta sede, louvarem, censurarem, pedirem contas.

O respeito pela função de cada poder é essencial para a democracia. Os juízes não são a garantia jurídica das disfunções dos outros poderes.

Quiseram os constituintes, quer a Constituição da República, que o Estado de Direito fosse garantido, e a democracia constantemente racionalizada, por magistrados providos mediante concurso de provas públicas, com uma carreira definida por lei, independentes, irresponsáveis e inamovíveis — essa a sua função e o seu estatuto.

A vontade do Povo — e quem senão o Povo! —, expressa pelos constituintes na Constituição da República, funda a legitimidade democrática dos juízes, como a nomeação do Procurador-Geral da República pelo Presidente da República, sob proposta do Governo, para dirigir um corpo autónomo, hierarquicamente organizado e hierarquicamente responsável, funda a legitimidade democrática do Ministério Público.

Neste domínio, sejam quais forem as conclusões a que cheguem os constituintes, sempre se terá de assegurar que as soluções encontradas permitam ao Ministério Público ser dirigido e ter actuações com o mesmo mérito assinalável que o têm distinguido. Tudo isto não pode nunca significar que a actuação e as decisões judiciais estejam imunes ao livre exercício do direito de crítica. Em democracia não há intocáveis.

Mas a crítica das decisões judiciais terá sempre de se fazer não só com respeito pela independência dos tribunais e sem associação a comportamentos que revelem ilegítimas pressões, mas também com observância do necessário rigor, que não se compagina com um conhecimento deficiente da lei ou dos processos específicos de formação da decisão judicial.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A simplificação e celeridade dos procedimentos judiciais só contribuirão de um modo decisivo para a melhoria do estado da Justiça se a organização e o funcionamento dos tribunais comportar acrescidos meios de trabalho e aperfeiçoamento do estatuto dos magistrados e da sua actividade.

A Justiça não é um luxo, nem pode estar apenas ao dispor dos que dispõem de meios vultuosos para assegurar a defesa dos seus interesses, com o que isso importa de discriminação de cidadania para largos estratos da população.

Nem deve esmorecer, agora na perspectiva da sua organização, o louvável esforço de dotar os tribunais com os necessários instrumentos da tecnologia moderna, sem o que não será possível, nem racionalidade, nem optimização, sobretudo do trabalho daqueles com quem na minha vida de advogado tanto aprendi — os Senhores Oficiais de Justiça.

Mas o funcionamento das instituições judiciárias se depende de uma adequada cooperação entre todos os agentes da Justiça, exige também um permanente diálogo entre magistraturas, sobretudo através dos seus órgãos de gestão e de disciplina; e destas com os advogados, por intermédio da sua Ordem.

Sem advogados não há processo, nem garantias, nem Estado de Direito.

À dignidade da sua função, tem de continuar a corresponder por parte dos magistrados judiciais e do Ministério Público um alto sentido de respeito mútuo e de saudável cordialidade, sem prejuízo da posição eminente e superpartes que aos juízes sempre terá de ser reconhecida e que nem sempre é por todos partilhada com a mesma clarividência e com o mesmo empenho.

Mas a cooperação orgânica deve ser estendida, no respeito dos respectivos estatutos, à Assembleia da República e ao Governo, responsáveis e impulsionadores de toda a política legislativa; e no caso do Governo, também da política criminal.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Como todas as sociedades modernas, também nós estamos defrontados com a crise da Justiça.

Em democracia, ter problemas não é dramático. Só os regimes totalitários não têm problemas, porque os escondem. Seria, sim, dramático se não estivéssemos atentos a eles ou, despidos de injustificáveis corporativismos, não dispuséssemos da vontade e dos meios para os resolver.

Termino, por isso, com uma palavra de apelo e de grande confiança: de apelo, a uma renovada atenção e empenho de todos no trabalho pela Justiça e pela dignificação das suas instituições; de grande confiança, na energia e determinação de todos para travar este combate.

É que se a qualidade da Justiça depende do empenho e da capacidade dos seus agentes formais, depende também, e muito, do modo como cada um, em responsável exercício da cidadania, coopere com as instituições judiciárias.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Que a cidadania vença, para que a Justiça se cumpra!

Sessão Comemorativa do Dia Internacional da Mulher Palácio Nacional da Ajuda 8 de Março de 1997

As cerimónias comemorativas como esta que hoje nos reúne em torno da celebração do Dia Internacional da Mulher, criam a oportunidade de sublinhar uma ideia, um conjunto de valores, um contexto que se deseja que a comunidade nacional interiorize como elemento constitutivo da sua própria identidade. Creio, todavia, que o mero comemorativismo, banalizando rituais de uma socialização abstracta, pode afinal distrair as nossas atenções do ponto essencial da responsabilidade que aos titulares do poder está confiada: a avaliação concreta do estado da sociedade, no que diz respeito à prática de uma igualdade efectiva de direitos, à definição de políticas para a consagração dessa igualdade, à assimilação cultural das práticas sociais que lhe deverão estar associadas. Esta é a nossa responsabilidade e ela não pode ser subsumida no simples recurso a uma celebração anual. Exige-se mais, porque, em boa verdade, temos de reconhecer que há ainda um longo caminho a percorrer.

Sei que o Governo não deixará de fazer o seu melhor para materializar uma opção política que tornou clara e, assim, honrar as propostas que assumiu perante o eleitorado. Na efectivação dessa política terá sempre, sem dúvida, o meu estímulo e apoio. Quero, aliás, aproveitar para sublinhar a importância das decisões tomadas no último Conselho de Ministros sobre esta matéria.

Na sua essência, as temáticas evocadas pelo Dia Internacional da Mulher não se reduzem apenas à questão da consagração de direitos — sem dúvida necessária, porque muitos há ainda a consagrar. Elas abarcam ainda uma profunda questão de valores, e como tal toda uma problemática cultural, e delicadas e complexas questões sociais. É com um tema de civilização, que, no fundo, estamos confrontados.

Se é verdade que em matéria de defesa de princípios e de valores não deve haver concessões, não é menos verdade que a sua defesa pressupõe um empenhamento, uma persistência, uma prática política e social de consagração desses princípios e valores como novas dominantes culturais de uma sociedade. A sua defesa pressupõe opções claras.

Hoje, em tantos casos, e não apenas neste, instalou-se, progressivamente, a noção de que o essencial das diferenças que polarizaram as sociedades até à década de 80 desapareceram. Hoje essas diferenças parecem esbater-se na procura de um certo tipo de consensos que nascem mais de conveniências de estratégia política do que de uma relação efectiva de dependência entre esses consensos e a consagração de novos direitos.

Procurei lutar toda a minha vida em nome de convicções. Creio que a afirmação serena, mas constante e coerente, das nossas convicções longe de ser um factor de divisão é um factor de clarificação de caminhos e escolhas, um factor de construção de uma identidade e, como tal, de mudança das sociedades. É o exercício das nossas convicções que nos liberta do amorfismo e da anomia, é esse exercício que caracteriza a dimensão política essencial da cidadania: lutar por uma causa que julgamos melhor servir os Portugueses.

Onde parecem não existir escolhas possíveis, ou sequer necessárias, verifica-se, inevitavelmente, o desinteresse do indivíduo pelo processo político, a limitação da cidadania activa e, nesse estrito sentido, o enfraquecimento do regime democrático.

Cabe, em primeiro lugar, aos partidos políticos, a função essencial de clarificar as opções, confrontar caminhos, discutir valores, debater as diferenças entre as políticas que são factores de identidade de cada um deles.

Esta é uma tarefa da maior importância. É certo que a crise das ideologias que marcou o início da década de 90, o estreitamento das opções macroeconómicas colocadas à disposição dos países inseridos em espaços económicos em processo de convergência, e a consagração efectiva de muitos direitos que, durante décadas, foram território de confronto entre programas diversos para a sociedade, funcionaram no sentido de atenuar, aos olhos de observadores menos atentos, as diferenças, as opções, os caminhos.

Mas hoje, por um lado a reemergência da questão social, enquanto questão central das sociedades contemporâneas, colocada na ordem do dia pelo agravamento dos processos de exclusão social, por outro a complexidade das novas questões éticas, e o fenómeno da xenofobia, entre vários, vieram de novo exigir uma clarificação dos valores que cada um defende, dos direitos que se deverão consagrar, do sentido que se quer dar à cultura e aos valores dominantes da sociedade portuguesa.

Só esta prática de assunção clara de posições permitirá a evolução e a clarificação dos direitos que no plano político deverão obter vencimento. Só assim se poderá transformar a vontade reformista e o acto legislativo correspondente em realidade efectivamente vivida.

Permitam-me que aproveite, por isso, para saudar todos aqueles que com convicção, primeiro, e com frontalidade, depois, se manifestaram a favor ou contra a alteração da lei vigente sobre a interrupção voluntária da gravidez. O confronto de posições que se colocam perante a consciência individual de cada um e

que, naturalmente, nos divide nas opções a tomar, trouxe consigo um sobressalto de cidadania, uma militância por valores, e uma atenção ao fenómeno legislativo e às suas incidências que foi extremamente enriquecedora.

Oxalá, tantos outros problemas éticos e de direitos colocados hoje perante a sociedade, mas, tantas vezes, sem eco na agenda política, possam colher merecimento em iniciativas legislativas e em consultas mais amplas que permitam esclarecer o sentido que queremos dar à transformação da nossa sociedade e a extensão do direito que queremos consagrar à livre escolha de cada um.

As sociedades e os regimes políticos só evoluem revelando as escolhas, e sobre elas tomando posição e nunca evitando, por esta ou aquela conveniência de momento, a respectiva clarificação.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Quis comemorar este Dia Internacional da Mulher com um conjunto de cerimónias simbólicas que chamassem à atenção para alguma da substância das coisas, para a necessidade de insistir, dia a dia, na afirmação das nossas convicções profundas sobre a prática da igualdade de direitos.

Faço-o, juntamente com a minha mulher, permitam-me que o diga, de uma forma duplamente simbólica, mas visando, em ambos os casos, dar um sinal de estímulo e incentivo. Ontem, visitando um conjunto de realidades sociais e empresariais protagonizadas por mulheres, que afirmaram o seu caminho e as suas carreiras baseadas no seu mérito pessoal e na qualificação das suas iniciativas. Hoje, distinguindo um conjunto de mulheres a quem a República, ao condecorar, presta um tributo de reconhecimento ao valor e ao trabalho que com tanta coragem, qualidade e mérito realizaram.

Por condecorar apenas mulheres esta é uma cerimónia discriminatória, tenho disso consciência. Mas é assumidamente discriminatória, porque essa discriminação é ainda necessária.

Não o faço, todavia, por acreditar que este é um problema que diga exclusivamente respeito às mulheres. Trata-se de um recurso destinado a chamar a atenção para um problema que é uma questão de democracia, de direitos humanos e da sociedade em geral. Não quero, em matéria de direitos, nem tornar-me fastidioso com a listagem daqueles que já são lei, nem percursor, ao tentar enumerar aqueles que possa pensar que estão por consagrar. Não porque queira, neste último caso, fugir às minhas responsabilidades, mas pela simples razão, que assumo em toda a sua extensão, de que não tenho ideias fechadas sobre os caminhos a seguir para consagrar na prática uma efectiva igualdade.

Ao longo das últimas três décadas, para recuar apenas até aos meus tempos de Universidade, muitos têm sido, internacionalmente, os caminhos testados. Sobre essas escolhas há opiniões genuinamente divergentes. Ainda que muitos desses caminhos possam, até, ser complementares.

Tão-pouco me quero alongar detalhadamente no enunciado dos problemas que hoje afectam ainda um número tão impressionante de mulheres portuguesas: da violência doméstica a práticas empresariais discriminatórias, do assédio à falta de apoio às famílias monoparentais; do peso de tantos preconceitos a uma vida política ainda esmagadoramente fechada à participação cívica das mulheres.

Todos os indicadores mostram graus elevados de discriminação feminina, na participação, na população activa, no emprego, no desemprego, na distribuição profissional do emprego e das qualificações, na precariedade do emprego, na duração do trabalho e na remuneração.

A disseminação de novas formas de reorganização do tempo de trabalho ou o acesso à educação e à formação atingem diferentemente homens e mulheres, porque diferente é também a partilha entre os sexos das actividades não remuneradas, dentro e fora das famílias.

Sem querer entrar no pormenor de cada um dos temas, que a Doutora Teresa Beleza aliás aprofundou com o brilho que lhe é reconhecido — e a quem quero prestar o meu público agradecimento por ter aceite participar, como oradora, nesta Cerimónia —, quero, todavia, sublinhar dois aspectos que me merecem a maior atenção.

O primeiro, prende-se com uma certa cultura empresarial ainda muito instalada onde vigoram inaceitáveis práticas discriminatórias no acesso ao emprego, violação de direitos constitucionalmente consagrados, abuso do trabalho precário e a quase constante prioridade dada no despedimento às mulheres.

O segundo, prende-se com a dimensão da exclusão social. A sociedade portuguesa, bem como a sua economia, têm passado por um processo de restruturação no sentido da sua modernização. Este processo de modernização desenvolveu-se, porém, sem que muitas das conquistas sociais, nomeadamente no domínio da igualdade de direitos — mesmo se consagrados na Constituição e nas leis ordinárias —, tivessem tido tempo de se enraizar na sociedade, nem por via do sistema educativo, nem por via de uma persistente e generalizada reivindicação social.

A modernização recente da sociedade portuguesa provocou um processo de marginalização de certos grupos sociais e em todos eles as mulheres são ainda mais duramente afectadas que os homens. Julgo que não podemos assistir, sem reflectir nem agir, à extensão que já alcançou entre nós, à escala europeia, o fenómeno da exclusão social, quer no seu todo, quer, em particular, na forma como ele afecta as mulheres.

Nas últimas décadas assistimos à transformação da organização económica que tendia a garantir o pleno emprego, mas assistimos também à desestruturação das relações familiares e, por isso, ao enfraquecimento de todas as solidariedades que ela acarretava, e dos efeitos sociais a ela associados.

No plano individual, tudo isto se traduz num risco acrescido de fenómenos de exclusão de que nenhum grupo social se pode hoje considerar a salvo. Do quadro de empresa ao trabalhador indiferenciado — com impactos diferentes, naturalmente — o risco da desafiliação social e da exclusão são cada vez maiores. Há uma crescente espiral de precariedade que envolve na insegurança e num futuro sem esperança grandes franjas da população. Assistimos ao desenvolvimento de uma cultura do aleatório, sem valores de referência, sem consolidação de mecanismos de integração do indivíduo no grupo, na vizinhança, na família, nas práticas institucionais da sociabilidade.

Assistimos à generalização de situações ambíguas, de espaços intermediários entre estudo e emprego, entre desemprego e reforma, feitos de estatutos incertos, frequentemente provisórios, onde se difundem os riscos permanentes de precarização. E quanto mais incertos e precários são esses estatutos, mais difícil se torna a aplicação, a defesa e o desenvolvimento de direitos sociais.

O silêncio fruto da precariedade do emprego é humilhante no plano individual e inaceitável no plano político.

É preciso agir com firmeza e reconhecer que, muitas vezes, o discurso sobre estas questões, e as políticas que sobre elas se formulam, se dirigem muito mais aos efeitos, tentando minorá-los, do que às causas, tentando erradicá-las. As políticas que procuram agir apenas sobre os efeitos sociais das políticas económicas têm limitações evidentes.

É necessária, à escala europeia, uma nova sensibilidade à questão social. À origem dos seus problemas: a desigualdade, a injustiça. Uma nova sensibilidade à necessidade de ponderar com rigor o impacto social de longo prazo das políticas económicas adoptadas. Nas sociedades contemporâneas, a função social do Estado não se pode esgotar nas políticas amenizadoras da exclusão extrema, e só poderá adquirir uma nova amplitude se se reforçarem também as políticas que dêem prioridade à melhoria do sistema educativo, à protecção da família, à preservação dos direitos sociais adquiridos e à consagração de outros que há muito deviam ser realidade em Portugal e na Europa.

A reforma do Estado Providência deve, por isso, assentar numa dimensão social que tem de ter como objectivo a consagração de políticas sociais activas, favorecendo a inserção social e profissional.

A resolução de muitos dos problemas que afectam as mulheres portuguesas passa por estas questões. Por isso, me permiti abordá-las hoje, aqui, convosco. Se é verdade que muitos dos problemas que afectam as mulheres assumem um carácter específico, é também verdade que a maior parte desses problemas não encontrará resposta noutro plano que não seja o plano da sociedade no seu todo.

Reconheço, porém, que as desigualdades que afectam as mulheres também não podem ser entendidas como uma fatalidade, dada a persistência do fenómeno, a ineficácia da legislação e a ausência de uma nova geração de políticas inovadoras. Como todas as questões sociais, elas exigem um comprometimento para a sua solução.

Mas, no pior dos cenários, se muitos empresários não forem capazes de encontrar uma nova racionalidade para as relações de trabalho, se o Estado não for capaz de formular políticas activas, umas, e repressivas, outras, susceptíveis de consagrar direitos e de reprimir abusos, se os partidos e os sindicatos não forem capazes de persistir na luta pelo aprofundamento desses direitos e na denúncia das discriminações, se isso não se fizer, se os actores políticos e económicos não forem capazes de cumprir o seu papel, as desigualdades não serão, apesar disso, uma fatalidade a que as mulheres estão condenadas a ser vítimas.

Haverá todo um percurso que será, sem dúvida, trilhado pela própria sociedade, feito de persistência, de aprendizagem de intervenção e determinação, feito em solidariedade entre os homens e as mulheres que se reconhecem nesta causa.

No fundo, foi assim que se consagraram muitos dos avanços e conquistas sociais. Pela força dos indivíduos no exercício das suas convicções. Mas será isso que queremos que aconteça na sociedade portuguesa? Será isso sinal e expressão de uma democracia consolidada, ou sinal de alerta para um défice de representação de muitas necessidades e anseios que, por esta ou aquela razão, não estão já, ou ainda, na ordem do dia.

Reconheço, alertando, sem dramatismos, que se está a desenvolver em Portugal um défice de eficácia das instâncias de representação. É preciso ter a maior atenção a este fenómeno.

Por isso, para além do simbolismo desta cerimónia, não me quis escusar de olhar para o que julgo ser a substância das coisas: uma clarificação de convicções, uma renovada atenção aos temas da questão social, a exigência de os agentes políticos e económicos cumprirem o seu papel de representação e modernização solidária da sociedade portuguesa.

É preciso fazer mais por esta questão. É preciso ter a coragem de marcar as diferenças, assumir opções, dar corpo nos partidos à questão da desigualdade e denunciar com firmeza os abusos, as prepotências, as práticas discriminatórias.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Hoje tive o privilégio de poder distinguir um conjunto de mulheres cuja obra e notoriedade pública é por todos reconhecida ou merece sê-lo, no meu entendimento.

Mas quero, com este conjunto de actos simbólicos, evocar todas as mulheres portuguesas e deixar-lhes o testemunho claro da minha atenção à diversidade das problemáticas que exigem uma dedicação constante à defesa de conquistas sociais, à determinação na contenção de práticas abusivas e ao empenhamento no alargamento de direitos.

Uma política de efectiva igualdade de oportunidades entre homens e mulheres é uma condição essencial ao alargamento da cidadania e ao aprofundamento da democracia. Oxalá esse caminho se possa percorrer cada vez mais depressa. Trabalhemos por e para isso.

CAPÍTULO III

DEFESA NACIONAL E FORÇAS ARMADAS

«A Defesa, sendo uma questão nacional, é não apenas militar mas também cultural, económica e política na mais ampla acepção da palavra.»

> «A Defesa é, acima de tudo, uma manifestação da vontade nacional.»

Sessão de Abertura do Ano Lectivo 96/97 do Instituto de Defesa Nacional 29 de Novembro de 1996

É com particular prazer que me encontro nesta Casa, acedendo ao amável convite do Senhor Ministro da Defesa Nacional. Enquanto Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas é para mim uma honra dirigir-me a uma tão ilustre audiência de especialistas em questões tão importantes para o País, como é o caso da Segurança e da Defesa Nacional. E quero agradecer ao Senhor Professor Doutor Ernâni Lopes, a circunstância de nos ter tão estimulantemente motivado, através da conferência inaugural que acabou de proferir, para aquilo que no fundo deve ser, permanentemente, o debate no País e também nesta Casa.

A actual conjuntura político-estratégica mantém contornos de imprevisibilidade e instabilidade, característicos de um sistema internacional em transição, em que as lógicas de fragmentação e integração se cruzam e geram movimentos complexos e contraditórios. A par com a emergência de renovadas oportunidades tendentes a uma maior cooperação e diálogo entre as nações, coexistem focos de instabilidade e conflitos declarados ou potenciais em várias regiões do Mundo, provocados por uma onda de tensões longamente contidas, de natureza étnica, religiosa, cultural e política. Num mundo marcado pelo fenómeno da globalização e pela multipolaridade e heterogeneidade de modelos políticos, culturais e civilizacionais, os riscos para a segurança e para a estabilidade podem resultar de decisões políticas identificadas ou de

fenómenos diversificados e complexos, como sejam os fluxos migratórios desordenados, as crises económicas induzidas, o terrorismo e o narcotráfico.

O carácter global de muitos destes fenómenos e a tipologia multifacetada, imprevisível e transnacional dos novos riscos para a segurança, exigem que as estratégias de resposta para lhes fazer face sejam perspectivadas numa concepção mais ampla e integrada de segurança, entendida como um aspecto essencial da globalização. Exigem um conceito alargado de segurança que abranja não só a indispensável dimensão de defesa, mas também os aspectos políticos, económicos, sociais e ecológicos de resposta, e no qual avultam a cooperação e a solidariedade nos vários domínios como elementos essenciais. A Defesa, como factor indispensável para garantir a Segurança, deve também ser perspectivada num contexto de mundialização das interdependências e dependências, o que aponta para o necessário aprofundamento do seu carácter pluridisciplinar, num quadro coerente com as diferentes vertentes da Segurança.

Existe hoje, consequentemente, um crescente entrosamento entre política externa, segurança e defesa, que determina uma permanente interacção na formulação de objectivos e na identificação de modalidades de acção.

A este propósito, e ao olhar para esta sala hoje, merecerá a pena relembrar quão difícil era, suponhamos há trinta anos, abordar as questões da defesa de uma forma tão aberta; quão difícil era, sequer, associar defesa e segurança; e que tudo, afinal, só foi possível em Portugal, com o advento da democracia.

Não quis deixar de fazer esta referência aqui, hoje, porque este Instituto, e antes dele esta própria sala, foram palco não apenas de agradáveis Cursos de Auditores de Defesa Nacional mas também de grandes confrontações que, de alguma forma, moldaram o tempo que estamos a viver.

E se é aliás comum, hoje e com facilidade, falar-se de política externa, de segurança e de defesa, eu falo dessa temática, com certeza, mas acrescento também, que todos esses domínios estarão sempre ao serviço da democracia e que o Instituto da Defesa Nacional pode desempenhar, como certamente desempenha e desempenhará no futuro, um papel extremamente inovador no relacionamento modernizado destas várias matérias, que deixaram de ser vistas como exclusivas de determinados especialistas, sempre essenciais, mas que são, afinal, questões do nosso quotidiano democrático, para as quais temos de encontrar novas respostas.

No tocante à Defesa Nacional e ao nível do conceito, parece devidamente assumido e interiorizado o seu carácter multidisciplinar e interdepartamental, o que se deve ao Instituto de Defesa Nacional que oportunamente introduziu e divulgou no nosso País o conceito global e integrado de Defesa Nacional.

A Defesa, sendo uma questão nacional, é não apenas militar mas também cultural, económica e política na mais ampla acepção da palavra. Neste sentido, só uma estratégia integrada, concebida no plano global do Estado, poderá responder, com credibilidade, à defesa dos interesses nacionais e aos desafios do mundo de hoje, pelas sinergias que se obterão através de uma adequada e harmoniosa articulação entre as componentes militares e não militares da Defesa Nacional.

Mas a Defesa Nacional não se esgota num conjunto de medidas a adoptar nos vários domínios de acção. A Defesa é, acima de tudo, uma manifestação da vontade nacional.

O espírito de defesa e a cultura de defesa estão intimamente ligadas e todo o cidadão deve estar consciente do facto de que a Defesa Nacional se fundamenta na coerência da reflexão e dos processos, mas também comporta alguns sacrifícios.

É neste sentido que assume particular relevância a sensibilização da população para os problemas da Defesa Nacional, em especial no que respeita aos valores fundamentais que lhe são inerentes, e o desenvolvimento e enraizamento de uma verdadeira consciência de defesa nacional, conducente à consolidação da ideia de que ela deve ser sentida e partilhada por todos os Portugueses. Na verdade, só quando se conjugam os valores de uma sociedade com a análise correcta das situações — produto da competência e do saber colocados ao serviço da Defesa Nacional — é que pode emergir uma verdadeira cultura de defesa.

Numa época de mudança e incerteza como é aquela em que vivemos, torna-se necessário dar uma maior atenção à reflexão estratégica e às abordagens prospectivas, como suportes fundamentais do planeamento e do processo de decisão estratégicos. Na vertente da Defesa Nacional, face às variáveis dos conceitos estratégicos correspondentes às áreas de interesse nacional e à consequente diversificação da acção estratégica, importa igualmente aprofundar a reflexão e o debate sobre as grandes questões da Segurança e Defesa e apurar o Planeamento Estratégico da Defesa Nacional.

Na actual conjuntura, aquele planeamento deverá continuar a centrar-se no espaço onde se realizam os Interesses Nacionais Permanentes, mas atender, igualmente, ao facto de a acção estratégica estar hoje também orientada para a afirmação de Portugal na Europa e no Mundo.

E é nesta última vertente que se inserem as recentes acções militares nacionais no âmbito das novas missões das Forças Armadas em apoio da política externa do Estado, que têm contribuído de forma significativa e eficaz para tal afirmação.

Neste contexto, configurando-se o crescente envolvimento da componente militar no apoio à política externa do Estado como a principal alteração qualitativa no emprego operacional das Forças Armadas em situação de paz, parece pacífico que a vertente militar da Defesa Nacional tem hoje de incluir no seu planeamento duas vertentes diferenciadas: o Planeamento da Defesa Militar e o Planeamento do Apoio Militar à Política Externa do Estado.

Importa ainda sublinhar que o planeamento estratégico não se confina à concepção da acção estratégica a empreender. Há que cuidar, igualmente, do potencial estratégico nacional, nos vários domínios da acção do Estado pertinentes à Defesa Nacional. No caso da componente militar da Defesa, a diversidade das missões a cumprir, com especial relevo para as que se enquadram no apoio à política externa do Estado, implicam profundas alterações nos planos genético e estrutural da força militar que justificam a restruturação em curso.

Neste âmbito, se por um lado há que conferir às Forças Armadas uma crescente capacidade para o cumprimento de missões externas que revertem para o reforço do prestígio, da visibilidade e da afirmação de Portugal na cena internacional, dever-se-á igualmente atender à necessidade de dispor em permanência de uma capacidade militar suficiente para constituir um factor de dissuasão credível, na perspectiva da Defesa Militar.

O crescente envolvimento das Forças Armadas em operações de apoio à paz e humanitárias, bem como o empenhamento cada vez mais significativo de quadros nas estruturas de Comando e Estado-Maior das várias organizações internacionais de segurança e defesa de que Portugal é membro, fazem emergir como uma questão especialmente relevante a formação dos quadros de hoje. É uma questão que, diga-se desde já, as Forças Armadas souberam competentemente antecipar e cuidar, especialmente através da acção desenvolvida pelos seus Institutos Superiores de Ensino

Militar, e que se tem revelado no excelente desempenho dos quadros militares empenhados naquelas missões, reconhecido, aliás, nas várias instâncias internacionais onde estamos inseridos. Porque também este domínio concorre para o acréscimo de prestígio e visibilidade do nosso País, importa dar continuidade a este esforço de formação dos quadros, apostando decisivamente na valorização do elemento humano, na qualidade e no saber. O militar é hoje em dia também um «gestor da não violência», um *peacekeeper*, um agente directo da acção diplomática antes ainda de actuar como o seu natural prolongamento. Consequentemente, as exigências que decorrem da complexidade e diversidade das missões que pode ser chamado a cumprir sugerem que, a par da aprendizagem científica, técnica e táctica tradicionais, se incremente o estudo das Relações Internacionais, da Geopolítica, da Estratégia e do Direito Internacional.

A série de comentários ou reflexões que acabei de apresentar, especialmente centradas nas questões da Segurança e Defesa, ilustram, por si só, a complexidade da temática e a importância crescente que os estudos estratégicos assumem nos dias de hoje.

Para além do necessário acompanhamento e análise do complexo ambiente internacional em que vivemos, que deve ser permanente, e da avaliação da sua incidência sobre o planeamento estratégico nacional, importa igualmente continuar a actualizar doutrinas e promover, crescentemente, um verdadeiro Pensamento Estratégico Nacional.

Neste campo, o Instituto da Defesa Nacional tem um papel importante a desempenhar, já que lhe cabe, entre outras atribuições, promover a reflexão teórica sobre as grandes questões da Segurança e Defesa e contribuir para a definição e a permanente actualização de uma doutrina de defesa nacional.

Num plano igualmente relevante se inscreve o intercâmbio entre o Instituto da Defesa Nacional e Instituições congéneres, universidades e outros estabelecimentos de ensino superior, que importa continuar a aprofundar, no sentido de promover um diálogo constante e interactivo com a sociedade civil.

Numa palavra, o Instituto da Defesa Nacional é o *forum* privilegiado para a produção de uma cultura estratégica, envolvendo os «trabalhadores do saber» num cruzamento de experiências diversificado e enriquecedor, contribuindo para reforçar a identidade e consolidar a consciência e a coesão nacionais.

Uma palavra final que é, no fundo, uma sequência das intervenções que tive o prazer de ouvir, do Senhor Director do Instituto da Defesa Nacional e do Senhor Professor Ernâni Lopes.

A minha presença nesta Casa deve também ser vista como um forte estímulo à necessidade de ser interiorizado pelo País, em geral, o significado das profundas alterações em curso e do esforço desenvolvido pelo Ministério da Defesa Nacional e pelas Forças Armadas, designadamente o aprontamento, a formação e a dignificação que estas, no seu conjunto, têm introduzido no País.

A minha presença deve ainda significar, se me permitem, o desejo que exprimo neste auditório tão solene, de ver assumidas pela comunidade nacional, as grandes questões de Segurança, de Defesa e de Estratégia Nacional, que no fundo são o cerne da visão democrática da sociedade. É isto que fundamentalmente importa.

Se tivéssemos a oportunidade de fazer uma retrospectiva do que foram os últimos anos da vida portuguesa, quem nos diria que hoje, mais uma vez estaríamos no Conselho de Segurança das Nações Unidas; que a nossa presença na Bósnia é saudada como uma capacidade notabilíssima; que as nossas Forças Arma-

das são vistas em cenários que nos recordam partes da nossa História que não podemos esquecer, mas que não são obviamente idênticos aos actuais, e que são instrumento decisivo da cooperação com os países de expressão oficial portuguesa e de cooperação internacional. Quem diria, como tive ocasião de verificar há quinze dias, quão requestada é a nossa presença empresarial e cultural no quadro ibero-americano; quem poderia sequer prever, alguns anos atrás, que teríamos também este ano, fruto de uma acção diplomática consistente, assistido à criação e à assinatura formal da Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (e aproveito para saudar o Senhor Secretário Executivo aqui presente); e, finalmente, quem poderia sequer pensar que dentro de dois dias teríamos em Portugal a reunião magna da OSCE, com tudo o que isso significa.

Sabemos por isso, minhas Senhoras e meus Senhores, que há desafios fortes mas que há também determinação. E que aquilo a que tudo, afinal de contas, se resume é a forma concreta como a participação de todos os portugueses se fizer, já que os desafios não se dirigem apenas às elites. Será da resposta global da população que há-de com certeza, confiantemente, nascer um Portugal cada vez mais forte, solidário e desenvolvido.

Alocução aos Militares das Forças Armadas e Elementos dos Contingentes da PSP, Destacados na Bósnia-Herzegovina Viktovice — Bósnia-Herzegovina 8 de Junho de 1996

 \mathcal{E} com particular emoção que me dirijo a todos vós, militares e elementos da PSP que prestam serviço na Bósnia ao serviço da paz.

Quis estar convosco nesta data, sob o signo do dia de Portugal. Quis testemunhar, aqui, o reconhecimento da Nação pelo valor, pelo alto profissionalismo, pela forma como todos os soldados portugueses estão a cumprir as suas missões no quadro de operações internacionais de paz na Bósnia, em Angola e em Moçambique.

O modo exemplar como têm desempenhado as vossas missões, tantas vezes em situações de alto risco, honra Portugal e os Portugueses.

Sois todos representantes de Portugal, dos valores essenciais da paz, da liberdade e da solidariedade que definem a nossa identidade e a nossa maneira de estar no mundo.

Estou hoje também aqui para sublinhar a importância da nossa presença nos esforços para restabelecer a paz e garantir a segurança nesta terra martirizada, ao lado dos nossos Aliados e parceiros.

É a primeira vez que Portugal volta a intervir num conflito europeu desde a I Grande Guerra. O destino permitiu-nos não sofrer os horrores da II Guerra Mundial e a Aliança Atlântica, de que somos membros fundadores, pôde assegurar, durante quarenta anos, a paz na Europa.

O regresso da guerra, com a decomposição da antiga Jugoslávia, marcou uma viragem e constitui uma ameaça real à segurança e à estabilidade da Europa a que não poderíamos ficar indiferentes. A nossa segurança é de facto indissociável da segurança europeia e a defesa nacional é inseparável da defesa colectiva dos nossos aliados da comunidade transatlântica. Tudo o que diz respeito à segurança e à estabilidade da Europa diz respeito à segurança e à estabilidade de Portugal.

A vossa presença na Bósnia traduz esta realidade e assinala a nossa determinação em cumprir, solidariamente, os deveres inalienáveis de Portugal como membro responsável da comunidade internacional.

Somos uma velha nação e um Estado antigo, para quem o cumprimento das obrigações internacionais é um dever de honra indiscutível.

Mas para além destas obrigações, existe um dever moral que se nos impõe: a defesa dos ideais de justiça, de liberdade, de convivência pacífica entre homens e culturas, de respeito intransigente pelos direitos humanos, dos valores que constituem, afinal, a base do projecto europeu que defendemos e que são a condição essencial da verdadeira paz e do progresso.

É também este o sentido da vossa presença na Bósnia.

É necessário voltar a acreditar na paz.

Portugal e os Portugueses têm os olhos postos em vós. Sei que podem contar convosco, já que estou certo que continuarão a cumprir esta difícil missão com o profissionalismo, a dedicação e o sentido do dever que é o *vosso*.

A todos, um grande e reconhecido abraço.

CAPÍTULO IV REGIÕES **AUTÓNOMAS** E PODER LOCAL

« O aprofundamento do regime democrático exige que a capacidade de representação dos Portugueses se exprima não apenas através das suas opções individuais para o Governo do País, mas também através da possibilidade de cada um se pronunciar quanto ao desenvolvimento das áreas territoriais em que se insere.»

«É ou não verdade que a proximidade das populações é afinal um critério de eficácia — com acréscimo das possibilidades de participação das populações e consequentemente da corresponsabilização que a prática da democracia tem mostrado ser pertinente?» Sessão de Encerramento do X Congresso da Associação Nacional de Municípios Ponta Delgada, Açores 23 de Março de 1996

Termitam-me que inicie as minhas palavras por uma referência muito especial à Região Autónoma dos Açores.

Quero assim manifestar-vos o contentamento que tenho por me encontrar, ainda que por breves horas, neste arquipélago, a que me ligam tão boas memórias. Os Açores são uma parte tão importante da diversidade do todo nacional e elemento essencial da componente Atlântica que com orgulho caracteriza a nossa História e define a nossa inserção geoestratégica.

Mas quero, também, fazer uma referência muito especial à riquíssima experiência autonómica regional dos Açores e da Madeira.

As autonomias regionais foram decisivas para a transformação da vida das populações destes arquipélagos. Provaram ser importantes instrumentos de articulação de uma parte de Portugal na unidade do seu todo.

Senhoras e Senhores Congressistas,

Momento de balanço e de síntese, mas também de formulação de novas vias, um Congresso da Associação Nacional dos Municípios constitui uma afirmação da vitalidade do poder local e dos seus protagonistas.

Permitam-me que, saudando os organizadores e participantes deste Congresso, exprima a minha satisfação pessoal pelo reencontro de pessoas com as quais partilhei preocupações comuns numa fase importante do meu próprio percurso político. Tanto

de umas como de outras — pessoas e preocupações — recebi um estímulo incomparável, a que procurei corresponder com um contributo empenhado, de que muito me orgulho.

O poder local que hoje conhecemos tem origem no 25 de Abril e distingue-se das experiências municipais anteriores. Em primeiro lugar, porque tem uma legitimidade eleitoral, em segundo, porque se consolidou em torno de uma primeira fase de descentralização administrativa do País.

O poder local, apelando à participação das populações e exercendo funções em grande proximidade com as pessoas, tem sido uma autêntica escola de cidadania que acumulou um capital de confiança da maior importância para a democracia portuguesa. Os eleitos locais, são porta-vozes e mediadores dos interesses das comunidades. Eles dão corpo a uma das formas de representação política onde a dimensão de responsabilização directa e de resposta imediata às expectativas das populações são, porventura, mais exigentes. Quero sublinhar o alto serviço que têm prestado ao País os autarcas portugueses. O balanço da experiência de 20 anos de poder local permite destacar o seu contributo positivo e sólido dado ao combate a tantas dificuldades nacionais que o centralismo histórico do Estado não estava em condições de travar.

Sob o lema «Reforçar o poder local para melhor servir as populações» ocupou-se este X Congresso dos principais desafios e propostas que os autarcas gostariam de ver respondidos e concretizados. Fizeram-no, aliás, considerando não só a componente interna da sua acção mas equacionando também a dimensão europeia e internacional.

De facto, muitos dos temas aqui abordados são hoje problemas políticos e civilizacionais de enorme actualidade, nomeadamente na Europa, como o prova a presença aqui do Senhor Presidente do Conselho dos Poderes Locais e Regionais da Europa.

Quero expressar a minha compreensão relativamente às preocupações aqui enunciadas. Mas quero também congratular-me com a forma do diálogo com que o actual Governo tem abordado as questões postas pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses.

As reformas aqui enunciadas merecem toda a ponderação. Elas apontam no sentido de uma maior flexibilização da gestão autárquica, e para a empresarialização de serviços municipais. A revisão do regime de financiamento das autarquias continua a ser um tema premente, como neste Congresso amplamente se demonstrou. É igualmente importante a reivindicação de medidas que possibilitem uma maior racionalização e desburocratização dos serviços.

Defendeu-se, também, neste Congresso, uma ampliação das competências dos municípios. É um tema recorrente, associado como sempre esteve ao reforço da autonomia municipal. Mas ganha hoje uma nova acuidade, perante a expectativa natural de uma nova fase de descentralização administrativa.

Está terminada uma primeira fase de consolidação do poder local. Não se trata de uma página totalmente virada, porque subsistem carências e inadequações em infra-estruturas e atrasos na cobertura de serviços básicos que não podem ser ignorados.

Como aqui se referiu, a adopção de uma definição estratégica de objectivos, a priorização de políticas do qualitativo, ou do «imaterial», e a prática de negociação com os diversos níveis da Administração, tornar-se-ão, cada vez mais, os indicadores da nova fase do poder local.

Entretanto, as autarquias são confrontadas com novas áreas de intervenção, como resulta, aliás, dos relatórios presentes a este Congresso.

A valorização do património natural e construído é uma dessas áreas, onde se espera que os municípios exerçam uma política activa. Não se trata apenas de recuperar patrimónios no sentido de uma cultura de excepção, mas de os requalificar em função das pessoas, dos seus laços com os sítios, das suas memórias, da sua identificação enquanto membros de uma comunidade.

Cuidar da herança das paisagens, das pedras e das pessoas, deve ter prioridade sobre o começar tudo de novo à custa de recursos não renováveis, de novas infra-estruturas e novas edificações, e, sobretudo, de novas raízes, que as pessoas por vezes penosamente terão que forjar.

Quero sublinhar a necessidade de uma ampla campanha de informação e debate sobre as prioridades estratégicas da revalorização do território herdado, numa perspectiva de defesa da memória colectiva e de poupança de recursos escassos.

É necessário que as populações e os agentes económicas incorporem nos seus interesses a noção de desenvolvimento sustentável e apreciem soluções duráveis, ainda que menos espectaculares, e criadoras de sinergias entre centro e periferia, entre público e privado.

É preciso cuidar do ordenamento do território e da humanização dos espaços habitados, designadamente urbanos. Este é um desafio de civilização, pois desse ordenamento dependem a qualidade de vida das pessoas e as próprias condições de afirmação da cidadania.

Fenómenos como o estrangulamento das acessibilidades, o envelhecimento dos núcleos históricos, a exclusão social e a marginalidade impõem aos responsáveis autárquicos a definição de políticas orientadoras globalmente fundamentadas, susceptíveis de contrariar a tendência para a degradação da vida nas periferias das grandes cidades.

Mas os instrumentos renovadores da vida urbana são igualmente indispensáveis para a afirmação dos núcleos de menor dimensão, que travam uma luta de quase sobrevivência contra a desertificação e a litoralização.

A fixação e atracção de populações nestas zonas, fundamental para o equilíbrio do conjunto do espaço geográfico e humano nacional, impõe uma extensa qualificação dos recursos à disposição dos concelhos com mais pequenos núcleos urbanos.

A atenção aos recursos humanos é pois um dos temas que não pode deixar de ocupar lugar central na agenda política dos autarcas, como aqui foi sublinhado. Refiro-me aos domínios da educação e da formação, nos quais aliás se suscitam múltiplos planos de complementaridade entre a administração local e a administração do Estado.

De forma pertinente, debateu-se aqui também a intervenção social do poder local. O desemprego, a pobreza e a exclusão ocorrem na generalidade do território e não são problemas apenas das grandes metrópoles. O apoio à integração dos mais jovens e dos grupos desarmados face à concorrência é sentido pelos autarcas — dada a complexidade dos problemas — como uma área a exigir não já respostas pontuais mas uma acção coordenada, organizada, técnica e financeiramente apoiada.

O aumento da delinquência e da toxicodependência e do sentimento de insegurança, particularmente nos grandes centros urbanos, confronta igualmente o poder local com a necessidade de criar e desenvolver respostas inovadoras.

A coordenação das intervenções projectadas pelos diversos organismos com responsabilidade na execução de políticas sociais é outro dos papéis que as autarquias têm desempenhado e desempenharão cada vez mais no futuro.

As limitações do sistema prisional e em geral do sistema punitivo tradicional, levaram diversos países a adoptar mecanismos de colaboração das autarquias nas tarefas da política criminal, através, por exemplo, duma alternativa à prisão consubstanciada numa pena de trabalho a favor da comunidade.

Do mesmo modo devem merecer atenção os programas que, dentro dos limites legais, favoreçam as experiências de trabalho em regime aberto, ou levem serviços locais a apoiar a reinserção social dos ex-reclusos.

A cooperação internacional institucionalizada é um outro domínio exemplar das novas funções dos municípios, num quadro de descentralização de funções do Estado. Das iniciativas de geminação em que se têm envolvido tantas câmaras têm-se tirado claros benefícios no relacionamento cultural entre povos. Trata-se de uma modalidade de cooperação internacional, particularmente actuante, porque ao intercâmbio cultural pode somar o intercâmbio técnico.

Gostaria de chamar a atenção para o papel insubstituível que esta modalidade de intervenção pode representar no desenvolvimento da cooperação com os países africanos que se exprimem oficialmente em português.

Quero, aliás, saudar a presença neste Congresso de um número tão significativo de autarcas de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.

Senhoras e Senhores Congressistas,

Após um longo período de consolidação do poder autárquico, o processo de descentralização administrativa do Continente vai conhecer uma nova fase.

Em Portugal, acumularam-se profundas assimetrias regionais. Há regiões onde as actividades tradicionais foram quase por completo sacrificadas, sem que alternativas viáveis surgissem em subs-

tituição. Há regiões assoladas pela desertificação, com uma população relativamente envelhecida e de baixo índice de escolarização. Há regiões cujos centros urbanos foram relegados para um plano periférico face ao objectivo de concentrar equipamentos em grandes pólos. Há em suma regiões cuja identidade se expressou num saber fazer e numa criatividade que correm entretanto riscos de destruição por acção ou omissão.

Entendo que a descentralização administrativa pode constituir um poderoso estímulo ao desenvolvimento, corrigindo desfasamentos, valorizando recursos e competências, fortalecendo, nesse sentido, a coesão nacional.

A descentralização administrativa só pode ser um factor de coesão nacional, se em vez da homogeneidade respeitarmos a diferenciação, se, em vez da hierarquização e subordinação, adoptarmos o equilíbrio e a partilha, enfim, se à desigualdade inter e intra-regional soubermos responder com empenhada solidariedade.

Entendo que a entrada numa nova fase do processo de descentralização, que deverá conduzir à criação de regiões administrativas no Continente deve ser encarada com toda a naturalidade. Trata-se de um normativo constitucional, há muito objecto de debate na opinião pública e de formulações e reformulações por parte dos partidos políticos.

Mas tratando-se também de adoptar um modelo de gestão e de um modelo de divisão territorial, que implica todos os portugueses, importa assegurar que ninguém se sinta excluído de um debate que, por natureza, deverá ser um profundo e sereno debate nacional.

Numa matéria desta relevância, que implica alterações profundas à estrutura do Estado, entendo dever advogar a vantagem de se obter um consenso tão amplo quanto possível.

Senhoras e Senhores Congressistas,

A regionalização não pode fazer-se sem os municípios, muito menos à custa dos municípios.

A definição do quadro de competências das regiões administrativas implicará provavelmente ajustamentos no quadro de competências municipais. Pondo ênfase na condição prévia a descentralização não deve ser feita com limitação dos poderes locais actuais nem do seu natural desenvolvimento — conviria que uma clarificação das competências dos Municípios pudesse ter lugar desde já, para o que julgo este Congresso deu uma oportuna contribuição.

Ficaria assim definida uma espécie de núcleo essencial de competências exclusivas, permitindo que outras figurassem num elenco de competências a sujeitar a contratos, ou seja, competências que se traduziriam em projectos ou programas articulando dois ou mais níveis da Administração do Estado.

Mas as regiões administrativas também não podem ser constituídas à margem dos municípios. Elas devem oferecer ao poder local uma nova instância de participação e de negociação e um ensejo de potenciação dos seus recursos, no quadro dos novos instrumentos de planeamento e de gestão que aquelas regiões não deixarão de constituir.

O reforço das instituições municipais, e a descentralização são peças indispensáveis para revigorar uma coesão nacional que um certo tipo de modernização, feita numa perspectiva centralista e desacautelada do ponto de vista das consequências sociais, afectou.

O novo ciclo político apela a uma renovada capacidade de dar respostas concretas às expectativas e ansiedades do quotidiano. As grandes reformas da Administração do Estado não podem ser nem exercícios teóricos sem debate nacional, nem instrumento

Sessão de Encerramento do X Congresso da Associação Nacional de Municípios

de desnecessária conflitualidade política, mas sim modalidades de aproximação entre o Estado e os cidadãos. Só assim serão compreendidas e aceites pela população É nessa direcção que temos de caminhar.

Sessão de Encerramento da Manifesta 96
— II Assembleia e Feira
do Desenvolvimento Local
«Os Caminhos do Desenvolvimento Local»
Tondela
17 de Novembro de 1996

A atenção e o interesse com que acompanho tanto as iniciativas de desenvolvimento local, como a reflexão que lhes anda associada, obtêm neste *forum* plena compensação, como resulta das intervenções e dos documentos apresentados.

Desejo por isso cumprimentar os organizadores e participantes na Manifesta 96, pela oportunidade da organização, pela exemplaridade das actividades mostradas, pela pertinência dos temas trazidos a debate e pela projecção nacional que conferiram à realização. Neste sentido, cumpre referir que o documento que acaba de ser lido como «Declaração de Tondela» constitui uma plataforma multissectorial que deverá suscitar novas e mais esclarecidas intervenções no domínio do desenvolvimento local.

Adequadamente, a dimensão local materializou-se através do envolvimento de instituições de Tondela na organização do evento. Associo-me ao reconhecimento que tem sido dirigido à Associação de Cultura e Recreio de Tondela e à Câmara Municipal. De forma especial, quero felicitar a Câmara de Tondela pela disponibilidade em acolher e apoiar este tipo de projectos (e sei que este não é o único tipo de encontros com especialistas que promove).

Senhoras e Senhores Participantes,

O conceito de desenvolvimento tem sido objecto, nas últimas décadas, de profunda reformulação.

Em largos sectores da produção científica e da opinião pública mais informada, e até mesmo em diversas instâncias da decisão

política, o desenvolvimento é hoje entendido como fenómeno eminentemente pluridimensional. Recusa-se assim uma visão dos problemas limitada à componente do crescimento económico.

Pouco a pouco, foi-se impondo a ideia de que discutir níveis e processos de desenvolvimento obriga a ponderar outros factores, factores tão diversos como: o acesso das populações aos cuidados de saúde, à informação e à instrução, a quantidade e qualidade do emprego disponível, os modos de utilização dos recursos naturais e protecção ambiental, ou as próprias orientações dominantes em matéria de política social. E até os laços de dependência política à escala internacional, que tão decisivamente marcam as regras de efectiva partilha do mercado mundial, foram chamados a primeiro plano nos diagnósticos do «desenvolvimento do subdesenvolvimento».

Bastará consultar os Relatórios actualmente publicados no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — sintomaticamente intitulados, aliás, «Relatórios do Desenvolvimento Humano» — para se obter uma imagem expressiva dos resultados a que chegou a renovação do pensamento nesta matéria.

Renovação porém insuficiente, uma vez que se não traduziu em fórmulas eficazes de combate às desigualdades mais gritantes entre os povos do mundo. Renovação insuficiente, além disso, pela dificuldade manifestada pelas teorias e políticas económicas do desenvolvimento em lidarem com as próprias assimetrias regionais existentes no interior de um mesmo espaço nacional.

O insucesso de muitas das fórmulas adaptadas resultou, neste último caso, de se ter partido do pressuposto de que a correcção das desigualdades regionais e dos círculos viciosos do não-desen-

volvimento podia ser concretizada através da imposição, pelos órgãos da Administração Central, de planos e investimentos sem qualquer participação, a não ser decorativa, das populações interessadas.

Sabem bem os membros desta assembleia que, em reacção a tal modelo, foi emergindo um quadro de pensamento e acção alternativo.

Nessa outra perspectiva, acredita-se que a satisfação das necessidades e aspirações dos cidadãos, especialmente nas regiões periféricas mais deprimidas, exige a mobilização e utilização integrada de todas as suas capacidades, energias e recursos — tanto naturais, como económicas, organizacionais, político-institucionais e culturais, e mesmo aqueles que, por força de défices de participação acumulados, permanecem encobertos ou deixaram virtualmente de existir

Senhoras e Senhores Participantes,

Tenho tido o privilégio de contactar de perto, em todo o País, com experiências de desenvolvimento local inspiradas nesta filosofia de intervenção.

Sei quantas energias nelas se despendem; conheço as dificuldades, incompreensões e custos pessoais que os seus protagonistas mais dedicados têm de enfrentar. Não ignoro as desilusões que têm de suportar, por força da insensibilidade de alguns poderes instalados e da inaceitável lentidão de burocracias paradas no tempo.

Mas tenho também plena consciência da importância dos resultados a que as iniciativas de desenvolvimento local têm conduzido.

Muitos foram os cidadãos que, através delas, despertaram para as vantagens da alfabetização e da formação profissional. Foi por seu intermédio que populações inteiras redescobriram a história

da sua terra, metendo ombros à recuperação do património arquitectónico herdado ou de certas formas de produção artesanal economicamente viável.

Graças às dinâmicas desencadeadas por tais iniciativas, assistiu-se, por outro lado, a mudanças inovadoras na acção das autarquias, com benefícios óbvios em termos de bem-estar dos cidadãos. Para não falar ainda da inestimável mais-valia cívica que resulta, nestas formas de combate pelo desenvolvimento, da participação directa das situações na identificação e resolução dos seus problemas colectivos.

Creio não me enganar se disser que, a par do entusiasmo com a obra realizada (bem patente neste Manifesta 96), se pressentem, em muitos dos agentes heróis do desenvolvimento local, as marcas de algum desencanto e a expressão de sinceras dúvidas sobre a real eficácia do trabalho desenvolvido.

As interrogações partem em vários sentidos e não devo omitir o eco que delas me chega.

Não estarão as experiências de desenvolvimento centradas no local condenadas a morrer, por falta de articulação entre si e com políticas de âmbito nacional? Será possível sustentar dinâmicas de desenvolvimento de base local, fora de uma matriz integradora de nível regional? E quanto às iniciativas que dependem, no essencial, do acesso a fundos comunitários, conseguirão elas subsistir quando cessarem os financiamentos? Será legítimo continuar a mobilizar os cidadãos para objectivos de desenvolvimento social integrado, quando não estão garantidas as condições da sua sustentabilidade no plano económico-financeiro e, mais propriamente, no da criação de postos de trabalho com alguma consistência? Será viável, ou mesmo oportuno, apostar na revitalização das identidades locais, numa época de imposição massiva de estereótipos culturais, em clara dessintonia com as âncoras e laços

de pertença? Não serão as urgências do combate à pobreza e exclusão social incompatíveis, em certos casos, com a preservação de todos os equilíbrios reclamados pelos defensores dos modelos de desenvolvimento endógeno e integrado?

Estou certo de que a este *forum* terão chegado muitas das interrogações que acabo de enunciar. E não duvido de que, no decurso das vossas discussões tenham sido formuladas respostas certeiras e reivindicações oportunas.

Não me coíbo, mesmo assim, de entrar no debate, enunciando muito brevemente algumas das minhas próprias preocupações nesta matéria.

A primeira prende-se com a verificação de que, em extensas parcelas do território nacional, os equilíbrios demográficos, económicos e sociais das colectividades locais foram de tal forma lesados que dificilmente se vislumbram já possibilidades de dinamização autónoma dos seus recursos e capacidades. A dependência relativamente à ajuda externa de emergência parece, nesses casos, uma inevitabilidade. Resta saber a que escala e por que meios deve ser concretizada.

Outra preocupação, que retiro da minha qualidade de observador de outros projectos de desenvolvimento local, tem que ver com o risco de a crítica inteiramente justa — às visões economicistas do desenvolvimento — se transformar, em tais acções, numa espécie de excesso culturista. Creio não me enganar se disser que, não sendo condição suficiente de desenvolvimento, o crescimento é uma condição necessária.

Terceira e última preocupação. Nem sempre a revitalização das identidades locais actua como efectivo impulso para o desenvolvimento, desde logo porque, remetida a fronteiras demasiado estreitas, não consegue forjar uma capacidade de representação colectiva, isto é, uma voz e um poder de negociação autónomos.

Mais uma vez, a escala a que se desenrolam as acções de desenvolvimento parece ser uma questão a ponderar.

Senhoras e Senhores Participantes

Não deve este breve enunciado de preocupações ser entendido como uma série de reticências relativamente às virtualidades do tipo de experiências de desenvolvimento que nos últimos dias vieram manifestar-se em Tondela.

Terei já dito o suficiente para vos garantir que, quanto a mim, elas constituem um exemplo particularmente significativo do que são as possibilidades do exercício democrático e participado do poder, tantas vezes insuspeitadas, que todos os cidadãos, as suas organizações e as colectividades locais a que pertencem, efectivamente têm ao seu alcance.

O Presidente da República não se conforma com os dualismos instalados na sociedade portuguesa. Sabe que há «interiores» no litoral e que há «litorais» no interior. Entende que a unidade nacional exige coesão social, respeito pela diferença e uma lógica de percepção dos problemas que se deixe nortear pela proximidade das populações. Acredita que, como afirmou anteriormente um dos membros da Mesa, há que ver em cada novo problema uma oportunidade, e acredita também que cada oportunidade aceite é um exercício de cidadania.

O Presidente da República recusa-se a assistir passivamente ao silenciamento de centenas de colectividades locais do espaço rural português.

Por isso está e estará com todos os que, lutando generosamente e inteligentemente no terreno, dizem não às desigualdades regionais mais gritantes e injustas, dizem não à desertificação interior, dizem não à «folclorização» do mundo rural, e dizem sim ao desenvolvimento integrado e solidário do espaço nacional.

Sessão Solene de Abertura da Assembleia Legislativa Regional dos Açores Horta, Açores 19 de Novembro de 1996

Aceitei o convite que V. Ex.ª, Senhor Presidente, teve a amabilidade de me dirigir, em nome desta Assembleia Legislativa, para presidir à sua Sessão Solene de Abertura, certo de que, quer o convite, quer a presença do Presidente da República sublinham a importância e a singularidade das Autonomias Regionais no quadro da arquitectura constitucional portuguesa. Agradeço, sentidamente, o vosso convite. Ele contribui, sem dúvida, para reforçar o sentimento de todos os portugueses, de pertença a uma comunidade coesa e solidária entre todas as partes do todo nacional.

A abertura da Assembleia Legislativa Regional representa sempre o início de um novo ciclo político, fruto da vontade livremente expressa pelos eleitores. A todos os Senhores Deputados e a V. Ex.ª, Senhor Presidente, quero manifestar os meus sinceros votos de um trabalho sereno e profícuo. Que melhor augúrio, aliás, poderia existir para os trabalhos desta Assembleia do que o exercício de concertação política manifestado na eleição da mesa que dirige os seus trabalhos.

A estabilidade política é no diálogo e na procura constante de consensos, sem descaracterização, naturalmente, dos programas próprios dos partidos, que deve encontrar o seu principal esteio. Permitam-me, igualmente, que reitere hoje, no momento em que iniciaram novos mandatos os órgãos próprios da Região, o compromisso que assumi desde o primeiro dia do meu mandato: o

de a todos o Presidente da República garantir uma cooperação institucional sempre empenhada. Reitero por isso aqui, os votos de sucesso para o seu mandato que tive ocasião de transmitir pessoalmente ao Sr. Presidente do Governo Regional.

Quero igualmente prestar a minha homenagem ao Senhor Ministro da República, que em representação do órgão de Soberania normalmente usa da palavra nestas Sessões Solenes e que hoje, pela circunstância excepcional da minha presença, não o faz.

O Ministro da República representa o testemunho da determinação dos órgãos de soberania no cumprimento de um projecto autonómico de irrecusável significado nacional. A Constituição que jurei cumprir e fazer cumprir consagra o reconhecimento aos órgãos próprios da região, democraticamente legitimados, de poderes substanciais para a prossecução do interesse específico regional, e, por outro lado, a representação cooperante do Estado na região. Este modelo autonómico, simultaneamente equilibrado e flexível, mantém plena validade para responder às novas solicitações e aos novos desafios que permanentemente se lhe colocam.

Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados,

Os próximos anos são decisivos para o futuro de Portugal. Importa continuar a garantir um sério esforço de modernização do País, sem gerar fracturas políticas e sociais que possam enfraquecer a coesão nacional.

O País tem definidos objectivos claros a alcançar no curto e médio prazos, no quadro do aprofundamento da União Europeia. Esses objectivos exigem rigor e exigência no prosseguimento do caminho a seguir, mas exigem também a solidariedade de todos num esforço que é nacional.

Os desafios que a União Europeia tem perante si, como sejam, quer a intensificação da integração económica, num quadro de coesão interna quer a expansão de fronteiras, com o alargamento às novas democracias europeias, são também eles desafios para Portugal.

A defesa firme que Portugal faz do princípio da coesão, como essencial ao aprofundamento da União Europeia, assenta no reconhecimento de que essa é a forma de assegurar a solidariedade comum indispensável ao equilíbrio entre os diversos níveis de desenvolvimento dos países europeus.

A especificidade própria das Regiões Autónomas aconselha, no contexto europeu, a defesa e reforço dos instrumentos de apoio às regiões ultraperiféricas. Ninguém se pode esquecer que os Açores são a fronteira ocidental da Europa.

Mas o mesmo princípio deve ter, naturalmente, também uma tradução interna: a procura constante de garantir um equilíbrio de desenvolvimento entre as partes do todo nacional. Só esse esforço garante a coesão nacional. E ele não pode ser fruto apenas da vontade política dos governantes eleitos. Tem de ser assumido, por todos os portugueses, como um gesto de solidariedade de todos para com todos. A procura de um equilíbrio no desenvolvimento regional não é feita com o sacrifício de uns em benefício de outros. É feita partilhando solidariamente os custos de um equilíbrio que se deve alcançar porque ele é em benefício de todos e, por isso, garantia do futuro de Portugal.

Senhor Presidente,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

As Regiões Autónomas têm especificidades que por isso lhe conferem um estatuto político próprio, singular no quadro constitucional português. As autonomias regionais foram decisivas para

a transformação da vida das populações dos arquipélagos dos Açores e da Madeira. Creio que ninguém em Portugal tem sobre isso qualquer dúvida.

O modelo autonómico regional provou a sua validade. Hoje, todo o nosso esforço tem de ser no sentido de o aperfeiçoar e consolidar.

A eficácia que demonstrou aconselha a que se garanta a continuidade da sua matriz inicial. Salvaguardando, assim, o princípio descentralizador e o princípio da unidade e da solidariedade entre todos os portugueses. Não nos deve isso impedir, porém, de ter a abertura suficiente para reconhecer que o sistema é susceptível de ser aperfeiçoado.

Autonomia e unidade são conceitos complementares. A autonomia das regiões visa o reforço da unidade nacional, o que aponta inequivocamente para um modelo autonómico baseado na cooperação entre diferentes níveis políticos e institucionais consagrados na Constituição.

É minha profunda convicção que a vitalidade e o reforço das autonomias se constroem com vantagem para o valor da coesão nacional em torno do princípio da cooperação política e institucional. Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Ao novo governo regional e a esta nova Assembleia Legislativa cabe a importante responsabilidade de assegurar, no âmbito das suas competências próprias, a condução dos assuntos da Região, num momento de acelerada mutação económica e social que, nascendo de um contexto internacional, tem enormes repercussões no quadro europeu e nacional.

Este é um momento em que todos temos de reforçar a nossa determinação e procurar congregar esforços em torno dos problemas essenciais, seja para o País, seja para a Região.

Os Portugueses exigirão de nós, num momento em que estão em jogo coisas tão importantes para o futuro de Portugal, que sejamos capazes de garantir as condições de estabilidade política e de cooperação institucional que permitam garantir as condições de desenvolvimento do País.

É o momento de nos concentrarmos no essencial e de em torno dele construir consensos. Esse esforço não impede a necessária manifestação de programas próprios, distintivos, que são indispensáveis para garantir sempre a possibilidade de alternância democrática. Mas a diferença deve resultar sempre de um natural exercício das liberdades, que nada jamais pode coarctar. E é até a diferença e não o unanimismo que melhor permitem que se compreenda o esforço que as partes façam na construção dos consensos necessários.

Uma nova Assembleia e um novo Governo representam naturalmente a abertura de um novo ciclo político. Nele depositaram os açorianos a sua esperança, a sua vontade de encontrar uma resposta aos problemas que se possam colocar. É esse o sentido das escolhas dos eleitores, qualquer que elas sejam.

Sei que os açorianos têm o vigor e a determinação necessários a congregar esforços para vencer os desafios que à região e a Portugal no seu todo se colocam.

Confio no nosso povo, conheço a sua história. Tenho a convicção firme de que hoje, como tantas vezes no passado, seremos grandes sempre que deixarmos as questões pequenas que nos dividem e diminuem.

Conseguimos sempre afirmarmo-nos como Povo e como Nação, sempre que nos soubemos unir e concentrar no essencial, abrindo-nos à modernidade, aos valores da liberdade e do universalismo, praticando uma cultura de tolerância.

Somos um povo cosmopolita, para quem o mundo é pequeno. Quero, aliás, prestar aqui a minha homenagem a tantos milhares de açorianos que longe da sua terra, noutros continentes, são Portugal no Mundo. Com eles estará sempre a atenção e a admiração do Presidente da República.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Fui eleito Presidente de todos os portugueses. Cabe-me por isso a grata tarefa de nenhum me poder esquecer. Estejam onde estiverem. No Continente, nas Regiões Autónomas ou em tantos países por esse mundo fora.

A circunstância da realização próxima das eleições regionais, não aconselhava a que o Presidente da República se deslocasse em visita às regiões autónomas. Encerrado que está este ciclo eleitoral é outra a minha disponibilidade face aos diversos convites que me têm sido dirigidos. Creiam que nada me pode ser mais grato.

Desejo a todos as maiores felicidades.

SESSÃO SOLENE NA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

(Visita a Municípios da Área Metropolitana do Porto) 21 de Novembro de 1996

Aceitei o convite para visitar oficialmente a cidade do Porto, que V. Ex.ª teve a amabilidade de me dirigir, com particular prazer.

Ele confere ao Presidente da República, em primeiro lugar, a oportunidade de oficialmente homenagear, através de um conjunto de iniciativas, esta «Antiga, Muito Nobre Sempre Leal e Invicta Cidade do Porto».

Ele permite, depois, o contacto institucional entre o Presidente e os órgãos autárquicos, de outro modo impossível nas frequentes visitas que tenho oportunidade de realizar a esta cidade para participar na intensa vida económica, social e cultural que a caracteriza e distingue.

Mas o convite desta Câmara permite-me, também, reencontrar tantos e tantos amigos a quem tantas vezes não posso dedicar a atenção que gostaria, porque os afazeres de Estado nem sempre mo permitem. E esta razão afectiva é-me particularmente grata. Para mim, aliás, a política pouco significado tem sem essa dimensão afectiva, é ela que nos mantém próximo das pessoas, dos seus sucessos e dos seus problemas.

Eu gosto de estar próximo das pessoas, de as ouvir, de as procurar compreender, de elogiar as suas realizações e de procurar incentivar a resolução dos problemas. Por isso é bom estar aqui com todos vós. Muito obrigado pela calorosa recepção que me dispensaram. Minhas Senhoras e meus Senhores,

Para quem, como eu, vem há tantos anos assiduamente ao Porto é impossível não deixar de reconhecer, e louvar, o grande desenvolvimento que a cidade sofreu, modernizando-se, assegurando novas infra-estruturas, desenvolvendo o seu comércio e a sua indústria manifestando uma pujança cultural notável, consolidando Universidades prestigiadas e estabelecendo importantes relações internacionais.

Como Presidente da República quero sublinhar, com apreço, a profunda modernização da cidade, a vitalidade de todos os seus agentes públicos e privados, e a reafirmação de uma identidade própria. É assim que se vitalizam as cidades, incutindo-lhes dinamismo, estimulando a criatividade, a iniciativa e criando novas oportunidades para os seus munícipes.

Todo esse trabalho, todo esse esforço, toda essa vitalidade que os portuenses têm demonstrado faz falta a Portugal, que necessita garantir condições permanentes de modernização sustentada e de melhoria das condições de vida de todos os portugueses.

De entre os muitos projectos que marcam o novo rosto da cidade não posso deixar de referir, pela sua importância e dimensão, o projecto do Metropolitano do Porto, porque ele representa uma verdadeira revolução nas acessibilidades da Área Metropolitana e ficará como um marco e um símbolo do início do Porto do século XXI.

Mas, se a cidade modernizou as suas infra-estruturas e equipamentos não deixou, por isso, de dedicar uma particular atenção à sua riqueza patrimonial e ao seu centro histórico, que terei a oportunidade de visitar. É, aliás, a sua beleza natural e arquitectónica, a preservação dos seus núcleos históricos profundamente enraizados na tradição e na história da cidade que

fazem do Porto um candidato natural ao estatuto de cidade Património Mundial. Estatuto que, estou certo, não deixará de lhe ser concedido.

O Porto é uma cidade historicamente aberta ao mundo, que sempre teve, através do seu porto, intensas relações internacionais, quer por via de um comércio importante, quer até por ter vivido intensamente a primeira, longa, vaga de emigração e retorno da época contemporânea, estreitando importantes laços entre a cidade e o Brasil.

A arquitectura e a literatura têm ainda presente a casa do «brasileiro» e as suas atitudes económicas e culturais no reencontro com a cidade e o Norte de onde originariamente tinham partido. Por isso, como já tive uma vez ocasião de referir, que melhor cidade se poderá encontrar para sediar as Comemorações Nacionais dos 500 anos da Descoberta do Brasil? Espero, Sr. Presidente da Câmara que este desejo da cidade se possa tornar realidade.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Cumpro um acto de Justiça se sublinhar que parte significativa desta transformação do Porto é obra da Câmara que soube potenciar todas as energias da Cidade e o empenho de todos os que compõem os órgãos autárquicos.

O Porto teve em V. Ex.ª uma voz que projectou e prestigiou a cidade.

Como Presidente devo manter-me acima das opções políticas que os Portugueses fazem para a condução da *res publica*. É essa uma das expressões da minha independência, por isso sou o Presidente de todos os portugueses.

Mas, o Presidente da República não pode deixar de manifestar o reconhecimento público pela dimensão da obra que os Portugueses realizem, com assinaláveis méritos, nos diversos domínios

de actividade. É que o reconhecimento público manifestado pelo Presidente reveste-se de um instrumento de estímulo, e de exemplo, a todos os portugueses, para que sempre e melhor sirvam o seu país.

V. Ex.ª, Senhor Presidente da Câmara, prestou à cidade e ao País serviços da maior relevância. E não me quero referir apenas à obra do autarca do Porto, cidade a que conferiu um novo dinamismo.

Quero referir-me a todo um percurso de intervenção cívica, de serviço à República, longo já de duas décadas, desde o seu início, em 1976, em Vila do Conde, ao governante que procurou introduzir reformas inovadoras, ao deputado europeu que soube construir e fortalecer uma imprescindível ligação entre as instâncias comunitárias e a região, ao Presidente da Junta Metropolitana, ao Conselheiro de Estado, ao político que não hesitou em voltar à vida autárquica para trazer à cidade que o elegeu o contributo da sua experiência acumulada.

É em nome de todo esse percurso nacional, e para dar testemunho da obra feita ao longo dele, que decidi condecorar o Dr. Fernando Gomes, Presidente da Câmara Municipal do Porto, com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique.

Sei que pela obra feita a cidade se reconhece também nesta condecoração. Tal como espero exprimir assim, ao condecorar o seu Presidente da Câmara, o apreço que tenho para com a Cidade, para com a sua pluralidade e para com a capacidade empreendedora que os portuenses têm sempre demonstrado.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Permitam-me que ao falar à cidade aproveite a solenidade deste acto para me dirigir também ao País. Nos últimos dias tenho vindo a chamar a atenção para um problema nacional a que atribuo a maior importância.

Fazem parte da história as rivalidades entre o Norte e o Sul, entre o Litoral e o Interior. Foi a identidade própria das comunidades locais que construiu a imagem da sua diferença face ao Outro. Vivia-se, então, em espaços fechados, onde o Interior era uma distância dificilmente alcançável e onde a velocidade, a prudência e a segurança aconselhavam o trânsito marítimo entre o Norte e o Sul. Desde o século XIX, porém, a revolução dos transportes facilitou em toda a Europa a criação de Estados modernos e de mercados nacionais, baseados na facilidade dos sistemas de comunicações — transportes, ensino, informação — entre as partes do todo nacional.

Hoje, a velocidade encurtou todas as distâncias, criou novas condições de articulação entre centros urbanos e entre áreas metropolitanas.

A dimensão do espaço territorial continental e os desafios acrescidos de competitividade externa, aconselham a que se olhe para o todo nacional na sua complementaridade e se procure conferir a cada um dos agentes instrumentos de desenvolvimento das suas potencialidades.

Mas tenho plena consciência que ao longo dos anos se acumularam delicadas tensões políticas inter-regionais, fruto de uma tradição centralista, profundamente enraizado na história contemporânea portuguesa. Só que essa tradição é incompatível com o aprofundamento de um regime democrático.

É que este exige que a capacidade de representação dos Portugueses se exprima não apenas através das suas opções individuais para o governo do País, mas também através da possibilidade de cada um se pronunciar quanto ao desenvolvimento das áreas territoriais em que se insere.

É ou não verdade que a proximidade das populações é afinal um critério de eficácia — com acréscimo das possibilidades de par-

ticipação das populações e consequentemente da co-responsabilização — que a prática da democracia tem mostrado ser pertinente?

Por razões diversas e complexas, a jovem democracia portuguesa não reunia condições para desenvolver, na sua plenitude, o edifício constitucional descentralizador, consagrado na Constituição de 1976, que desde então consagra a criação de regiões administrativas.

A manutenção de um Estado fortemente centralizador acumulou, ao longo de anos, delicadas tensões políticas, que correm o risco de ultrapassar os limites que podem pôr em causa a coesão nacional.

É por ter consciência disso que desde o início do meu mandato erigi o reforço da coesão nacional como uma prioridade política para a minha magistratura. Faço-o sem qualquer dramatismo, sem querer com isso construir ou convocar realidades virtuais. Pelo contrário, faço-o porque, em minha opinião, essa é indiscutivelmente uma realidade a que devemos prestar a maior atenção.

O poder político tem de ser capaz de criar os mecanismos institucionais e administrativos que permitam comportar esta realidade.

Não é possível esperar mais tempo, sob pena de se agravarem tensões políticas que começam a ultrapassar o limite da razoabilidade e são, objectivamente, factores de desagregação da unidade nacional, num país onde a geografia e a história não comportam tensões regionais naturais. É bom não as criar artificialmente. Hoje, entre vós, como amanhã em relação a outra cidade posso dizer: sou um portuense. Não apenas porque aqui tenha família, próxima ou remota. Não porque aqui tenha nascido ou vivido. Não porque aqui tenha estudado ou casado. Sou um portuense

porque sou português, porque todas as partes do território nacional são a nossa terra, a nossa pátria. Todas, são Portugal, na sua indivisível unidade.

A coesão nacional não está em causa em Portugal. O que está em causa é a construção do edifício da descentralização administrativa. Esta é que é a questão política a resolver. Quem se reconhece na sua vantagem deve centrar todos os seus esforços na construção de um acordo de regime sob o modelo inicial, e na procura de uma legitimidade fundadora, que só pode vir do sufrágio, para que todos os portugueses nela se reconheçam. A descentralização administrativa é um instrumento. Não mais do que isso. E enquanto instrumento de administração do Estado só pode ter um objectivo, servir os Portugueses e assegurar a unidade nacional. Defendo a unidade política de Portugal e não vislumbro a necessidade de acolher novas construções de autonomias políticas, para além das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira que decorrem da sua especificidade territorial. É bom caminhar por fases que possam ser ponderadas, avaliadas e aperfeiçoadas. Só o gradualismo permite um avanço consolidado. Creio que só assim se garantirá a satisfação de uma necessidade evidente da administração do Estado.

A exacerbação de focos de tensão inter-regionais só parece favorecer a defesa da manutenção de instrumentos centralizadores. Reconheço que uma discussão que devia ser serena, até porque no princípio descentralizador se reconhecem os maiores partidos nacionais, se encontra sobressaltada por desnecessária emotividade, exterior, aliás, importa sublinhá-lo, ao sistema político.

Importa restaurar a oportunidade e serenidade no debate. Ao Governo e à Assembleia da República, a quem cabe conduzir este processo, cumpre definir os calendários, construir os consensos necessários e definir as metodologias próprias.

Ao Presidente da República cumpre, pelo seu lado, apelar ao reconhecimento da vantagem em não prolongar eternamente este debate. A isso o aconselha a salvaguarda da unidade de Portugal. Ocupando-se neste momento Governo e Parlamento de produção legislativa relativa ao tema, e projectando-se uma consulta aos Portugueses, entendo que devo reservar a minha opinião sobre os aspectos directamente implicados neste processo.

Tenho, porém, sobre as questões essenciais uma opinião que é conhecida de todos: entendo que a proximidade das populações é um critério de eficácia e um acréscimo de participação e co-responsabilização, entendo que se devem procurar integrar as experiências existentes de organização territorial do ordenamento e do planeamento económico periférico, entendo que o princípio democrático deve sempre prevalecer, porque não é compatível com um Estado democrático a existência de uma administração periférica dotada de uma legitimidade puramente burocrática.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Importa não esquecer as prioridades fundamentais para o País e saber distinguir entre o essencial e o secundário na abordagem dos problemas nacionais.

A garantia de condições para que Portugal possa entrar no núcleo fundador da moeda única, a diminuição das desigualdades sociais e das assimetrias regionais, o crescimento do emprego e a melhoria dos níveis de educação e de formação dos Portugueses são prioridades indiscutíveis.

Creiam que tudo farei, nos próximos anos, para incentivar as autoridades e todos os portugueses a garantir as condições de combate a esses problemas.

Numa fase em que se abrem promissoras portas de afirmação de Portugal na cena internacional, seria lamentável que nos deixássemos encerrar na pequenez de polémicas acessórias, que hoje parecem ocupar de forma privilegiada a atenção da opinião pública, recusando-nos a encontrar a disponibilidade de espírito necessária para discutir, firmemente, mas com tolerância, um projecto nacional mobilizador das nossas capacidades e corajosamente virado para o combate contra as injustiças sociais que teimam em descriminar muitos homens e mulheres em Portugal. Minhas Senhoras e meus Senhores.

Quero, a concluir, deixar a todos uma palavra de estímulo e de incentivo. Portugal necessita da continuidade do esforço empenhado de todos os agentes económicos, sociais, culturais e políticos desta Cidade.

O Porto tem justo orgulho nos seus pergaminhos, nas suas tradições. Ao longo de séculos deu abnegados exemplos de coragem e prestou inestimáveis serviços à causa da Liberdade. Por isso, por toda a sua longa história e tradições a República conferiu há muito a esta Cidade a elevada distinção da Torre Espada, do Valor, Lealdade e Mérito.

Viva o Porto!

Viva Portugal!

CAPÍTULO V EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

«As nossas escolas têm de estar mais atentas às mutações tecnológicas e económicas que ocorrem a cada dia. A questão do emprego e, em particular, do emprego dos jovens é um dos grandes dilemas das sociedades actuais. Não só por razões económicas, mas também por razões de cidadania e de realização pessoal. Articular a educação e a formação é uma forma de abordar esta problemática pelo prisma da integração social e do desenvolvimento pessoal, da partilha cultural e da criação de uma identidade própria. É preciso que a educação se organize sob a ideia directriz do trabalho produtivo, única forma de garantir ao mesmo tempo a realização individual e o desenvolvimento social.»

Sessão de Abertura do 1.º Simpósio da Fundação BIAL
«Aquém e Além do Cérebro»

Universidade do Porto
29 de Março de 1996

É com muito gosto e interesse que estou presente na sessão de abertura do 1.º Simpósio da Fundação Bial, dedicado ao tema tão cheio de actualidade «Aquém e Além do Cérebro». Ao agradecer o amável convite que me fizeram para aqui estar, hoje, e as palavras tão gentis que me dirigiram, não posso esquecer que é a primeira vez que venho ao Porto, desde que iniciei oficialmente as minhas funções de Presidente da República. Quero, por isso mesmo, saudar o povo desta cidade de liberdade e de trabalho, cuja sociedade civil tem sabido estar aberta à inovação e à modernidade cultural.

As iniciativas de âmbito científico, educativo e cultural da Fundação Bial são um exemplo disso mesmo. Quero, por isso, felicitar o seu Presidente, Dr. Luís Portela, e incentivá-lo a que a Fundação prossiga a sua acção tão meritória.

Os temas deste Simpósio, o prestígio científico e a categoria das personalidades que nele participam — e que saúdo vivamente — dão bem a medida da sua importância e grande interesse deste acontecimento científico e cultural.

A ciência e a técnica constituem, como sabemos, a matriz que organiza a visão moderna do Mundo. Nos últimos anos, os avanços que nelas se verificaram mudaram a imagem que tínhamos do universo, da natureza e do homem, com vastíssimas consequências em todos os domínios da experiência humana. Tudo acelerou e se transformou vertiginosamente.

Um dos campos do saber científico em que essa revolução tranquila se está a operar com maior intensidade e fundura é precisamente o das ciências ligadas ao cérebro e à mente (neurologia e neurobiologia, psiquiatria, psicanálise, psicologia nas suas várias disciplinas, etc.). As implicações epistemológicas e filosóficas dos avanços do conhecimento nestas áreas são imensas, fascinantes e, em larga medida, imprevisíveis. Mas também levantam questões que, por vezes, são perturbadoras e mesmo preocupantes. Temos de estar conscientes e preparados para os desafios que aí vêm e para os novos problemas que temos de enfrentar. É preciso uma atitude nova, respostas mais rápidas, uma renovação e actualização permanentes.

A circulação de informações e de saberes é uma exigência do nosso tempo. A necessidade de especialização cada vez maior e mais qualificada não pode nunca ser sinónimo da criação, na sociedade humana, de um outro e novo dualismo irredutível, de uma separação entre uma pequena elite que sabe, conhece e decide, e uma imensa massa automatizada e desinformada que obedece e ignora.

É, por isso, que a responsabilidade ética da ciência — que há algumas décadas ocupou um lugar central no debate político e filosófico — volta a estar na ordem do dia. Os cientistas, que dedicam as suas vidas ao trabalho em favor do conhecimento e da liberdade de criação e investigação, são os primeiros a sentir a importância destas questões e a assumir a responsabilidade de as equacionar e debater.

O acesso de cada vez maior número de cidadãos à informação científica tem de ser uma preocupação de todos e é condição de um progresso harmonioso.

Hoje, o grande desafio das sociedades é o da sua capacidade para investirem na educação, na ciência e na cultura. É isso que dis-

tingue as sociedades que querem e podem desenvolver-se daquelas que ficarão presas, como uma fatalidade, a um atraso crescentemente irrecuperável.

Estamos a viver uma grande transformação. Os instrumentos e os meios que fazem funcionar o nosso modo de vida contemporâneo deixaram de se basear no saber comum. São demasiado especializados. Têm que ser aprendidos e ensinados.

A necessidade de um enorme esforço colectivo de aprendizagem é fundamental no nosso tempo. Este esforço, que implica também um grande empenho no domínio da comunicação, baseiase na criação e na investigação, no florescimento contínuo de saberes disciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares, na sua transmissão e difusão. Só assim se consegue o desaparecimento progressivo do fosso existente entre a cultura das elites e a cultura das massas, alargando-se o património cultural em simultâneo com o aumento da capacidade de investigar, criar hipóteses, conhecer, escolher e agir.

Para isso, é preciso aprofundar o conhecimento científico sobre a sociedade, sobre a natureza e sobre o próprio homem, e promover o espírito crítico e participativo. A alternativa terrível e que temos de saber evitar é a destruição lenta mas inexorável da ciência dos saberes argumentativos e, com ela, o ataque aos fundamentos que legitimam a própria ordem em que a sociedade moderna assenta.

É preciso «reencantarmo-nos com o mundo», no dizer feliz do grande cientista e Prémio Nobel Ilya Prigogine. É necessário reconhecermos — tirando daí todas as consequências — que os seres humanos e a natureza fazem parte de um mesmo universo.

A construção de um futuro justo, equilibrado e solidário, que respeita as diversidades porque visa a universalidade, precisa de

ciência e de boa ciência. Mas precisa também de consciência. Consciência do que está em causa neste final de milénio e que é o reencontro do homem consigo e com a Natureza, assegurando o desenvolvimento integral das suas capacidades, ao serviço de um Mundo melhor para todos os seres humanos.

Sei que esta reunião, directa ou indirectamente, vai tratar destas questões, na pluralidade das vozes, concepções e experiências dos cientistas que nela participam.

Agradeço a vossa atenção e desejo os maiores êxitos ao Simpósio. Aguardo, com muito interesse e curiosidade, as conclusões dos vossos trabalhos.

JANTAR COM REPRESENTANTES UNIVERSITÁRIOS, INVESTIGADORES E DIRECTORES DE REVISTAS DE CIÊNCIAS SOCIAIS

(Jornada de apoio ao desenvolvimento económico, cultural e científico) Palácio de São Marcos, Coimbra 22 de Abril de 1996

Com esta iniciativa, tomada no quadro de um programa destinado a celebrar o 22.º aniversário do 25 de Abril, pretendi em primeiro lugar pôr em destaque a relação entre a alvorada das Ciências Sociais em Portugal e o combate pela democracia. Muitas foram as dificuldades enfrentadas pelas Ciências Sociais ao longo das quase cinco décadas do regime autoritário encerrado com o 25 de Abril.

O salazarismo tolerou, é certo, algumas disciplinas, como a História ou a Geografia. A censura ou o silenciamento exerciam-se, neste caso, sobretudo em relação aos quadros teóricos e às metodologias que mais incisivamente se mostrassem capazes de restituir os mecanismos e fundamentos do poder e, portanto, as manifestações de arbitrariedade no seu exercício.

Noutros casos, porém, a repressão atingiu domínios inteiros do conhecimento, que, no estrangeiro, há muito se tinham constituído e consolidado. Foi exactamente essa a situação da Sociologia, que, como se sabe, era encarada pelos mais obscurantistas como um disfarce dos mais tenebrosos desígnios políticos.

Adérito Sedas Nunes, a quem se deve um contributo fundamental para a abertura duma passagem para as Ciências Sociais em Portugal, fazia questão de lembrar que para os responsáveis do regime autoritário «a Sociologia não era somente inútil e abstrusa, era também e sobretudo perigosa, suspeita, subversiva. Salazar dissera que se tratava de um 'socialismo disfarçado' ou de qual-

quer coisa confusa que já no seu tempo não se sabia o que era». Não será de mais salientar, a este propósito, a acção de cientistas portugueses, como o já citado Sedas Nunes, e os felizmente ainda vivos Armando de Castro e Vitorino Magalhães Godinho, ao conseguirem, com sacrifícios de toda a ordem, no País ou no exílio, ir forjando as condições intelectuais e institucionais favoráveis à afirmação das correntes teóricas e dos quadros disciplinares mais adequados a uma análise crítico-analítica da realidade social.

Eles alimentaram e despertaram um interesse crescente pelos problemas sociais e do desenvolvimento do País. Com as suas investigações e reflexões deram combate aos preconceitos contra as Ciências Sociais. E fizeram demonstração da sua utilidade, na medida em que os seus estudos se revelavam valiosos contributos para o entendimento da contemporaneidade.

Com o advento da democracia, a situação alterou-se radicalmente. Desde logo no plano institucional. Em poucos anos, criaram-se cursos de licenciaturas e pós-graduações em quase todas as Universidades portuguesas. O regresso de muitos professores e investigadores a Portugal deu suporte a esse movimento de criação institucional. Na década de 80 cumpriram-se os primeiros doutoramentos em Sociologia na Universidade Portuguesa. As Ciências Sociais creditaram-se não apenas na comunidade científica como na sociedade em geral.

Acertado o passo com as orientações teóricas mais influentes da comunidade científica internacional, os investigadores portugueses têm desenvolvido projectos de investigação sobre as especificidades da nossa realidade. Fizeram e fazem-no, na esteira dos pioneiros já referendados, mas com as imensas dificuldades de quem percorre um caminho deixado quase ao abandono durante décadas.

JANTAR COM REPRESENTANTES UNIVERSITÁRIOS, INVESTIGADORES E DIRECTORES DE REVISTAS DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Senhores Professores Doutores,

A produção científica na vossa área é hoje felizmente diversificado e abundante. Graças aos seus resultados, estão a criar-se condições para que o nosso país deixe de ser uma inextricável teia de opacidades ou o alvo predilecto de um amontoado de clichés e de explicações fáceis.

Há efectivamente que saudar o facto de em vários domínios disciplinares das Ciências Sociais, a reflexão, a investigação e o ensino se não terem desligado das preocupações de intervenção sobre o próprio tecido social. Não são apenas os programas de trabalhos da Academia que o atestam. São frequentes grandes encontros onde as experiências de investigadores e outros profissionais se cruzam e mutuamente enriquecem. Diversos nomes das Ciências Sociais portuguesas têm um estatuto mediático, a que emprestam um conteúdo pedagógico ou de intervenção cívica. O recurso por parte de organismos públicos à celebração de contratos com centros de investigação visando a realização de estudos sociais deixou de constituir uma prática excepcional.

Mas não são só os responsáveis governamentais, nos seus diversos departamentos, que devem ser chamados a dar apoio — e a utilizar o contributo das Ciências Sociais. Esse apoio deve vir também de outras áreas com influência decisiva na vida e na qualidade de vida dos cidadãos — as autarquias, as associações empresariais, os sindicatos, as empresas.

Escusado será dizer que, numa altura em que os processos de transformação social surgem à nossa volta com contornos de autêntica ruptura civilizacional, os esforços de inteligibilidade realizados pelos cientistas sociais portugueses são, não apenas de aplaudir, como de estimular, e estimular francamente.

Não existe entre nós uma consciência suficientemente aperfeiçoada sobre custos e benefícios sociais decorrentes de tomadas de decisão, em sedes as mais diversas. Os resultados de uma tal indiferença são preocupantes. É de desejar que uma convivência regular com o mundo das Ciências Sociais, despertando um interesse generalizado pelas suas propostas interpretativas, pelos resultados de análises concretas a que chega, e pelas orientações práticas que sugere, permita inverter a situação.

A mobilização das energias do País para suplantar as dificuldades que se lhe colocam, num contexto de mudança global como o que atravessamos, não se compadece com desperdício de recursos, incluindo, em lugar de destaque, os recursos intelectuais. As questões postas pela modernização, designadamente as que se manifestam em espirais de exclusão e desesperança, exigem um crescente rigor e aperfeiçoamento dos critérios e instrumentos intelectuais de percepção do social e dos fenómenos da mudança. Não podemos enfrentá-las, repito, nem com ideias feitas, nem com esquemas simplificadores que rejeitam o pluralismo de análise e o necessário confronto de perspectivas.

Eis porque neste momento o meu voto vai no sentido de que saibamos olhar para o futuro com a lucidez crítica que o saber das Ciências Sociais põe ao nosso alcance.

SESSÃO COMEMORATIVA
DO ELOGIO DE BENJAMIN FRANKLIN
DA AUTORIA DO ABADE JOSÉ CORREIA DA SERRA
Academia das Ciências de Lisboa
3 de Julho de 1996

 ${\cal E}$ com muita honra e grande interesse que participo, na Academia das Ciências de Lisboa, nesta sessão de tão grande significado, em boa hora organizada em colaboração com a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.

Ao felicitar as duas instituições por esta iniciativa, quero saudar calorosamente o presidente desta casa e os seus ilustres membros, pois esta é, desde que tomei posse do cargo de Presidente da República, que é, por inerência, o Presidente de Honra da Academia, a primeira vez que aqui venho.

O acto que nos reúne tem, hoje, um particular sentido: lembra figuras que, no seu tempo, estiveram na vanguarda do progresso científico, mas que não se alhearam nunca dos destinos do mundo. Encararam sempre as conquistas da ciência com uma ousada visão humanista. Esta é também uma ocasião para reafirmarmos a amizade entre os EUA e Portugal, de que o abade Correia da Serra é um símbolo, tendo sabido interpretar os generosos ideais que estiveram na origem do movimento de independência americana e que tão fundas repercussões tiveram,

O texto sobre o grande Benjamin Franklin, que ouvimos muito bem lido pelo actor Diogo Dória, e que foi agora, passados 205 anos, felizmente recuperado, evidencia esse espírito e dá sinais da energia que levou os homens a avançarem no conhecimento da natureza e a afirmarem a fundamental dignidade de todos os povos e de todos os seres humanos.

Benjamin Franklin foi sócio correspondente desta academia, de que o abade Correia da Serra tinha sido um dos principais fundadores e de que foi o primeiro vice-secretário, é bom, por isso mesmo, que hoje neste lugar os juntemos pela nossa evocação, pois comungaram dos mesmos ideais, expressos por Franklin na famosa carta ao descobridor do oxigénio, Joseph Priestley: «O rápido progresso alcançado pela ciência verdadeira causa-me por vezes mágoa pelo facto de ter nascido tão cedo, é impossível imaginar as alturas a que o poder do homem sobre a Natureza será levado dentro de mil anos. Aprenderemos talvez a retirar a gravidade às grandes massas a fim de as transportar com facilidade», e depois de elaborar criativa prospectiva sobre diversas áreas de actividade humana dizia: «possa para isso a ciência moral melhorar de igual modo, possam os homens deixar de se comportar como lobos uns em relação aos outros, e consigam os seres humanos aprender o que significa no fundo aquilo a que agora se chama impropriamente de humanidade!»

Muitos e espantosos progressos técnicos e científicos entretanto se verificaram e mudaram de forma prodigiosa a nossa vida — mas as desilusões da história, a consciência da complexidade do mundo, as incertezas do futuro, as perplexidades do próprio pensamento face à realidade, não nos permitem hoje uma visão tão resolutamente optimista, confiante e afirmativa. Sabemos que há problemas insolúveis, tragédias que se não evitaram, ilusões que se perderam.

É bom, no entanto, nestes tempos em que assistimos ao ressurgir de formas novas e antigas de obscurantismo, que seja retido o essencial da mensagem de Franklin e de Correia da Serra: a curiosidade e o espírito crítico, a abertura ao novo, a tolerância pela divergência e pela diferença, a afirmação do livre arbítrio, a rejeição do pensamento único, a coragem de ajuizar e avaliar para lutar, defender, arriscar e agir de acordo com aquilo em que se acredita.

Esta é a grande herança que recebemos dos fundadores da ciência moderna e é graças a ela que a nossa civilização avançou e se aperfeiçoou. Os problemas têm de ser enfrentados com recurso à pesquisa, à reflexão, ao debate, ao confronto de ideias, ao aumento do conhecimento. A ciência moderna nasceu e afirmouse. Tem vindo a desempenhar um papel de grande importância na evolução das sociedades ocidentais nos últimos 300 anos, a qual é relacionável com a criação de instituições científicas, nas quais se discutia, discordava, se recebiam e davam informações, se trocavam experiências.

As principais destas instituições foram, naturalmente, as academias de ciências. Instituídas como instrumentos do progresso científico, com base na utilidade e nas aplicações da ciência, as academias tiveram um lugar preponderante, pelo prestígio dos seus membros e da sua acção, no aconselhamento das autoridades, sobretudo no período inicial da Revolução Industrial.

As academias de ciências, como a de Lisboa, são depositárias de uma cultura de rigor científico, de tolerância, de compreensão e de generosidade. Receberam ainda uma tradição de independência face ao poder político e de isenção nos juízos, essas heranças devem ser preservadas e actualizadas.

Os tempos mudaram muito. O surgimento de muitos outros tipos de instituições científicas, a crescente monetarização da economia, as pressões tecnológicas do mundo contemporâneo obrigam a que as academias — e, neste caso, as suas classes de ciências — procurem novas formas de afirmação e intervenção, na fidelidade à pureza da sua mensagem fundadora: a utilidade da prática científica, o seu uso para o progresso humano e a defesa

dos princípios da liberdade e do direito, a escolha apresenta-se clara: ou se aprofundam continuamente as bases científicas do conhecimento sobre a sociedade, sobre a natureza e sobre o próprio homem, promovendo o espírito crítico e participativo, ou iremos assistir à destruição lenta mas inexorável da ciência, dos saberes argumentativos, e, com eles, da legitimidade da própria ordem em que a nossa sociedade assenta. É esse o grande desafio da nossa época.

Como Presidente da República e Presidente de Honra da Academia, farei tudo o que estiver ao meu alcance para prestigiar esta tão nobre instituição, contribuindo para afirmar os grandes valores do espírito científico e da liberdade crítica sem a qual não há ciência, nem comunidade científica, nem progresso.

Agradeço o vosso convite e as palavras que me dirigiram. Felicito a Fundação Luso-Americana e o seu ilustre presidente por esta iniciativa e desejo que outras deste tipo se sigam.

A cooperação cultural, científica e artística entre os países é, no nosso mundo, um factor insubstituível de paz, de progresso e de democracia, ideais pelos quais lutaram as personalidades que aqui, hoje, lembramos e homenageamos.

Sessão Comemorativa do 85.º Aniversário do Instituto Superior Técnico

Instituto Superior Técnico

4 de Outubro de 1996

A criação no nosso país de universidades modernas deve-se, como se sabe, ao regime republicano saído da Revolução de 1910, que amanhã justamente se comemora.

Com efeito, é por decreto promulgado no ano que se lhe segue que se criam duas novas universidades fundadas sobre o princípio da investigação: a de Lisboa e a do Porto. É também no mesmo ano que é criado o Instituto Superior Técnico que viria a integrar a Universidade Técnica de Lisboa aquando da sua fundação, em 1930.

Permitam-me, apenas de passagem, uma nota pessoal e afectiva. É que à criação desta casa me ligam laços familiares, já que entre os seus fundadores se encontra o meu familiar Alfredo Bensaúde. E também nos ligam laços político-culturais: ninguém da minha geração e das subsequentes, com interesse pela realidade, pelo mundo das ideias e de liberdade, foi indiferente ao papel que esta escola, sobretudo a sua Associação de Estudantes, desempenhou nas nossas vidas. A presença da Senhora Presidente da Associação Académica entre nós, e de tantos estudantes, numa escola felizmente transformada, é para nós símbolo que vale a pena lutar. Desejo, por isso, aos estudantes as maiores felicidades neste mundo de mudança.

O contributo do IST para a modernização de Portugal é inquestionável, quer em termos do número e qualidade dos seus licenciados, mestres e doutores, quer em termos das instituições

que se criaram à sombra da sua pujança pedagógica e científica, quer ainda em termos da participação dos seus investigadores docentes em programas de investigação de âmbito nacional e internacional.

Quero, por isso, simbolizar e expressar com a minha presença aqui o reconhecimento que é devido por um trabalho de décadas e deixar a todos uma palavra de incentivo para o importante contributo que Portugal espera do Instituto Superior Técnico para a sua modernização.

Se a República trouxe consigo a criação de modernas Universidades, a Democracia portuguesa, garantida pelo 25 de Abril, trouxe consigo um aumento considerável da rede de ensino superior, tendo criado novas oportunidades a milhares de jovens e novos pólos que se espera possam vir a contribuir para a modernização e o desenvolvimento de Portugal.

Essa rede, fruto da evolução dos últimos vinte anos, expandindo-se entre o sector público e o sector privado e cooperativo, possui hoje, na sua diversidade, sectores de grande qualidade científica, tecnológica e cultural com espírito de iniciativa e capacidade de realização que importa promover, apoiar e incentivar. Vão para eles a minha homenagem e reconhecimento, como Presidente da República, pelo importante contributo que prestam ao País.

Portugal figura entre os países da União Europeia onde o crescimento do ensino superior foi mais acentuado. De entre todas as virtudes e méritos desse desenvolvimento — que naturalmente tem também os seus problemas — quero sublinhar a importância da democratização do acesso que esse crescimento permitiu. Essa é para mim uma das importantes realizações da democracia portuguesa com a qual me congratulo.

Mas quero, por outro lado, realçar que numa sociedade como a portuguesa o aprofundamento da democratização do acesso exige que se continuem a melhorar os apoios sociais. Reconheço com apreço, todavia, o grande esforço já realizado para compensar as insuficiências.

Considero que esta evolução global trará, inevitavelmente, consequências muito positivas no desenvolvimento do País. Vivemos, a meu ver, um dos períodos mais promissores para o ensino superior. Mas este é também um momento de maior rigor e exigência nesse grau de ensino.

Não vos esconderei, por isso, as minhas preocupações quanto a este sector, onde existem, como natural consequência do crescimento, crises de identidade dos seus subsectores, grandes desafios quanto à generalização dos processos de avaliação já iniciados, que acredito poderão constituir factor decisivo para a qualidade pedagógica e científica e, existindo, também, ao mesmo tempo algumas indefinições quanto a modelos de financiamento.

É, aliás, importante que se realize com sucesso o processo de negociação sobre o modelo de financiamento do ensino superior já iniciado. Esta é uma questão crucial.

Para atingirmos padrões europeus no que diz respeito a níveis de formação, o crescimento terá de prosseguir ainda. Mas a fase de transição que atravessamos exige que se repense o sistema de ensino superior que temos e exige que se invista na sua qualidade.

Tenho seguido com o maior interesse os estudos e debates sobre a especificidade e identidade dos vários subsistemas do ensino superior. A sua diversidade — que conta hoje com a importância do ensino superior politécnico e do ensino superior particular e cooperativo — será seguramente enriquecedora para o País.

Acredito, porém, que, para que tal aconteça há que aprofundar o debate sobre objectivos e criar incentivos ao desenvolvimento dos processos de avaliação.

Creio que a profunda mudança operada nem sempre foi acompanhada de estratégias de avaliação e correcção das disfunções que inevitavelmente surgem no lançamento de qualquer inovação. Temos perante nós uma nova realidade. Temos, perante esta nova realidade, de avaliar com rigor e apostar na qualidade, na exigência. Excelências,

O ensino superior apresenta-se hoje como um dos expoentes da actividade científica em qualquer país do mundo. As primeiras universidades modernas, fundadas sobre o princípio da investigação científica, nas quais o ensino decorre dos trabalhos criativos dos seus mestres, difundem-se a partir do centro da Europa apenas nos começos do século passado. O seu modelo, que instituía uma forte ligação da actividade universitária à prática das academias de ciências, teve um significado político importante: a nova universidade constituía um foco nacional de civilização e de cultura, baseado na articulação e na complementaridade dos saberes.

O que confere identidade e individualiza a actividade de investigação universitária é a definição de centros ou institutos de investigação dentro das universidades, isto é, de conjuntos organizados e formalizados de laboratórios e de espaços destinados exclusivamente à actividade científica.

O prosseguimento de actividades sistemáticas de pós-graduação, que se traduz pela realização continuada de mestrados e de doutoramentos, é uma das mais importantes contribuições das universidades nos tempos contemporâneos, no que se refere à sua função de certificação da qualidade do sistema de ensino — e aqui vemos como a capacidade de investigação sediada na universidade pode assumir um papel da maior relevância na sociedade.

Temos que reconhecer, contudo, que o peso dos aspectos relacionados com a ciência e a tecnologia que concorrem para a formação da cultura da sociedade portuguesa é ainda muito pequeno; basta lembrarmo-nos de que uma das principais fontes de inovação no nosso país continua a ser o conhecimento importado do exterior; que a atitude prevalecente geral é a de que a ciência é para os cientistas e que as empresas é que se devem preocupar com a tecnologia; que os problemas que nos afectam no dia-a-dia raramente são analisados e encarados sob uma perspectiva científica e tecnológica. Ou seja, em Portugal, ao contrário de grande parte da Europa a que pertencemos, não existe ainda uma linguagem que veicule, no quotidiano, as preocupações do mundo da ciência e tecnologia, permitindo o diálogo e a interacção entre este e o mundo que o rodeia.

Claramente, a ideia que pode justificar o nosso esforço colectivo com vista ao aproximar do próximo século não pode ser a de um Portugal acientífico e acrítico, a de uma sociedade contra a ciência; deste modo, reforçar a componente científica e tecnológica na cultura portuguesa contemporânea constitui uma tarefa essencial do presente. A universidade tem aqui uma missão cujo alcance é fundamental realçar.

Por outro lado, é necessária a contribuição do ensino superior para uma sociedade mais culta e solidária.

Para que tal aconteça, é importante que os cursos de ensino superior, para além da formação para uma profissão, incluam elementos susceptíveis de promover o interesse pela intervenção sócio-cultural e cívica.

As instituições de ensino superior não valem apenas pelas suas matérias curriculares, mas também pelo ambiente cultural e científico que proporcionam e pelo seu contributo na educação para uma cidadania activa.

De igual modo as instituições de ensino superior, detentoras de saber científico e cultural, têm como missão fazer chegar esse saber à sociedade em geral. Deste modo poderão contribuir para a formação de um pensamento mais rigoroso e exigente na população.

A modernização do País depende fortemente da percepção de que o papel social das instituições se alterou significativamente. A capacidade de adaptação à mudança é uma condição decisiva da modernização. Ninguém pode ignorar esta realidade. Nem o sistema político. Nem as instituições.

A escola desempenha, neste sentido, um papel insubstituível. A aposta na Educação, em geral, e no Ensino Superior, em particular, constitui, por isso, uma base essencial do desenvolvimento. A formação cultural da sociedade portuguesa tem de estar mais fortemente imbuída dos aspectos relacionados com a ciência e a tecnologia. A divulgação científica é uma base cultural essencial ao desenvolvimento do País.

A proximidade entre o cidadão e as novas tecnologias não pode ser posta em causa por uma visão restrititiva da ligação entre a escola e a sociedade nem por custos de acesso a novas tecnologias que se tornem num novo factor de descriminação e exclusão. Reforçar a componente científica e tecnológica na cultura portuguesa contemporânea e democratizar o acesso às novas tecnologias constitui uma tarefa prioritária da modernização.

Excelências,

À guisa de conclusão, direi, com redundância propositada, o seguinte:

Estamos, irreversivelmente, num momento onde se impõe maior rigor e maior exigência no ensino superior. A avaliação do sistema e a exigência na qualidade são também condições de modernização do País.

Só assim, aliás, faz sentido insistir na importância do aprofundamento da democratização do acesso. Esse aprofundamento, trazendo para dentro de escolas de qualidade um número crescente de portugueses é também ele condição de modernização do País. A melhoria necessária dos apoios sociais é garante de correcção mínima de certas e incontornáveis desigualdades sociais.

Por fim esse caminho terá necessariamente de correr a par da conclusão da negociação ponderada sobre o modelo de financiamento do ensino superior.

Excelências,

Termino estas palavras retomando a associação que inicialmente fiz entre a criação do Instituto Superior Técnico e a implantação da República. O 5 de Outubro foi uma revolução que trouxe uma nova dimensão cívica à participação política dos cidadãos. Mas foi também um movimento ideológico que comportava uma mentalidade científica que associava intimamente a produção de ciência e a sua divulgação à função das instituições e à sua relação com a sociedade em que se inseriam.

Hoje, como então, o ensino superior, como centro de inovação e de formação exigente das novas gerações tem, cada vez mais, pelo ambiente cultural e científico que proporciona e pelo contributo que deve dar na educação para uma cidadania activa de desempenhar um papel essencial na modernização do País.

SESSÃO COMEMORATIVA DO 50.º ANIVERSÁRIO DA ESCOLA SECUNDÁRIA ALFREDO DA SILVA Barreiro
12 de Janeiro de 1997

As minhas primeiras palavras dirigem-se a todos os professores, alunos e funcionários que viveram nesta Escola ao longo dos últimos cinquenta anos. Quero exprimir-vos as minhas felicitações e dar-vos testemunho da importância que concedo a estas comemorações. Quero, igualmente, dizer do meu grande apreço por esta «vila operária», hoje cidade do Barreiro. Aqui se desenvolveu uma das mais antigas concentrações da indústria portuguesa, que deu origem a uma importante dinâmica empresarial, mas também a uma cultura operária de características muito próprias.

A 12 de Janeiro de 1947. Nestes anos do pós-II Guerra Mundial, o Estado Novo lança reformas de fundo do ensino liceal e do ensino técnico. A criação desta Escola insere-se claramente nesta política que tem dois grandes objectivos: libertar os liceus de um número excessivo de alunos e responder às novas realidades do mercado de trabalho. O ensino técnico surge como uma via alternativa ao ensino liceal, reproduzindo, no interior do sistema educativo, um conjunto de hierarquias e de desigualdades sociais. E, no entanto, é justamente neste nível de ensino que se vão realizar algumas das experiências pedagógicas e educativas mais interessantes do século XX. Permitam-me que refira duas importantes inovações legislativas que têm lugar nesta Escola.

A primeira diz respeito à introdução de uma espécie de ciclo preparatório. Reconhecia-se então que, tendo em conta a idade

dos alunos, não era aconselhável «fazer seguir imediatamente à escola primária o ensino profissional» e que se impunha a organização de um ciclo preliminar de estudos comuns. Era o prenúncio das reformas da década de 60 e, sobretudo, das políticas de unificação do ensino da década de 70.

A segunda inovação diz respeito à criação de uma comissão de patronato, constituída por representantes locais, e que detinha importantes atribuições em relação aos planos e programas de ensino, à instalação e funcionamento da Escola, à realização dos estágios profissionais e à inserção dos novos diplomados no mercado de trabalho. Vocacionada para estabelecer um «enlace entre a escola e o contexto social», esta Comissão foi essencial para a consolidação de uma comunidade escolar forte. Foi através dela que se concretizou a participação da CUF e dos Caminhos de Ferro Portugueses no projecto da escola, companhias que asseguraram a realização de muitos estágios de aperfeiçoamento e a posterior integração dos alunos nos seus quadros de pessoal. Na primeira fase da vida da Escola assistiu-se à emergência de uma cultura própria, construída em grande medida por contraponto com a cultura dos liceus. Foram tempos de importantes apostas pessoais e sociais, que deixaram marcas profundas em todos quantos por aqui passaram. Mas é preciso não esquecer que foram, também, tempos de discriminação e de exclusão social, nos quais o destino escolar e profissional de grande parte dos alunos era precocemente traçado.

E, por isso, impunha-se caminhar no sentido de uma unificação do ensino. No princípio da década de 70, Portugal continuava a ocupar os últimos lugares das estatísticas europeias em relação ao analfabetismo, às taxas de escolarização ou ao investimento público no sector da educação. E era urgente mudar este estado de coisas.

A ideia de unificação do ensino era portadora de um projecto de democratização do sistema educativo. À imagem da maioria dos países europeus, entendia-se que era essencial a criação de um «tronco comum», no quadro da generalização de uma escolaridade básica de 8 ou 9 anos. Não se tratou de uma medida ditada pelo ambiente revolucionário de 1974-1975, como erradamente se tem dito, mas antes de uma evolução natural das políticas prosseguidas na década de 60 e reelaboradas pela reforma Veiga Simão no início da década de 70.

Mas, no campo educativo, as boas intenções nem sempre se transformam em realidade. E é preciso reconhecer que muito ficou por concretizar. De facto, não se assistiu a uma verdadeira unificação do ensino, mas antes a uma extinção do «ensino técnico», com o alargamento do «modelo liceal» ao conjunto do sistema. Isto mesmo reconhece Rui Grácio, um dos responsáveis pelo lançamento do ensino unificado, que lamenta a forma como o projecto inicial foi desvirtuado, tendo desaparecido algumas das suas dimensões essenciais, tais como a cultura tecnológica, a ligação da escola ao mundo do trabalho e a formação cívica. Nos últimos 25 anos conseguiram-se avanços notáveis, concretizando-se o desígnio histórico de dar a todos os portugueses uma escolaridade de base. Mas as condições de cumprimento desta escolaridade estão ainda longe de serem as ideais. Para utilizar uma expressão corrente: depois da democratização do acesso à escola é preciso trabalhar no sentido da democratização do sucesso.

E para atingir este objectivo, gostaria de chamar a atenção para três ideias que fazem parte da memória desta Escola Secundária Alfredo da Silva.

A primeira diz respeito à necessidade de dar um estatuto renovado às formações propedêuticas no ensino básico, criando

modelos flexíveis de desenvolvimento curricular e acentuando as vertentes tecnológicas, o ensino experimental e científico e as dimensões artísticas, para além de um conjunto de pré-aprendizagens vocacionais.

A segunda ideia refere-se à urgência de reforçar as componentes profissionalizantes no ensino secundário. Segundo dados recentes, apenas 19 % dos alunos portugueses seguem vias profissionalizantes, enquanto a média europeia se situa nos 59 %. Esta diferença enorme é, sem dúvida, uma das consequências nefastas da forma como se extinguiram as escolas técnicas no nosso país. Importa pois, e sem qualquer visão nostálgica do passado, lançar dinâmicas novas de formação profissional, que contribuam para dotar os jovens de melhores condições de acesso ao mercado de trabalho. A terceira ideia prende-se com a concessão de uma maior autonomia às escolas, que lhes permita a produção de uma cultura organizacional própria e a consolidação de redes fortes de ligação ao meio local. Sabe-se que em Portugal a participação dos sectores industriais na formação profissional sempre foi bastante limitada: o caso da CUF e desta Escola é uma excepção. Mas, hoje em dia, é essencial que se criem condições de participação e de responsabilização de todos em torno do projecto de cada escola. Estas três reflexões retomam memórias da Escola Alfredo da Silva, mas situam-nas em desafios totalmente diferentes. Neste final de século, a formação profissional tem muito pouco em comum com o ensino técnico dos anos 40 ou 50. Já não se trata de aprender um ofício, mas antes de possuir competências para um conjunto alargado de actividades. Já não se trata de actuar numa perspectiva estreita de especialização técnica, mas antes de formar para um espectro largo de intervenções profissionais. Já não se trata de preparar definitivamente para um emprego, mas antes de fornecer as bases de uma formação que continuará ao longo de toda a vida.

As nossas escolas têm de estar mais atentas às mutações tecnológicas e económicas que ocorrem a cada dia. A questão do emprego e, em particular, do emprego dos jovens, é um dos grandes dilemas das sociedades actuais. Não só por razões económicas, mas também por razões de cidadania e de realização pessoal. Articular a educação e a formação é uma forma de abordar esta problemática pelo prisma da integração social e do desenvolvimento pessoal, da partilha cultural e da criação de uma identidade própria.

As dicotomias tradicionais já não são úteis para pensar os tempos de hoje e para enfrentar os desafios do futuro. Temos de as substituir por novas visões do trabalho escolar. É preciso, como disse um dia António Sérgio, que a educação se organize sob a ideia directriz do trabalho produtivo, única forma de garantir ao mesmo tempo a realização individual e o desenvolvimento social.

CERIMÓNIA DE INAUGURAÇÃO DO INSTITUTO DE ESTUDOS JORNALÍSTICOS Universidade de Coimbra 29 de Janeiro de 1997

 $P_{
m ara}$ quem, como eu, convive diariamente com a Comunicação Social, e pode por isso testemunhar a importante evolução registada nos novos níveis de formação dos seus profissionais, é com particular prazer que me encontro nesta Universidade na cerimónia de inauguração do Instituto de Estudos Jornalísticos. Este curso, pela sua natureza, representa, aliás, uma importante inovação no contexto das licenciaturas existentes na área da Comunicação Social. Ao autonomizar o Jornalismo como área do saber a Universidade de Coimbra e este Instituto colmataram uma importante lacuna no nosso panorama universitário e abriram campo ao desenvolvimento de uma interessantíssima área de investigação. Quero, por isso, felicitar esta Universidade, pelo facto de ter, já em 1993-94, lançado esta nova licenciatura, tal como quero testemunhar a todos os responsáveis do novo Instituto o meu estímulo e incentivo ao desenvolvimento do trabalho que aqui vão desenvolver.

Nos últimos trinta anos assistimos a uma transformação profunda no panorama do jornalismo. Quer porque se desenvolveram novos meios de comunicação, quer porque as sociedades se complexificaram. Ambos os factores de há muito vêm a apontar para a necessidade de novas formas de formação, seja de formação geral, seja de formação especializada.

Mas a importância que a comunicação social tem nas sociedades contemporâneas — quanto mais não seja pelo contributo funda-

mental que ela dá na percepção social das mudanças — confere à formação de jornalistas características particulares. A modernização do País depende em importante medida da percepção social das realidades nacionais e internacionais, da capacidade de receber, mas também de interpretar a informação que diariamente podemos receber.

A capacidade de adaptação à mudança é uma condição decisiva da modernização. Por isso o papel do jornalista tem hoje um impacto acrescido. Ninguém pode ignorar esta realidade. Por isso é tão importante, como já referi, que as Instituições compreendam a importância desse papel e apostem fortemente neste tipo de formação.

No panorama do Ensino Superior nacional este é um passo mais a acrescentar à importante evolução sofrida por este sector de ensino. Minhas Senhoras e meus Senhores,

Portugal figura entre os países da União Europeia que registou, nas últimas décadas, um maior crescimento do ensino superior. De entre todos os méritos dessa expansão — que tem também os seus problemas — creio que sobressai, claramente, a democratização do acesso, pois foi ela que criou novas oportunidades a milhares de jovens e novos pólos universitários que têm contribuído para a modernização e o desenvolvimento de Portugal. Esta é, sem dúvida, uma das importantes realizações da democracia portuguesa.

Vivemos hoje, a meu ver, um dos períodos mais promissores, quer no sector público, quer no sector privado e cooperativo. Mas, até por isso, este é também um momento onde se exige, a todos os agentes envolvidos, que as apostas a fazer sejam no sentido de um maior rigor e de uma maior exigência nesse grau de ensino.

Tenho plena confiança no seu futuro, mas, sobre ele, não vos escondo, devo manifestar também algumas preocupações. Exis-

tem grandes desafios quanto à generalização dos processos de avaliação já iniciados, que acredito poderão constituir factor decisivo para a qualidade pedagógica e científica.

Tal como existem algumas indefinições quanto à aplicação de necessários modelos de financiamento, pelo que julgo decisivo que se conclua, com sucesso, o processo de negociação sobre o modelo de financiamento do ensino superior.

Não creio, todavia, que a fase de crescimento esteja terminada. Se quiserem atingir padrões europeus, no que diz respeito a níveis de formação, o crescimento terá de prosseguir ainda. Vivemos, porém, um momento de transição que exige que se repense o sistema que temos e que exige que se invista decisivamente na sua qualidade. Temos perante nós uma realidade que não devemos ignorar. Temos que a avaliar com rigor e apostar na exigência. É o futuro de Portugal e dos Portugueses que claramente o exige.

As instituições de ensino superior não valem apenas pelas suas matérias curriculares, mas também pelo ambiente cultural e científico que proporcionam e pelo seu contributo na educação para uma cidadania activa. E foi também por isso que quis estar aqui. É porque entendo que a disponibilidade que quis manifestar para participar num exercício prático de gravação de entrevista em estúdio de televisão, pode ficar como um gesto do Presidente da República no sentido de incentivar os principais agentes económicos, sociais, políticos e culturais a reforçar a sua interligação à universidade e a darem o seu contributo cívico à formação dos estudantes e à sua proximidade com os agentes sociais da realidade com que vão ter de se relacionar uma vez na vida activa.

A escola desempenha, neste sentido, um papel insubstituível. A aposta na Educação, em geral, e no Ensino Superior, em particular, constitui, por isso, uma base essencial do desenvolvimento.

VISITA À UNIVERSIDADE DO MINHO

(Jornada de apoio à inovação e competitividade) Braga 6 de Fevereiro de 1997

Tenho sublinhado, em diversos momentos desta jornada que consagrei ao tema da inovação e competitividade nas empresas, que o desenvolvimento económico tem muito a ganhar com uma ligação forte das empresas à investigação científica e tecnológica e, portanto, à actividade realizada em centros de pesquisa e universidades do País.

Sei que tem havido dificuldades nas ligações entre estes dois mundos e em diversos momentos essa questão aflorou de modo que eu próprio tomei a iniciativa de procurar obter mais esclarecimentos acerca das razões invocadas por ambas as perspectivas. Ontem mesmo, promovi um debate e uma troca de impressões entre protagonistas do mundo empresarial e do mundo universitário.

Creio que as linguagens que se privilegiam num e noutro nem sempre permitem uma comunicação fácil.

Será demasiado demorada, pelo menos na óptica dos homens das empresas, a resposta que as Universidades são capazes de dar aos problemas práticos que aqueles lhes colocam.

A instituição universitária, por sua vez, tende a conviver mal com as urgências do mundo empresarial, e alguns dos seus sectores rejeitam mesmo estas formas de colaboração, com o argumento — aliás muito respeitável — de que a vocação universitária para a investigação fundamental pode sair prejudicada com esta actividade pontual de prestação de serviços ao exterior.

E poderia enumerar outros factores de incompreensão e distanciamento entre as entidades em causa.

Estou convencido, no entanto, de que se trata de dificuldades francamente ultrapassáveis.

À medida que se for intensificando o relacionamento entre empresas e Universidades, mais diversificados e estimulantes serão os problemas que as primeiras colocam às segundas. Por outro lado, tornar-se-á mais fácil aos investigadores decifrarem e resolverem de forma criativa e realista as solicitações que o mundo empresarial lhes dirige.

Aliás, esta aproximação será tanto mais viva e enriquecedora, quanto mais se investir na criação de organizações de interface capazes de superar algumas inércias e resistências à mudança que as lógicas de funcionamento próprias de cada um dos sectores em presença inevitavelmente foram criando.

Confio em que o associativismo empresarial e interuniversitário constituído numa base regional permita aperfeiçoar e ampliar esta convergência de interesses e objectivos.

Há que contar, neste caminho em direcção a um melhor entrosamento da actividade científica com a economia e a sociedade, com dificuldades que radicam na própria configuração dos quadros culturais dominantes entre nós.

Sabe-se que são débeis os níveis de cultura técnica difundidos entre os cidadãos. A própria atitude experimental, tão importante para o despertar do gosto pela ciência, pelas tecnologias e, em última análise, pela inovação nos locais de trabalho, não tem tido a necessária expressão no sistema de ensino, sendo além disso escassamente estimulada pelos meios de comunicação com maior impacto.

Ora, está aqui, a meu ver, todo um espaço a explorar na perspectiva de um relacionamento estimulante entre as empresas e as Universidades.

Porque não hão-de conceber-se nestes dois pólos, em articulação com outros ramos de ensino, formas sistemáticas de aproximação dos mais jovens às realizações científicas e tecnológicas que vão surgindo, quer nos laboratórios das empresas ou dos centros de investigação universitários, quer junto aos próprios processos de trabalho concretos? Porque não organizar acções de divulgação científica dirigidas a todos os cidadãos e, em particular, aos mais jovens, fora dos esquemas formais e mais institucionais da sala de aula e mostrando que a ciência faz parte integrante da nossa vida quotidiana? E não será possível, com os meios audiovisuais disponíveis, garantir que essas experiências de divulgação científica obtenham difusão alargada junto das comunidades educativa e empresarial?

É um desafio que, com todo o empenhamento, aqui vos deixo. Minhas Senhoras e meus Senhores,

Não quero terminar sem voltar a referir-me ao tema geral desta semana de contactos no País.

Inovação e Competitividade são, como disse, as expressões adaptadas para, em fórmula breve, definir os contornos das questões que nesta altura quis trazer à discussão pública.

Gostaria de acrescentar que, não obstante toda a importância que atribuo àquelas duas ideias mobilizadoras, não as entendo como um fim em si mesmas.

Inovação tecnológica e competitividade empresarial devem ser vistas sempre em relação com o grande desígnio do desenvolvimento, e este tem de ser reportado não apenas a uma componente de crescimento económico, mas ao aperfeiçoamento global das condições de existência dos homens e mulheres concretos que, dia-a-dia, vão forjando o sentido da História.

Sabem VV. Ex. as que sempre pugnei por um rumo solidário para o desenvolvimento do País. Inovação e competitividade serão então, para mim, dois vértices de um triângulo que se fecha com um terceiro ponto: o do desenvolvimento solidário, em que cooperação, tolerância e participação cívica não sejam palavras vãs.

CAPÍTULO VI CULTURA E HISTÓRIA

«O próximo século terá de ser, ao mesmo tempo, o século da universalização e da diferenciação, o tempo de todos e o de cada um. Portugal sabe bem, pela experiência histórica, que este desafio só será vencido se a abertura ao Outro e ao seu apelo for a regra da convivência humana.»

SESSÃO DE ABERTURA DO COLÓQUIO
INTERNACIONAL «PORTUGAL E A GUERRA CIVIL
DE ESPANHA (1936-1939) —
O BALANÇO HISTÓRICO»
Teatro São Luís, Lisboa
10 de Maio de 1996

 \mathcal{E} com muito gosto e vivo interesse que participo na sessão de abertura deste Colóquio Internacional dedicado ao tema «Portugal e a Guerra Civil de Espanha (1936-1939) — O Balanço Histórico».

Quero começar por agradecer o amável convite que me dirigiram para estar aqui convosco e felicito o Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e a Biblioteca-Museu da República e Resistência por esta iniciativa que tanto interesse tem para a comunidade universitária e para os estudiosos em geral.

A colaboração entre o Instituto de História Contemporânea e o Museu da República revela-se muito fecunda e as iniciativas que têm organizado em conjunto são sempre caracterizadas por uma exigente qualidade científica, que não exclui nem é incompatível com uma atitude de pedagogia cívica do mais alto valor cultural e humanista.

A imparcialidade epistemológica e o rigor metodológico no tratamento historiográfico de um tema, de um acontecimento, de uma figura ou de uma época não pode confundir-se com uma neutralidade ética que evita os juízos e asseptiza tudo como se fosse passado morto, sem préstimo, exemplo ou referência para os dias de hoje. Temos de reagir a uma certa visão que, a coberto da distanciação, nega ou compreende e explica os piores crimes como se fossem naturais e inevitáveis. Temos de reagir contra a

fatalidade do mal. Essa visão é tão perigosa como aquela outra que manipula e reescreve a história com objectivos deliberados de propaganda política ou ideológica.

A história é feita pelos homens e a historiografia é escrita pelos homens. Não se pode, por isso mesmo, querer que os homens que, num dado momento e embora com rigor, escrevem a história sejam frios e alheios ao que aconteceu, como se não fossem humanos os sacrifícios, as tragédias, os crimes, as dores, os heroísmos.

Lucien Febvre diz: «A história recolhe sistematicamente, classificando e agrupando os factos passados, em função das suas necessidades actuais. É em função da vida que ela interroga a morte. Organizar o passado em função do presente: assim se poderia definir a função social da história.» E é também esta a opinião de historiadores como George Duby ou Paul Veyne.

A Guerra Civil de Espanha foi uma tragédia terrível que se desenrolou aqui ao lado com a participação de portugueses. Alguns deles, como já foi referido, tiveram um comportamento exemplar de idealismo e bravura.

A guerra civil determinou, em grande parte, o futuro da Península Ibérica, da Europa e do Mundo. Os Portugueses têm uma memória, directa ou indirecta, desses terríveis acontecimentos.

Sabem que o seu desfecho teve uma influência decisiva na manutenção da ditadura portuguesa por mais quatro décadas. O pacto ibérico selou a cumplicidade entre os regimes de Salazar e Franco, não obstante as suas relações não terem sido sempre lineares.

Com a instauração da democracia em Portugal e Espanha, é possível olhar-se para esse período com outro olhar, acesso a informações novas e liberdade de investigação.

A presença neste Colóquio de especialistas espanhóis, que quero saudar, é sinal de uma cooperação científica entre as Universidades dos nossos dois países que temos de saber dinamizar e intensificar, com largos benefícios para todos.

O Instituto de História Contemporânea tem sido um modelo de abertura da Universidade ao exterior, de exercício de espírito crítico e de inconformismo, traduzido em insatisfação face ao saber feito e em vontade de renovação e aperfeiçoamento.

Reitero também as minhas felicitações ao Museu da República pela sua notável acção cultural e cívica.

Desejo os maiores êxitos aos trabalhos deste Colóquio e aguardo com muita curiosidade as suas comunicações. Pelas personalidades que nele participam e pela forma como os temas são tratados, estou certo de que lançará uma nova luz sobre um período da história contemporânea cuja influência sobre o nosso tempo ainda tanto se faz sentir.

Sessão de Abertura do «Fórum do Património» Universidade do Algarve, Faro 10 de Outubro de 1996

É com o maior prazer que aceitei o convite de V. Ex.ª, Senhor Reitor, para presidir à sessão de abertura do «Fórum do Património», tema de indiscutível actualidade e que demonstra bem o sentido de oportunidade das instituições que o promovem e apoiam face às problemáticas com que se debatem hoje as sociedades contemporâneas.

Prometi visitar esta Universidade quando me desloquei em Junho ao Distrito de Faro. Queria então, o que não foi possível, exprimir o meu apoio ao importante trabalho que aqui se realiza. Julgo ter uma ideia clara da diversidade de domínios em que a intervenção destacada desta Universidade se faz sentir. A pertinência da investigação aqui realizada e a importância da formação ministrada são amplamente reconhecidas na região e no País. O papel revitalizador da sociedade que instituições como a Universidade desempenham, é insubstituível. Creio ser este um exemplo positivo das virtualidades do caminho da descentralização do Ensino Superior, para além de ser esta uma experiência a acompanhar com interesse sobre as modalidades de articulação entre ensino universitário e ensino politécnico.

Vejo, com prazer, que a Universidade continua a crescer e tem em execução projectos de reforma e modernização de cursos e equipamentos. Peço-lhe, Senhor Reitor, que transmita a todos os órgãos académicos os meus votos de êxito para os projectos de desenvolvimento da Universidade do Algarve.

Considero que esta evolução, que corresponde ao que se passa um pouco por todo o país nas instituições de ensino superior, trará consequências muito positivas ao desenvolvimento de Portugal.

A modernização do País depende, fortemente, da percepção de que o papel social das instituições — como a Universidade — se alterou significativamente. Da capacidade de adaptação às exigências do desempenho de novos papéis sociais depende a modernização da sociedade. Por isso, a aposta na Educação, em geral, e no Ensino Superior, em particular, constitui uma base essencial do desenvolvimento. Mas, para tal, a formação cultural da sociedade portuguesa tem de estar mais fortemente imbuída dos aspectos relacionados com a ciência e a tecnologia. A divulgação científica é uma base cultural essencial à compreensão das grandes mutações do mundo contemporâneo.

Hoje, o ensino superior, como centro de inovação e de formação exigente das novas gerações, tem, cada vez mais, pelo ambiente cultural e científico que proporciona e pelo contributo que deve dar na educação para uma cidadania activa, de desempenhar um papel essencial na transformação de atitudes e de comportamentos face à inovação.

Vivemos um período de grande transformação no ensino superior. Mas estamos, também, irreversivelmente, num momento onde se impõe maior rigor e maior exigência. A avaliação do sistema e a exigência na qualidade, são também elas condições de modernização do País.

Mas esse importante caminho tem necessariamente de ser acompanhado pela conclusão da negociação sobre o modelo de financiamento do ensino superior. Esta é uma necessidade incontornável.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Este Fórum inscreve-se no programa de trabalhos de um Mestrado em «Gestão Cultural» que a Universidade do Algarve desenvolve em cooperação com a Universidade de Paris VII.

É-me grato reconhecer que à oportunidade do tema está associada a experiência de intercâmbio universitário internacional, como garantia de inserção numa rede mais alargada de experiências e de aquisições técnico-científicas, através de um protocolo com uma prestigiada universidade francesa. Por outro lado, ao pretender qualificar profissionais numa área como a gestão cultural, a Universidade soube aliar um desígnio de intervenção estratégico às funções de reflexão e de investigação.

Na abertura deste Fórum gostava de partilhar convosco, de forma sintética, algumas reflexões.

A era da globalização forçou-nos a questionar o conceito tradicional de cultura, herdado do Iluminismo, e a reflectir sobre o desenvolvimento de um novo estatuto para os produtos culturais. A cultura surge-nos, cada vez mais, vinculada à vida social, económica e política. Perdeu o estatuto de esfera autónoma para aceitar integrar-se num quadro de múltiplas implicações, e ganhou corpo a associação do conceito de valor económico ao produto cultural.

Não se trata apenas da invasão da cultura pela lógica da produção e difusão das chamadas indústrias culturais. A economia pediu à cultura caução para a sua própria hegemonia, para, como Eduardo Lourenço afirmou, a «culturização de todos os objectos de consumo de que a edição, a rádio, a televisão, a civilização enquanto espectáculo planetário permanentemente exige».

Não ignoro, antes reitero, que o grande desafio da sociedade portuguesa actual se chama modernização, implicando profundas mutações económicas. Mas nem essas mutações se cingem ao domínio estritamente económico, nem os mecanismos de ponderação dos efeitos dessas mutações dispensam a abordagem do tema cultural.

A nível internacional, por exemplo, não teria sido possível globalizar a economia, sem o notável acréscimo que se registou nas actividades ligadas à comunicação, ao conhecimento e à informação. De igual modo, em Portugal, não será possível preparar o País para enfrentar com êxito a integração numa economia globalizada sem um acréscimo dessas mesmas actividades.

A modernização sustentada de um país não se mede apenas pelos indicadores de desenvolvimento económico, que podem, conjunturalmente, apontar um caminho de prosperidade. Sem um aumento generalizado do acesso ao conhecimento e à informação a sustentabilidade do desenvolvimento é ilusória.

É que hoje, mais do que nunca, os instrumentos e os meios para compreender e fazer funcionar o mundo global são especializados, e por isso requerem um sistema de aprendizagem estruturado e dinâmico.

O reconhecimento da necessidade de um enorme esforço colectivo de aprendizagem é uma condição decisiva para o futuro de Portugal. Esse esforço, que requer em simultâneo um grande investimento dos domínios da formação e da comunicação, baseiase na criação contínua de saberes disciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares, e na sua divulgação.

O incentivo à inovação intelectual, seja ela de cariz científico ou artístico, amplia o património cultural disponível, e deverá estar ligado a um intuito de democratização cultural, tanto no sentido da garantia do pluralismo de expressão como na atenuação do fosso discriminatório entre grupos e camadas sociais.

Este é um tema da maior acuidade e a Universidade do Algarve mostra, com esta iniciativa, a sua particular atenção às necessida-

des do presente. A articulação entre recursos educativos e equipamentos culturais, nas suas actividades de formação, criação e comunicação deverá aliás constituir uma prioridade nacional, atendendo sobretudo às carências de uns e outros, sentidas no País. Atrever-me-ia, a este propósito, a ir mais longe. Essa necessária articulação entre recursos educativos e equipamentos culturais não poderá deixar de considerar, igualmente, a resposta a dar ao problema colocado pela disfunção que representa, em muitas zonas do País, a existência de equipamentos culturais parcial ou totalmente desaproveitados.

Há aqui, claramente, um problema que exige respostas contratualizadas entre os diversos agentes e a necessidade de uma ponderação sobre a nacionalidade de critérios de planeamento em que a dimensão regional não é ainda determinante.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Se a ideia que pretende reduzir tudo, inclusivamente o conhecimento e a cultura, a um simples produto, é perigosa, não o é menos a ideia de que o penhor da nossa identidade, supostamente ameaçado pela modernização, reside exclusivamente no legado histórico-cultural.

Em primeiro lugar, o património histórico-cultural é por natureza diverso. Ele alimentou-se de uma tensão entre interno e externo, entre local e universal, entre elites e povo, entre exclusão e integração, entre uniformidade e alteridade. Em segundo lugar, a conservação do património não é uma actividade que se esgote numa pura preservação de objecto.

Conservar é promover uma reaproximação, é portanto reinterpretar, de acordo com os critérios e as expectativas do presente. Finalmente, porque a identidade de uma sociedade não é um dado imutável, é, isso sim, uma aquisição permanente, um processo contínuo entre o passado e o desejo de futuro.

É, aliás, por decidirmos o que nos interessa que somos humanos. A experiência histórica não basta, nunca bastou para garantir um adequado enquadramento das grandes questões. Olho o futuro como uma construção, como uma corporização das percepções e decisões do presente e não como uma fatalidade ou uma conformação cega aos ditames do passado. Por isso, valorizo tanto o pluralismo, o valor da diversidade. A cultura não é apenas legado. Mas, também, não pode representar a sacralização das percepções majoritariamente reconhecidas na sociedade. O património cultural de uma sociedade só se defende se toda a sua diversidade e inovação for aceite como legítima e preservável como património.

É preciso avaliar o futuro. E na avaliação, nessa escolha, os condicionalismos, designadamente económicos, são apenas uma parte do problema. As nossas aspirações constituem a outra parte. Essa ideia do futuro, é também ela uma criação cultural, pela qual, todos os dias refazemos a liberdade.

Sessão Solene de Abertura do II Congresso Histórico de Guimarães Universidade do Minho, Guimarães 24 de Outubro de 1996

Cumpre-se este ano o nono centenário da outorga do primeiro foral a Guimarães. Tratando-se, como se trata, de um aniversário invulgar, permitam-me que assinale em primeiro lugar esta circunstância de especial significado.

Na organização do espaço medieval, os concelhos, instituídos pelas cartas de foral, desempenharam um papel histórico decisivo. A historiografia liberal exaltou nos municípios a perspectiva de autonomia e de participação, perspectiva que veio a ser integrada no património do pensamento político democrático.

Orgulhamo-nos hoje justamente do poder local, instância de representação e de exercício de competências administrativas em grande proximidade com as pessoas. O poder local consagrado pela democracia acumulou um enorme capital de confiança, no combate a tantas dificuldades nacionais, a que o centralismo do Estado pós-medieval não permitia responder.

Sabendo embora que é largo o fosso que separa o municipalismo de hoje do municipalismo antigo, não podemos deixar de saudar na instituição primordial a referência fundadora, aquela que afinal ainda simboliza o princípio do autogoverno dos concelhos portugueses. Mas a carga simbólica da terra vimaranense não se resume ao pioneirismo municipal. De facto, em Guimarães se cruzam alguns dos caminhos fundamentais que conduziram à afirmação de Portugal como Estado independente, e é também por isso que este Congresso tem aqui justificadamente lugar.

Gostaria de saudar a iniciativa, à qual correspondeu um tão expressivo número de investigadores de história de Portugal e de Espanha.

Não me passou despercebida a natureza da convergência de esforços que o tornou possível: a autarquia, a Universidade, a Clegiada de Guimarães, a Arquidiocese de Braga, a prestigiosa sociedade Martins Sarmento. Apraz-me registar que à sensibilidade de uma autarquia para a pertinência das questões histórico-culturais, correspondeu a Universidade e o corpo dos investigadores com os seus recursos da mais elevada qualificação, como não se pode deixar sem referência o mérito de instituições locais que promovem a abordagem da história e do património com exigências de rigor e preocupações de continuidade.

Honrado com o convite para presidir a esta sessão de abertura, faço votos para o êxito desta reunião científica, um marco também na vida cultural portuguesa.

Senhoras e Senhores Congressistas,

Afonso Henriques e a sua época vão merecer a vossa atenção nos próximos dias. Além da comunidade científica, muitos outros portugueses, creio, sentirão curiosidade pelos vossos debates e conclusões.

Compreende-se porquê. Afinal Afonso Henriques corporizou, num determinado momento, um desejo de autonomia e uma atitude de ruptura, um processo em que radicaria a futura independência de Portugal.

Não me cabe naturalmente a este propósito emitir qualquer hipótese, mas seja-me permitido discorrer brevemente sobre dois aspectos que ressaltam da intervenção deste primeiro monarca português. A primeira nota respeita à determinação, à clareza de propósitos, à aceitação de que a acção, a acção político-militar neste caso, implica correr riscos.

Se me posso exprimir assim, entre analistas norteados pela objectividade, este aspecto da personalidade do jovem Afonso sempre me pareceu digno de destaque.

Na primeira e certamente crucial intervenção de Afonso Henriques, em 1128, em São Mamede, o enfrentamento das condições de uma tomada de iniciativa parecem decisivas, tendo em conta que as forças que combateu eram das mais poderosas na região.

Numa situação certamente complexa, o protagonismo assumido por Afonso Henriques surpreendeu pela ousadia e consolidou-se pelo sentido da responsabilidade. Nesse compromisso residiu provavelmente o efeito mobilizador e a coesão de grupo sem os quais a conquista da autonomia não teria sido possível.

Respeita a segunda nota a um aspecto que hoje porventura estamos em situação de valorar com mais intensidade: o do envolvimento da actividade política dos condes portucalenses num quadro pontuado não apenas pelos interesses de potências regionais próximas, como pelas teias de relações estabelecidas com diversas entidades do Ocidente.

Afonso Henriques tinha laços de parentesco estreitos, pelo lado paterno, com os duques e condes da Borgonha, e por essa via com o Mosteiro de Cluny, grandes potentados ocidentais em termos políticos e económico-sociais. Por outro lado, paralelamente à sua actividade no campo militar, conduziu uma política externa activa, através da qual procurou assegurar a independência política. O seu caso ilustra bem como a autonomia não implica a solidão, mas a exploração sistemática das solidariedades externas.

Minhas Senhoras e meus Senhores.

O estatuto da história, no conjunto das Ciências Sociais, modificou-se largamente nas últimas décadas. Algumas dessas mudanças prendem-se, em estreita correlação, aliás, com as verificados nou-

tras Ciências Sociais, com as novas condições, criadas pela Democracia, de liberdade de criação intelectual e de intercâmbio científico e cultural com o estrangeiro.

O confronto de quadros teóricos e de metodologias conferiu à historiografia portuguesa um novo vigor. Ampliou-se extraordinariamente o campo da investigação, com a integração de áreas até então excluídas e a adopção de perspectivas disciplinares inovadoras. Algumas reservas do conhecimento que pareciam inexpugnáveis foram postas em causa, e sujeitas a revisão.

Ciência da variação, da mudança, a história foi insistententemente convocada por uma sociedade e um tempo que se propunha recusar os amontoados de explicações fáceis, os determinismos de um destino intemporalmente definido, as visões da sociedade reduzidas ao prisma dos heróis e das épocas heróicas.

Se este movimento de renovação conferiu à investigação histórica um prestígio e até um fascínio inesperados — acentuado pela imprevista mediatização da análise histórica —, ele parece em contrapartida ter gerado algumas dificuldades no aparelho de transmissão escolar.

É certo que a História por vezes incomoda as consciências, uma vez que é da sua função colocar-nos perante a relatividade das acções e das convicções humanas.

Mas é igualmente aí, nessa capacidade insubstituível de nos armar criticamente, de nos confrontar com a escolha e a circunstância, o conflito, a diversidade, a ruptura e a continuidade, a oposição e o consenso, que reside a pertinência do contributo da História para a inteligibilidade do presente.

Reconhecemos que é, por vezes, ingrata a tarefa dos professores, a quem compete assegurar uma mediação entre uma investiga-

ção que desconstrói mitos e clichés e rasga novos horizontes problemáticos, e a estabilização dos quadros de conhecimento indispensáveis à transmissão do saber.

Por isso julgo oportuno, num momento em que um tema histórico de grande ressonância nacional vai ser objecto de atenção dos estudiosos, ter uma palavra de compreensão e de estímulo para com os professores de História, a quem caberá, por último, subtrair a esses estudos novos conteúdos informativos e formativos destinados às mais jovens gerações.

Senhoras e Senhores Congressistas,

Afonso Henriques foi o elo de uma cadeia que viabilizou uma nação. A experiência histórica portuguesa não se deixa aprisionar numa leitura única e linear. Pelo contrário, alimenta-se da diversidade e do contraste, alterna dinâmicas internas e externas, integração e exclusão, propensão conservadora e busca da inovação. Mas ilustra, exemplarmente, a viabilidade de um colectivo nacional, sentido e pensado como tal pelos Portugueses.

A experiência histórica da viabilidade não é tudo, mas é certamente uma poderosa vantagem e uma estimulante condição para olharmos o presente e o futuro com confiança.

A construção de um colectivo nacional implicou a criação de múltiplos instrumentos políticos e culturais para sedimentar a união apesar da dispersão, obter o consenso apesar da conflitualidade, fortalecer solidariedades apesar das disparidades, articular duradouramente interesses e vontades apesar da fragmentação do espaço social e local.

O processo conta já com uma longa duração, não constituiu um dado predeterminado mas sim o resultado de um grande e continuado esforço de gerações e gerações.

A percepção da identidade histórica como uma aquisição permanente é uma garantia para as escolhas a que devemos proceder.

Podemos e devemos recusar o fatalismo e acreditar nas nossas próprias capacidades. Podemos e devemos acreditar num projecto de longo prazo, num desígnio que oriente o caminho, e recusar o pessimismo e a inércia. Podemos e devemos enfrentar os desafios da integração externa, acreditando que a participação em novos patamares de responsabilidade internacional fortalece uma visão mais optimista de nós próprios. Há lugar para nós, o nosso contributo é valorizado.

A experiência histórica da viabilidade mostrou que os Portugueses têm sentido prospectivo e a coragem de correr riscos. Deram provas desses atributos com desassombro e perspicácia para vencer dificuldades, curiosidade pelo novo, e capacidade de adaptação ao diferente, ao mutável, ao imprevisível.

Parafraseando Fernando Pessoa, a nossa pátria é a nossa história. As nossas aspirações também o são. O futuro colectivo decorre tanto do passado, como da esperança. O nosso passado aí está, oferecendo determinação e inteligência à «avaliação da esperança», no dizer do nosso Padre António Vieira.

Sessão Solene Comemorativa do Dia da Restauração da Independência Sociedade Histórica da Independência de Portugal 1 de Dezembro de 1996

A Restauração da Independência portuguesa representa um marco importantíssimo na longa história nacional. Portugal, país velho de tantos séculos, nação-Estado de fronteiras invulgarmente estáveis, no contexto europeu, conheceu com a unificação dinástica um dos períodos mais difíceis do seu percurso nacional. O 1.º de Dezembro comemora um gesto simbólico que marcou emblematicamente o início de um período que se distingue por novas condições de afirmação da Independência de Portugal.

O que importa, hoje, não é comemorar o gesto que é distintivo de um momento que cumpriu no tempo o seu destino. O que importa, hoje, aos titulares de todos os órgãos de soberania aqui presentes, não é comemorar este momento cronológico da história de Portugal, mas sim, através dele, evocar todos os momentos em que ela se discutiu e fundou para, assim, sublinhar aos Portugueses que a nossa Independência depende de condições concretas que não são constantes ao longo dos séculos, e que, por isso, não é apenas na história, mas na capacidade de interpretar e conduzir o nosso presente que podemos encontrar as condições de afirmação constante da nossa identidade e independência.

O 1.º de Dezembro, por ser uma data histórica, não permanece ao abrigo das interpretações que cada época entende acerca dela produzir. Este não é um aspecto exclusivo de um marco histórico, como o que comemoramos hoje. A interpretação do passado

é uma construção, que cada sociedade reivindica para si, construção assente numa desconstrução de juízos e valorações anteriores... um fiar e desfiar de Penélope.

Faz pois sentido, creio, «actualizar» o significado que, na cultura do nosso presente, pode ser atribuído ao acto rebelde que em 1640 rompeu com a união sob uma mesma coroa e repôs a unidade de Portugal sob a chefia de um poder dinástico autónomo.

Alguns dos significados desse acto, prisioneiros da conjuntura, têm hoje uma dimensão puramente histórica, outros mantiveram-se e justificaram-se apenas enquanto o quadro privilegiado da defesa nacional foi peninsular.

O movimento restaurador de 1640 remete para o conceito a que, no recente Congresso de Guimarães, designei por experiência histórica da viabilidade.

A experiência histórica da viabilidade de Portugal, como Estado independente, enriqueceu-se no século XVII. Em primeiro lugar, pela afirmação da identidade da cultura nacional.

A união dinástica tivera fortes repercussões negativas na circulação e expressão da língua, literatura e artes portuguesas. Acentuou uma castelhanização cultural de grande amplitude, sobretudo junto dos meios e grupos de elite, secundarizando as manifestações criativas portuguesas que pretendessem atingir os grandes centros ou se exprimissem em português. O tema da ameaça à identidade cultural constituiu uma peça decisiva da reivindicação da autonomia política. Só o Estado nacional podia garantir convenientemente a manifestação mais autêntica da cultura portuguesa. Esta componente da Restauração marca na estrutura do Estado moderno português uma nova função — a do Estado como garantia da vitalidade e da especificidade próprias da cultura nacional.

Importa, depois, realçar que a acção militar que inevitavelmente se seguiu à ruptura dinástica, foi acompanhada por uma acção diplo-

mática e pelo aprofundamento de uma teoria da legitimidade governativa. Esta invocação do direito político, suporte de uma reclamação do trono para a dinastia portuguesa, constitui um outro traço distintivo da Restauração do século XVII.

O terceiro traço acrescentado pelo 1.º de Dezembro foi o da valorização dos pequenos Estados nos equilíbrios internacionais. O desejo de independência manifestado, em 1640, por diversos segmentos do corpo nacional não se resumiu a um protesto de teimosia, mais ou menos isolado. Além da invocação do direito, os promotores da Restauração combatiam a tese de que só havia lugar para os grandes impérios.

A afirmação da independência portuguesa abriu caminho para o princípio da prioridade das nações na organização do espaço político, consubstanciado hoje, por exemplo, no quadro da União Europeia no conceito de Europa das Nações, de que não podemos abdicar. O quarto aspecto que importará realçar, no contributo decisivo que o 1.º de Dezembro deu para a experiência histórica da viabilidade nacional, é o de que há que contar com as nossas próprias forças, mas não podemos contar apenas com as nossas próprias forças.

De facto, se a independência de 1640 teve origem numa decisão de uma elite, em articulação com um sentimento e um movimento de protesto popular nacional, o seu sucesso dependeu de uma correcta avaliação das relações de forças externas e de um bem conduzido processo diplomático. Nesse sentido, o complexo jogo da autonomia política portuguesa foi também obra da França, da Holanda ou da Inglaterra. A viabilidade das nações não depende nunca, apenas, de um acto de vontade própria, mas depende também, sempre, de um contexto internacional. Por isso, foi e é tão importante para um pequeno país, como o nosso, a sua capacidade permanente de projecção internacional.

Portugal tem sabido no presente, através de uma política externa consensual, desenvolvida concertadamente pelo Governo e pelo Presidente da República, alcançar esse objectivo essencial da projecção externa do País. Para isso, não posso deixar de o referir, muito tem contribuído a qualificada participação das Forças Armadas portuguesas em missões conjuntas de paz, no quadro das Nações Unidas.

A Independência de Portugal, ao contrário do que aconteceu no século XVII, não se joga no quadro peninsular. Hoje, a experiência histórica da viabilidade que vivemos, e que estamos ainda a construir, depende da nossa capacidade de integração e afirmação de identidade no espaço europeu. Não há outro caminho. É nele que aposta o Governo. É em torno dele que, na Assembleia da República, se reúne um consenso majoritário, é a ele que o Presidente da República dará todo o seu apoio.

Mesmo correndo o risco de ser redutor forçarei a expressão: a Independência Nacional dependeu sempre da capacidade para identificar um quadro de alianças internacionais, para congregar vontades, ultrapassar desvantagens e vencer dificuldades. Se a história legitima esta avaliação, o presente aconselha a que em nome do futuro se lance igual apelo. Por isso, dedico particular empenho em dar pública nota, incentivar e apoiar o melhor do esforço dos Portugueses e a sua capacidade de realização e, a par disso, contribuir para projectar internacionalmente Portugal. Hoje, podemos olhar com confiança para o futuro.

Viva Portugal!

Sessão Solene Que Assinalou
os 500 Anos do Decreto de Expulsão
dos Judeus de Portugal
Assembleia da República
5 de Dezembro de 1996

No dia exacto em que se cumprem 500 anos sobre o decreto que expulsou os Judeus de Portugal ou os obrigou à conversão, renegando a sua fé e as suas tradições, a Assembleia da República, sede da representação nacional, decidiu aprovar, por unanimidade, uma deliberação na qual se expressa um juízo moral claro sobre um facto da nossa História, ao mesmo tempo que são reiterados claramente os princípios da tolerância e do universalismo em que nos reconhecemos.

Esta decisão, tomada em nome do Povo Português, assume um alto significado simbólico e tem um excepcional valor pedagógico. É como se, hoje, restituíssemos uma parte do que, há 500 anos, fora negado.

É certo que o passado não se anula, nem se reescreve — assume-se, esclarece-se, interpreta-se, narra-se. Mas também se avalia e se julga criticamente. A História é isso mesmo: memória crítica, activa e vigilante. Uma atitude científica moderna não significa neutralismo ético ou demissionismo moral.

Menos ainda se pode aceitar o negacionismo ou a mistificação intencional.

A História de um Povo é memória viva e identidade consciencializada. Tem de ser assumida no que tem de melhor e de pior, de grandioso e de pequeno, no que representou de erro e de acerto. A História de Portugal tem períodos de glória e momentos condenáveis. Uns e outros a constituem, uns e outros formam a

herança que recebemos, com a qual dialogamos criticamente e que nos identifica como Nação. O passado não prescreve e não há histórias isentas de erros graves ou funestos.

A expulsão dos judeus portugueses, quaisquer que sejam as razões que, na época, possam ter sido ou aparecido como motivação, foi um acto iníquo, com profundas e nefastas consequências na ordem moral e na ordem material.

Foi ainda injusta, pelo muito que devíamos a esses portugueses que também eram judeus. Iniciou um ciclo de violência e obscurantismo, cujas marcas perduraram. Provocou sofrimentos sem conta, perdas, humilhações, ofensas. Empobreceu-nos como povo, como país, como cultura, como vida colectiva. Essa noite da História constituiu um acto contra nós próprios, contra a nossa identidade, contra a presença do Outro nela, uma presença que sempre nos tornou maiores, nos acrescentou, nos abriu ao Mundo, nos fez ir ao encontro do desconhecido e do diferente.

Esse gesto representou uma cedência a pressões exteriores, o sacrifício de sentimentos e princípios fundamentais, a renúncia ao melhor que éramos e tínhamos, em favor do calculismo estreito e imediato.

Antero de Quental, na conferência tão bela e tão lúcida em que analisa as «Causas da Decadência dos Povos Peninsulares», diz que a expulsão dos Judeus e Mouros teve proporções de «calamidade nacional».

E acrescenta, em terríveis palavras, que, desde então, «um terror invisível paira sobre a sociedade: a hipocrisia torna-se um vício nacional, a delação é uma virtude religiosa, a expulsão dos judeus e mouros empobrece as duas nações, paralisa o comércio e a indústria, e dá um golpe mortal na agricultura [...]».

Quem não reconhece, ao longo da História e até em tempos recentes, a actualidade destas palavras, o eco destes avisos, os reflexos desta atitude mental?

É por isso que os actos com que lembramos esta data de trágica memória não se esgotam na pura evocação do que aconteceu. Olhamos o passado, mas como ensinamento para o presente e abertura para o futuro. O lema escolhido — «Memória e Reencontro» — significa que vivemos, hoje, num país livre e democrático, que respeita os direitos humanos e pratica a tolerância, o pluralismo e o respeito pelos outros. Significa ainda que queremos ser, cada vez mais, uma comunidade consciente de que a diversidade nos engrandece, projecta e enriquece.

Mas a lição que temos também de tirar para o nosso tempo é a de que nunca nada está definitivamente erradicado nem vencido, de que, quando menos se espera, regressam os signos da intolerância, do fanatismo, do ódio ao diferente.

O século que se aproxima do ocaso viveu, de par com tantos progressos, os horrores da barbárie, numa escala nunca conhecida ou sequer imaginada. A democracia é uma obra em progresso, tem de ser pedagogia constante, prática quotidiana. A tolerância tem de ser exercício permanente, atitude mental interiorizada. Num mundo que queremos melhor para todos, devemos, creio firmemente, valorizar os grandes gestos de entendimento e de reencontro, os símbolos da paz, da reconciliação, da concórdia. Devemos conferir-lhes um valor exemplar e pedagógico. Devemos não aceitar a fatalidade do mal. Devemos opor-nos a uma cultura de passividade perante a miséria do Mundo e de inelutabilidade e resignação perante a injustiça, a desigualdade, a opressão.

Onde quer que eles surjam, temos de combater, pela palavra e pela acção, o racismo, a xenofobia, os fanatismos agressivos e violentos, os fundamentalismos nacionalistas, étnicos, religiosos, a discriminação e a exclusão de todos os géneros e tipos, a intolerância, a uniformização, o sectarismo.

Este é também o sentido mais profundo desta cerimónia: renovar o nosso empenhamento no combate pela tolerância e reafirmar a nossa vontade de fraternidade, de solidariedade e de paz.

Dirijamos, neste momento de tão grande significado, o nosso pensamento para todos aqueles que, nos nossos dias e onde quer que se encontrem, sofrem ameaças e exclusões porque pensam ou são diferentes, são perseguidos e humilhados porque recusam a tirania do medo e da iniquidade, são privados de liberdade porque agem pela liberdade, são julgados sem justiça porque lutam pela justiça. Como tantas vezes aconteceu, eles antecipam um tempo melhor e um mundo mais digno.

Senhor Presidente do Knesset,

A presença de Vossa Excelência entre nós, em representação do Estado de Israel e do seu Presidente, tem um significado excepcional e é-nos muito grata. Põe em evidência os laços tão antigos que unem os nossos Povos e que, apesar das vicissitudes, permaneceram vivos e fortes. Quer dizer, também, por isso, amizade renovada e retribuída.

Não há nada mais belo do que a vontade de concórdia que ousa vencer desencontros, ressentimentos ou desconfianças. É essa a grande prova que nos humaniza e nos torna fiéis ao melhor da nossa condição.

Israel vive actualmente um desses momentos que contam verdadeiramente na vida das Nações e em que tudo pode ser construído ou posto em causa.

O corajoso processo iniciado em Oslo permitiu, pela primeira vez em décadas, inverter a escalada da violência e da rejeição, reencontrar a esperança e construir a paz. Essa esperança não pode ser defraudada e exige, por parte de todos, um continuado empenho nos caminhos da reconciliação e da convivência entre os Povos da região onde a vossa bela Pátria encontrou lugar.

Senhores Presidentes, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e meus Senhores,

O encontro que hoje realizamos com a nossa própria História não se completaria se não tivéssemos presente que, por todo o Mundo, há descendentes dos judeus portugueses que, há cinco séculos, saíram da terra que também era a sua.

Spinoza é o símbolo mais alto dessas gerações que se dispersaram para continuar a ser o que eram. Na nossa evocação, elas cruzam-se com aquelas outras que, permanecendo aqui, foram obrigadas a ocultar ou a ser o que não eram, dissolvendo com a passagem do tempo a própria memória da sua origem. Prestemos homenagem ao seu sofrimento, ao heroísmo, à coragem, à sua fortaleza de ânimo.

Spinoza é o símbolo de todos eles. Ele foi o homem livre, que tudo sofreu para ser livre e de tudo foi acusado por ser livre. Ele foi o heterodoxo ameaçado e castigado por todas as ortodoxias, mesmo as da sua família e da sua raça, aquele de quem já foi dito ser um dos homens mais dignos da história humana, aquele que fez da grande linguagem do sofrimento uma esplendorosa meditação sobre a vida que se afirma contra os simulacros em que é obrigada a negar-se.

Spinoza, o descendente de judeus portugueses, é uma referência universal e o seu pensamento de amor à vida e à liberdade continua a iluminar-nos, neste tempo tão intenso de dúvidas, conturbado de riscos e desejoso de esperanças.

O próximo século terá de ser, ao mesmo tempo, o século da universalização e da diferenciação, o tempo de todos e o de cada um. Portugal sabe bem, pela experiência histórica hoje relembrada, que este desafio só será vencido se a abertura ao Outro e ao seu apelo for a regra da convivência humana. Esse é

o combate em que, como Povo, como País, como História, como Cultura, como Democracia, queremos estar presentes e activos. Nada é mais imperioso, pois essa é a primeira condição para o reencontro dos seres humanos uns com os outros e com o sentido mais límpido e criador da nossa humanidade renovada.

Sessão Comemorativa da Declaração do Centro Histórico do Porto como Património Mundial Câmara Municipal do Porto 14 de Dezembro de 1996

É com particular prazer que estou convosco a celebrar o reconhecimento do centro histórico do Porto como Património Mundial. É que esse estatuto não honra apenas o Porto. É Portugal, no seu conjunto, que se reconhece no valor do património que é distinguido com esta classificação. É Portugal, no seu conjunto, que se comove com a honra conferida. É Portugal, no seu conjunto, que sente e partilha a responsabilidade de continuar empenhadamente este país onde a história se impõe por toda a sua riqueza.

O Porto junta-se assim às cidades de Angra do Heroísmo, Évora e Sintra, outros tantos testemunhos de um riquíssimo património, de uma história feita de diversidade, de tradições distintas, continente e ilhas, o Sul e o Norte, tradições árabes e expansão atlântica, o romantismo de Sintra e a antiguidade de onde «houve nome Portugal».

Tudo isto somos nós. A nossa unidade enquanto povo, a nossa coesão nacional, dependeram sempre da capacidade de integrar a diversidade. De construir a história integrando novos povos, novas culturas, outras tradições, outros custumes, assimilando e não excluindo, procurando descobrir o outro e não encerrando-nos em localismos. Foi isso que forjou a nossa unidade, que construiu a nossa visão humanista do mundo e que fez de nós um povo cosmopolita.

Hoje, como sempre, a viabilidade de Portugal depende da capacidade de nos mantermos unidos como povo. Foi assim que fizemos grande a nossa história. É por ela que temos centros históricos reconhecidos como Património da Humanidade. Respeite-se, por isso, o pluralismo e a diversidade, cultive-se a identidade distintiva. Mas nada, nunca, pode pôr em causa a unidade de Portugal.

Por isso, quis ter aqui, connosco, todos os Presidentes de Câmara que viram as suas cidades distinguidas pela riqueza do seu património e pela qualidade do trabalho de preservação que nelas foi feito. Se o estatuto de Património Mundial é conferido individualmente a cada uma delas é, todavia, o País que se engrandece com esse reconhecimento e que, através do prestígio assim granjeado, melhor afirma a nossa história perante as novas gerações de portugueses e mais facilmente se projecta internacionalmente.

A todos quero expressar o reconhecimento do Presidente da República pelo trabalho que têm feito em defesa do notável património nacional e mundial que está à vossa guarda. Bem hajam pela obra feita.

Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Há escassas semanas, nesta mesma sala, onde V. Ex.ª solenemente me recebeu, tive ocasião de sublinhar o grande trabalho que esta Câmara vinha desenvolvendo para alcançar o estatuto que agora tão justamente lhe foi conferido. Hoje, é o momento de felicitar V. Ex.ª pelo sucesso desse trabalho. E ao fazê-lo quero tornar extensível essas felicitações a todos aqueles — e sei que são muitos — que garantiram as condições para que este justo desejo se tornasse realidade.

Este momento, todavia, não é um ponto de chegada. Pelo contrário, como V. Ex.ª tão bem sabe, é como um começo. À sombra deste estatuto nenhuma cidade pode adormecer.

É, assim, preciso reconhecer a necessidade de encontrar os meios possíveis para garantir a continuidade do trabalho feito nos núcleos classificados com Património Mundial nos quatro concelhos.

É que este estatuto confere uma responsabilidade nacional acrescida à defesa desse património. O sucesso desse trabalho depende, por isso, do empenho do Governo, da Autarquia e dos privados. Todos são necessários para garantir a vitalização dos centros históricos. A todos deixo o meu apelo a que se reúnam os esforços e meios necessários para continuar a obra já feita.

Se há trabalho que sei ser fascinante é este: aprofundar a recuperação de uma zona histórica, procurar o equilíbrio, tão difícil, entre a revitalização do património e a tradição e as sociabilidades das pessoas que são parte da vida desse património.

Aqui lhe deixo, Sr. Presidente, sem me querer alongar mais em considerações, o meu incentivo para a continuação do trabalho que a Câmara tem feito neste domínio. A cidade do Porto ganhou um estatuto que é um novo cartão-de-visita para Portugal.

A minha presença aqui serve como testemunho da República ao esforço daqueles que pelo seu trabalho permitiram que Portugal tivesse recebido, através da Cidade do Porto, um título que faz justiça à nossa história e que nos honra a todos.

Viva o Porto!

Viva Portugal!

Mensagem por Ocasião da Sessão Comemorativa do Bicentenário de Sá da Bandeira Santarém 6 de Janeiro de 1997

Impossibilitado embora de comparecer na cerimónia de hoje em Santarém, desejo associar-me à sessão evocativa do Marquês de Sá da Bandeira, saudando vivamente os promotores da iniciativa destinada a celebrar o bicentenário deste ilustre escalabitano. Figura destacada da história contemporânea portuguesa, o Marquês de Sá da Bandeira foi um prestigiado oficial do Exército, merecendo as mais elevadas distinções das Forças Armadas. Igualmente brilhante foi a sua carreira política, no decurso da qual foi deputado, senador e par do Reino, sobraçou pastas ministeriais e chefiou por diversas vezes o Governo de Portugal.

Notável estadista, formulou um dos mais claros e coerentes projectos de desenvolvimento do património colonial africano patrocinados pelo Estado português no século XIX. A historiografia tem sublinhado a circunstância de esse projecto, datado de 1839, ter por base a abolição do tráfico de escravos, preconizando uma reconversão da economia assente na valorização da mão-de-obra local e na mobilização de capitais para fins produtivos, e colocando um especial ênfase na necessidade de criar uma rede escolar nos territórios africanos sob administração portuguesa.

Este projecto que, aliás, suscitou incompreensões e resistências, e que apenas obteria execução parcial, ocupou boa parte da sua actividade de governante, na Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar, que fundou e que ocupou em vários ministérios.

Bernardo de Sá Nogueira foi um combatente pelo regime liberal, de que foi um dos construtores, e esse não será o título menos relevante pelo qual evocamos a sua acção, dois séculos transcorridos sobre o seu nascimento. A sua própria época o consagrou como referência política tutelar de todo um regime.

Conheceu o exílio, na Europa e no Brasil, e participou na organização da resistência, acompanhando D. Pedro na acção revolucionária pela constitucionalização do regime monárquico, em 1832-34. Voltaria ainda a pegar em armas, nos tempos conturbados que antecedem o meio século, participando no vivo confronto entre partidários de distintas soluções acerca do relacionamento entre Estado e sociedade civil.

O conjunto das iniciativas incluídas no programa evocativo do bicentenário do Marquês de Sá da Bandeira terá certamente acrescentado novos elementos e perspectivas de compreensão do seu papel no Portugal de Oitocentos. É esse aliás o saldo que, de alguma forma, legitima a mobilização de meios e o esforço dos que nelas se envolveram.

Lembrar os protagonistas da nossa história sendo um acto de preservação e de valorização da memória, importa igualmente abrir o espaço comemorativo à actualização, isto é, ao presente e ao desejo de futuro que inevitavelmente condicionam o nosso modo de sentir e de desenhar o peso da história.

É possível que um dos efeitos da revisão que o nosso tempo julgue oportuno propor à história se reporte justamente à reconsideração do lugar dos protagonistas na leitura da vida colectiva do passado. Sá da Bandeira quem sabe se não recobrará, assim, novas dimensões porventura obscurecidas?

Permanece no entanto o plano da luta pela cidadania, do reconhecimento dos seus privilégios e da afirmação dos seus imperativos, em que se inscreveu a sua acção. A generosidade do seu combate

pela liberdade, com risco de segurança pessoal e de vida, o empenhamento na obra de regeneração nacional aí estão para o testemunhar, com uma exemplaridade que diversas gerações puderam reconhecer e admirar.

CERIMÓNIA DE LANÇAMENTO DA «COLECÇÃO DE FONTES DOCUMENTAIS PARA A HISTÓRIA DAS RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E A CHINA» Universidade de Macau 19 de Fevereiro de 1997

Quero agradecer aos presidentes do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Fundação Macau a amabilidade do seu convite, que tive muito prazer em aceitar. Estão de parabéns ambas as instituições por esta iniciativa e pelo seu apoio à obra notável do Professor António Vasconcelos de Saldanha, responsável pela edição destes magníficos volumes, que são uma referência indispensável da história diplomática portuguesa.

Os historiadores e os estudiosos das relações entre Portugal e a China passaram a dispor de um instrumento único para o seu trabalho, que é, igualmente, precioso para os responsáveis políticos. Em política, e designadamente na política externa, não pode haver uma decisão rigorosa sem uma compreensão do passado, nem é possível desenvolver uma visão estratégica sem conhecer o traçado, por vezes tão sinuoso, de um longo percurso, como é o caso das velhas relações luso-chinesas.

O acordo assinado por Portugal e pela República Popular da China, em 13 de Abril de 1987 — a Declaração Conjunta luso-chinesa sobre Macau — é, sem dúvida, um marco histórico nas relações entre os dois Estados. Mas outros deixaram igualmente o seu rasto na história do relacionamento antigo entre Portugal e a China, que dura há mais de quatrocentos e oitenta anos, e que criou em Macau o paradigma do encontro de civilizações.

No século XVI, para a Europa, a China era pouco mais do que uma ideia difusa, herdada da antiguidade clássica, envolta nos mitos que a representavam como um mundo maravilhoso.

O espírito renascentista, com a sua irreprimível vontade de perseguir o desconhecido, lançou os Portugueses no caminho das descobertas, abrindo as rotas marítimas à procura desse fascinante império dos Chins, terra de sonhos, riqueza e aventuras.

Do lado chinês, a imagem da Europa era, se possível, ainda mais remota. Os anais do Império do Meio registavam, sobretudo pela via dos seus contactos com o Islão, a existência dos longínquos ocidentais, os Francos ou Folanji.

Folanji chamaram os Chineses aos primeiros Portugueses. Depois, os Jesuítas puderam explicar, mais precisamente, quem eram e donde vinham: vinham do Grande Reino do Mar Ocidental, a designação para Portugal, que perdurou pelos séculos.

Em 1513, Jorge Álvares foi o primeiro português a pisar terras chinesas, dando início a uma primeira fase nas relações entre os dois países. Foram precisos trinta anos até se chegar ao Assentamento de 1554, o primeiro acordo entre Portugal e a China, pelo qual se regulam as trocas comerciais e se criam as condições para o surgimento de Macau, que passa a ser a charneira do relacionamento luso-chinês, sem, todavia, o limitar.

Nos séculos XVII e XVIII, Portugal e a China são os actores principais das relações entre a Europa e a Ásia. É a fase das grandes embaixadas enviadas ao Imperador da China, a primeira das quais, dirigida por Manuel de Saldanha, chegou a Pequim em 1667, e é também neste período que o Imperador Kangxi envia, pela primeira vez, um seu embaixador ao rei D. João V, o jesuíta português António de Magalhães, recebido no Paço em Lisboa, em 1722. Na fase seguinte, durante o século XIX, num período de declínio, as relações entre Portugal e a China perderam a sua centralidade,

e passaram a concentrar-se nos assuntos de Macau. A presença de potências rivais tornou necessário procurar obter um enquadramento jurídico estável para o estatuto do Território, de certo modo redutor da realidade própria de Macau como ponto de confluência, aberto e pragmático, de interesses e culturas. Esse percurso prolonga-se no nosso século, depois das revoluções republicanas em Portugal e na China, na busca de definições jurídicas para Macau, dos seus limites territoriais e da fixação convencional de direitos e deveres no plano internacional. Em 1949, a suspensão das relações oficiais entre os dois Estados não impediu a continuação de um diálogo informal, no respeito recíproco pelas realidades existentes.

O fim do regime autoritário português, em 25 de Abril de 1974, tornou possível iniciar uma nova fase das relações entre os dois Estados, a partir do estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a República Popular da China, em 8 de Fevereiro de 1979.

Nesse contexto, reuniram-se as condições para a definição mais precisa de sempre do estatuto formal de Macau e do seu futuro, por acordo entre os dois Estados, através da Declaração Conjunta de 1987 e dos seus Anexos.

Este longo percurso criou responsabilidades que obrigam ambos os Estados. Ultrapassados traumas conjunturais, Portugal e a China podem reconhecer, sem complexos, as virtudes e os pecados de um passado comum. Para as duas partes, é imperativo assegurar que Macau, com as suas características únicas, continue o seu caminho no futuro, reforçando uma identidade própria feita de séculos de história.

É necessário projectar as relações luso-chinesas para lá de 1999, indo buscar ao património comum a sabedoria do seu desenvolvimento.

A História mostra-nos um passado em que Portugueses e Chineses aprenderam a aceitar-se, não a rejeitar-se, e a compor os seus diferendos, com flexibilidade, paciência e imaginação. É essa a lição, válida para todos os responsáveis políticos, dos registos da história diplomática das relações entre Portugal e a China, tão oportunamente publicados.

O respeito pelos compromissos não exclui o respeito pelo passado.

CAPÍTULO VII

DESENVOLVIMENTO E SOLIDARIEDADE

«Não acredito na possibilidade de alcançar uma economia moderna e competitiva sem o desenvolvimento de políticas de solidariedade que lidem com as tensões sociais provocadas pelo processo de modernização.»

Sessão de Abertura da Conferência do *Semanário Económico Lisboa* 11 de Abril de 1996

Começo por cumprimentar os organizadores desta Conferência Anual pela qualidade que sempre conseguiram conferir-lhe e pela perseverança que esta nona edição representa.

Trata-se de uma boa oportunidade para estimular o estudo e o debate público sobre os problemas do País e essa é razão mais do que suficiente para justificar o interesse com que participo nesta sessão de abertura.

Verifico que, em nove edições da Conferência, esta é a primeira em que a agenda é sobretudo dirigida para a situação interna do País. Permitam-me que interprete esta opção como um sinal também de um novo ciclo.

Efectivamente depois de uma década marcada pelo início da aventura europeia e pelo impacto conjugado da internacionalização e da liberalização do sistema económico, em que tudo parecia ter apenas um lado positivo, é chegado o momento de olhar de novo para dentro, de avaliar o impacto das políticas e de fazer um balanço sobre o que mudou e o que falta mudar.

É, no fundo, de novo, chegado o momento de pensar estrategicamente o futuro.

Estamos num novo ciclo. Os próximos anos representam, para Portugal, uma conjuntura particularmente exigente.

Vale a pena apontar alguns dos factores que, de forma conjugada, condicionam o futuro próximo.

Sublinharia as limitações impostas por uma retoma económica que muitos consideram menos vigorosa do que seria desejável, o ajustamento aos critérios de convergência nominal, o previsível aumento da pressão concorrencial externa e a possível concretização de importantes reformas político-institucionais, entre as quais destacaria a descentralização administrativa e a revisão constitucional. Sobre estes dois aspectos, aliás, permitam-me que, uma vez mais, afirme a minha posição. Essas reformas têm de ser encaradas como momentos de aperfeiçoamento do sistema político.

Desejavelmente os seus grandes objectivos devem contribuir para a melhoria das condições de desenvolvimento do País, para aproximar os cidadãos das instituições políticas e para reforçar as condições de estabilidade.

As grandes reformas da estrutura do Estado são momentos de desejável reforço do consenso constitutivo do sistema político português.

Entendo que a entrada numa nova fase do processo de descentralização, que deverá conduzir à criação de regiões administrativas no Continente, deve ser encarada com toda a naturalidade. Mas tratando-se também de adoptar um novo modelo de gestão e de divisão territorial, que implica todos os portugueses, importa assegurar que ninguém se sinta excluído desse debate. Numa matéria desta relevância, tenho defendido a vantagem de se tentar obter um consenso tão amplo quanto possível.

Noutro plano de preocupações, a União Europeia iniciou, com a abertura da Conferência intergovernamental, uma sequência de processos de negociação, que representam, em conjunto, uma possível refundação da União, envolvendo a Reforma Institucional e a Política Externa e de Segurança, o Alargamento, a terceira fase da União Económica e Monetária e a definição das Perspectivas Financeiras depois de 1999.

O desenvolvimento conjugado destes processos constitui, para Portugal, uma acrescida necessidade de identificação rigorosa das linhas de orientação estratégica que nos devem nortear e, ao mesmo tempo, uma necessidade imperiosa de concertação estratégica. A conjugação de todos estes factores numa mesma conjuntura implica que os agentes políticos e todos os parceiros sociais aceitem as responsabilidades inerentes aos desafios e se disponham a encontrar o consenso necessário a um contrato para a mudança. Se essas condições se garantirem os Portugueses terão encontrado o caminho certa para transformar os dados desta conjuntura num período de transformação e modernização do País sem desnecessárias tensões e clivagens sociais. Caso contrário os próximos anos poderão representar um concentração de riscos de consequências difíceis para o futuro de Portugal.

O presente exige opções claras e atempadas, um apurado sentido do interesse nacional, determinação na condução das políticas e pedagogia na explicação das suas consequências.

Portugal está a sair de um período de três décadas de profundas e constantes transformações. A realidade social é instável e está em profunda transformação.

No passado recente, em apenas vinte anos o país passou do Corporativismo à estatização, da estatização à privatização, da Ditadura à Democracia, do Império Ultramarino à União Europeia, num processo que alterou radicalmente a estrutura da propriedade produtiva, as relações de produção, os direitos sociais, o quadro institucional da vida económica, o modelo de organização da sociedade política e o sistema de inserção internacional do País. Ainda mal absorvidos os efeitos desta sucessão de choques contraditórios convivem já com os primeiros impactos do processo de globalização económica, ao qual passámos a estar directamente expostos a partir do início da década de 90, através da integral

convertibilidade do escudo e da total liberdade de circulação de capitais e serviços financeiros. Por tudo isto, creio que os Portugueses necessitam de ver garantida uma concertação estratégica para o futuro de Portugal.

A globalização é uma forma nova, extrema, de integração económica, que fomenta uma progressiva uniformização internacional dos padrões de competitividade, nacionalidade, risco e de consumo. É, por natureza, um processo descontínuo e desigual, que, na ausência de políticas de integração, acelera quase por inércia os fenómenos de dualização e exclusão, intervindo nas realidades nacionais como factor desagregador da coesão social.

Poucos países, à excepção das chamadas economias-continente, poderão pretender influenciar e muita menos determinar as suas linhas de força.

Portugal deve pois tomar a globalização como um pressuposto, não para suportar resignadamente as suas consequências, mas para antecipar e gerir, na verdadeira acepção da palavra, os seus efeitos. A União Europeia é, no nosso caso, o enquadramento específico em que vamos viver e gerir este processo.

Como há dez anos, no momento da adesão, continua a constituir, apesar das novas circunstâncias, a opção mais favorável para orientar o movimento de internacionalização da economia e da sociedade portuguesas, em termos compatíveis com os seus interesses permanentes e as suas aspirações de desenvolvimento. É verdade que, também aqui, Portugal não pode, por si só, determinar a evolução da União. Mas pode e deve influenciá-la. Pode e deve definir a sua própria visão do processo de construção europeia, obviamente orientada pela natureza e especificidade dos seus problemas e interesses estratégicos.

Pode e deve constituir-se como um parceiro pleno, que aceita sem inibições os desafios mais complexos, como a União Económica e Monetária, mas que exige, em contrapartida, condições de ajustamento equilibradas e rejeita sacrifícios inúteis ou injustificados.

Portugal tem de preparar-se, no quadro europeu, para a gestão de situações de tensão e minoria, que representam o preço de uma atitude negocial firme e exigente, coerente com a identificação de interesses nacionais vitais.

Mas, uma vez mais, essa atitude não será consistente se não tiver correspondência na frente interna, porque o que está em causa exige a mobilização dos Portugueses e a sua capacidade de recusar apelos de resistência puramente emocionais.

O que implica atribuir à questão europeia um papel central na vida política do País, tornando-a objecto de uma permanente concertação de interesses, alimentando a circulação de informação e o debate regular das suas incidências em todas as instâncias de decisão.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Ninguém ignora, por certo, que não podemos esperar nos próximos anos qualquer atenuação da tendência de fundo que a globalização económica representa.

Pelo contrário: a pressão externa irá acentuar-se, a concorrência será mais intensa e alargada, aumentarão as tensões sobre o emprego e os sistemas de protecção social.

A resposta a estas dificuldades exige um lúcido equilíbrio entre a gestão dos problemas conjunturais e o desenvolvimento das soluções de futuro, evitando agravar desnecessariamente factores de conflitualidade que acabarão por constituir obstáculos adicionais à mudança.

Exige-se-nos uma atitude de ajustamento positivo, de combate, de confiança. A questão essencial não é defendermo-nos da concorrência, mas prepararmo-nos para ela. É inútil desenterrar o

velho argumentário proteccionista. O nosso desafio não é sobreviver, mas construir uma economia moderna e internacionalmente competitiva no princípio do próximo século.

O nosso problema não é esconjurar a mudança e os impactos nela implícitos, mas pensar e administrar estrategicamente o seu conteúdo e as suas consequências.

Isto significa, na minha perspectiva, uma dupla atitude: preparar, por um lado, as condições para uma competição aberta, equilibrada e viável; e assegurar, em paralelo, o controlo social e político desse processo, rejeitando a passividade, o fatalismo e o conformismo perante a desintegração nacional provocado pelo desemprego, por um crescente dualismo e, sobretudo, pela exclusão.

Não acredito na possibilidade de alcançar uma economia moderna e competitiva na próxima década sem o desenvolvimento de políticas de solidariedade que lidem com as tensões sociais provocados pelo processo de modernização.

A exclusão social representa a negação da própria esperança e, como já tive a ocasião de o dizer, a aceitação da ideia, intolerável, de que alguns portugueses seriam dispensáveis.

Para isso, como bem propõe a agenda desta Conferência, é necessário voltarmo-nos para dentro, compreender que a modernização exige mais do que a adaptação normativa, a convergência nominal ou a melhoria das infra-estruturas, por muito importantes que sejam estes requisitos.

Precisamos de atribuir uma prioridade crescente aos chamados factores qualitativos da competitividade. A internacionalização, a abertura das fronteiras, são verdadeiramente incompatíveis com a manutenção de persistentes vulnerabilidades, que impedem a uniformização das condições de concorrência em prejuízo dos produtores nacionais.

Cito, como mera ilustração, dois exemplos que me parecem significativos e consensuais.

O primeiro refere-se ao nosso sistema jurídico-administrativo, globalmente considerado, que pouco mudou nas últimas décadas e representa hoje para a actividade económica um efectivo sobrecusto, desencorajando a iniciativa empresarial, distorcendo objectivamente as regras da livre concorrência e dificultando os impulsos inovadores originados na própria esfera estatal.

O segundo, diz respeito ao nível e ao conteúdo da qualificação do nosso mercado de trabalho, nos mais diversos graus profissionais, verdadeiramente insustentável nas novas condições de integração da economia portuguesa, que não poderá continuar a ser, pela força das coisas, uma economia de mão-de-obra barata. Minhas Senhoras e meus Senhores,

Considerando as circunstâncias que nos envolvem e as condições de que partimos, creio que podemos eleger como pontos de referência, ao longo dos próximos anos, quatro grandes questões determinantes para o futuro de Portugal como país moderno, competitivo e socialmente equilibrado:

Em primeiro lugar, a definição de um justo equilíbrio entre a convergência nominal e a convergência real da economia portuguesa no âmbito da União Europeia.

O primeiro objectivo é importante, no plano interno, para a construção de um quadro macroeconómico estável e, no plano externo, para a defesa dos interesses fundamentais do País ao nível europeu; o segundo objectivo é indispensável para dar sentido ao projecto de integração económica e tornar possível um processo de modernização com estabilidade e crescimento, condições sem as quais será muito mais difícil gerir um período de transição complexo, com um elevado potencial de conflitualidade e com grandes exigências de inovação no que respeita às políticas sociais.

Em segundo lugar, a articulação entre as políticas de Emprego, Formação e Educação, que constituem um triângulo estratégico fundamental para melhorar as condições estruturais da competitividade económica e proteger as condições de controlo social da mudança.

O Emprego é, sem dúvida, um dos domínios mais atingidos pelas transformações económicas e sociais deste final de século e um dos sinais que conferem a esta crise um carácter civilizacional, no sentido em que constitui já a crise de um modo de viver e dos valores que lhe estão associados.

Os sistemas de organização e de divisão do trabalho estão a mudar rapidamente, o que implica uma valorização do princípio da mobilidade, da aprendizagem permanente, da polivalência e interdisciplinaridade dos «saberes» profissionais, da capacidade de adaptação à mudança e à incerteza.

Não é possível pensar no futuro sem aceitar que esta realidade requer pessoas com novos padrões de qualificação. E exige, por isso, uma reforma profunda não apenas no sistema de educação formal, mas no conceito e na mecânica dos sistemas de formação profissional, que tendem a ganhar um carácter permanente e passam a ser decisivos para a adaptação constante a um mercado de emprego seguramente mais volátil e instável.

Será talvez oportuno acrescentar que esta capacidade de adaptação não é apenas um problema dos trabalhadores; a formação de empresários individuais bem preparados pode constituir um importante estímulo ao auto-emprego e ao desenvolvimento de uma rede de pequenas e médias empresas competitivas, decisiva para a sustenção do emprego numa economia aberta e para o progressivo desenvolvimento de uma sociedade civil mais autónoma e menos tutelada.

O terceiro tema pode parecer, numa primeira leitura, menos óbvio: diz respeito à relação entre Ambiente, Ordenamento do Território e Políticas de Habitação.

É bem verdade que em qualquer destas áreas há problemas autónomos que não têm ligação directa às outras duas, mas neste momento o que pretendo evidenciar é o que entre elas existe de comum e a importância que em conjunto representam para uma regulação social equilibrada do processo de mudança.

As carências de habitação dos Portugueses constituem um desafio inadiável para quem tem a responsabilidade de decidir, pelo que significam como negação de um dos mais elementares direitos humanos. Mas são também — e esse é o aspecto que aqui gostaria de evidenciar — um gritante exemplo dos factores de rigidez incompatíveis com a mobilidade social que a flexibilidade da vida profissional e a volatilidade dos mercados passaram a exigir.

A questão da habitação está em Portugal — intimamente relacionada com as políticas de ordenamento do território e assume especial importância nesta fase mais crítica em que o primeiro impacto da concorrência externa, sem resposta imediata, contribui para a desindustrialização de algumas regiões e para a desertificação de outras.

As políticas do Ambiente têm, neste contexto específico, uma decisiva função integradora, para conter os efeitos do desenvolvimento desordenado a que assistimos em tantas regiões e evitar a destruição de recursos naturais escassos.

Esses recursos e o equilíbrio que pressupõem são hoje indispensáveis a um País que tem de construir factores de diferenciação positiva e que precisa, por isso, de melhorar dramaticamente esse bem essencial que é a qualidade de vida, tão deteriorada — neste caso para quase todos — por uma concentração urbana desordenada, desproporcionada e tendencialmente ingovernável.

É fundamental controlar esta tendência, nomeadamente através da criação de condições para o desenvolvimento do Interior do País, cujos níveis de riqueza estão hoje mais distantes das grandes áreas metropolitanas litorais do que no momento da adesão à Comunidade Europeia.

O quarto conjunto de questões que considero decisivas para os próximos anos consiste na relação entre a coesão nacional, as políticas de solidariedade e o sistema de segurança social.

É talvez, mais do que todos os outros, um tema transversal, omnipresente, que representa uma condição de base para promover um programa de mudança com um mínimo de justiça e sem graves rupturas sociais.

Num momento em que o envelhecimento da população é já um facto irreversível para as próximas décadas e a pirâmide etária se transforma num disforme paralelipípedo, o financiamento futuro do sistema de segurança social e a solidariedade entre gerações e grupos sociais constituem-se em questões iniludíveis e inseparáveis, para as quais não temos ainda respostas consistentes e duradouras.

A reforma do Estado-Providência, que entre nós não chegou sequer a amadurecer, será um processo longo e complexo, em que os regimes do passado terão de conviver com as soluções inovadoras, impostas por uma nova realidade, à qual os sistemas de protecção social terão de ser adaptados, sob pena de se autodestruírem.

O conceito e as políticas de Solidariedade — entre grupos sociais, gerações e regiões — têm de ser entendidos como uma contrapartida indispensável para suportar socialmente as consequências da internacionalização da concorrência, constituindo, em articulação com as políticas activas de Emprego, uma rede mínima de segurança para que a desigualdade, tão frequente-

mente encarada com indiferença ou sobranceria pelos que se sentem instalados, não se torne política e moralmente insuportável.

Esta rede é também imprescindível para combater as crescentes ameaças à coesão nacional, tão frequentemente ignorada como preciosa vantagem comparativa de Portugal, que tudo devemos fazer para preservar e fortalecer, sobretudo nesta fase em que as pressões desintegradoras, reflectidas no domínio económico, mas também na esfera da cultura, dos símbolos e dos valores, tenderão a acentuar-se.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Procurei enunciar em termos muito gerais, como seria inevitável nestas circunstâncias, os grandes temas que em meu entender condicionam o desenvolvimento do País nos próximos cinco anos e devem por isso constituir os pontos de referência fundamentais de uma visão estratégica sobre o nosso futuro colectivo.

Com esta ou outra formulação, creio que podemos tomá-los como ponto de partida para um debate nacional que deverá ajudar-nos a compreender a nova realidade em que vivemos para podermos depois agir sobre ela eficazmente.

O simples enunciado deste conjunto de temas é suficiente para ilustrar a dificuldade dos desafios que nos esperam.

É útil, por isso, que sejamos capazes de construir, entre os principais protagonistas políticos, sociais e económicos, uma visão concertada sobre o futuro, um verdadeiro contrato para a mudança, traduzido na partilha negociada de responsabilidades e contrapartidas, susceptível de criar o quadro de estabilidade que todos consideramos certamente fundamental para que a adaptação da sociedade portuguesa possa fazer-se com mais eficácia e menores custos.

O que está em causa não é, evidentemente, a ingénua anulação de interesses divergentes ou a superação da saudável concorrência entre projectos políticos alternativos.

O que importa é a construção de novos consensos estratégicos que permitam ao País seguir um rumo estável e coerente, nesta transição difícil.

Pela minha parte, tudo farei, no quadro das minhas competências constitucionais, para ajudar a criar o clima de confiança necessário à concretização dos acordos de concertação estratégica que vierem a revelar-se viáveis e adequados.

Precisamos de nos concentrar nas grandes reformas internas, imprescindíveis para enfrentar com êxito o choque externo deste final de século.

Precisamos de fazê-lo com entusiasmo e esperança, valorizando o que é novo, premiando o risco e o êxito, evidenciando o exemplo positivo como factor de mobilização social, combatendo as visões apocalípticas que alimentam a complacência e o conformismo.

Não será possível avançar continuando a olhar, obsessivamente, para trás. Como diria António Carlos Jobim, «chega de saudade!»

Almoço com Pescadores, Sindicalistas e Armadores da Fuzeta (Visita ao Distrito de Faro) Olhão 12 de Junho de 1996

Todos temos consciência que o sector das pescas se conta entre os ramos de actividade económica que enfrentam dificuldades. Todos sabemos que os recursos naturais são escassos, quer no território nacional, quer no espaço marítimo internacional, o que obriga a um respeito ponderado pelos equilíbrios ecológicos. Sabemos igualmente que, nalguns locais, as condições físicas impedem a pesca durante uma parte do ano, que, noutros casos, as condições de apoio em terra são deficientes ou que as condições de comercialização do pescado suscitam problemas melindrosos quanto ao valor comercial do pescado, ou, ainda, que, em muitos casos, a frota está envelhecida e as empresas têm de fazer face a custos financeiros elevados.

São, com certeza, problemas que merecem a atenção e justificam a acção dos responsáveis, públicos e privados, aos vários níveis. Portugal tem de ser capaz de conceber e de realizar uma estratégia concertada, no domínio internacional, no domínio europeu e no plano nacional, que permita modernizar o sector das pescas, torná-lo capaz de melhorar as capturas sem pôr em causa os recursos, aumentar a rentabilidade das empresas, assegurar melhores condições de trabalho e de protecção social a todos os que trabalham nas pescas e nos sectores a ela ligados.

Portugal tem de ser capaz de modernizar o sector das pescas sem se esquecer das pessoas que a ele têm a sua vida e as das suas famílias ligadas.

Não é desejável modernizar esquecendo as pessoas. Não é desejável modernizar numa perspectiva estritamente tecnocrática. As pessoas não podem ser esquecidas. É necessário empenho, esforço e imaginação, para restruturar sem destruir por completo actividades tradicionais que, ainda hoje, são factores de identidade de tantas comunidades sociais portuguesas.

Mas quero insistir, também aqui, na ideia de que temos de abandonar a tentação de entoar com tanta frequência a «canção da saudade»: Não é possível adiar a modernização do sector das pescas. Nem, tão-pouco, é possível adiar por mais tempo uma gestão racional e ponderada dos recursos naturais.

Portugal tem recursos e tem capacidades que tem de saber aumentar e de utilizar melhor.

Tive esta manhã ocasião de verificar que estão a ser feitos esforços para melhorar a capacidade científica nacional em domínios como a erosão da costa, a gestão dos recursos piscícolas e a aquacultura, que são essenciais para o desenvolvimento do sector da pesca. Há, com certeza, problemas a ultrapassar e a necessidade de aumentar os recursos disponíveis, mas também é certo que se têm verificado progressos.

Todavia, há trabalho feito, pessoas competentes e motivadas e, portanto, com reforço de recursos, boas possibilidades de dispormos de um apoio científico mais eficaz ao desenvolvimento da actividade económica ligada ao mar e à captura e produção de peixe e moluscos.

Creio que é necessário estreitar a ligação entre a actividade produtiva e a investigação científica, como forma de modernizar de forma sustentada o sector das pescas, garantindo, através de um conhecimento rigoroso dos recursos uma possibilidade alargada de manutenção em actividade do maior número possível de embarcações e pescadores.

Mas é inútil, se não mesmo prejudicial, pretender esquecer dificuldades ou pretender ignorar que existem interesses diferentes, por vezes mesmo contraditórios.

Julgo que é necessário enfrentar as dificuldades que o sector atravessa com rigor e coragem.

Os diferentes interesses envolvidos têm, certamente, de ser ouvidos e a suas contribuições devem ser tidas em conta quer na tomada de decisões, quer na sua concretização.

Mas, para que esse esforço de diálogo e de concertação de interesses seja bem sucedido, é, sem dúvida, decisivo que todos adoptem, na defesa dos seus interesses próprios, uma atitude aberta.

Se é importante que todos defendam a necessidade de desenvolvimento de políticas nacionais e comunitárias que garantam um modelo de modernização que não ignore a necessidade de garantir um futuro às pessoas que trabalham e vivem deste sector, é igualmente importante que todos tenham presente que a modernização do sector é essencial.

Julgo que são incontornáveis as necessidades de diversificar actividades, de desenvolver novas oportunidades industriais, de promover a qualidade.

Portugal precisa de encontrar os melhores meios de coordenar a investigação científica, a formação profissional, o regime de trabalho e de segurança social, a modernização da frota e a rentabilidade das empresas de pesca, os meios de apoio no mar em terra, a aquacultura de modo a que este sector se modernize com um mínimo de custos para todos os que nele trabalham ou dele dependem.

A contribuição de todos — poderes públicos, cientistas, empresários, trabalhadores — é decisiva para melhorar as perspectivas desta importante actividade económica e profissional.

Asseguro-vos, minhas Senhoras e meus Senhores, que manterei, nos limites das competências próprias do Presidente da República, uma atenção constante aos problemas deste sector e às políticas que venham a ser propostas para a sua modernização.

Contem com a minha atenção constante.

Como tenho repetido, e repito-o porque farei dessa preocupação timbre do meu mandato — não há portugueses dispensáveis. Para todos é necessário encontrar uma forma de continuarem a dar o seu contributo na construção de um Portugal melhor, mais moderno, mas também mais solidário.

JANTAR OFERECIDO

A PERSONALIDADES DO ALGARVE
(Visita ao Distrito de Faro)

Faro

12 de Junho de 1996

Estamos a viver mais um ciclo de Comemorações com significado eminentemente nacional, e o facto de o Presidente da República ter pretendido consubstanciá-lo numa série de iniciativas circunscritas ao Algarve não pode traduzir outro sentimento que não seja o de ele acreditar firmemente que o País sabe reconhecer-se e encontrar-se a si próprio, na plenitude das suas dimensões, mesmo quando, por uma ou outra razão, os olhares se deslocam ou a atenção se concentra numa qualquer parcela do território nacional.

Se hoje, neste dias, é ao Algarve que dedicarei uma particular atenção, não deixo, naturalmente, de o fazer considerando, que, quaisquer que sejam os problemas que importe ter em atenção, é ao todo nacional que eles dizem respeito, unindo, num sentimento de solidariedade e coesão, o todo nacional.

É esse o espírito das Comemorações do Dia de Portugal, espírito que gostaria que estivesse sempre presente quando, em iniciativas como esta, temos de perspectivar o futuro do nosso destino colectivo.

Tenho dedicado e dedicarei nos próximos dias, a maior parte do meu tempo a estudar, apoiar e incentivar soluções encontradas e importantes realizações, sejam elas no domínio da investigação científica, da preservação do ambiente, no combate à droga, onde tanto há a fazer, na preservação da nossa memória colectiva, parte essencial da nossa identidade, ou na reconver-

são de sectores produtivos, como o das pescas, onde modernização e solidariedade têm de andar sempre a par, ou do turismo, que conhecerá sem dúvida uma importante transformação nos próximos anos.

Mas não esqueço, naturalmente, que o Algarve, como a sociedade portuguesa no seu conjunto, vive também sob uma série de constrangimentos cuja dureza e complexidade o Presidente da República não pode ignorar.

Não será esta a altura mais adequada para inventariar sistemática e exaustivamente esses constrangimentos. Mas permitam-me que aproveite esta oportunidade para levantar uma ou outra interrogação, sobre questões, algumas delas de dimensão até nacional, que, creio, devem merecer a atenção de todos nós.

O dia-a-dia dos Portugueses ressente-se, antes de mais, como é sabido, de processos de reorganização da economia que transcendem de longe as fronteiras nacionais e mesmo europeias. Bastará pensar em duas actividades muito importantes da economia algarvia: as pescas e a agricultura, para se perceber todo o alcance desses condicionalismos.

Como ignorar que esses condicionalismos externos têm imposto grandes dificuldades às empresas, que provocam uma explosão urbana por vezes sem sentido, que têm desincentivado o investimento, que são factor de desemprego dificilmente reabsorvível pelo mercado de trabalho?

Sem podermos alimentar grandes ilusões sobre as possibilidades de responder com autonomia às exigências de uma economia globalizada, teremos de nos interrogar, com alguma pertinência, sobre a legitimidade de descurar a protecção do emprego em nome de um certo conceito de modernização e eficácia. Não haverá o risco de, por esta via, sermos conduzidos a limiares de desigualdade social tão acentuados que, afinal, acabem por com-

prometer, a prazo, o próprio crescimento económico, não sem, pelo caminho, gerarem desequilíbrios e conflitos para que se não podem encontrar saídas razoáveis.

Por outro lado, não posso deixar de chamar a atenção para níveis de sofrimento fruto de causas sociais a que não poderemos permanecer insensíveis, que, afectam tantos portugueses, remetendo alguns dos mais jovens para percursos de risco que terminam quantas vezes na dolorosa espiral da toxicodependência. São seguramente estruturais as principais causas da pobreza, da solidão, do desemprego, do consumo da droga — mas por que razão não haveremos de as enfrentar com acções planeadas partindo do conhecimento que sobre elas já vamos tendo?

Tenho a consciência de que é necessário ir mais depressa, que a sociedade portuguesa necessita de uma resposta mais acutilante e eficaz a situações de exclusão social. Sinto que é necessário fazer mais em matéria de solidariedade.

Tentarei aproveitar esta permanência em terras algarvias, onde vou multiplicar contactos com as populações, com as suas obras, os seus anseios e com as suas dificuldades, para demonstrar que é possível dar um conteúdo mais concreto aos desígnios da solidariedade.

Percebe-se que o combate contra as situações sociais mais complicadas tem de começar pelo diagnóstico rigoroso e pormenorizado dos factores de fragilização que ameaçam as populações de uma região.

Ora, parece-me desejável que as instituições mais vocacionadas para a investigação, nomeadamente as Universidades e outras escolas do Ensino Superior, sejam mais mobilizadas e apoiadas para elaborar inventários criteriosos das situações e modelos explicativos sobre os problemas que mais afectam a comunidade a que estão ligadas.

Não será verdade que há muitos recursos humanos que a nível local estão frequentemente subutilizados e têm na maioria dos casos um maior conhecimento dos problemas de uma determinada parcela do País?

Urge estimular, um pouco por todo o lado, um princípio de cooperação interinstitucional permanente que mude estruturas e filosofias de administração e seja capaz de envolver em autênticas redes de serviço público as empresas e outras entidades privadas.

Portugal não pode adiar por mais tempo uma modernização efectiva dos seus procedimentos administrativos. Sem isso continuaremos a desperdiçar recursos humanos e materiais tantas vezes por falta de colaboração e cooperação interinstitucional.

Ao longo destes dias, procurarei encontrar-me com o maior número de técnicos, personalidades, cientistas e criadores do Algarve, a todos quero dar uma palavra de incentivo pelo trabalho que desenvolvem em prol de Portugal. A todos quero exprimir a necessidade de conjugar esforços em torno do reforço do princípio da coesão e da solidariedade nacionais.

Tenho apelado com insistência aos valores da solidariedade nacional. Farei da defesa desse princípio uma das principais linhas de orientação do meu mandato.

Sei que posso contar com todos os algarvios para reforçar esse sentimento de comunidade nacional e de partilha colectiva de um destino comum. Sessão de Abertura do «Seminário Europeu sobre o Rendimento Mínimo» Centro Cultural de Belém 27 de Setembro de 1996

Permitam, minhas Senhoras e meus Senhores, que inicie a minha intervenção, dando-vos conta do muito interesse — bem para além dos meros circunstancialismos protocolares — com que acompanhei a organização deste Encontro.

Sempre entendi que a acção política deixa de ter sentido, quando, por esta ou aquela razão, perde capacidade para se inquietar com as formas extremas de sofrimento humano, abdicando ao mesmo tempo de se interrogar sobre as engrenagens em que assenta a criação e reprodução de desigualdades sociais. Compreenda-se, por isso, que me sinta hoje aqui, não tanto como convidado — condição que, em qualquer caso, sinceramente agradeço — mas como participante empenhado.

Não obstante serem globalmente elevados, por comparação com extensas regiões do mundo, os níveis de protecção social característicos dos países da União Europeia, é hoje inegável que, também no seu âmbito, muitos e cada vez mais amplos segmentos sociais se tornam vulneráveis ao desemprego e ao empobrecimento extremo, com toda a série de rupturas nos planos familiar, de convivência e da mais elementar participação cívica com o que se constroem trajectórias de exclusão mais ou menos irreversíveis.

Infelizmente, o crescimento tendencial da riqueza, os acréscimos de produtividade ou a conquista obsessiva de vantagens competitivas não surgem associados, com a desejável frequência, nas

nossas sociedades, à repartição igualitária de oportunidades, à correcção atempada das distorções graves no acesso ao emprego e na distribuição de rendimentos ou mesmo à intervenção sistemática e empenhada na eliminação dos mais iníquos círculos viciosos da marginalização social.

O espectro do desemprego estrutural persistente — que, para muitos dos nossos jovens, pode significar o virtual desaparecimento do trabalho do seu horizonte de possíveis, e para muitas famílias, a perspectiva de uma vida transformada em rotina de inacção quase letal — o espectro do desemprego estrutural que ameaça a Europa, dizia eu, coloca problemas para que temos de encontrar, urgentemente, respostas eficazes.

Depois de algum tempo em que, tomando o emprego como adquirido, alguns acreditaram ser possível reinventar as sociedades em torno do tempo de lazer, eis-nos diante da exigência, quase vital, de reconquistar a pulso oportunidades de trabalho, ainda que precário, para o maior número possível dos nossos concidadãos.

Percebe-se que é a coesão global das sociedades que está em causa neste declinar de século — e que o trabalho tem de deixar de ser visto como um custo de produção que se impõe comprimir, para reocupar o seu lugar central no processo de construção das identidades individuais e no quadro de mecanismos integradores sem os quais nenhuma sociedade subsiste.

A leitura dos indicadores sobre a importância relativa das despesas com prestações de protecção social nos vários países da União Europeia mostra que continuam a ser significativas as disparidades existentes neste plano, mau grado o movimento de aproximação a padrões mais elevados, que desde o início dos anos 80 pôde ser empreendido pelos países de economia mais frágil.

A este respeito, Portugal situa-se, como é sabido, numa posição relativamente recuada. Para isso, contribuíram vários circunstancialismos da história portuguesa do nosso século.

Recordo, a propósito, a difícil e tardia reimplantação, entre nós, do Estado de Direito Democrático, todas as dificuldades de construção de alicerces de políticas de bem-estar num contexto de crise económica e de turbulência social acentuada, a relutância de certas orientações governamentais passadas em investir na consolidação de um, ainda débil e lacunar, sistema de protecção social; e não posso deixar de relevar também, no mesmo sentido, o eco que entre nós foram obtendo durante a última década algumas posições de crítica radical do Estado-Providência, francamente desajustadas, por evidente anacronismo, à avaliação das políticas sociais portuguesas.

Felizmente, por toda a Europa e também em Portugal tem-se vindo a cimentar progressivamente um movimento de consciencialização sobre os problemas sociais que aqui enunciei.

Agrada-me registar, a tal propósito, a atenção concedida pela comunidade académica e científica nacional — primeiro através do trabalho pioneiro de alguns, hoje já de forma sistemática e interdisciplinar — à caracterização dos fenómenos de pobreza, de vulnerabilização e de exclusão social presentes na sociedade portuguesa.

E é ainda com agrado que registo o facto de, para aí chegar, a mesma comunidade se ter querido aproximar — sem elitismos caducos nem purismos intelectuais excessivos — dos profissionais mais directamente ligados, no terreno, ao dificílimo combate quotidiano, contra o sofrimento alheio.

Sabe-se, também, que a criação do rendimento mínimo constituiu tema relevante de alguns debates políticos recentemente havidos entre nós.

Creio não me enganar se disser que a concepção das medidas governamentais recentes sobre o Rendimento Mínimo Garantido teve em consideração o património de reflexões decorrente desse virtuoso intercâmbio profissional, social e político, facto com que me congratulo e correspondeu a uma inquestionável exigência social.

E se este já é um bom prenúncio relativamente aos passos seguintes da experiência que agora se inicia em Portugal, o mesmo direi da iniciativa que conduziu a este Seminário.

É que se, por um lado, vai ser possível reflectir, ao longo dos trabalhos, sobre experiências de política social homólogas das que começam a ser conduzidos entre nós, julgo estar igualmente assegurado que as discussões não vão perder de vista as especificidades da realidade portuguesa.

A este respeito, e sem querer ter a veleidade de interferir na agenda dos trabalhos — só aos organizadores e especialistas presentes compete, como é óbvio, formulá-la — permito-me trazer a esta assembleia uma preocupação e manifestar um desejo.

São muitos os diagnósticos sociológicos que apontam a existência de sectores da população que, a muitos outros traços de pobreza e exclusão, acrescentam o de se terem tomado socialmente invisíveis e, por isso, em certo sentido, «inexistentes». Quem conhecer os espaços desvitalizados de extensíssimas regiões do País a que, por simplificação e amargo eufemismo, chamamos Interior.

Quem retiver na memória as imagens de rostos envelhecidos (ou simplesmente ausentes) por detrás das janelas, tristes janelas, de tantos quarteirões sombrios e degradados das nossas grandes cidades.

Quem alguma vez tiver observado esse processo de lenta auto-anulação existencial que vem atrás do desemprego de longa duração. Em suma, quem estiver atento a esta parte mais escondida e envergonhada da pobreza e da exclusão social, saberá do que estou falando.

Refiro-me a segmentos sociais que, agarrados por processos de exclusão, vão, nesse movimento, perdendo a própria voz e a vontade ou possibilidade de a delegarem em porta-vozes reconhecidos e audíveis.

Vivem em silêncio, e de silenciosos passam a silenciados.

Não correrão o risco de, por tudo isso, se transformarem nos parentes pobres de todas as políticas sociais, mesmo aquelas que, como as que vão ser discutidas, se dirigem aos mais deserdados dos deserdados?

Tenho por certa a necessidade de reequacionar as políticas sociais à luz das realidades demográficas em que vivemos, de diferenciação do mercado de emprego, de persistência do desemprego de longa duração, da pobreza e de outros factores que aumentam a incerteza com que muitos cidadãos vivem o seu presente e encaram o futuro.

Não se pode aceitar que a desigualdade de oportunidades se amplie e se reproduza porque, se assim for, é a cidadania que se restringe e a coesão social das sociedades complexas em que vivemos que se debilita.

Tal como as restantes sociedades que constituem a União Europeia, Portugal tem de saber encontrar, neste período de crise e de transformação em que vivemos, um caminho para a construção do futuro.

Estou certo que esse caminho não poderá deixar de ter presente, quer no plano nacional, quer no plano europeu, a necessidade de assegurar a compreensão, a adesão e a participação dos cidadãos, que são sempre a origem, os destinatários e a razão de ser da política.

Como tenho afirmado, o nosso País tem, seguramente, de enfrentar com lucidez e determinação os desafios decorrentes da globalização dos mercados e da integração económica europeia. E é verdade que Portugal não pode, por si só, determinar a evolução da União Europeia. Mas pode e deve influenciá-la.

Pode e deve constituir-se como parceiro pleno, que aceita sem inibições os desafios mais complexos, como o da União Económica e Monetária, mas que exige, em contrapartida, condições de ajustamento equilibradas e rejeita sacrifícios injustificados.

Portugal tem de ser capaz de assegurar o controlo social e político das mudanças com que a economia e a sociedade portuguesa estão confrontadas.

Não acredito que a modernização da economia e o aumento da competitividade das empresas se possa realizar sem cuidar, simultaneamente, do desenvolvimento de políticas de solidariedade que enfrentem as tensões sociais resultantes da pobreza, do desemprego e da dualização social.

Entendo, por isso, que a construção europeia exige que não se reserve às políticas sociais um espaço tendencialmente residual, de modo a que seja efectivada, também no plano social, a partilha de responsabilidades entre as instâncias comunitárias e os Estados membros.

Pelo contrário, julgo indispensável que, no respeito pelo princípio da subsidiariedade, se alarguem as possibilidades de reequacionar o problema dos direitos sociais à escala da União, de modo a que a reforma das políticas sociais contribua para a coesão social.

Como disse, será aos especialistas que se vão reunir neste fórum que compete avaliar as experiências de outros países no domímio do rendimento mínimo garantido.

Apenas peço que tomem as minhas palavras como indicador de um genuíno interesse pelo objecto da vossa reflexão, na esperança de que os trabalhos deste Seminário permitam melhorar a contribuição das políticas públicas para a satisfação de necessidades essenciais.

Creiam que, como cidadão e como Presidente da República, ficarei atento ao desenrolar dos vossos trabalhos e não deixarei de me debruçar, com todo o interesse, sobre as conclusões a que cheguem.

Estou certo de que o mesmo farão todos os responsáveis directos pela concretização das medidas relativas ao Rendimento Mínimo. Sei que assim será e com isso me regozijo.

2.º Congresso Nacional dos Economistas Agrícolas Évora 17 de Outubro de 1996

Antes de vos dirigir algumas palavras de conteúdo mais disciplinar começo por saudar os cientistas e técnicos que se debruçaram sobre os problemas humanos e sociais da agricultura portuguesa e que, ou pelas ideias que lançaram ou pelas escolas científica e técnica que formaram, vieram permitir reuniões de estudo como este 2.º Congresso que hoje se inicia. Com efeito, Portugal foi até à década de 50 (inclusive) um país essencialmente agrícola e foram muitos os que estudaram a realidade de então.

Mas não posso deixar de recordar com admiração figuras como Lima Basto, Henrique de Barros e Eugénio Castro Caldas e com outra formação académica Mário de Castro e Orlando Ribeiro — refiro só os consagrados pelo tempo e com marcada influência na *civis* portuguesa.

E vamos à matéria que hoje nos envolve. Portugal é, do ponto de vista da ecologia agrícola, relativamente desfavorecido, no actual espaço europeu a quinze. E pertence à Europa do Sul e Mediterrânica, a grande ausente na última Reforma da PAC. A nossa estrutura produtiva foi historicamente modelada pelo minifúndio, pela agricultura a tempo parcial e pelo desemprego sazonal. Vários subsectores são pouco competitivos e em risco agravado pela situação periférica.

Tivemos por outro lado muitos anos de isolamento. Adiaram-se reformas estruturais que poderiam ter melhorado significativa-

mente a situação que nos chegou e os nossos agricultores ficaram para trás na formação profissional. Mas Portugal tem de conseguir a qualificação dos seus agricultores porque disso depende, em boa medida, não só o desenvolvimento económico e social do sector mas mesmo a sua preservação.

A redução relativa das verbas de investimento para a agricultura, por parte do II Q. C. de Apoio, actualmente em vigor mas já anteriormente negociado com a UE, foi então meritoriamente posto em evidência em seminários organizados pela sociedade civil. Alguns problemas globais que esperam há muito esclarecimento poderão necessitar particularmente do vosso esforço de reflexão. Em primeiro lugar as grandes linhas de fragilidade das regiões predominantemente agrícolas do nosso país — e sigo doutrina que creio pacífica entre vós — parecem consistir no envelhecimento e/ou no despovoamento e/ou na falta de fixação de populações jovens; na ausência de investimentos significativos e portanto de crescimento e desenvolvimento económicos e no enfraquecimento da vida e animação locais, nomeadamente autárquicas. Depois a desigualdade de oportunidades tem agravado adicionalmente a vida dos agricultores portugueses, que hoje são a parte desfavorecida da população activa, com um rendimento per capita que se estima em menos de metade do da indústria e, ainda menos, do dos serviços.

É sabido que a concorrência intercomunitária sacudiu profundamente os nossos preços. Não pode deixar de se observar que desde a integração plena na UE o valor real da produção agrícola desceu quase para metade. E como resultante a redução do rendimento dos nossos agricultores foi a mais elevada de toda a UE; hoje eles são nitidamente os mais pobres. Também as ajudas nacionais dos agricultores da Europa Central-Norte são em geral muito superiores às dos nossos.

Há contudo aspectos positivos na nossa evolução recente: aumentou o investimento, bem como as produtividades de mão-de-obra e dos consumos intermédios. Penso também que não devemos esquecer conceitos como Reserva Estratégica Alimentar. Não há país desenvolvido que relegue para o esquecimento a sua agricultura ou que esqueça a importância da produção interna de alimentos, pela eventualidade de conflitos armados ou da turbulência acentuada dos mercados. Se jamais tivemos períodos prolongados de auto-suficiência, o défice actual da balança alimentar assume proporções muito mais elevadas, e pode transformar-se numa ausência quase total de produção.

Temos consciência que a abertura das fronteiras da Europa a produtos de outras regiões mundiais é desde já, e talvez ainda mais a longo prazo, irreversível.

Mas esta transição gradual para a integração permanente na aldeia global pode ter efeitos perversos sobre as economias comunitárias dos Estados menos prósperos. Sabemos também como o processo de criação da União Económica e Monetária, com ênfase na moeda única, tem sido rigoroso quanto às medidas estruturais.

Portugal aderiu corajosamente a este processo, tendo em vista os seus interesses futuros, mas nem por isso deixa de ser uma questão actual saber como compatibilizá-lo com a melhoria real do nível de vida, tão baixo, dos trabalhadores do sector primário. Apesar de a UEM a longo prazo poder tornar mais competitivos, financeiramente, os agricultores portugueses.

Os grandes desafios que a agricultura portuguesa tem à sua frente nos próximos anos continuarão muito ligados à consolidação da integração europeia, embora a componente agrícola tenha aspectos específicos pois diz respeito à satisfação de uma necessidade básica da nossa população. Com efeito, a política agrícola

comum, com as suas OCM e os regulamentos da PAC modela hoje mais de três quartos do Produto Agrícola Bruto Nacional. Quando no final do século se procurarem de novo soluções para a situação agrícola na União Europeia o caminho será difícil. Uma solução de renacionalização para o nosso país teria enormes dificuldades e riscos, até pelo facto de a termos de realizar — orgulhosamente sós, pequenos e pobres e sem apoios de modelos já conhecidos. Mas a busca da especificidade, esta parece essencial para a continuidade da nossa agricultura.

Questões como o alargamento da UE com a entrada de agriculturas mais fortes da Europa Central, o estabelecimento, dentro da União, de processos de decisão que nem sempre serão compatíveis com os legítimos interesses dos Estados-Membros e em particular dos agricultores portugueses — são desafios que permitem prever algumas nuvens carregadas no horizonte português, isto é, desafios que podem não cuidar das especificidades que nos abrangem.

Também uma palavra sobre desertificação. Sem a recuperação articulada das produções agrícolas, florestais e pastoris e das produções artesanais não se pode garantir a sobrevivência e o desenvolvimento das numerosas comunidades que sofrem dos malefícios da desertificação. Esse, se é um tema planetário, é também tema da maior actualidade em Portugal. Cuidar das nossas comunidades locais, prometer-lhes e assegurar-lhes futuro é inquestionavelmente uma tarefa nacional.

Ainda uma reflexão para final: este Congresso realiza-se na região mais pobre do nosso país, da Península Ibérica e bem na cauda da Europa. É também a única que neste século foi palco de verdadeira revolução agrária e onde os conflitos de classe tiveram tradição secular, em ligação estreita com as realidades humanas e geográficas do Sul da vizinha Espanha.

É necessário estudar hoje mais do que nunca, para as regiões pobres do Interior do País de norte a sul, as alternativas agrícolas — em conjunto com as implantações industriais e as iniciativas de serviços.

Não é possível que a integração europeia se faça excluindo definitivamente do quadro da coesão económica e social regiões como esta (um terço do nosso país) e à qual outras se juntam, subindo pela fronteira, abrangendo mais de metade da área do nosso país. Também é claro que as ajudas internacionais e nacionais não têm por que ser dadas predominantemente às actividades produtivas resultantes de investimento estrangeiro.

Aliás, outros aspectos a serem por Vossas Excelências certamente analisados serão as vertentes nacionais da futura reforma da PAC, bem como o futuro da ajuda co-financiada aos cereais, ambos previstos para acerto no final do século e esta última negociada a partir da especificidade portuguesa. Repito que, sem ajudas, o Alentejo, o actual ou o do Alqueva, serão desertos futuros. Ora programas de empenhamento e esforço nacional, como este último, não podem deixar de ter um quadro de realização que permita que sejam um êxito e deles se retirem as mais-valias económicas e sociais (empresas, emprego, amortizações e rendas, regime jurídico e contratual da terra, etc.) que o País e a região necessitam.

Estou certo de que destas reflexões de Vossas Excelências, os políticos, os empresários e os trabalhadores tirarão boas conclusões. O país e a sua agricultura delas bem necessitam.

Sessão Comemorativa do 20.º Aniversário do Instituto António Sérgio
Lisboa
20 de Novembro de 1996

Agradecendo o convite com que o Instituto António Sérgio de Fomento Cooperativo me honrou, quero saudar esta celebração do novo Código Cooperativo, que entrará em vigor já no próximo dia 1 de Janeiro de 1997.

Na saudação envolvo a organização promotora, que perfaz este ano o seu vigésimo aniversário. Cumprimento por isso todos quantos nela trabalham, bem como todos os que a ajudaram a criar, com a sua dedicação e esforço, e o seu empenho na causa do cooperativismo. A condecoração que acabo de impor ao Professor Ferreira da Costa, primeiro director do Instituto, pretende também assinalar esse reconhecimento. Mas permitam-me que tenha uma palavra para o Professor Henrique de Barros, a quem se deve, enquanto membro destacado do 1.º Governo Constitucional, e com a autoridade própria de quem ao cooperativismo dedicou parte importante do seu labor intelectual, o patrocínio da fundação do Instituto António Sérgio.

O INSCOOP ostenta assim a idade da democracia, ou melhor, a idade da democracia constitucional, dando corpo aos preceitos da Constituição da República de acordo com os quais «compete ao Estado a protecção do sector cooperativo e social de propriedade dos meios de produção», cometendo ao Estado o encargo de «estimular e apoiar a criação e a actividade de cooperativas». A destacada incidência que a temática cooperativa logrou na Constituição de 1976 não foi seguramente fortuita. A valoriza-

ção dos princípios cooperativos, e o reconhecimento da oportunidade de formação de um sector cooperativo na sociedade portuguesa, incorporou o ideário e acção política de diversas correntes liberais, operárias e republicanas, desde a segunda metade do século XIX, integrando-se plenamente no património político ideológico da resistência ao autoritarismo e da defesa da Democracia.

António Sérgio, justamente o nome escolhido para patrono do INSCOOP, foi quem mais longe levou a promoção e aprofundamento da cooperatividade, que ergueu ao nível de programa de desenvolvimento sócio-económico e cultural. O alto prestígio de Sérgio, feito da consistência e do vigor do seu combate intelectual e político, e da coragem com que atacou os grandes problemas do futuro de Portugal, emprestou ao cooperativismo uma dimensão inovadora, que explica a sua geral inclusão nos programas de todos os principais partidos políticos que disputaram as eleições de 1975. Um largo consenso aprovou as referências constitucionais ao sector cooperativo e manteve-as, sem modificações substantivas, nas revisões subsequentes.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

O investimento do fenómeno cooperativo pela Democracia não se limitou ao campo especulativo ou programático, teve uma tradução nas realizações da sociedade portuguesa, como queria António Sérgio. Em 1974 existiam cerca de 950 cooperativas. Até ao final de 1976 legalizaram-se 1000 novas cooperativas. Um panorama retrospectivo eloquente é o que resulta da observação dos números: no princípio do século existiriam 17 cooperativas; em 1910, ano da implantação da República, 62; em 1926, cerca de 400.

Estes sinais de vitalidade, que fizeram ascender o número de cooperativas em 1985 a quase 4000, parecem ter-se atenuado

em tempos recentes. Em finais de 1994, segundo o INSCOOP, existiria um total de 3024 cooperativas, indício de uma inversão de tendência.

A crise económica dos anos 90 deve ter representado uma conjuntura difícil para as cooperativas portuguesas, agravando fragilidades estruturais. Os estrangulamentos repercutiram-se pesadamente em ramos como as pescas e a produção operária, e o consumo. Neste ramo, assistiu-se à falência de entidades verdadeiramente emblemáticas, como foi o caso da Cooperativa Novos Pioneiros de Braga, detentora de um historial riquíssimo que remontava a antes do 25 de Abril.

A integração económica europeia deveria ter originado uma atenção redobrada ao estatuto de protecção, nomeadamente técnico e financeiro, que a Constituição impõe para as cooperativas — o que não se verificou. A viabilização do crédito cooperativo não agrícola e o ajustamento do regime fiscal, eis algumas das questões não resolvidas, de consequências gravosas para o cooperativismo.

Verifico porém com agrado a existência de indícios de uma nova atitude perante a especificidade e a relevância do fenómeno cooperativo, a que gostaria de endereçar uma palavra de incentivo.

Este ciclo de conferências é um desses sinais. Mas também retiro do documento das Grandes Opções do Plano para 1997, que o Governo submeteu à Assembleia da República, claros indicadores de intenções de reforçar a capacidade competitiva das cooperativas, apoiar não só as suas estruturas de representação como a divulgação do cooperativismo entre os jovens, nomeadamente nas escolas.

De facto, é de lamentar que o estudo dos temas cooperativos esteja praticamente ausente do nosso sistema de ensino. Há que

retomar iniciativas neste domínio e encorajar a investigação da problemática cooperativa. As nossas escolas, designadamente as nossas Universidades, têm de ser estimuladas de modo a que se inverta a situação de quase deserto no que respeita ao estudo da temática cooperativa.

Só assim se poderá atenuar o clima ideológico hostil à cooperatividade que hoje parece instalado, pelo menos como parte de um senso comum conservador partilhado pela Administração Pública e por muitos quadros técnicos de empresas privadas. Por exemplo, o sistema bancário encara com alguma desconfiança a realidade cooperativa, avaliando-a com base em critérios gerados na actividade económica privada e lucrativa, mas desajustados quando se trata de avaliar cooperativas.

Nalguns países europeus e também em certa medida no nosso, tem-se vindo a esboçar uma colaboração entre as cooperativas e outras organizações, exteriores ao sector público e desprovidas de fins lucrativos, no quadro de um conjunto a que tem sido atribuída a designação de economia social.

Embora nem todos os membros da União Europeia se revejam no conceito de economia social, as estruturas comunitárias têm incentivado a vitalidade desse conjunto de estruturas. Em Portugal há iniciativas em marcha, envolvendo cooperativas, mutualidades, algumas fundações e outras instituições privadas de solidariedade social, e tomei conhecimento que o Ministério da Solidariedade e Segurança Social prevê para o próximo ano a organização e início de actividade de um órgão de consulta intitulado Conselho Nacional para a Economia Social. Há motivos para acreditar nas virtualidades de uma inserção das cooperativas portuguesas, acauteladas a sua autonomia e especificidade, numa dinâmica de toda a economia social.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

O consenso que se gerou em torno da recepção constitucional do cooperativismo foi defendido ao longo do processo que culminou na aprovação do novo Código Cooperativo na Assembleia da República. Tratando-se de legislação reformadora, devemos congratularmo-nos com a unanimidade alcançada, que sublinhou a consensualidade existente em Portugal em torno do sector cooperativo.

O novo diploma aperfeiçoa diversos aspectos relativos à criação, orgânica, funcionamento e articulação das cooperativas. Entre as novidades do novo diploma merece destaque a expressa abolição de todas as barreiras que tolham a iniciativa económica cooperativa, bem como a ilegalização expressa de quaisquer descriminações que prejudiquem as cooperativas.

No Código que tive a oportunidade de promulgar fez-se a recepção dos princípios cooperativos tal como foram definidos, em Manchester, em Setembro de 1995, pela Aliança Cooperativa Internacional, no seu Congresso do 10.º Centenário. E é assim que no artigo 30.º se enunciam os princípios cooperativos que integram a declaração de identidade cooperativa: o princípio da adesão voluntária e livre; o da gestão democrática pelos membros; o da participação económica dos membros; o da autonomia e independência; o da educação, formação e informação; o da intercooperação; e o do interesse pela comunidade.

Por força da ordem jurídico-constitucional, são estes princípios que têm de ser respeitados, não só pelas cooperativas e pelos cooperadores portugueses, mas também pelos diversos órgãos do poder político. Estes princípios deverão potenciar a criatividade e a eficácia solidária do movimento cooperativo, abrindo-o à sociedade e ao futuro.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Os princípios cooperativos, na formulação reformada que recordei, e atento o património de realizações históricas a que já deram origem, oferecem credenciais que permitem integrá-los entre os sinais de esperança dispersos pela sociedade actual.

As virtualidades das cooperativas como factor de desenvolvimento são significativas. Há uma sinergia entre a prática cooperativa e o desenvolvimento local. O carácter não lucrativo destas organizações torna possível o aparecimento de actividades produtivas em locais que à luz da lógica do lucro dificilmente as suscitariam. A sua dimensão mais comum e a sua natural abertura a dinâmicas participativas são outras componentes dessa sinergia. A Aliança Cooperativa Internacional tem intensificado nos últimos anos as preocupações ambientais do movimento cooperativo, podendo dizer-se que cada vez mais se inscreve no cerne do fenómeno cooperativo uma profunda mobilização em prol da salvaguarda do ambiente.

A impotência dos mecanismos tradicionais do mercado para suster a vaga de desemprego e as limitações funcionais do Estado na economia reforçam a pertinência do sector cooperativo, como aquele que no quadro das actividades económicas não lucrativas maior espaço abre à participação de um leque alargado de produtores. Por isso merece crescente atenção a capacidade que o sector cooperativo tem de gerar emprego e potenciar a coesão social.

Resulta também cada vez mais claro que o desenvolvimento cooperativo é, pela sua natureza, um factor de aperfeiçoamento e aprofundamento da democracia.

Ele faz apelo à autodeterminação individual, como responsável por uma causa em que se jogam valores tão decisivos como o da solidariedade. Por essa via, favorece a igualdade de oportunidades e a expressão plena das faculdades humanas. Através da multiplicação dos protagonismos individuais e colectivos, favorece a afirmação da cidadania.

O cooperativismo tem pois um lugar, sedimentado pela história, nos desafios do futuro e é nosso dever manter esse caminho aberto às novas gerações.

Sessão de Encerramento do I Congresso de Agricultura do Norte Vila do Conde 6 de Dezembro de 1996

Nesta primeira intervenção que profiro no Norte do País sobre problemas mais especificamente de ordem agrícola, não posso deixar de saudar de modo particular os agricultores, os empresários e gestores de empresas do sector, os seus cientistas e técnicos públicos ou privados, os operários agrícolas, os estudantes, e, em geral, todos os que partilham das preocupações e afazeres das produções do campo — o que tem particular significado para os familiares dos agricultores desta região que em boa parte o são a tempo parcial. Aproveito para homenagear com saudade um vulto grande entre os técnicos agrícolas portugueses deste século: O Eng.º Agrícola e Silvicultor Artur Castilho. Aluno distinto da «alma mater» dos agrónomos portugueses, ele esteve entre os fundadores da mais antiga revista do sector, a Agros, iniciativa da Associação dos Estudantes do Instituto Superior de Agronomia. Depois exerceu a sua actividade sobretudo no Norte, onde foi não só um notável tecnólogo como percorreu uma carreira ímpar de extensionista e divulgador, cabendo-lhe iniciativas como a famosa Gazeta do Agricultor. Em paralelo com o grande exemplo cívico que a sua vida de democrata, em tempos tão difíceis, sempre revelou. Em democracia como a nossa o associativismo profissional é da livre iniciativa dos agricultores, embora naturalmente sujeito às finalidades do bem comum e às regras de convivência cívica. O seu papel no diálogo económico-social está geralmente plasmado em legislação apropriada.

A Revolução de Abril, ao restaurar as liberdades, deu origem a uma corrida tumultuosa também no associativismo agrícola. Extinguidas as Corporações e a sua Câmara, criaram-se variadas associações livres, ligadas às correntes ideológicas que discutiam o futuro da sociedade portuguesa. Não vamos fazer essa história, mas só lembrar que pesaram essencialmente para os caminhos por fim dominantes o quadro mental dos nossos agricultores e o destino das infra-estruturas que, eles e o Estado, haviam anteriormente criado.

Mas se na indústria e nos serviços, estas infra-estruturas dum modo geral foram todas para as associações que sucederam a Grémios e Federações, no sector agrícola a parte mais significativa foi para o associativismo cooperativo — pois eram quase sempre pequenas estruturas de comércio e produção de serviços. (O grande Instituto dos Cereais havia sido estatizado no governo de Marcelo Caetano.)

Quanto ao associativismo de base geográfica, ele tinha boa tradição em Portugal, trazida pela revolução liberal: os «sindicatos agrícolas» de agricultores. Mas depois veio a má memória: sob o corporativismo, o associativismo não cooperativo tomou-se único e obrigatório e de base dominantemente geográfica. O associativismo profissional, com reduzido significado, ligava-se às políticas governamentais de fileira (o caso da FNPT). A pirâmide edificava-se do Grémio da Lavoura concelhio à cúpula nacional, passando pela federação distrital. Obviamente que o modelo não era democrático, não havia liberdade de associação, nem diversidade nem transparência.

No nosso sector agrário, em que pela dimensão reduzida das empresas muito pouca expressão têm os acordos de empresa, predominam o associativismo profissional e o associativismo

empresarial cooperativo, cujas diferenças são agora menos claras pela divulgação da figura de agrupamento de produtores que a UE patrocina activamente.

As Câmaras de Agricultores têm sólida tradição nalguns países da União Europeia, por exemplo na França e na Bélgica e nalgumas regiões de Espanha.

O modelo francês é o mais aprofundado pois não só tem em conta o interprofissionalismo como, com as Câmaras, coordena outros e diversificados interesses, nomeadamente os dos trabalhadores assalariados, os dos municípios e até alguns serviços.

O associativismo regional justifica-se por fornecer uma componente geográfica ao associativismo agrícola profissional, seja ao facilitar a cooperação dos diferentes parceiros a nível local, seja servindo de entidade de diálogo entre as grandes associações e o sector público regional, seja articulando problemas nacionais e componentes locais.

Para tal, não deve haver exclusividade nem exclusão na filiação; como sempre a abertura e a transparência terão de ser paradigmáticas. Não devo deixar de referir que uma parte das associações do Norte não se inseriram na primeira fase institucional desta Câmara.

É interessante lembrar que o Ministério da Agricultura foi o primeiro a ser desconcentrado; as Direcções Regionais foram criadas em 1977, há quase duas décadas, com dignidade administrativa igual à das Direcções-Gerais. Por alturas desta desconcentração, a pena lúcida de Francisco Sousa Tavares lançou para a mesa precisamente as Câmaras Agrárias a fim de ajudarem o diálogo com o Ministério da Agricultura!

Existe uma experiência recente, a criação de núcleos empresariais distritais do sector industrial que pode ajudar a descobrir um

modo eficaz de funcionamento. Mas tal só será possível desde que exista um clima de entendimento, cooperação e entreajuda entre os parceiros agrícolas mais representativos da região.

Parte-se do princípio de que esta Câmara jamais será um factor adicional de fragmentação do associativismo; o seu trabalho só se pode conceber como elemento agregador num país de presença de uma só Nação, de uma única língua, de uma só matriz ideológico-cultural dominante e com fronteiras quase milenárias. Portugal, país de muitos climas e de diversificados solos, de quase tudo produz e por todo o país. Exceptuando poucas grandes manchas de vinha, de cereais de sequeiro, de hortaliças (ao redor de Lisboa e Porto) e de floresta-climace de sobro (manchas que só merecem o adjectivo grande pela reduzida escala do País), a especificidade da agricultura portuguesa é microgeográfica, pois não diz respeito sequer a conjuntos de Regiões Agrárias.

Se não vejamos o que acontece com os principais grupos de produção agrícolas, e isto só acontece no continente: os bovinos autóctones cobrem o rectângulo nacional do Barroso a Mértola e de Miranda do Douro ao «alentejano chamusco» de Santiago do Cacém; na vitivinicultura, provam-se desde os 44 «verdes» ao «Terras do Suão» (Granja-Amareleja) e do lendário embaixador «Porto» ao original Colares e até o algarvio Lagoa; na olivicultura existem denominações de origem geográfica de Trás-os-Montes ao Alentejo e por todo o país há tradição lagareira; nos lacticínios temos desde os estabelecimentos agrícolas das três/cinco vacas do Litoral de Aveiro às grandes vacarias dos arredores das principais cidades, com empresas transformadoras e magníficos queijos espalhados pelo País.

E por isso quando olhamos o valor acrescentado da nossa agricultura distribuído pelo território que corresponde às divisões administrativas, atrás aludidas, em nenhuma existe qualquer grupo de produções que represente mais de um terço do total nacional. O Norte onde se insere esta Câmara, que junta as áreas de duas Direcções Regionais do Ministério da Agricultura, significa cerca de um quarto do Produto Agrícola Bruto. E um quarto dos cereais, dois quintos da batata, um terço do vinho e dos bovinos e um quarto do nosso azeite. Semelhante partilha tem o subsector florestal.

Mas há sinais de fracturas potenciais: dois exemplos recentes. De um lado, murmura-se intencionalmente que os agricultores e trabalhadores rurais nalgumas regiões têm mais subsídios, mas que em todo o país se recebem de uma PAC que outros decidiram, esquecendo os críticos que se trata das zonas mais pobres da Europa. E do outro, assume-se a doutrina de que as pequenas explorações não têm futuro — quando elas representam um sistema de agricultura «a tempo parcial», que é certamente essencial para o desenvolvimento rural.

Também não se deverá jogar com outro tipo de separação: o da correspondência biunívoca do Norte com o minifúndio e a de um Sul difuso com o latifúndio. É que este Norte não esgota a pequena propriedade — basta pensar nas Beiras Litoral e Alta e em boa parte da Estremadura e do Algarve. E não são poucas as grandes explorações (vitícolas, leiteiras e muitas outras) na região em que nos encontramos.

A agricultura portuguesa não suportará estes gérmenes de divisão, enfraquecida como está, seja ao nível dos rendimentos dos seus activos (os mais baixos entre os profissionais deste país), seja pelo seu pequeno contributo na UE (inferior a 2 % do PAB europeu), seja por uma especificidade que tarda a transformar-se em competitividade.

É lugar-comum referir que a agricultura portuguesa atravessa graves dificuldades no quadro da integração na PAC e na globalização. Durante a discussão da entrada do nosso país na então CEE argumentou-se muito com as vantagens específicas da agricultura portuguesa. E apontavam-se subsectores, como o dos frutos e hortaliças que tirariam partido das condições climáticas privilegiadas do chamado Sul. Mas a breve trecho se percebia que muito mais importante que a especificidade seria a competitividade, onde muito mais pesam outros factores: gestão financeira, transportes, qualidade, conhecimento e oportunidade de mercados.

Não deixa também de ser verdade que a integração, tal como está a ser feita na Europa agrícola, cria dificuldades acrescidas às PME portuguesas que de facto se reduzem às muito pequenas. A Política Agrícola Comum foi naturalmente ditada pelos interesses dos grandes países produtores agrícolas e pelo processo das principais produções arvenses — as mais ameaçadas pela globalização.

Há que fazer a mudança desta PAC para a Política Comum da Agricultura e de Desenvolvimento Rural. O que significa uma voz forte e unida na retaguarda das discussões de Bruxelas.

Encontram-se entre vós elementos que representam a maior empresa portuguesa do sector agrícola — a qual saúdo — pois representa um modelo organizativo da fileira láctea que integra a montante o agricultor e vai até ao retalhista, a jusante; modelo que permite concentrar a mais-valia no sector primário. É empresa cooperativa, mas nem por isso deixa de estar sujeita às apertadas regras da globalização. E neste caso ela mesmo sentiu necessidade de se alargar muito para além do Norte, indo ao Centro buscar maiores dimensão e estabilidade.

Em toda esta área de actividade há grande necessidade de coesão, unidade e participação para que também neste caso os agricultores sintam que a democracia serve para resolver os seus problemas e não para protagonismos institucionais vãos.

Estou certo que, enformada por tais princípios, esta Câmara fará bom trabalho a bem do País e em especial dos seus agricultores. Como sempre tenho dito, não queremos Portugueses dispensáveis.

VISITA À FÁBRICA DA VISTA ALEGRE
(Jornada da Inovação e da Competitividade)
4 de Fevereiro de 1997

Termitam-me, minhas senhoras e meus senhores, que aproveite esta pausa na visita que ontem iniciei a empresas e Universidades do País, para vos transmitir não só algumas das ideias-força que presidiram a esta iniciativa, como outras tantas reflexões suscitadas pelos contactos que já efectuei.

Antes porém quero manifestar o meu vivo agradecimento ao Grupo Vista Alegre que aqui nos acolheu com toda a hospitalidade e simpatia.

Como resulta da história contada no Museu da Fábrica, que acabo de visitar, a Vista Alegre é um caso sem paralelo de longevidade empresarial. sustentando uma posição singular num sector industrial para o qual contribuiu com inovação e prestígio internacional.

Não posso deixar de exprimir a minha admiração por esse extraordinário património da história da técnica e da indústria portuguesa e fazer votos para o êxito da empresa que hoje enfrenta certamente novos reptos.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Como é sabido a cerâmica industrial portuguesa é um sector dinâmico, fortemente exportador, que na última década encetou uma profunda restruturação, em boa parte induzida pelos desafios da competitividade provindos de áreas externas à União Europeia. Muitos industriais compreenderam, em face da concorrência de produtos cerâmicos oriundos do Sudoeste Asiático,

que a defesa de posições nos mercados europeu e norte-americano impunha uma forte incorporação no processo cerâmico industrial não apenas de tecnologia avançada, mas também da componente inovação ao nível do *design*.

A cerâmica constitui um dos exemplos de sector em que à disponibilidade de matérias-primas em território português se alia uma certa especialização regional (como é o caso da região de Aveiro onde desde o século XVIII pelo menos se produz cerâmica) e a existência de alguma formação assegurada pelo sistema de aprendizagem oficinal transmitida de geração em geração.

As vantagens competitivas dependem hoje porém sobretudo da qualidade dos produtos finais, tal como é assegurada pelos processos de fabrico e respectivo controlo, pelo *design*, tudo isto supondo o funcionamento de uma exigente formação profissional.

Uma atitude de priorização dos factores qualitativos da competitividade é indispensável para construir uma economia saudável que enfrente com êxito os desafios do próximo milénio.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

O tema geral que presidiu à organização desta semana pode sintetizar-se na fórmula Inovação e Competitividade e não será difícil perceber, pelo tipo de iniciativas já concretizadas ou previstas para os próximos dias, que pretendo, através delas, chamar a atenção para a importância crucial que a modernização e a expansão das estruturas produtivas nacionais têm na definição do nosso futuro colectivo.

Perceber-se-á, ainda, creio eu, com clareza, que também desejo transmitir, ao longo destas jornadas, outra ideia-força: a de que esse processo de desenvolvimento económico tem muito a ganhar com uma ligação forte das empresas à investigação científica e tecnológica e, portanto, à actividade realizada em centros de pesquisa e Universidades do País.

Na actual fase de integração da economia portuguesa na Europa Comunitária, está em jogo a possibilidade de reconvertermos o nosso padrão de especialização produtiva, isto é, de darmos o salto qualitativo que atenue conhecidas vulnerabilidades e dependências económicas do País.

Ora, nesta fase um dos trunfos fundamentais que teremos de ter à nossa disposição, e impor no xadrez da concorrência internacional, diz respeito à capacidade de mobilizar conhecimentos avançados em todos os domínios do saber que, directa ou indirectamente, se relacionam com o desenvolvimento da base tecnológica e com a mudança organizacional das empresas.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Vários indicadores revelam, sem sombra para dúvidas, que, não obstante se ter verificado uma expansão significativa do nosso sistema de investigação nas duas últimas décadas, continua a ser baixo o potencial científico-tecnológico do País e, pior do que isso, permanece particularmente escasso, relativamente aos padrões já atingidos noutros países europeus, o contributo específico do sector empresarial neste domínio.

Um dos argumentos frequentemente invocados para justificar o alheamento de muitas unidades produtivas nacionais relativamente aos desafios da inovação tecnológica e organizacional é de que uma grande parte das empresas portuguesas tem problemas cuja resolução é incompatível com investimentos, não rendibilizáveis no curto prazo, em recursos científicos e tecnológicos. O argumento não poderá em absoluto ser contestado. A verdade porém é que, num contexto económico em mutação permanente como o que actualmente se vive, tais desafios já estão, de facto, colocados e não será fácil contorná-los.

A ideia de que é às Universidades, instituições que tradicionalmente mais se identificam com os desígnios do progresso cien-

tífico, que compete, em exclusivo, fazer avançar o conhecimento e buscar a inovação é a outra face da argumentação utilizada para adiar alguns impulsos de modernização fundamentais. Ora, o que durante estes quatro dias de contacto com o nosso mundo empresarial e universitário gostaria que ficasse demonstrado é que o relacionamento entre as instituições de base da actividade económica — que são as empresas — e as instituições de base da investigação científica (que são, sobretudo, os estabelecimentos do ensino superior) é não apenas desejável, como — face aos resultados entretanto conseguidos — absolutamente possível.

Já existem, um pouco por todo o País, experiências capazes de revelar as vantagens de uma colaboração sistemática entre os que, no terreno, enfrentam as vicissitudes e dificuldades práticas de afirmação num espaço concorrencial muito agressivo e os que, nos lugares mais protegidos da instituição universitária, têm, de facto, maior disponibilidade intelectual para equacionar problemas e propor soluções inovadoras e fundamentadas no plano científico.

Sei que tem havido dificuldades nas ligações entre estes dois mundos. Estou convencido, no entanto, de que se trata de dificuldades francamente ultrapassáveis.

Ontem em Évora, hoje em Aveiro pude verificar que há domínios onde o entrosamento já deu frutos. Aproveito, aliás, para, da mesma forma que o fiz em Évora felicitar a Universidade de Aveiro, uma jovem Universidade, pelos projectos que vem realizando em áreas de incidência positiva na modernização empresarial.

VISITA À ADEGA COOPERATIVA DO REDONDO (Jornada de inovação e competitividade) 3 de Fevereiro de 1997

Concluí o primeiro passo de uma jornada que julguei oportuno dedicar às actividades produtivas nacionais e ao papel das Universidades na sua modernização, e que subordinei ao tema Inovação e Competitividade.

Desejo, com as iniciativas previstas, chamar a atenção para a importância crucial que a modernização e a expansão das estruturas produtivas nacionais têm na definição do nosso futuro colectivo. Procurarei sublinhar o esforço que tem sito feito no sentido de adequar o tecido produtivo nacional às exigências da inovação tecnológica e organizacional e da competitividade económica. Desejo igualmente realçar outra ideia-força: a de que esse processo de desenvolvimento económico tem muito a ganhar com uma ligação forte das empresas à investigação científica e tecnológica e, portanto, à actividade realizada em centros de pesquisa e universidades do País.

Ao longo desta semana visitarei empresas que representam, de alguma forma, um universo em que foi possível a criação de riqueza e que se mostrou competitivo, porque entrosado na inovação. E visitarei departamentos de investigação universitários que têm promovido o intercâmbio entre a pesquisa científica e as actividades económicas. Compreender-se-á que o sinal tem de ser dado e que vale pelo exemplo. Sendo inúmeras as empresas e departamentos que felizmente exibem estas condições, apenas um pequeno número pôde ser incluído na Jornada.

Esta curta semana é-vos pois destinada, Senhoras e Senhores Empresários, Senhoras e Senhores Investigadores, mas sem que nesta atitude se possa ler esquecimento ou secundarização de outros pólos criadores da sociedade portuguesa. O objectivo de garantir para o nosso país uma posição confortável, economicamente sustentada e socialmente coesa, num contexto de mudança global pautado por uma concorrência acrescida, não dispensa o concurso de uma pluralidade de vontades, de uma pluralidade de instituições, de uma pluralidade de interesses, como não me tenho cansado de referir.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

No quadro das assimetrias regionais portuguesas, o Alentejo coloca-se do lado das zonas pouco desenvolvidas. No contexto europeu esse atraso torna-se ainda mais visível. Esta circunstância confere à ocorrência de inovação empresarial um significado particular, representando certamente um esforço mais acentuado. Sabemos que em situações de depressão e falta de dinamismo do tecido produtivo é mais difícil atingir aquilo a que os economistas chamam os limiares, a partir dos quais exista dimensão económica, que permita utilizar recursos e equipamentos e modernizá-los, o que impõe a disponibilidade de um mercado suficientemente amplo dentro ou fora das nossas fronteiras ou da União Europeia.

Estamos aqui a constatar que estas empresas existem no Alentejo. No distrito de Évora, como aliás nos outros distritos. Não tenho dúvidas que o Alentejo se pode desenvolver. Mas quero também afirmar que o País precisa que o Alentejo se desenvolva mais, porque disso depende a coesão nacional.

O Alentejo tem futuro, o Alentejo tem que ter futuro.

A possibilidade de atingir patamares elevados de desenvolvimento é um combate que implica igualmente a cidadania e as condições para o seu pleno exercício. O desenvolvimento do Alentejo é pois essencial para que também a vivência democrática das suas gentes possa ser mais e mais aperfeiçoada.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Dedico este dia às empresas que cresceram e inovaram utilizando recursos regionais. Começando pelos renováveis, aqueles que a Natureza permite que se multipliquem — com a intervenção do homem no caso dos produtos agrícolas — e que também servem de suporte ao sector agro-alimentar.

A evolução recente da agricultura portuguesa mostrou-nos que foi passageira a ilusão de criar emprego bem remunerado através dum sector agrícola fechado e de fraca incorporação tecnológica, e que cedo se chegou à conclusão de que a sobrevivência tinha que assentar na competitividade das empresas, na industrialização e na melhoria do funcionamento dos mercados. A integração de Portugal na política agrícola da União Europeia aí esteve para nos empurrar para este caminho de mudança.

Ora inovar nas empresas agrícolas ou agro-alimentares é introduzir nelas os frutos da investigação biológica ou físico-química ou da informática, como sejam cultivares melhores, fertilizantes adequados ou modernos métodos de gestão.

Mas é também indispensável estar atento aos chamados «produtos aceites pelo mercado», um lado essencial da inovação. Porque as matérias-primas viajam sem cessar nesta sociedade planetária, à disposição da capacidade empresarial que as transforme em mercadorias novas, mais baratas ou melhores.

Num mundo pautado pelos fenómenos da globalização, numa União Europeia que já aboliu fronteiras inter-Estados, a autarcia e a auto-suficiência económica deixaram de ser viáveis, o que significa que as marcas, os mercados e os sistemas de distribuição vão tomando lugar central na competitividade.

E ao falar das produções do sector primário não podemos deixar de referir as que me trazem a este lugar, as vitivinícolas. Modelaram a nossa geografia e a nossa cultura desde há milénios, e de norte a sul, pelas fortes implicações na estrutura dos sistemas agrários, e por constituírem o principal subsector do produto agrícola nacional.

É pois natural que neste périplo procurássemos a inovação e a competitividade empresarial da vinha e do vinho. Além de que temos muito boa história nesta matéria: do Vinho do Porto, desde o século XVIII, aos vinhos correntes e de mesa que moldaram a fisionomia do mercado agrícola, desde o séculos XIX, em muitas regiões do País.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Uma visita às empresas do nosso país não podia deixar de incluir empresas cooperativas. Não só pela natureza — aliás constitucionalmente consagrada — dos seus pactos sociais, ou porque a elas ficaram ligados alguns dos principais vultos da vida cívica deste século (basta recordar a figura de António Sérgio), mas também pelo seu papel na economia, pois figuram várias cooperativas entre as grandes empresas nacionais.

É paradigmático exactamente o caso do Alentejo e da uva para vinho. Durante várias décadas este sector foi dominado pelas adegas cooperativas, que ampliaram o trabalho vindo de outros parceiros empresariais, na esteira das antigas tradições dos «Tinto Velho», «Montes Claros» ou «Tapada de Chaves».

A Adega Cooperativa do Redondo, por exemplo, deu um contributo importante para a divulgação do vinho, criando uma marca — *Porta da Ravessa* — que se pode encontrar desde a mesa de um restaurante de qualquer parte do País, até aos confins da África.

Hoje outros empresários prosseguem a mesma via, criando e expandindo riqueza. A experiência positiva das adegas cooperativas e do sector vitivinícola desta região demonstram que o Alentejo se pode desenvolver, se tem de desenvolver.

A Universidade de Évora, em boa hora restaurada, acertou ao escolher a vitivinicultura como alvo de um dos seus projectos de investigação e desenvolvimento tecnológico, o PROVA. Os resultados estão à vista nos campos e nas adegas.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Uma palavra sobre o sector das rochas ornamentais que visitarei a seguir e que constitui uma vertente não renovável dos recursos naturais: neste caso os mármores da mancha que se estende do Norte do Alandroal ao começo de Sousel com a principal incidência nos concelhos de Vila Viçosa, Borba e Estremoz.

Com uma exploração industrial que remonta à ocupação romana — as colunas do Pátio Nobre da Universidade de Évora vieram do antigo templo do Deus Endovélico — é sobretudo a partir do primeiro quartel deste século que novas tecnologias se introduzem, mais mercados se conquistam e os mármores então chamados de Estremoz percorrem todo o mundo desenvolvido.

De uma fase em que se exportavam essencialmente os blocos aparelhados, as empresas foram capazes de passar a vender sobretudo produtos acabados ou semiacabados.

O sector transformou-se numa importante fonte de divisas, deu origem a uma linha de produção nacional de parte significativa das suas máquinas e ferramentas, e tornou-se um grande empregador da região alentejana. Temos, aliás, de falar não só de mármores mas também de granitos, uma indústria que embora mais recente vai seguindo os mesmos passos.

Uma nota ainda para lembrar a tradição da escultura em pedra portuguesa, também ela tributária dessa matéria-prima que são nossas rochas ornamentais.

A exploração dos recursos naturais tem de fazer-se no quadro de um bom e são ordenamento do território que tenha em atenção o ambiente. A exploração dos recursos naturais não renováveis tem de articular-se com uma política que proteja os ecossistemas, preservando o seu equilíbrio.

Isto significa ter sempre presente, em primeiro lugar, que tais recursos são finitos, pelo que a diversidade da Natureza não pode ser sacrificada; em segundo lugar, que os resíduos sólidos da extracção não devem alterar negativamente a paisagem; finalmente que o uso das tecnologias deve ser acautelado de modo a não poluir o solo e a atmosfera.

Estamos hoje mais conscientes de que a preservação ambiental é uma condição incontornável do desenvolvimento sustentável, do desenvolvimento que não comprometa o bem-estar das gerações futuras.

Uma palavra final de natureza e alcance distintos.

Visitando esta Adega neste concelho do Redondo, não pude deixar de me recordar que piso a terra onde viveu a sua infância o Professor Bento de Jesus Caraça.

Não é a altura de enaltecer o que foram as qualidades deste notável homem de ciência, pedagogo exemplar, divulgador científico e grande figura cívica. Mas aproveito a ocasião para render homenagem à sua memória. E desde já manifesto inteira disponibilidade para apoiar um programa de celebrações da figura de Bento de Jesus Caraça que no próximo ano vê passar o cinquentenário da sua morte.

Ele foi sem dúvida, em vários domínios do saber e da comunicação, um grande inovador. Minhas Senhoras e meus Senhores,

A inovação é crucial para o nosso país. A manutenção de processos ou formas de organização caducos paga-se, neste mundo de concorrência acrescida, com o declínio, porventura irreversível. Por isso há que apelar a todas as iniciativas que criem um clima favorável à inovação e que criem condições concretas para que a competividade das empresas portuguesas se eleve. Comigo podem contar. Não só no apelo, mas também no apoio e no reconhecimento do papel relevante que lhes cabe no nosso desenvolvimento.

Cerimónia de Imposição de Insígnias das Ordens Honoríficas a Empresários, Investigadores e Académicos (Jornada da inovação e da competitividade) Salão Nobre do Paço Ducal de Guimarães 6 de Fevereiro de 1997

Visitei, nos últimos dias, um conjunto de empresas e centros de investigação, procurando assim chamar a atenção do País para a importância que a modernização das estruturas produtivas nacionais tem na definição do nosso futuro colectivo. Pretendi trazer para primeiro plano duas ideias mobilizadoras: a da necessidade de estimular as atitudes de inovação e os factores de competitividade das empresas e a necessidade de promover uma mais forte e diversificada ligação entre as empresas e a investigação. Assim, visitei unidades produtivas e de pesquisa tecnológica ou científica que ilustram as virtualidades dessa ligação. Contactei em diversos pontos do País com situações em que foi possível criar uma dinâmica inovadora sustentada. Testemunhei casos exemplares de empresas que souberam vencer obstáculos e atingiram altos níveis de competitividade.

Como já tive ocasião de referir, na actual fase de integração da economia portuguesa na Europa Comunitária — em que está em jogo a possibilidade de darmos um salto qualitativo que atenue conhecidas vulnerabilidades e dependências económicas —, um dos trunfos fundamentais que temos de ter à nossa disposição e impor na concorrência internacional é o da capacidade de mobilizar conhecimentos avançados em todos os domínios do saber que, directa ou indirectamente, se relacionam com o desenvolvimento da base tecnológica e com a mudança organizacional das empresas.

É hoje claro que sem inovação, empresarial ou tecnológica, sem a conquista de posições numa concorrência internacional acrescida, não há futuro para e economia portuguesa.

Mas inovação científico-tecnológica e competitividade empresarial devem ser vistas sempre em relação com o grande objectivo do desenvolvimento, e este tem de se referir não apenas à componente do crescimento económico, mas ao aperfeiçoamento global das condições de existência das mulheres e dos homens concretos que, dia-a-dia, vão forjando o sentido da nossa História.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Pretendi, com este meu gesto, manifestar igualmente o meu vivo apreço por todas as iniciativas que se traduzam em estímulo à criação de um clima favorável à inovação e, de forma particular, as que visam apoiar a actividade científica no País.

A criação de um Ministério da Ciência, que se propõe fazer subir os índices da investigação em Portugal, deve ser aplaudida. Contra a ciência não há futuro.

Pretendi também manifestar à Universidade portuguesa o quanto valorizo as suas iniciativas orientadas para um entrosamento aberto e franco com o mundo empresarial.

Pretendi, por fim, exortar as empresas a reforçarem o seu envolvimento na inovação, a sua percepção das implicações geradas pela globalização dos mercados, e a prestar uma atenção nova aos temas da investigação científica.

Tenho a consciência de que a todos é necessário pedir que redobrem os seus esforços.

O Governo sabe que contará com a cooperação institucional do Presidente, e neste plano específico, uma inequívoca manifestação de apoio a todas as medidas que visem melhorar a investigação e favorecer um clima propício à inovação.

A Universidade sabe igualmente que não desistirei de apoiar o seu trabalho, como insistentemente o tenho feito, sem deixar de pôr em evidência que tal caminho a todos exige uma redobrada atenção à qualidade do ensino ministrado e da pesquisa efectuada. Os empresários sabem que jamais deixarei de louvar as suas iniciativas sempre que elas visem adequar as actividade das suas empresas às exigências da inovação e da competitividade, em detrimento da procura duma vantagem imediatista num mercado sem horizontes.

A todos, porém, não deixarei de expressar sempre uma convicção profunda. Acredito que a construção do nosso futuro colectivo depende, em grande medida, de combatermos, em vez de contemporizarmos, com as soluções mais fáceis, ou mais cómodas.

Acredito, sim, que o nosso futuro colectivo depende de sermos capazes, com coragem, e também, por vezes, com sacrifícios, de aumentar os padrões de exigência, de rigor, de profissionalismo. Em tudo: no governo da *res publica*, na aprendizagem dos nossos jovens, na qualificação profissional dos nossos trabalhadores e na modernização dos nossos sectores produtivos.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Tenho procurado ao longo destes meses de mandato, vincar os aspectos positivos da nossa vida colectiva: os casos onde se ilustra a possibilidade de superar vulnerabilidades e eliminar as desvantagens comparativas, ultrapassar atavismos, vencer a inércia, o atraso e a dependência; onde se exprimiram novas dinâmicas e novas determinações, onde se trilharam caminhos novos, com vista a um desenvolvimento que tome o cidadão como centro e alvo das preocupações de melhoria.

Quero dar a conhecer a todos os portugueses a força, a motivação e confiança nas suas capacidades, que ressaltam dessas situações exemplares. Mas ninguém se iluda: o Presidente está informado e atento à realidade portuguesa, na sua globalidade e não ignora a extensão dos seus problemas, designadamente a extensão do fenómeno da exclusão social. Em cada gesto em que exprimo o apoio a um caminho possível, ao êxito de uma iniciativa, a um exemplo que pode ser transposto, deixo também, associada, uma mensagem clara que, permitamme, realce hoje de novo.

Não podem nunca aqueles que puderam vencer esquecer aqueles que continuam a experimentar sérias dificuldades no seu quotidiano. Quero exaltar, como o faço nesta cerimónia de condecorações, a afirmação do mérito, mas não podemos perder de vista os valores do humanismo e da solidariedade. São eles que assinalam a diferença para uma meritocracia sem ética nem valores sociais. Minhas Senhoras e meus Senhores.

O combate à exclusão social não é uma responsabilidade exclusiva dos governos. Espero que a esse respeito não restem dúvidas a ninguém.

Nenhum governo será capaz, por si só, dispondo apenas dos recursos financeiros do Estado e por sua exclusiva iniciativa, de conter e combater as múltiplas formas da moderna exclusão. Compete a todos, do Governo aos agentes económicas e sociais, das instituições aos cidadãos, na Administração Pública, no sistema de ensino, no sistema judicial, tomarem a solidariedade como valor capaz de combater a exclusão, de diminuir a possibilidade de dramáticas tensões sociais, de evitar a fragilização de grupos sociais, mantendo assim condições indispensáveis ao desenvolvimento harmonioso do País.

A modernização tecnológica e organizacional do tecido produtivo, a preservação do meio ambiente, a articulação entre empresas e inovação são, entre outros, factores cruciais de desenvolvimento sustentado.

Cerimónia de Imposição de Insígnias das Ordens Honoríficas a Empresários, Investigadores e Académicos

Mas as condições sociais do desenvolvimento são igualmente decisivas.

Sobre elas, contudo, parecem cair menos as atenções. Nada pode ser mais errado. A manutenção ou o aumento dos actuais padrões de exclusão social condicionarão fortemente o desenvolvimento de Portugal. Ninguém ficará incólume às suas consequências.

Não faltarão, ao Presidente da República, em futuras iniciativas, oportunidades para abordar directamente este tema das dimensões sociais da exclusão, para reflectir sobre as condições de superação de muitas dessas condições, de sublinhar exemplos, que felizmente os há, de experiências que provam que é possível fazer mais do que aquilo que até agora se tem feito. Tudo tem o seu tempo.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Ficaram, naturalmente, muitos sectores de actividade por abordar, e tantos outros exemplos onde se garantiu o êxito desta ou daquela empresa com apostas fortes na inovação e na competitividade. Todavia, estendo através dos sectores que nesta minha deslocação foi possível abordar, o testemunho a todos os outros e manifesto o empenho do Presidente da República em apoiar todos as iniciativas que sustentem e melhorem a competitividade das nossas empresas.

Tenho procurado conhecer o passado histórico de Portugal. Julgo conhecer profundamente as circunstâncias e condicionalismos do presente. Sei que há estrangulamentos e debilidades estruturais. Mas espero, sinceramente, que o caminho que julgo possível para o País, se torne realidade.

Tenho encontrado, em todas as minhas deslocações, sinais claros da possibilidade de construir esse caminho. Mas que a ninguém restem dúvidas. Esse caminho não reside na história, que apenas

nos ajuda a compreender como chegámos até aqui. Ele terá que ser uma construção. Uma construção colectiva, quotidiana, feita com muita determinação e exigência. Feita enfim com o esforço solidário, a participação e a tolerância de todos. Feita com amor por Portugal e amor, afinal, pelo futuro dos Portugueses. Viva Portugal!

CAPÍTULO VIII

QUALIDADE DE VIDA E DEFESA DO AMBIENTE

«As políticas actuais de conservação da Natureza têm como objectivo a criação de um novo tipo de espaço onde o desenvolvimento económico, essencial à promoção do bem-estar material das populações, vá a par com uma valorização ecológica que, pela preservação dos recursos naturais, assegure a perenidade desse bem-estar.»

Sessão de Encerramento

DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

«DROGAS: DEPENDÊNCIA E INTERDEPENDÊNCIA»

Centro Norte-Sul do Conselho da Europa

Assembleia da República

25 de Marco de 1996

O problema das drogas é um problema transnacional. Primeiro, porque a droga atravessa as fronteiras e afecta gravemente a vida de indivíduos e famílias em todo o mundo, depois porque a abordagem eficaz para enfrentá-lo é a da comunidade: comunidade local e nacional, seguramente, mas também cooperação entre a comunidade internacional.

Devo sublinhar os esforços das Nações Unidas no sentido de encontrar respostas ao tráfico ilícito de drogas, combatendo a procura e a oferta de drogas e intensificando a cooperação internacional.

Após cerca de um século de discussões, os Governos dos países onde tradicionalmente se faz a produção e os Governos dos países consumidores puseram de lado os seus diferendos e reconheceram oficialmente que os esforços internacionais para controlo e redução, tanto da oferta como da procura de drogas, deviam estar de mãos dadas. O consenso para esta intervenção concertada tem vindo a alargar-se desde que a Assembleia Geral aprovou, em 1984, a Declaração sobre o Controlo do Tráfico e o Abuso de Drogas.

Outro marco fundamental foi a aprovação unânime pela Assembleia Geral das Nações Unidas da Convenção contra o Tráfico Ilegal de Estupefacientes e de Substâncias Psicotrópicas, em 1988. Fundamental porque, enquanto os outros instrumentos legais incidiam sobre o controlo de substâncias específicas, a

Convenção de 1988 visa os processos e as técnicas do tráfico de drogas, ou seja, procura, em especial, atingir os traficantes de drogas no seu bolso e na sua liberdade de movimentos.

Em Portugal temos razões sérias para estarmos preocupados: o número de consumidores de drogas está ainda em crescimento. O número de traficantes detectados pelas forças policiais e o número de reclusos condenados por crimes de tráfico tem vindo também a aumentar.

Quer dizer que todas as iniciativas e foram muitas, planeadas pelos Governos e executadas por organizações governamentais e não governamentais, devem ganhar ainda mais consistência; ser bem articuladas e ter como base uma estratégia consensual. Urge ampliar as estratégias para a prevenção primária. É possível evitar o início do consumo. É difícil recuperar, tratar e reinserir socialmente um toxicodependente. As instituições oficiais — os ministérios envolvidos, as autarquias —, as organizações não governamentais devem ser capazes de dinamizar um movimento de prevenção da toxicodependência.

Urge dar novos passos numa estratégia para a prevenção secundária. É seguramente necessário um modelo de intervenção que permita uma cobertura nacional com centros de atendimento, de desintoxicação e residências de estada prolongada.

É essencial uma estratégia mais eficaz para a prevenção terciária. A eficácia do tratamento e da recuperação está, definitivamente, dependente da reinserção social do ex-toxicodependente.

Uma palavra, ainda, para a investigação nesta área. A droga é um problema que atravessa longitudinalmente toda a sociedade e também as respostas terapêuticas e a investigação. A investigação clínica é, seguramente, determinante mas também a investigação em ciências sociais. Tentar encontrar a possível nacionalidade social para este fenómeno deve ser missão dos nossos cientistas

SESSÃO DE ENCERRAMENTO DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL «Drogas: Dependência e Interdependência»

sociais, de forma a investirmos, cada vez mais, na causalidade social do problema da droga e não, apenas, nas suas consequências, tantas vezes irremediáveis.

Um apelo, também, para um esforço de articulação e de harmonização. Articulação de pessoas, instituições públicas e privadas, cujas actividades devem ser conhecidas, apoiadas e enquadradas. Harmonização para que os analistas e os decisores políticos disponham de boa informação estatística, social e clínica, que permita intervenções eficazes e sustentadas.

Regresso aos esforços das organizações internacionais para sublinhar a acção do Conselho da Europa que atingiu resultados particularmente notáveis no que respeita à definição e defesa dos Direitos do Homem, assentes nos princípios e regras jurídicas enunciadas na Convenção Europeia dos Direitos do Homem, assinada em Roma, em 1950.

A finalidade do Conselho da Europa é a de realizar uma união estreita entre os seus membros a fim de salvaguardar e promover os ideais e os princípios que são seu património comum, e de favorecer o respectivo progresso económico e social.

Nada melhor do que utilizar o saber e a experiência do Conselho da Europa porque os esforços internacionais são a principal esperança para travar o consumo e o tráfico de drogas.

Sessão Comemorativa do 25.º Aniversário da Criação do Parque Nacional da Peneda-Gerês Portela do Leonte 8 de Maio de 1996

O 25.º Aniversário do Parque Nacional da Peneda-Gerês, que hoje comemoramos, constitui o ensejo para fazer o balanço de cerca de 25 anos de actividade institucional de Conservação da Natureza e do Ambiente em Portugal e para reflectir sobre as linhas de força do seu desenvolvimento futuro.

A criação do Parque Nacional da Peneda-Gerês não foi um acto isolado. Constituiu, antes, o coroar dos esforços tenazes, muitas vezes mal compreendidos, de um grupo de cidadãos preocupados de há longa data com a problemática da Conservação da Natureza. Logo em 1939, o Eng.º Francisco Flores sistematizou, pela primeira vez em Portugal, as directrizes de uma política de Conservação da Natureza. Cerca de 10 anos depois, um pequeno conjunto de cidadãos e técnicos, em que avultam os nomes de Baeta Neves, Carlos Tavares, Carlos Teixeira, Pinto da Silva, Germano Sacarrão, Mário Myre e Miguel Neves, criaram a Liga para a Protecção da Natureza, inspirados pelos gritos de alarme do Poeta Sebastião da Gama a propósito das ameaças à integridade da serra da Arrábida. Esta organização encabeçou durante vários decénios, quase sozinha, a defesa dos princípios da Protecção da Natureza e do Ambiente e pugnou pela institucionalização de uma política de Conservação da Natureza.

A este núcleo inicial foram-se juntando outros cidadãos e cientistas que na sua actividade cívica e didáctica, desde cedo se esfor-

çaram, não só pela divulgação do ideário da Conservação da Natureza como, particularmente, pelo desenvolvimento científico e tecnológico necessário à sua concretização. Especial destaque assumiram as escolas de Silvicultura e de Arquitectura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia onde se salientam, entre outros, os nomes dos Profs. Azevedo Gomes e Caldeira Cabral, para só citar aqueles que infelizmente já nos deixaram. É igualmente de realçar o papel do Eng.º Silvicultor José Lagrifa Mendes no caso particular da criação do Parque Nacional da Peneda-Gerês. Tendo assumido pessoalmente a tarefa dessa criação conseguiu, passados trinta anos sobre as primeiras propostas nesse sentido, concretizar esse objectivo primeiro de todos os que pugnaram pela preservação do nosso património natural.

Passados que são 25 anos sobre este primeiro passo, o panorama da Conservação da Natureza em Portugal é hoje completamente diferente. O País dispõe de um quadro legal que atribui às questões ambientais a relevância por elas exigida, existe uma rede de áreas protegidas que abrange já mais de 6 % do território nacional e está definida uma rede de áreas classificadas que abrangem o património natural mais relevante.

Neste quadro parece-me ser este o momento de olhar o futuro prospectivando — quatro anos depois da Conferência do Rio — as novas tendências das políticas de Conservação, no sentido de articular a preservação da biodiversidade com o desenvolvimento económico e a investigação científica.

As áreas protegidas deveriam, neste contexto, assumir-se como áreas de excelência, onde as vertentes da Conservação e do Desenvolvimento se articulem de um modo privilegiado e onde a investigação científica constitua o suporte que permitirá a generalização dos modelos e soluções encontradas.

De facto, no momento em que a Conservação da Natureza se desenvolve no sentido da generalização do âmbito espacial e temático da sua intervenção, focado não apenas na preservação das áreas classificadas, mas também na valorização integrada, simultaneamente nas vertentes económica e ambiental, das áreas envolventes, a promoção simultânea do valor ecológico e económico de todo o território nacional aparece como um desafio prioritário para o século que se inicia.

Com efeito, conservar a Natureza é cada vez mais considerado como uma prática referida a todos os aspectos do uso do território, considerado no seu todo. O seu objectivo é o de criar um novo tipo de espaço onde a valorização económica essencial à promoção do bem-estar material e espiritual das populações vá a par com uma valorização ecológica que, pela preservação dos recursos naturais, assegure a perenidade desse bem-estar.

As Áreas Protegidas poderão, neste contexto, constituir sementes de novas modalidades de desenvolvimento sócio-económico que, articulando-se com recursos naturais e biológicos particularmente valiosos e sensíveis, frutifiquem e posteriormente se dispersem pela totalidade do território nacional.

Já hoje, e o caso do Parque Nacional da Peneda-Gerês é disso uma excelente ilustração, se buscam equilíbrios e consensos que assegurem a coexistência criativa entre, por um lado, actividades tão diversas como a produção de energia, o recreio e turismo, a agricultura tradicional ou de excelência e a exploração de recursos minerais e, por outro, a preservação de um quadro natural unanimemente reconhecido como património da humanidade. A natureza e a fragilidade desse quadro natural exigem que o diálogo fundamentado no conhecimento científico e técnico seja a regra incontornável desse processo de construção de equilíbrios e consensos. A criação de mecanismos eficazes de con-

certação e de envolvimento de todos os agentes e utilizadores interessados ou actuantes nesse espaço aparece, deste modo, como objectivo prioritário.

Consequentemente, e o Parque Nacional da Peneda-Gerês coloca neste domínio desafios particulares, a Conservação da Natureza tem, cada vez mais, de ser conduzida com as populações e por elas. De facto, só com o seu envolvimento e o das suas estruturas autárquicas, particularmente as Juntas de Freguesia, é possível congregar eficazmente as vontades, os esforços necessários para vencer este desafio de valorização nacional e global. Nesta perspectiva de globalização do seu conteúdo e prática a Conservação da Natureza, como factor de desenvolvimento regional teria, igualmente, de promover iniciativas no sentido da institucionalização de uma estreita cooperação transfronteiriça, capaz de potencializar a afirmação e o desenvolvimento de áreas habitualmente periféricas e desertificadas.

O projecto de criação do Parque Internacional Luso-Galaico Gerês-Xurês assume, neste contexto, um carácter pioneiro que convirá relevar e apoiar, alargando essa iniciativa a outras áreas protegidas fronteiriças de que referiria a serra de Montesinho, as arribas do Douro e do Côa, a serra da Malcata, o Tejo Internacional, a serra de São Mamede, a Zona de Barrancos, o Baixo Guadiana e a sua Zona Estuarina.

Aquelas que foram antigas zonas de conflito passarão, neste contexto, a constituir zonas de ligação e de sinergias podendo vir a ser exemplos de modelos de gestão concertada e paritária das problemáticas comuns, generalizáveis a outros domínios e recursos.

Em suma, a comemoração de hoje, mais do que uma simples evocação, deverá corresponder ao fechar de um ciclo, o da Conservação em sentido estrito, e ao abrir de um novo ciclo, em que

SESSÃO COMEMORATIVA DO 25.º ANIVERSÁRIO DA CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DA PENEDA-GERÊS

assumamos a nossa condição de Homens e o nosso lugar na Natureza, de modo a começar a desenhar um futuro onde, para além dos imperativos da Conservação e do Desenvolvimento, nos proponhamos realizar plenamente a nossa capacidade de Criação.

Jantar Oferecido aos Presidentes

das Assembleias Municipais e Presidentes

das Câmaras Municipais do Distrito de Faro

(Visita ao Distrito de Faro)

Faro

13 de Junho de 1996

Tive já ocasião, ao longo desta minha deslocação, de me referir ao papel do poder local.

Quis, todavia, neste encontro com todos vós, dedicar um momento de convívio àqueles que representam os eleitos locais da população algarvia.

Esta é, também, uma forma de prestar uma homenagem à importância que o poder autárquico tem na construção de uma sociedade moderna.

Foi nos eleitos locais que as populações encontraram a proximidade do poder político e administrativo, necessária à resolução dos problemas do seu quotidiano.

Estes 20 anos não foram fáceis. O advento do regime democrático coincidiu com a necessidade de dar resposta urgente a carências herdadas da ditadura e às profundas transformações produzidas na sociedade portuguesa.

Cometeram-se naturalmente erros. Mas o balanço do trabalho dos eleitos locais, das Juntas de Freguesia, Assembleias Municipais e Câmaras é globalmente positivo e constitui um das experiências de que se orgulha a democracia portuguesa.

É importante, como tenho vindo a repetir, que qualquer que seja a evolução do edifício administrativo do Estado Português, se possam reforçar os poderes e competências das autarquias, garantindo-lhes muitos dos meios de intervenção que ainda hoje faltam.

Quero, aliás, partilhar convosco uma preocupação e deixar-vos uma reflexão sentida sobre a necessidade de estender o sentimento de solidariedade a novas áreas e a novos problemas que se colocam hoje à sociedade contemporânea.

Confesso-vos que tenho acompanhado com particular preocupação o desenvolvimento de múltiplas tensões sobre a gestão colectiva e nacional, e quero sublinhar a palavra nacional, do Sistema de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos.

As questões ambientais, associadas ao tratamento de resíduos sólidos, constituem hoje um novo desafio colocado à gestão autárquica. Desafio esse que tem de ser encarado com planificação, urgência e sentimento de solidariedade nacional.

Estes são problemas que dizem respeito aos portugueses no seu todo e devem como tal ser considerados. Creio mesmo ser impensável conceber uma situação em que cada comunidade procure esquivar-se à responsabilidade de uma partilha colectiva da solução deste problema.

O actual processo de criação do sistema nacional de recolha, tratamento e disposição controlada de resíduos sólidos urbanos constitui um imperativo nacional, face aos inúmeros e graves focos de poluição ambiental que as actuais lixeiras e vazadouros ocasionam.

A criação de aterros sanitários constitui um elemento essencial desse sistema, por estes serem a única forma de disposição segura dos resíduos que, pela sua natureza, não possam ser recuperados ou reciclados. Constituem, contudo, estruturas tecnologicamente complexas, com elevados custos de investimento e exigências de localização bastante apertadas, justificando a opção por estruturas intermunicipais adequadas à minimização dos custos. O carácter intermunicipal destas estruturas é uma realidade que tem de ser pedagogicamente explicada às populações e assumida com coragem pelos decisores políticos.

A situação actual dos sistemas municipais de resíduos sólidos que recorrem a lixeiras ou vazadouros, mais ou menos controlados mas sempre com elevado carácter poluente, justifica a recusa das populações relativamente à instalação de um equipamento que crêem idêntico ao que hoje conhecem, já não só do seu município, mas de todos os municípios envolvidos nos sistemas intermunicipais. Esta desconfiança é justificadamente agravada pelo facto de, desde há anos, ter vindo a ser habitual chamar «aterro sanitário» a estruturas que constituem meras lixeiras.

Igualmente justificativo dessa atitude, é a reduzida ou mesmo nula divulgação que têm tido os poucos aterros sanitários correctamente instalados e operados que existem em Portugal.

Ultrapassar esta situação conflitual de modo a, finalmente, começar a resolver em definitivo um dos mais graves problemas ambientais do País, terá de passar por um enorme esforço de esclarecimento das populações acerca da realidade e dos benefícios de um moderno aterro sanitário.

Esta é uma realidade que tem de ser colectivamente assumida e isso só é possível com um esforço de solidariedade entre todos os agentes do processo.

Quis partilhar convosco esta reflexão e esta minha preocupação. Vejo agravarem-se fenómenos de tensão intermunicipal que têm a sua origem na necessidade de dar, num curto período de tempo, uma resposta ambientalmente correcta a uma situação hoje preocupante. São fenómenos desta natureza que, à sua medida, podem contribuir para minar a coesão entre o todo nacional, no sentido em que debilitam a percepção da necessidade de partilhar as responsabilidade que todos temos com o destino colectivo do País.

Sei que esta é uma situação que hoje também vos preocupa.

É importante não deixar alastrar estes fenómenos. É necessário agir com coragem. Mas é necessário, também, ter a consciência que a complexidade tecnológica envolvida nestes processos e a novidade de introduzir, numa nova dimensão, a cooperação intermunicipal, exige, a nível nacional, uma campanha detalhada de explicação de tudo aquilo que está em jogo.

Deixo por isso aos Portugueses dois apelos necessários. O primeiro apelo, é de que considerem que estes problemas são problemas colectivos que têm por isso de ser encarados como seus, que devem ser partilhados e assumidos por todos. Não são problemas dos outros. São nossos como portugueses. O segundo apelo, é o de que se informem com rigor sobre aquilo que está em jogo.

Cabe aos poderes políticos fornecer aos cidadãos essa informação. Fornecê-la atempadamente, prevendo e evitando as tensões, tantas vezes fruto de uma carência de informação. Não se pode pedir a uma população que não está suficientemente informada que corresponda com confiança a um problema de novos contornos e que tem implicações imediatas na vida das comunidades.

Este é um problema nacional.

É como tal que tem de ser compreendido e resolvido.

REUNIÃO COM AS AUTORIDADES RESPONSÁVEIS PELO COMBATE AO NARCOTRÁFICO

(Visita ao Distrito de Faro) Ancão — Loulé 13 de Junho de 1996

É impossível voltar as costas à realidade. O problema da droga é hoje um flagelo gravíssimo da sociedade portuguesa. Afecta todo o País — as próprias comunidades rurais estão já afectadas por este problema — e todos os grupos sociais sem excepção.

É impossível olhar para a situação grave que hoje se vive sem afirmar com clareza: é preciso fazer mais, é necessário avançar mais depressa.

Esta é a primeira mensagem que aqui quero deixar.

O problema das drogas é, todos o sabemos, um problema transnacional: transnacional porque a droga atravessa as fronteiras e afecta gravemente a vida de indivíduos e famílias em todo o mundo, transnacional porque a abordagem eficaz para enfrentá-lo é a da comunidade: comunidade local e nacional, seguramente, mas também a comunidade internacional.

A droga é hoje um fenómeno de grande complexidade, passível de ser abordado sob múltiplas perspectivas. Hoje quero dar particular destaque à política de combate ao narcotráfico. É dela que depende a possibilidade de destruição das grandes redes internacionais de traficantes. É dela, em última análise, que depende a possibilidade de diminuição de um flagelo que a cada ano que passa apresenta estatísticas mais alarmantes de volume de droga traficado e consumida.

O facto de o fenómeno «droga» ser agora reconhecido como global exige uma utilização racional dos meios envolvidos. Para além do contributo que a aplicação dos instrumentos comunitários pode dar aos esforços feitos pela União Europeia contra o tráfico de droga, é indubitável que os aspectos mais directamente operacionais incumbem às polícias, às alfândegas e às agências especializadas, nomeadamente em matéria de informações e de segurança e que é delas que os cidadãos esperam que combatam as poderosas organizações criminosas que controlam e exploram o tráfico lucrativo de drogas ilícitas.

Aos pais que vêem os seus filhos ameaçados por uma comercialização avulsa à porta das próprias escolas, ou viram já a vida de um familiar seu destruída pela toxicodependência, a diversidade das causas sociais ou a complexidade das ramificações internacionais do problema não serve de amparo à situação angustiante de viver numa sociedade permanentemente ameaçada e quase refém de uma escalada de tráfico e consumo.

Em Portugal temos razões sérias para estarmos preocupados: o número de consumidores de drogas ilícitas estará, ainda, em crescimento. O número de traficantes detectados pelas forças policiais e o número de reclusos condenados por crimes de tráfico tem vindo também a aumentar.

Quer dizer, provavelmente, que todos as iniciativas, e foram muitas, planeadas pelos Governos e executadas por organizações governamentais e não governamentais devem ser, ainda mais, consistentes, articuladas e ter como base uma estratégia consensual.

Por isso, o segundo apelo que aqui quero deixar vai no sentido da necessidade de criação de condições de reforço das políticas e actos legislativos que permitam um esforço de articulação e de harmonização. Articulação de pessoas, instituições públicas e

privadas, cujas actividades devem ser conhecidas, coordenadas, apoiadas e enquadradas. Harmonização para que os analistas e os decisores políticos disponham de boa informação.

Uma palavra, também, para a investigação nesta área. A droga é um problema que atravessa longitudinalmente toda a sociedade e também as respostas terapêuticas e a investigação. A investigação clínica é, seguramente, determinante mas também a investigação em ciências sociais. Tentar encontrar a possível nacionalidade social para este fenómeno deve ser missão dos nossos cientistas sociais, de forma a investirmos, cada vez mais, na causalidade social do problema da droga e não, apenas, nas suas consequências, tantas vezes irremediáveis.

Mas, principalmente, o que a situação exige e aconselha é a necessidade de garantir um reforço urgente dos meios afectos ao combate ao narcotráfico — refiro-me à necessidade de reforço dos meios de todas as forças envolvidas neste combate, sejam elas de natureza civil ou militar — e, a par desse esforço, é urgente intensificar os instrumentos de cooperação nacional entre forças e internacional entre Estados. Também aqui creio sinceramente que é necessário fazer mais e mais depressa. Os Portugueses exigem do Estado uma resposta mais determinada que controle de maneira mais eficaz a fronteira terrestre e marítima.

Mas temos razões, também, para ter confiança. Confiança na determinação dos agentes, os mais diversos, no combate ao tráfico de estupefacientes e no combate às organizações criminosas nacionais ou transnacionais que com o produto destas actividades criminosas se proponham corromper as estruturas do Estado, as suas legítimas actividades comerciais e financeiras. Com os meios de que dispõem têm feito um trabalho assinalável a que quero hoje prestar homenagem.

E, finalmente, uma palavra para o mais importante de tudo, que deve ser preservado destas terríveis agressões de terceiros: as crianças e os adolescentes que têm direito a um saudável e livre desenvolvimento protegidos pelo direito penal e pelas instituições de todo o Estado.

A droga não pode permanecer como uma ameaça crescente ao desenvolvimento das novas gerações. É necessário dar uma resposta veemente ao narcotráfico.

Almoço Oferecido
Pela Câmara Municipal de Alcoutim
(Visita ao Distrito de Faro)
Alcoutim
15 de Junho de 1996

 \mathcal{E} para mim uma honra e um privilégio ter recebido das mãos de V. Ex.ª, digno representante da população deste Concelho, a Medalha de Ouro de Alcoutim.

Sei bem a distinção que ela representa. Creia, Senhor Presidente, minhas Senhoras e meus Senhores, que guardarei destes momentos de convívio uma memória indelével.

É impossível ficar insensível ao cenário impressionante da subida do Guadiana, à beleza de Alcoutim e à forma afectuosa com que todos me receberam.

Mas creiam, também, que não deixei de ficar impressionado, uma vez mais, com a dimensão que o problema da desertificação do interior do País atingiu. Tal como voltei a ficar sensibilizado com os esforços que autoridades locais, associações e a Igreja fazem para lidar com este problema.

Poucas vezes os decisores políticos se referem a estes esforços. E, todavia, sei bem que hoje há uma nova realidade social que procura mudar as coisas, evitar rupturas irreversíveis, que procura, enfim, salvaguardar uma parte de Portugal. Uma parte de Portugal que eu próprio também não quero ver destruída.

Sei que a muitos surpreende que eu aponte pouco o dedo ao passado para indicar culpados e distribuir censuras. É verdade, não o farei por regra. Procurarei que o meu mandato se caracterize por sublinhar o esforço que tantos portugueses, como vós, fazem para mudar as coisas e construir um futuro melhor para Portugal. Não quero ser permanentemente o juiz do passado do século XX, embora o conheça bem. Quero contribuir para um Portugal moderno no século XXI. Quero incentivar o futuro apoiando o que de bom se faz no presente.

Os indicadores fazem de Alcoutim um exemplo do agravamento dos desequilíbrios territoriais do povoamento.

As iniciativas tendentes a fixar a população rural, com base na valorização dos recursos, impõem uma exigente colaboração de diversas entidades públicas e privadas, tanto na detecção e estudo dos problemas, como no patrocínio, implementação e acompanhamento das soluções.

A intervenção em comunidades como esta aconselham a que a gestão dos problemas se faça apelando à participação da população e com uma forte responsabilização das entidades e serviços públicos.

Por isso, é-me tão grato constatar que em Alcoutim a luta contra a desertificação humana envolve a Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, a Misericórdia, a Igreja, a Associação de Desenvolvimento Local — Alcance —, a Escola Básica e o Centro de Saúde.

O desenvolvimento local das comunidades com elevado grau de desertificação assenta na viabilização de um mundo rural onde produções artesanais e produções agrícolas, florestais e pastoris se articulam para garantir a sobrevivência da economia rural. É na complementaridade das actividades e dos rendimentos e no dinamismo social daí resultante que reside a chave para a luta contra a desertificação.

Cuidar das nossas comunidades locais, prometer-lhes e assegurar-lhes futuro é, por isso, uma tarefa nacional.

Está posto em causa o equilíbrio do modelo de desenvolvimento global do País. Não podemos continuar a olhar para a deserti-

ficação dos campos e para o crescimento descontrolado das cidades como uma coisa natural contra a qual nada se pode nem deve fazer. Isso não é verdade. É possível desenvolver políticas equilibradas de planeamento regional. É mesmo necessário e urgente dispor dessas políticas. O País não pode continuar a assistir insensível à destruição do mundo rural.

Está posto em causa o equilíbrio ecológico, porque sem mulheres e homens que cuidem dos solos e do coberto vegetal, o ambiente degrada-se inexoravelmente.

Está posta em causa a qualidade de vida, porque o sacrifício das actividades tradicionais e do mundo rural acabarão por se repercutir negativamente na qualidade de vida urbana.

Portugal não tem condições para assegurar um padrão de vida digno e seguro das populações do litoral, se não garantir condições igualmente dignas de permanência das populações do Interior. As comunidades locais não podem ser vistas como espaços de estagnação. O saber tradicional integra a identidade dos povos. Se soubermos criar as condições adequadas, as populações rurais são tão capazes como quaisquer outras de fazer parte do processo de modernização de Portugal.

Recuso a perspectiva paternalista e imobilista das políticas proteccionistas das comunidades rurais, como se se tratassem de puras reservas de uma civilização em desaparecimento. Quero comunidades com um protagonismo forte, capazes de impulsionar organizações que dinamizem as condições do desenvolvimento. Como Presidente da República quero exprimir a vontade política de apoiar as comunidades locais na valorização dos seus recursos. A sua vitalidade institucional e social são um bem precioso para a identidade e coesão de Portugal.

A luta contra a desertificação do Interior é um dos mais importantes compromissos da solidariedade nacional.

Sessão de Encerramento da Reunião de Especialistas para a Reabilitação de Ecossistemas Florestais Degradados Centro Cultural de Belém 28 de Junho de 1996

As minhas primeiras palavras são de saudação a todos os distintos participantes nesta reunião que agora se encerra, nomeadamente os participantes estrangeiros, e também de felicitações aos seus organizadores a quem se fica a dever que se juntem em Lisboa os especialistas de tantos países amigos, para além dos próprios especialistas portugueses, à volta de uma temática tão relevante e tão decisiva para o progresso e desenvolvimento sustentados do Planeta. A ideia que pude estabelecer sobre as conclusões desta reunião permite-me verificar que aqui foram enunciadas, apreciadas e debatidas muitas das questões que têm sido recorrentes na análise que, entre nós, se vem fazendo sobre a problemática do ambiente e do desenvolvimento harmonioso de Portugal. Na verdade, a temática da recuperação dos ecossistemas florestais degradados — que aqui a todos reúne — pode ser antes de mais pressentida como tributária de uma outra mais vasta, particularmente impressiva em Portugal, qual seja a da necessidade da preservação e recuperação do mundo e da economia rurais. Sem a recuperação articulada das produções artesanais e das produções agrícolas, florestais e pastoris não se pode garantir a sobrevivência e o desenvolvimento das comunidades que sofrem dos malefícios

da desertificação. Esse é um tema planetário e é um tema da maior actualidade em Portugal. Cuidar das nossas comunidades locais, prometer-lhes e assegurar-lhes futuro é inquestionavelmente uma tarefa nacional. Para tanto, aqui e como na generalidade dos paí-

ses, teremos de olhar o futuro prospectivando as novas tendências das políticas de conservação, no sentido de articular a preservação da biodiversidade com o desenvolvimento económico e social e a investigação científica. Ora o contributo da inovação científica é essencial no domínio da reabilitação dos ecossistemas florestais degradados, não só nos domínios da biologia ou da silvicultura, mas ainda quanto à gestão económica dos recursos naturais. Nesta perspectiva, a gestão florestal é um domínio que terá de ser considerado como gerador de emprego, de serviços, de riqueza. Contudo, este objectivo não ocorrerá de *per si*. Antes resultará de uma estratégia reflectida, participada, imbuída de rigor científico e de preocupação de genuína sustentabilidade, para além de uma profunda sensibilidade quanto aos valores paisagísticos e de ambiente em geral.

Todo o esforço que venho referindo terá todavia de ser conduzido com as populações e por elas. De facto, também neste domínio, só com o seu envolvimento é possível congregar eficazmente as vontades e os esforços necessários para vencer o desafio da recuperação e da valorização nacional e global.

Senhores participantes,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Permitam-me que termine fazendo votos para que o decurso do tempo venha a permitir o juízo sobre a valia e importância dos vossos trabalhos em Lisboa.

Estou-vos grato por tudo aquilo que do vosso trabalho resultou de útil para o meu país. Mas porque perfilho uma perspectiva mais larga das coisas, felicito-vos pelo vosso empenho para o progresso generalizado das populações do Planeta, tantas delas vítimas das questões e dos problemas que as vossas especialidades científicas profissionais encaram com uma seriedade e um vigor progressivamente mais encorajantes.

CAPÍTULO IX | MACAU

«Governar Macau é, sobretudo, velar e zelar pela manutenção da sua identidade sócio-cultural própria, em que apostaram Portugal e a China quando celebraram a Declaração Conjunta.»

«E fizeram tal aposta, porque ela constitui condição necessária para que Macau, em forma e enquadramento políticos diversos, possa desempenhar, no futuro, o papel singular para que a História continuadamente elegeu esta terra — a de espaço de encontro e relacionamento entre gentes e culturas.»

Palavras Proferidas à Chegada ao Aeroporto de Macau (Visita oficial ao território) 18 de Fevereiro de 1997

Nesta minha primeira visita a Macau, desejo, antes de mais, saudar a sua população, que enfrenta, com determinação e coragem, as exigências dos tempos modernos, e aqui trabalha para fazer do Território, num quadro de desenvolvimento e estabilidade, uma terra em que valha a pena viver.

E transmitir-lhe que o Presidente da República veio aqui para conhecer, agora de modo directo, as realidades e aspirações locais e para trazer a esta comunidade uma mensagem de confiança, de compromisso e de apelo à responsabilidade.

De confiança, porque o modo como tem sido possível realizar as tarefas da transição e o empenho de todos os seus agentes na adaptação de Macau ao quadro definido na Declaração Conjunta, indica, claramente, que, agora e no futuro, este Território continuará a ser ele mesmo e que, por isso, a sua identidade e modo de viver se manterão; de compromisso, porque todos os órgãos de soberania da República, na coordenação que tenho continuadamente promovido, se manterão atentos e actuantes para que a Macau seja garantida estabilidade, segurança, prosperidade e liberdade; de apelo à responsabilidade, porque os primeiros e os últimos artífices de um Macau com o largo grau de autonomia que a Declaração Conjunta lhe reconhece, livre, justo e próspero, são os seus habitantes, os que aqui nasceram e os que aqui escolheram viver, e que só com eles, com a sua clarividência, com o seu sentido da reali-

dade e com o seu apreço pela maneira de viver própria, será possível continuar a ter Macau como terra onde se nasce, vive e morre, livre e em paz.

Que ninguém esmoreça!

SESSÃO SOLENE DE BOAS VINDAS

(Visita oficial a Macau) Palácio da Praia Grande 18 de Fevereiro de 1997

Agradeço a V. Ex.ª as amáveis palavras que acaba de me dirigir e a exposição clara que fez, neste acto, sobre o enquadramento geral das questões que se colocam ao Território e sobre os princípios que norteiam a sua resolução.

Mas nesta minha primeira visita a Macau, seja-me permitido, antes de tudo, saudar daqui, da sede oficial do Governo, toda a população de Macau, de todas as origens e de todas as culturas, empresários e trabalhadores, magistrados e servidores do Território, professores e estudantes, homens da cultura e da religião, pois são todos eles que, entre a cidade velha e os novos aterros, constroem, pelas suas mãos e com porfiado esforço, o destino da sua terra. É por ela, e pelo cuidado do seu futuro, que vim aqui, para lhes testemunhar que o Presidente da República, em empenhado cumprimento das suas obrigações e prerrogativas constitucionais, acompanhará, sem quebras e até ao último dia, o cumprimento por Portugal da sua função como entidade responsável pela Administração do Território, e será penhor de que a República Portuguesa observará, com rigoroso escrúpulo, a Declaração Conjunta em que solenemente se comprometeu.

Senhor Governador de Macau,

Quando V. Ex.ª foi designado para dirigir superiormente a Administração do Território faltavam pouco mais de oito anos para a transferência do exercício da soberania sobre Macau para a República Popular da China.

E para a plena viabilidade de realização do quadro institucional revelado pela Declaração Conjunta, fruto de laborioso acordo entre os Governos de Portugal e da China, estava ainda por executar um vasto conjunto de tarefas, cujo tempo limite era o próprio período de transição.

Exigia-se, assim, determinação, rigor, sentido de serviço e muita prudência, para conduzir este Território e as suas gentes na via da construção do que será a Região Administrativa Especial de Macau. Demonstrou V. Ex.ª tais qualidades ao longo dos anos, dando resposta oportuna e eficiente às várias questões que se foram colocando à Administração de Macau.

E com elevado sentido ético-político, e de clara consciência da fonte da legitimidade do Governador do Território, teve V. Ex.ª o gesto de colocar o lugar que vinha exercendo à disposição do Presidente da República recém-empossado.

Os méritos evidenciados por V. Ex.ª na condução dos destinos do Território e a percepção de que tais méritos impunham que se privilegiasse a estabilidade e a continuidade, como elementos essenciais de um processo de transição tranquilo e eficiente, tornaram, porém, inequívoca a decisão que tomei de reconduzir V. Ex.ª como Governador de Macau, e de manifestar, então como agora, a integral confiança do Presidente da República em V. Ex.ª e no modo como saberá exercer a sua função ao serviço desta comunidade. O serviço da comunidade é, efectivamente, a razão de ser e o sentido final de todo o poder político, que assume, aqui, particular importância e delicadeza, quando se torna necessário readequar instituições e procedimentos, hierarquizar e compatibilizar interesses, estar atento a todos os elementos que definem a identidade local e zelar pela sua manutenção, agora e no futuro, tudo num quadro de estabilidade social e política, que é condição de sucesso da transição.

O mandato de V. Ex.ª torna-se tanto mais complexo e de tão mais árdua realização quanto o governo de Macau não se esgota na promoção do desenvolvimento e da prosperidade económica, aliás patentes aos olhos de todos, na segurança de pessoas e de bens, ou na conformação de leis e de instituições às exigências do tempo. Governar Macau é, sobretudo, velar e zelar pela manutenção da sua identidade sócio-cultural própria, em que apostaram Portugal e a China quando celebraram a Declaração Conjunta.

E fizeram tal aposta, porque ela constitui condição necessária para que Macau, em forma e enquadramento políticos diversos, possa desempenhar, no futuro, o papel singular para que a História continuadamente elegeu esta terra — a de espaço de encontro e relacionamento entre gentes e culturas.

É isso que diferenciará Macau de qualquer outra região administrativa especial da República Popular da China; como é só isso que justifica o desvelo e o empenho que Portugal e a China têm evidenciado na criação de condições para que este Território mantenha a sua identidade própria.

Só o que se distingue subsiste.

Retirar a Macau a sua identidade própria, seria repudiar a História, e degradar um meio poderoso de convívio e de entendimento entre culturas, povos e tradições, em mera estância turística, perdida algures no Sul da China, para entretenimento e lazer dos poderosos de aquém e além mar.

Não foi para isso que a Declaração Conjunta foi tão laboriosamente preparada; não é para isso que os Governos de Portugal e da China continuam tão intensamente comprometidos na resolução consensual dos temas da transição, num quadro de crescente amizade entre povos e de acelerada cooperação de instituições; não é para isso que as gentes de Macau lutam e trabalham, com a força e o estímulo que lhes dá a Administração superiormente dirigida por V. Ex.ª

Senhor Governador de Macau, Minhas Senhoras e meus Senhores, Temos razões para confiar no futuro de Macau.

Dotado de instituições ímpares nesta região do mundo, senhor de uma posição privilegiada nas suas relações com os mercados circundantes, destinado a ter um papel decisivo nos arranjos nacionais e estratégicos da Ásia Oriental, com condições de desenvolvimento e progresso das suas relações com a União Europeia e com os Estados Unidos, ligado a Portugal pela sua História e pela especificidade que o singulariza, Macau entrará no século XXI, não apenas com nova soberania, mas com um estatuto regional e internacional que a Declaração Conjunta lhe reconhece e que lhe trará, por certo, nova prosperidade e renovada estabilidade política e social. É que o ciclo que se vai fechar em breve, não significa o fim das relações existentes entre o Oriente e o Ocidente, nem pode ser um momento de indirecta confrontação entre potências.

Passadas as perplexidades e os ajustamentos que a inflexão histórica necessariamente traz consigo, perdurará o sentido da mútua compreensão e das mútuas vantagens, que é o terreno fértil para o crescimento da amizade e de cooperação entre os povos.

Também será assim com Macau.

É esta mensagem de confiança que trago ao Território e é também ela que partilharei com as autoridades da República Popular da China, na visita de Estado que na próxima semana se iniciará, e que dá testemunho das excelentes relações de amizade entre os dois povos, do mútuo empenho de ultimarem com sucesso o período de transição e da vontade de transformarem tal sucesso num momento catalisador da cooperação, agora e no futuro, entre Portugal e a China.

Nessa cooperação, Macau terá de ter sempre uma posição de privilégio, que a História exige e os povos cumprem.

Sessão Solene na Assembleia Legislativa (Visita oficial a Macau)
19 de Fevereiro de 1997

Compreenderá V. Ex.a, compreenderão os Senhores Deputados com assento nesta Câmara, como é grato ao Presidente da República ser recebido em sessão solene, na Assembleia Legislativa, aqui onde reside a mais lídima e a mais alargada representação da comunidade de Macau.

E se é, por certo, uma honra para V. Ex.ª, Senhora Dr.ª Anabela Ritchie, presidir, agora em segunda legislatura, a um colégio de personalidades que, por se terem distinguido nesta comunidade, por ela foram justamente designados para dar voz e sentido ao seu projecto, não é menos certo que a Assembleia Legislativa, ao eleger V. Ex.ª para sua Presidente, não ignorava que punha à frente dos destinos desta Câmara quem simboliza Macau de um modo tão excelente e quem tanto tem combatido pelos valores essenciais do modo de viver que singulariza o Território nesta parte do mundo.

Senhora Presidente da Assembleia Legislativa,

Senhores Deputados,

Quis a História, e quiseram os homens que, de algum modo, a conduzem e modelam, que fosse a nossa geração a protagonizar a mudança de destino de Macau, na passagem do milénio.

É essa tarefa que temos entre mãos, e é sobre ela que, nesta minha primeira visita ao Território, quero deixar uma mensagem de estímulo e de confiança, aqui onde todo o futuro é possível.

Antes de mais, porque falar hoje da questão de Macau é convocar a atenção e a memória de todos para um quadro institucional de promissor significado, em que está solenemente comprometida a honra de duas nações multicentenárias — Portugal e a China.

Depois, porque esse quadro institucional releva de um assinalável pragmatismo político, que procura combinar o respeito por uma identidade sócio-cultural forjada na História, com as exigências da permanente interacção entre espaços e entre comunidades diferenciadas, cujo sentido último raramente é possível determinar.

E, finalmente, porque a Declaração Conjunta, com a prudência de quem sabe não poder comandar todo o destino de toda a História, mas com o inequívoco apreço pelos valores essenciais desta comunidade, introduziu um primeiro limite temporal — cinquenta anos — para o quadro institucional que ela revela, assim deixando caminho aberto, transcorrido tal período, para a vontade dos homens e para as oportunidades do Tempo.

Em que consiste, então, o núcleo desse quadro institucional? Na contemplação da letra e do espírito da Declaração Conjunta, a ideia que melhor e mais perfeitamente o sintetiza é, porventura, a da maneira de viver, a preservação da maneira de viver de Macau.

Tudo o mais pode, sem violência, ser reconduzido a este paradigma essencial.

Eis, assim, a pedra-de-toque e o critério aferidor de toda a acção que se pretenda fundada na Declaração Conjunta — a preservação da maneira de viver de Macau.

Dela fazem parte instituições políticas próprias e leis específicas, línguas diferenciadas, com idêntico estatuto oficial, e costumes singulares, em pacífica convivência, práticas de comércio inter-

nacionalmente estabelecidas e formas ancestrais de contratar, deuses vários de todos os cultos e práticas religiosas em que cada um expressa a sua fé.

Daí que, volvidos cerca de dez anos sobre a assinatura, em Pequim, da Declaração Conjunta, e a menos de três da transferência do exercício da soberania para a República Popular da China, importe sublinhar os esforços consideráveis que têm sido feitos durante o período de transição para fixar e dar forma institucional ao modo de viver específico de Macau e trazer renovado alento para as tarefas que, neste domínio, ainda se torna necessário realizar.

Logo em 1990, quando já era bem patente que as instituições de poder já não correspondiam, de um modo inteiramente eficiente, às exigências políticas dos tempos novos, tomou esta Assembleia a iniciativa de promover a alteração do Estatuto Orgânico de Macau, sobretudo em dois segmentos da autonomia local que se revelavam indesejavelmente comprimidos — o legislativo e o judiciário.

Foi o tempo de transferir para os órgãos de governo próprio do Território — o Governador e a Assembleia Legislativa — grande parte do acervo de competências legislativas que ainda se mantinham na Assembleia da República; e de dotar Macau de uma larga autonomia judiciária, com a instituição do Tribunal Superior de Justiça, e a atribuição às instâncias locais de regras próprias de organização e funcionamento, e de apreciável reserva de jurisdição exclusiva em grande parte das matérias que eram chamadas a julgar.

Mas porque se tornava necessário prosseguir no esforço de instituir uma ordem judiciária autónoma, definida pelos órgãos de governo próprio do Território, de novo esta Assembleia tomou a iniciativa, uma vez mais perante a Assembleia da República, de

propor que a Macau fosse atribuída competência em matéria de organização judiciária, assim abrindo caminho à plena autonomia dos tribunais locais e à total exclusividade da sua jurisdição, uma e outra aqui reguladas.

No entretempo, foram vertidas em direito local duas traves mestras do ordenamento jurídico de Macau — o Código Penal e o Código de Processo Penal.

E digo traves mestras, porque o apreço de uma comunidade pela liberdade e pela segurança dos seus membros, e a capacidade de combinar, com prudência e com equilíbrio, as exigências de uma e de outra, revelam-se, sempre, de um modo exemplar, na sua legislação penal e no processo que a serve.

E, todavia, decisivos que são o Código Penal e o Código de Processo Penal, não bastam, e não poderemos ficar por aí.

É que se será importante para Macau dispor de uma economia livre de mercado e de adequada protecção e garantia da propriedade privada; se será importante para os seus residentes poderem escolher livremente uma profissão e, por essa via, participarem da prosperidade do Território; se é decisivo que o produto interno cresça equilibradamente e a vida comunitária se desenvolva com estabilidade, tudo isto só adquirirá inteiro significado se estiver adequadamente garantido nas leis e definitivamente adquirido na consciência colectiva que essa é apenas uma parte da maneira de viver de Macau que a Declaração Conjunta garante.

A economia livre de mercado, a liberdade de trabalho e o bemestar material, o crescimento do produto e a estabilidade da vida social, são, efectivamente, essenciais, e sem eles Macau sairia descaracterizado.

Mas tudo isso só adquire integral dimensão no que tem sido o modo de viver específico do Território se, à semelhança do que foi feito com o Código Penal e com o Código de Processo Penal, se souber ter a determinação e o engenho de traduzir e manter em leis locais, e por essa via garantir a sua permanência no futuro, aquilo que faz parte do património vital desta terra e que nela tem vivido, umas vezes por praxes, outras por leis insuficientemente adaptadas às especificidades locais — os Direitos, as Liberdades e as Garantias dos seus residentes.

Antes de mais, impõe-se fazer passar no escrutínio local o Código Civil vigente.

Trata-se, efectivamente, do grande compêndio de regulamentação da vida jurídico-privada, em que perpassam, sob a forma de lei e da disciplina que ela introduz, os momentos essenciais da vida de cada um e das relações das pessoas entre si — o nascimento e a morte, o casamento e a família, o comércio dos bens e dos serviços, *pari passu* com a propriedade e os seus títulos de legitimação, de modificação e de transferência.

No Código Civil, é toda uma filosofia da vida e da sociedade que ganha corpo e contorno específicos; e na medida em que ele exprima o projecto de vida jurídico-privada desta comunidade, é, exactamente por isso, um poderoso e privilegiado instrumento da sua identidade própria e da manutenção dessa identidade no percurso histórico que os novos tempos lhe reservaram.

No respeito pela maneira de viver de Macau, a Declaração Conjunta não se limitou, todavia, a garantir a disciplina da vida jurídico-privada dos residentes da futura Região Administrativa Especial de Macau. Foi bem mais longe: assegurou, expressamente, todos os direitos e liberdades dos seus habitantes e demais indivíduos, e teve mesmo o cuidado de inventariar alguns dos que poderiam revelar-se de maior significado. Com o que nada se quis restringir o âmbito de tais direitos, sublinhe-se, como

bem evidencia, aliás, o art. 41.º da Lei Básica, que deixa a porta aberta a todas as legítimas iniciativas e a todos os indispensáveis consensos.

Impõe-se, por isso, verter em leis locais os direitos, as liberdades e as garantias reconhecidas no Estatuto Orgânico de Macau — os quais, anote-se, em nada conflituam com a Declaração Conjunta — que ainda não tenham sido objecto de regulamentação pelos órgãos de governo próprio do Território; sem esquecer os Pactos Internacionais dos Direitos Civis e Políticos e dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, ambos já estendidos a Macau, aliás, e de parceria com as convenções internacionais de trabalho, alvo de assento expresso na Lei Básica.

Para tarefa tão instante, o Presidente da República manifesta perante VV. Ex. as a sua plena confiança na determinação e no sentido de serviço a esta comunidade dos órgãos de governo próprio do Território, que optaram pela fase final da transição para proceder à necessária regulamentação dos direitos, liberdades e garantias que dela ainda careçam e, em estreita e empenhada cooperação institucional, ultimarem assim, de forma exemplar, a meritória tarefa de preparar Macau e as suas gentes para os sucessos do próximo milénio.

Em tal tarefa, não lhes faltará o apoio dos órgãos de soberania da República, que se torne indispensável para os consensos que se revelem necessários, aqui e agora, no processo de regulamentação, assim se dando acolhimento à inafastável perspectiva de que será por tais consensos que Macau terá perene garantia de que os seus órgãos de governo próprio estão a legislar para o imediato e para o futuro.

Legislar para o imediato e para o futuro será, necessariamente, legislar para a realidade de Macau. E legislar para a realidade de Macau nunca poderá ser bandeira em que procurem glorificar-

-se, com o céu como limite, operários da última hora, que mais não fariam, afinal, sob a aparência de serviço a esta comunidade, do que inviabilizar toda uma regulamentação prudente e adaptada às realidades locais, e de que o Território tanto carece. Com isto não se pretenda, todavia, coonestar omissões ou percursos enviesados — é que prudência e sentido da realidade local nunca poderão ser tais, que por via deles se descaracterize o núcleo essencial de cada direito, liberdade ou garantia, que os órgãos de governo próprio do Território sejam chamados a regulamentar. Senhora Presidente da Assembleia Legislativa,

Senhores Deputados,

Leva esta Assembleia mais de vinte anos de trabalho parlamentar. A sua estrutura e modo de funcionamento revelaram-se de tal modo adequados à realidade e aspirações locais, que uma e outro passarão, no essencial, para a RAEM, de harmonia com a Declaração Conjunta.

Estes vinte anos foram, por outro lado, bastantes para sedimentar uma cultura de cooperação entre o legislativo e o executivo e de acompanhamento por esta Câmara da actividade da Administração.

Mas também foi neste percurso que a Assembleia Legislativa nunca se demitiu da sua função de intérprete autorizado das aspirações e das críticas desta comunidade, como bem evidenciam os debates anuais que precedem a votação das Linhas de Acção Governativa, ou a recente reflexão sobre os caminhos mais adequados para restabelecer um estado de integral segurança no Território, aqui e ali perturbado por alguns acontecimentos, ocorridos nos últimos meses, cuja gravidade não pode ser negada e exige medidas adequadas de contenção.

O contributo desta Câmara para o acerto da acção governativa é, efectivamente, insubstituível.

São VV. Ex. as, Senhores Deputados, quem está em mais permanente e informado contacto com as várias gentes desta terra, e, por essa via, trazerem ao debate político o que melhor se poderá adequar ao aperfeiçoamento das condições de exercício da actividade económica, à mais proficiente definição de uma política de trabalho e de segurança social, à ultrapassagem dos bloqueios do comércio imobiliário e da atribuição a todos de habitação condigna, à redefinição da política industrial, à hierarquização das prioridades sectoriais de desenvolvimento e de iniciativa cultural, ao aperfeiçoamento da escolaridade e dos seus sistemas. É, também, para que esta função política da Assembleia Legislativa possa ser adequadamente cumprida, que é necessário garantir aos residentes de Macau, por meio de leis claras e generosas, cabal exercício de direitos, liberdades e garantias.

É que só homens livres, e com correspondente estatuto, poderão ser representados e dar permanente cooperação a deputados igualmente livres, que sejam para os governos, quer quando louvam, quer quando criticam, elementos essenciais na prossecução do bem comum.

Senhora Presidente da Assembleia Legislativa, Senhores Deputados,

A Declaração Conjunta fixou, em fórmulas de grande sensatez e equilíbrio, o acordo celebrado entre a República Portuguesa e a República Popular da China quanto ao futuro de Macau.

Desse acordo faz parte essencial o largo grau de autonomia de Macau, o governo pelas suas gentes, a preservação da identidade sócio-cultural desta comunidade e a protecção das suas tradições, a manutenção da estabilidade e da prosperidade de Macau. Porque os pactos são para observar, e observar com escrúpulo e boa-fé, a busca dos caminhos para cumprir o quadro institucional da Declaração Conjunta tem sido, por isso, preocupação perma-

nente dos órgãos de governo próprio do Território e, pesem embora ultrapassáveis dificuldades de ritmo, continuado compromisso dos Governos de Portugal e da República Popular da China.

O processo de transição vem sendo, aliás, ocasião de assinalável desenvolvimento das relações bilaterais e de significativo fortalecimento dos laços de amizade entre Portugal e a China.

É neste quadro que a transferência para a República Popular da China do exercício da soberania sobre Macau não pode significar que esta terra e estas gentes deixem de ser, como sempre foram, um meio privilegiado de relacionamento entre o Oriente e o Ocidente.

Oriente e Ocidente aqui protagonizados por dois povos que, em contacto por mais de quatrocentos anos, aprenderam o valor da diferença e o seu respeito, a fecundidade das trocas de cultura e de civilização e as exigências e limites que comportam, a relatividade de mútuos desentendimentos e de ultrapassados desencontros; e que, além do mais, souberam manter cristalizados na História sofrimentos e humilhações que, uma ou outra vez, se infligiram, e fazer de um projecto de crescente cooperação a carta magna do seu relacionamento presente e futuro.

Esta Assembleia Legislativa, com a sua diversidade de origens e de culturas, que, agora, como depois de 99, fala português e fala chinês, e pelas duas línguas e culturas — e por essa terceira que é a macaense — protagoniza, e protagonizará, os valores que integram a identidade de Macau, é, também ela, um magnífico exemplo de encontro e de convivência de civilizações e, à sua dimensão, paradigma do estilo de relações que poderão fazer a prosperidade dos povos e a paz entre as nações.

Que continue a ser assim, no imediato e no futuro, são os votos de Portugal.

Sessão Pública com os Tribunais E Organizações Judiciárias de Macau (Visita oficial ao Território) Edificio dos Tribunais de Primeira Instância de Macau 21 de Fevereiro de 1997

A todas Vossas Excelências cumprimento e saúdo, também.

É a primeira vez que o Presidente da República se dirige, em solene sessão pública, aos tribunais da ordem judiciária de Macau. Compreenderão, por isso, VV. Ex.^{as}, que as minhas primeiras palavras sejam, também aqui, de homenagem à Justiça, de cuja aplicação VV. Ex.^{as}, Senhores Juízes, Senhores Magistrados do Ministério Público, Senhores Advogados e Senhores Oficiais de Justiça, sois, cada um à sua medida, os agentes e os responsáveis directos.

Pesada responsabilidade, num tempo de acelerada mudança, em que iniciativas e reformas inadiáveis hão-de ser, todavia, tributárias da realização de um projecto de transcendente significado histórico para Macau e para as suas gentes.

Nesse projecto está integralmente comprometida a vontade de Portugal e da China, que, ao regularem na Declaração Conjunta a questão de Macau, estabeleceram a preservação da sua maneira de viver, servida por um largo grau de autonomia das suas instituições, nas quais se compreende o poder judicial independente, incluindo o de julgamento em última instância.

O remoto tribunal da comarca de Macau, integrado na ordem judiciária da República Portuguesa, tinha, assim, os dias contados; e ficava aberto o caminho para a atribuição ao Território de

inteira autonomia judiciária, conseguida através de um prudente e gradual faseamento, que conduzisse os tribunais locais à plenitude e exclusividade da jurisdição.

Foi para dar início à execução desse objectivo que, logo em 1990, a Assembleia da República, por proposta da Assembleia Legislativa, consignou no Estatuto Orgânico de Macau a autonomia judiciária do Território; e pela Lei n.º 112/91, de 29 de Agosto, estabeleceu o conteúdo e limites dessa autonomia, em aplicação do princípio da atribuição faseada da plenitude e exclusividade da jurisdição.

As instituições judiciárias hoje vigentes são, por isso, filhas dessa lei e têm evidenciado, no uso da medida de jurisdição que lhes está atribuída, que há tribunais em Macau, e que os residentes nesta terra encontram neles adequada protecção para os seus direitos e permanente motivo para acreditar que é neles que sempre residirá a última garantia de que Macau é um território submetido ao Estado de Direito e aos inalienáveis princípios que o integram.

Contra o arbítrio de quem quer que seja, dos poderes públicos ou dos poderes de facto, sabem os residentes de Macau que os seus tribunais erguerão sempre o primado da lei, que a todos protege e a todos obriga, e constitui a inafastável garantia de que o caso se não sobreporá à norma, nem a vontade dos poderes ao império da lei.

É por isso que se é decisiva a integral adaptação das leis às realidades locais, operada pelos órgãos de governo próprio do Território; se não é possível, aí onde coexistirão como línguas oficiais o chinês e o português, deixar de ter todas as leis em versão bilingue; se urge continuar a dotar os tribunais dos meios adequados para que, também aí, o bilinguismo seja uma realidade integral, tão importante como tudo isso é manter instituído um

estatuto dos magistrados judiciais e dos magistrados do Ministério Público e um regime de gestão de uma e outra magistratura que salvaguarde integralmente a independência dos juízes e a autonomia dos agentes do Ministério Público.

Sem juízes independentes, irresponsáveis e inamovíveis, e sem agentes do Ministério Público com estatuto de autonomia, não há poder judicial independente, nem em primeira, nem em última instância.

Como não há poder judicial independente sem advogados que gozem sempre de um estatuto de total independência e que, com base nesse estatuto, possam exercer o patrocínio judiciário sem sujeição a quaisquer instruções, directivas ou pressões dos poderes públicos.

Revela-se, por isso, de grande utilidade, que todos os agentes de Justiça dêem o contributo da sua reflexão na fase que se avizinha de ultimação do processo de autonomização da ordem judiciária de Macau, não só pela experiência concreta das realidades locais que vivem no quotidiano, como pela clara consciência que têm evidenciado dos princípios que se torna necessário respeitar para que os tribunais de Macau possam ser, agora e no futuro, os garantes da aplicação da Justiça e o lugar seguro em que sempre encontrarão protecção os direitos, liberdades e garantias dos residentes neste Território.

Caberá, naturalmente, aos órgãos de governo próprio de Macau, agora que a Assembleia da República lhes atribuiu competência para legislar em matéria de organização judiciária, estabelecer em definitivo, e obtidos os necessários consensos em sede própria, o regime dos tribunais do Território.

Mas a reflexão de todos permitirá, por certo, compreender melhor que se a lei terá de conter inequívoca consagração do estatuto de independência dos juízes e de autonomia do Ministério Público, é também essencial que o sistema de governo das magistraturas não se mostre permeável a ilegítimas interferências dos outros poderes públicos e a interferências, essas sempre ilegítimas, de quaisquer poderes de facto, sob pena de não deixarmos condições para que, tanto no futuro imediato, como na Região Administrativa Especial de Macau, o primado da lei esteja garantido por um poder judicial verdadeiramente independente. Minhas Senhoras e meus Senhores,

A realização da Justiça pelos tribunais só se efectivará, todavia, de um modo adequado, se todos os seus agentes estiverem em perfeita sintonia com a comunidade que servem e sejam, no limite, emanação sua.

É, por isso, indispensável prosseguir no esforço que vem sendo feito de localização gradual das magistraturas, em termos tais que também na Justiça seja Macau governado pelas suas gentes. E se nunca será de mais insistir na essencialidade deste ponto, importa, todavia, reter que as circunstâncias históricas concretas em que nasceu e se tem desenvolvido o direito de Macau, fazem dele, inapelavelmente, um direito de matriz portuguesa, que continuará a exigir, para a sua adequada interpretação e aplicação, frequente recurso à dogmática e à construção jurisprudencial portuguesas, pelo menos enquanto a experiência da autonomia, pelo curto período decorrido desde a sua instauração, não tenha ainda habilitado o universo local com um acervo doutrinário e jurisprudencial que excepcionalize, cada vez mais, o recurso a fontes externas.

Nesse esforço de autonomização, nenhuma objecção terá, por certo, a República Portuguesa, desde que salvaguardadas, como inequivocamente estarão, condições de efectiva independência das magistraturas, de continuar a cooperar com Macau, pelo tempo e na medida que sejam julgados necessários.

Passado, efectivamente, um período inicial de alguma instabilidade, os tribunais da organização judiciária do Território, instituídos na sequência da alteração operada em 1990 no Estatuto Orgânico de Macau, têm-se revelado um poderoso instrumento de estabilidade social, pesem embora críticas avulsas que resultam, quase sempre, de um entendimento insuficiente dos princípios e limites de actuação do poder judicial.

Nos últimos meses, a tranquilidade do Território tem sido, aqui e ali, perturbada por alguns casos de violência criminosa, que geram, naturalmente, inquietação e alarme social. Circunstâncias que têm caracterizado tais casos continuarão a exigir adequada ponderação e organização de meios policiais, e o incremento de formas de cooperação regional, que permitam desencorajar os infractores e reconduzir a segurança de pessoas e bens ao que sempre foram os hábitos do Território.

Mas desengane-se quem pense que o combate à criminalidade passa pela instauração de penas cruéis ou pela aplicação judicial de medidas que o nosso sistema — e bem — não autoriza.

A severidade das penas introduzida na legislação penal do Território e os meios processuais para a sua aplicação são, no essencial, inteiramente adequados às circunstâncias de Macau e traduzem de forma realista o modo de viver da sua comunidade.

Mal estaríamos se sempre que se torna necessário combater as verdadeiras causas da criminalidade ou organizar e reformar meios policiais para a reprimir eficazmente, entrássemos, em vez ou a par disso, numa escalada de agravamento de penas ou de restrição de garantias, que acabariam, um e outra, por destruir os fundamentos pelos quais vale a pena, em última instância, haver segurança de pessoas e bens — a dignidade e a liberdade de todos os indivíduos, numa sociedade em que o Estado de Direito impere.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Bem mal ficariam os Portugueses com a sua consciência histórica e com o apreço que lhes merece a cultura que ao longo dos séculos construíram, se não tivessem contribuído, com elementos valiosos do seu património, para a maneira de viver que singulariza a identidade de Macau.

Se há sector em que tal contributo é mais pacificamente reconhecido e mais pacificamente partilhado, esse é, por certo, o do direito.

Saibamos ser fiéis a esse contributo e que o direito e o poder judicial de Macau sejam, agora e no futuro, um poderoso elemento de estabilidade e bem-estar desta comunidade e fecundo elemento de contacto entre duas civilizações, de quem, em larga medida, dependerá, no milénio que se avizinha, a prosperidade dos povos e a paz entre as nações.

Que os tribunais de Macau continuem a ser dignos do direito que aplicam.

CAPÍTULO X | TIMOR

«Penso que os Prémios Nobel hoje atribuídos nesta sala e o seu eco na comunidade internacional conferiram uma extraordinária visibilidade àquela que tem sido a saga do povo timorense.

Nunca esquecerei a declaração do Bispo Ximenes Belo aqui proferida, quando você lhe perguntou: 'Excelência, tem medo?' e a resposta foi: 'Só se morre uma vez!' Queremos que todos vivam, queremos a democracia, queremos, de facto, que as Nações Unidas e a comunidade internacional encontrem uma solução para garantir a paz e o futuro do povo timorense — é tudo o que nós queremos.»

A citação que abre este capítulo é um excerto da entrevista concedida à CNN por ocasião da entrega do Prémio Nobel da Paz 96, realizada pelo jornalista Jonathan Mann. Oslo, 10 de Dezembro de 1996 Declaração Feita no Dia da Atribuição do Prémio Nobel da Paz 96 a Dom Ximenes Belo e ao Dr. Ramos Horta Porto 11 de Outubro de 1996

Quero felicitar, em meu nome e em nome de Portugal, o senhor Bispo de Díli, Dom Ximenes Belo e o doutor José Ramos Horta pela atribuição do Premio Nobel da Paz. Faço-o com uma viva emoção e com um sentimento profundo de esperança. Dom Ximenes Belo tornou-se o símbolo, hoje internacionalmente reconhecido, da luta heróica do povo mártir de Timor-Leste pelos seus direitos inalienáveis. Figura ímpar da Igreja Católica, o bispo de Díli deu sempre o seu testemunho frontal na defesa dos valores da dignidade da pessoa humana, da liberdade e da solidariedade, à frente da comunidade timorense. A sua coragem é um exemplo para todos nós e uma mensagem de esperança no futuro de Timor-Leste.

O doutor Ramos Horta, lutador incansável da causa timorense, levou a voz de um povo oprimido e isolado aos quatro cantos do mundo, em nome da Resistência timorense e do comandante Xanana Gusmão, preso em Jacarta. A sua abnegação, a sua persistência foram de grande importância para manter viva a causa timorense nos *fora* internacionais, na defesa intransigente do direito de autodeterminação do povo de Timor-Leste.

Quero felicitar também o Comité Norueguês do Nobel pela sua decisão, que prestigia o Prémio Nobel da Paz. A escolha do Comité Nobel realça os esforços de Dom Ximenes Belo — com o risco da sua própria vida — e de Ramos Horta na sua defesa dos direitos de um povo pequeno e oprimido. Além disso, o

Comité Nobel exprime os seus votos de que a atribuição do prémio estimulará os esforços para encontrar uma solução diplomática, justa e pacífica para o conflito em Timor-Leste no respeito pelo direito à autodeterminação do povo timorense. São referências muito importantes para Portugal e para Timor-Leste.

Este é um dia muito especial para o povo de Timor-Leste e para todos os portugueses. Um dia de alegria, de esperança e de confiança.

A atribuição do Prémio Nobel da Paz a Dom Ximenes Belo e a José Ramos Horta significa, desde logo, o reconhecimento internacional da figura excepcional do Bispo de Díli, que se tornou uma referência obrigatória na luta universal pelos direitos humanos, bem como da Resistência timorense, na pessoa do seu representante no Exterior.

Esse reconhecimento, por sua vez, reflecte e reforça a importância da causa timorense para a opinião pública internacional. O Prémio Nobel da Paz significa que os Timorenses não estão sozinhos e a sua resistência constante contra uma brutal opressão e a sua luta pela autodeterminação prolongam-se num movimento de solidariedade sem fronteiras. A causa timorense tornou-se uma grande causa internacional.

Portugal e os Portugueses nunca desistirão de lutar em defesa dos direitos da comunidade timorense. Portugal continuará a lutar por uma resolução justa da questão de Timor-Leste, em cooperação com o Secretário-Geral das Nações Unidas, no cumprimento do mandato que lhe foi conferido pela comunidade internacional. Portugal continuará a defender, intransigentemente, o exercício livre e democrático do direito à autodeterminação de Timor-Leste, sob supervisão internacional.

É esse o nosso dever, como potência administrante de Timor-Leste, reconhecida como tal pelas Nações Unidas. É esse o nosso compromisso solene, em nome dos vínculos indestrutíveis que nos unem aos Timorenses.

Estou convicto de que o dia da liberdade em Timor-Leste está cada vez mais perto.

Jantar em Honra do Prémio Nobel da Paz 96, Dr. Ramos Horta

Palácio de Belém 28 de Outubro de 1996

Atribuição do Prémio Nobel da Paz a D. Ximenes Belo, Bispo de Díli, e ao doutor José Ramos Horta, representante da Resistência Timorense, marca uma viragem histórica na longa luta do povo mártir de Timor-Leste pela sua liberdade. O Prémio Nobel assinala o reconhecimento internacional da causa timorense, que se tomou uma referência obrigatória para todos os movimentos empenhados na defesa dos valores universais da liberdade e dos direitos humanos.

Submetidos a um regime de ocupação opressivo e brutal, os Timorenses não estão sozinhos. A sua resistência heróica, simbolizada na figura ímpar do Bispo de Díli e pelos dirigentes políticos da comunidade timorense — entre os quais quero destacar o comandante Xanana Gusmão, preso em Jacarta, e o seu representante pessoal, José Ramos Horta — adquiriu uma impressionante projecção internacional e conta com o apoio crescente de um vasto movimento de solidariedade.

Perante a opinião pública internacional, é o regime autoritário indonésio que se encontra cada vez mais isolado, condenado pela sua violação permanente dos direitos da comunidade timorense: o tempo corre a favor de Timor-Leste.

Para Portugal e para os Portugueses, esta viragem histórica é um motivo adicional de confiança e um estímulo para consolidar a linha de firmeza nos princípios, que caracteriza a nossa acção na questão de Timor-Leste.

A nossa posição é clara: Portugal não desistirá de lutar pelo exercício livre e democrático do direito de autodeterminação do povo de Timor-Leste. É essa a nossa primeira obrigação, perante os Timorenses e perante a comunidade internacional. Como é óbvio, aceitaremos sem hesitação a decisão soberana da comunidade timorense sobre o seu futuro, desde que resulte de um acto válido de autodeterminação. Entendi ser este o momento adequado para exprimir o profundo reconhecimento de Portugal e dos Portugueses pelas qualidades excepcionais de coragem e de abnegação que o Bispo Ximenes Belo e José Ramos Horta demonstraram na sua luta exemplar pela liberdade e pelos direitos do povo de Timor-Leste, e atribuir a ambos a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade.

Este gesto é penhor da nossa solidariedade e representa o nosso compromisso solene para com a causa timorense.

Peço a todos que me acompanhem num brinde ao Bispo Ximenes Belo e ao doutor José Ramos Horta, que muito nos honra com a sua presença, neste dia de esperança num futuro de paz e de liberdade para os Timorenses. Prefácio ao Livro Timor Leste — Nobel da Paz Março de 1997

A atribuição do Prémio Nobel da Paz ao Bispo D. Carlos Ximenes Belo e ao Dr. José Ramos Horta marca uma viragem crucial na longa e heróica luta dos Timorenses pela sua liberdade. A decisão do Comité Nobel da Paz foi, a todos os títulos, exemplar. Desde logo, pela escolha dos homenageados. Figura exemplar da Igreja Católica, o Bispo de Díli, incansável na defesa da dignidade e dos direitos da sua comunidade perseguida e martirizada, tantas vezes com o risco da sua própria vida, tornou-se uma referência na consciência universal. A sua coragem, a sua serenidade e a sua inteligência simbolizam a vontade indómita da resistência dos Timorenses, que não se deixaram vergar nem pela violência, nem pelo extremo isolamento impostos pela ocupação indonésia. A força tranquila de D. Carlos Ximenes Belo, a sua autoridade única na comunidade timorense e a sua projecção internacional tornaram-no uma referência indispensável para uma resolução justa e pacífica da questão de Timor-Leste.

O Dr. José Ramos Horta, dirigente da Resistência Timorense, desde a primeira hora, tomou-se a voz da luta do seu povo heróico em todos os *fora* internacionais. A sua abnegação, a sua persistência e a firmeza das suas posições foram de grande importância para manter viva a causa timorense, sempre ameaçada pelo esquecimento, pela indiferença e pela ignorância, sem desistir nunca da defesa intransigente do legítimo direito de autodeterminação do povo de Timor-Leste.

Por outro lado, os termos de referência invocados para a atribuição do Prémio da Paz são extremamente importantes. O Comité Norueguês do Nobel exprime os seus votos de que a atribuição do Prémio estimulará os esforços para encontrar uma solução diplomática, justa e pacífica para o conflito em Timor-Leste, no respeito pela autodetenninação do povo timorense. É esse o sentido essencial da luta dos Timorenses, simbolizada na acção de D. Ximenes Belo e de Ramos Horta, que merece, desse modo, um inequívoco reconhecimento internacional.

Enfim, a decisão do Comité Norueguês do Nobel foi igualmente avisada na escolha do momento mais oportuno, vinte anos depois da invasão indonésia. O Prémio Nobel da Paz marca a consagração definitiva da causa timorense como uma grande causa internacional, onde se revêem todos os que lutam pela paz, pela liberdade e pelo direito.

A causa timorense é uma causa exemplar. Isolada numa ilha remota, nos confins da Ásia Oriental, a pequena comunidade timorense conseguiu preservar a sua força e consolidar a sua identidade numa luta desigual contra a Indonésia, que quis aniquilar a sua vontade por uma política de massacre, cuja violência provocou o extermínio de um terço da população de Timor-Leste. Frequentemente ignorada pela comunidade internacional, que silenciava a sua resistência, a comunidade timorense nunca desistiu do seu combate pela liberdade e pelo direito à autodeterminação, que lhe é reconhecido pela Organização das Nações Unidas. Muitos pensaram tratar-se de uma causa perdida, tal a desproporção das forças: o tempo parecia jogar a favor da potência ocupante para impor a anexação ilegal de Timor--Leste como um facto consumado. Sempre foi, em todo o caso, uma causa incómoda, pois exigia confrontar uma grande potência regional, não obstante a invasão e a ocupação indonésia constituírem uma violação clara e permanente do direito internacional.

Essa situação começou a inverter-se, nomeadamente desde o trágico massacre do cemitério de Santa Cruz — o único que a opinião mundial pôde testemunhar, por ter sido filmado por jornalistas independentes. Nos anos seguintes, foi possível impor a condenação do brutal regime de ocupação indonésio em sucessivas instâncias internacionais, enquanto crescia um movimento, cada vez mais largo, de apoio à causa timorense, que mobiliza os parlamentos democráticos, as organizações de solidariedade e a opinião pública em todos os continentes, mesmo dentro da própria Indonésia.

O Prémio Nobel da Paz representa o reconhecimento internacional da causa timorense, e assegura-lhe a projecção indispensável para garantir a sua continuidade. Afinal, o tempo corre do lado dos Timorenses.

Tive o privilégio de testemunhar, directamente, essa viragem, na cerimónia oficial de atribuição do Prémio Nobel da Paz, na qual estive presente, por convite, que muito me honrou, de ambos os laureados.

Retenho, desse dia inesquecível, vários momentos altos. Em primeiro lugar, logo pela manhã, a missa na catedral de Oslo, celebrada, em latim, pelo Cardeal Etchegarray, com D. Ximenes Belo e bispos de todos os continentes, num acto tão singelo como solene, onde transparecia a determinação da Igreja Católica na defesa de uma comunidade mártir. Depois, as sucessivas intervenções do representante do Comité Norueguês do Nobel e dos laureados, na cerimónia oficial, presidida por Sua Majestade o Rei da Noruega, e na presença de representantes de todos os Estados da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, incluindo os Presidentes da República de Moçambique e da Guiné-Bissau. Os discursos foram inspirados. Impressionaram-me, sobretudo, as referências do Bispo Belo à luta dos indonésios pela

sua independência, que comparou ao combate dos Timorenses, e a moderação das propostas de Ramos Horta, num espírito de reconciliação da comunidade timorense. Enfim, talvez o momento mais comovente tenha sido a apresentação de um grupo de danças timorenses, que conseguiu transmitir o sentimento profundo da dignidade e o sofrimento do nosso povo irmão.

No dia do Prémio Nobel da Paz senti confirmada, mais uma vez, a justeza da posição portuguesa na questão de Timor-Leste. Portugal e os Portugueses nunca desistirão de lutar em defesa dos direitos dos timorenses. Portugal continuará empenhado na procura de uma resolução justa e pacífica da questão de Timor-Leste, em cooperação com o Secretário-Geral das Nações Unidas, e com todas as partes interessadas, designadamente a comunidade timorense. Portugal continuará a defender, intransigentemente, o exercício livre e democrático do direito à autodeterminação de Timor-Leste, sob supervisão internacional.

É esse o nosso dever, perante a comunidade internacional. É esse o nosso compromisso solene, em nome dos vínculos indestrutíveis — «elos sagrados, profanos e sacros», disse Ruy Cinatti — que nos unem aos Timorenses.

Estou certo de que o dia da liberdade em Timor-Leste está cada vez mais perto.

CAPÍTULO XI | EUROPA

«Não será por de mais repeti-lo: a construção Europeia precisa de um desígnio político. A Europa não pode consumir-se num debate sobre a sua própria organização, sob pena de se transformar numa abstracção.

A Europa não poderá circunscrever-se nem à integração económica, nem à convergência nominal.

A Europa que desejamos exige não apenas consumidores, mas cidadãos.»

Sessão de Encerramento do «Seminário Internacional Europa-1996» Fundação Calouste Gulbenkian 8 de Maio de 1996

Quero, em primeiro lugar, agradecer ao Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, Prof. Ferrer Correia, o convite que amavelmente me dirigiu para encerrar este seminário internacional sobre a Europa, e cumprimentá-lo por esta iniciativa, tão oportuna e tão importante para a discussão de um tema crucial para Portugal. O programa e os temas deste seminário têm, entre muitos outros o mérito de procurar enquadrar os problemas europeus numa perspectiva global que ultrapassa a habitual visão circunscrita aos desenvolvimentos internos da União Europeia e da revisão do Tratado de Maastricht. Esta perspectiva que procura pensar na Europa, na sua dimensão histórica e cultural e na sua relação com o Mundo, é indispensável para organizar uma resposta realista e positiva aos novos problemas suscitados pelo «fim do pós-guerra». Esta resposta não terá eficácia e consistência se procurar circunscrever-se aos limites da actual União e à especificidade das suas exigências institucionais, políticas e económicas. O desmoronamento da União Soviética, a unificação da Alemanha, as revoluções e os processos de secessão nacionalista na Europa Central e Oriental puseram em causa as fronteiras políticas na Europa e o modelo bipolar da guerra fria, anulando os pressupostos que sustentaram o quadro geoestratégico internacional nos últimos 40 anos. A Europa, como epicentro dessa mudança, é o lugar essencial onde se joga a definição de um novo modelo de equilíbrio multipolar.

A construção desse modelo não pode ter uma via única, nem regras excessivamente rígidas e deve fazer-se através do aproveitamento das virtualidades próprias do conjunto de instituições multilaterais europeias e ocidentais, da União Europeia, seguramente, mas também a NATO, a UEO, o Conselho da Europa e a OSCE. A organização da Europa, respeitando as condições específicas, os constrangimentos e as aspirações dos seus Estados, recomenda, nas circunstâncias actuais, a articulação das funções e da acção desse conjunto de instituições, para criar formas, ritmos e modos de integração diferenciados, através de aproximações progressivas sem excluir ninguém. Esta deve ser, creio bem, a matriz essencial de um quadro estável de segurança que possa envolver a Europa no seu todo.

A organização desta nova ordem seria em quaisquer circunstâncias um processo complexo, contraditório, marcado pela incerteza. Torna-se contudo particularmente difícil no contexto presente em que a crise do sistema de seguranças que sustentou a guerra fria coincide com o desenvolvimento convergente da crise do próprio modelo de regulação económica, social e política que garantiu a consolidação das democracias da Europa Ocidental, num quadro de progresso, de estabilidade e de integração regional.

É verdade que esta crise múltipla não é, em muitos dos seus aspectos, exclusivamente europeia. Mas é na Europa que se exprime em termos mais profundos e são as sociedades europeias que apresentam maiores dificuldades estruturais de adaptação às novas exigências da globalização económica.

Nenhum Estado europeu está em condições de conduzir eficazmente essa tarefa em condições razoáveis de eficiência e estabilidade. Isso reforça a razão de ser do projecto da União Europeia e o seu poder de atracção, apesar de todas as vicissitudes dos últimos anos. Devemos ter consciência, porém, de que o tempo histórico deste projecto não é eterno. A complexidade da tarefa pode explicar, mas não justifica, o adiamento das respostas necessárias. Aproxima-se o momento de tomar decisões: sobre a União Económica e Monetária, agora que a convergência nominal começa a transformar-se numa realidade concreta; sobre o alargamento, indispensável e consensual; mas também sobre as consequências destes processos, quer no plano institucional e político quer no plano dos meios e recursos, sem os quais nada se poderá concretizar.

A União Europeia precisa de um desígnio e de uma dimensão política. Esta exigência é-lhe imposta pela actual debilidade das suas condições de afirmação externa; pelas exigências do processo de integração e democratização da Europa Central e Oriental; e finalmente pela conveniência de evitar que o aprofundamento da integração económica e financeira, com a criação de novas instituições e o considerável aumento do poder de outras, se faça sem controlo dos poderes políticos nacionais, sem legitimação democrática, e sem intervenção dos cidadãos. Ignorar tal perspectiva corresponde a reduzir o projecto europeu a uma visão tecnocrática, empobrecedora e, acima de tudo, inviável. Esta dimensão política, seja qual for o modelo que venha a adoptar, tem de ser concebida em termos que permitam preservar a natureza essencial da União como uma associação de Estados soberanos, vinculados a interesses europeus comuns. A futura União alargada deve continuar a ser, como hoje, uma Comunidade de Iguais, onde a capacidade de participação de cada Estado não é uma simples proporção do seu poder relativo, onde a solidariedade constitui o valor primordial e a cooperação não se resume ao objectivo de abrir as fronteiras para instituir as liberdades de circulação fundamentais e homogeneizar os mercados.

O reforço da dimensão política da União é importante para assegurar o desenvolvimento da convergência económica real, através das chamadas políticas de coesão, indissociáveis da realização da União Económica e Monetária e essenciais para a governabilidade e estabilidade do projecto europeu.

É indispensável sublinhar que a União Económica e Monetária e a Reforma Política e Institucional não podem ser exclusivamente discutidas pelos seus méritos próprios. Têm de ser avaliadas num quadro mais geral que inclui a concepção e organização das políticas comunitárias, o ritmo e a forma dos sucessivos alargamentos e as perspectivas orçamentais que deverão acompanhá-los. Sem esta visão de conjunto, qualquer negociação corre o risco de se perder em políticas de pequenos passos, sem rasgo nem coerência estratégica.

O projecto da União Europeia, na sua forma actual, não é um capricho de visionários É uma resposta estratégica a problemas fundamentais deste fim de século: como por exemplo o da organização de um novo modelo multipolar, a reconstrução e democratização da Europa Central e Oriental, a contenção dos nacionalismos violentos, o enquadramento da globalização económica; a preservação das condições essenciais da paz. Os Estados europeus, incluindo, naturalmente, Portugal, têm interesses essenciais associados à viabilização de uma Europa mais forte e coesa, capaz de se constituir numa unidade estratégica autónoma, estável e agregadora.

A participação empenhada de Portugal na primeira linha da União Europeia é vital para a inserção sustentada do País no movimento de internacionalização da economia mundial, constituindo simultaneamente um estímulo e um enquadramento indispensável para o seu próprio processo de modernização. Desligado da União, Portugal perderia condições únicas de recuperar o atraso

histórico que o separa dos países mais desenvolvidos; correria um sério risco de estagnação e empobrecimento, agravando as condições da sua periferização; perderia condições de afirmação internacional e prejudicaria, por isso, a defesa dos seus interesses nacionais permanentes em regiões do Mundo com as quais deve manter uma especial proximidade, em particular a África e o Brasil.

Há dez anos, a adesão de Portugal às Comunidades Europeias foi essencialmente determinada por duas categorias de motivações: a primeira, mais imediata, reflectia a preocupação de definir um enquadramento favorável à consolidação e estabilização do regime democrático. A segunda, mais profunda, exprimia a necessidade de reorganizar a inserção internacional de Portugal e da economia portuguesa, cujos termos de referência haviam sido radicalmente alterados a partir do início da década de 70, com a progressiva concentração do comércio externo nos mercados comunitários, a adesão do Reino Unido à Comunidade Europeia, a descolonização africana e a tendência para o alargamento da Comunidade aos países do Sul da Europa, que iria mudar, inelutavelmente, as condições do relacionamento com Espanha. Estes princípios continuam válidos: a integração europeia confere a Portugal uma capacidade de afirmação externa proporcionalmente superior à sua dimensão como potência e permite-lhe aceder a meios de desenvolvimento que dificilmente poderiam ser reunidos noutras condições, através de uma ligação directa aos centros da vida europeia, no plano económico, mas também cultural e científico. A integração europeia era — e continua a ser — a resposta que melhor garante a defesa dos nossos mercados externos, a protecção das comunidades emigrantes e as condições de um desenvolvimento sustentado, reforçando o nosso sistema político-constitucional, os nossos compromissos internacionais em matéria de segurança e os interesses autónomos de que não queremos abdicar, nomeadamente no âmbito da cooperação com os países de língua portuguesa.

A opção europeia deve pois manter-se como a prioridade das prioridades, não pela ausência de alternativas, mas como escolha positiva e convicta. A Europa tem de ser defendida porque representa a melhor garantia para o futuro de Portugal e não como o caminho resignado de quem não tem por onde ir.

É certo que a Europa tem custos, com expressiva incidência em alguns sectores. É inútil ignorá-los e necessário encará-los com realismo e determinação. Muitos desses custos são no entanto consequência de mudanças estruturais que a globalização económica acabaria por impor em piores circunstâncias. Para Portugal, e para a maioria dos seus parceiros comunitários, os custos da Europa são indiscutivelmente inferiores aos custos da não-Europa.

Portugal não pode adoptar uma posição passiva ou conformista no processo de construção europeia, definindo-se casuisticamente em função das estratégias de terceiros. Terminada a fase de transição e adaptação, Portugal tem de demonstrar a sua maturidade assumindo os desafios da União Económica e Monetária e do alargamento e protegendo com firmeza os seus interesses na definição da nova estrutura político-institucional que deverá resultar da revisão do Tratado de Maastricht.

Portugal tem de adoptar uma visão própria do processo de construção europeia, orientada pela natureza e especificidade dos seus interesses estratégicos. Tem de constituir-se como parceiro pleno, que aceita os desafios mais complexos, mas que não abdica, em contrapartida, de exigir condições de ajustamento equilibradas e de rejeitar sacrifícios inúteis ou injustificados, que acabam por ter um contributo negativo para a convergência real e nominal.

Portugal tem de saber gerir um processo de negociação permanente, e de preparar-se para situações de tensão e de minoria. Não pode resignar-se a uma eventual redução dos fundos estruturais, a efeitos perversos da Política Agrícola Comum ou aos reflexos negativos dos acordos comunitários multilaterais. A reforma político-institucional, a aplicação das políticas sectoriais e o alargamento não podem fazer-se sobretudo à custa dos interesses dos actuais Estados membros. Têm de ser negociados, em função de objectivos precisos e de uma visão clara sobre a evolução futura da União Europeia.

Para ser um parceiro exigente, Portugal tem de ser também, na frente interna, um parceiro mais informado e melhor preparado. É fundamental, por isso, que a questão europeia ocupe um efectivo papel central na vida política nacional e venha a ser objecto de mais concertação, mais informação e mais debate em todas as instâncias de decisão, para que possa tornar-se também mais mobilizadora e menos atreita a apelos puramente emocionais. A integração europeia e o projecto de modernização que lhe está associado exigem reformas profundas, com consequências complexas e nem sempre fáceis de aceitar no plano mais imediato. A dificuldade da mudança não deve limitar o seu alcance, mas obriga-nos a exigir que seja organizada com equidade, justiça social e sentido nacional. Para cada problema raramente existe apenas uma solução. Por isso é preciso que as propostas sejam democraticamente analisadas e debatidas, no respeito pelas responsabilidades e poderes de cada instância de decisão; e é preciso que os esforços necessários sejam equilibradamente repartidos para que não se perca internamente a coesão social que justamente se reclama como objectivo primordial no plano europeu. Os importantes recursos de que Portugal irá continuar a dispor, por direito próprio, criam ao conjunto dos agentes sociais e

políticos uma acrescida responsabilidade de satisfação das expectativas de modernização estrutural que os Portugueses legitimamente têm alimentado.

O movimento de reformas que é justo exigir deve constituir uma oportunidade para melhorar os sistemas de solidariedade social e atenuar os fenómenos de exclusão que a desindustrialização e a desertificação de algumas regiões irão provavelmente acentuar. É essencial dar uma atenção crescente aos aspectos qualitativos do crescimento económico, para que a modernização do País possa transformar-se num verdadeiro processo de desenvolvimento. A preservação dos equilíbrios ambientais, a degradação da qualidade de vida na periferia dos grandes meios urbanos, as insustentáveis condições de habitação de uma parte importante dos Portugueses, a organização e equipamento dos sistemas de saúde e assistência, o funcionamento do sistema educativo, são questões essenciais da modernização que o crescimento económico não resolverá por si próprio, sem a intervenção de políticas decididas e voluntaristas.

A modernização implica também uma sociedade civil menos tutelada e uma «sociedade política» adulta e institucionalmente evoluída, que aceite sem drama a diferença de opiniões e as suas consequências. Estas são condições fundamentais para que a mudança possa fazer-se sem conflitualidades acessórias, num ambiente de confiança, com sentido de Estado e no respeito pelos interesses permanentes da Comunidade Nacional.

O futuro de Portugal e da União Europeia estão indissociavelmente ligados. Os nossos valores, a nossa segurança, os nossos interesses exigem uma Europa unida, um espaço de liberdade, paz e progresso assente nos princípios do direito e da solidariedade. A realização desse ideal está ao nosso alcance e é uma causa pela qual vale a pena lutar.

BANQUETE OFERECIDO PELOS REIS DE ESPANHA

(Visita de Estado a Espanha) Palácio Real de Madrid 20 de Maio de 1996

Quero, em primeiro lugar, agradecer as amáveis e generosas palavras de Vossa Majestade, que são, uma vez mais, testemunho dos calorosos sentimentos, do verdadeiro carinho que nutre por Portugal e pelos Portugueses, e que muito nos honram e sensibilizam.

Quero igualmente manifestar a Vossa Majestade, assim como a sua Majestade a Rainha, o reconhecimento sincero de minha mulher, das personalidades que me acompanham e o meu próprio, pelo acolhimento tão cordial que nos tem sido dispensado desde a nossa chegada a Espanha.

Portugal tem em Vossa Majestade um amigo sincero; um amigo que conhece, como poucos, a realidade política, social e humana do meu país; um amigo que muito tem contribuído para o estreitamento das nossas relações.

Não esquecemos, em Portugal, os gestos constantes de Vossa Majestade em prol do reforço do entendimento fraterno e solidário entre os nossos povos, e orgulhamo-nos de tal amizade.

Majestade,

A visita de Estado que hoje inicio — a primeira que efectuo como Presidente da República Portuguesa — correspondendo ao amável convite que Vossa Majestade me transmitiu na manhã seguinte à minha eleição, realça não apenas a perenidade dos laços entre os nossos dois países, mas também o empenho co-

mum numa concertação mútua cada vez mais estreita que nos permita afrontar e vencer os desafios que se colocam à Europa e ao Mundo neste final de século.

As relações entre Estados vizinhos revestem-se de aspectos específicos, muitas vezes marcadas por desconfianças e rivalidades. O relacionamento entre Espanha e Portugal não escapou, historicamente, a este contexto. Mas a vizinhança directa é também geradora de fortes e variados interesses comuns que importa saber gerir em conjunto, quer no plano bilateral como multilateral. E é isso que temos vindo a fazer e que continuaremos a fazer, na consciência plena do muito que compartilhamos. A institucionalização de regimes democráticos nos nossos dois países, a nossa comum integração na União Europeia, o facto de fazermos parte do mesmo sistema de alianças, permitiram ultrapassar, definitivamente, os factores que dificultavam uma cooperação efectiva entre a Espanha e Portugal.

Vizinhos e amigos, parceiros e aliados, democracias abertas ao progresso, defensores intransigentes dos valores essenciais da liberdade, dos direitos humanos, da justiça, os nossos dois países criaram já as condições para um desenvolvimento sereno e natural das suas relações, que serve os nossos povos. Relações que contribuem para a consolidação de um projecto europeu assente na igualdade e na solidariedade entre os Estados, para uma Europa mais forte e coesa, aberta ao exterior, que seja um efectivo factor de agregação, de estabilidade e de paz.

O melhor exemplo para o futuro das relações entre os nossos dois Estados está na participação conjunta de soldados portugueses e espanhóis na missão de paz da Organização do Tratado do Atlântico Norte na Bósnia-Herzegovina, onde se joga, em certa medida, o sentido da evolução da Europa. Essa participação marca o fim de um longo isolamento, que pôde ser ultrapas-

sado pela vontade de demonstrar uma vinculação real à defesa da segurança europeia, pela determinação de Espanha e Portugal em voltar a intervir na feitura da história europeia. Quero, por isso, deixar aqui hoje uma sincera palavra de homenagem e respeito por todos aqueles que arriscam a sua vida para que a paz seja possível.

É necessário reconhecer que a grande vaga de esperança que resultou do fim da guerra fria e da divisão da Europa, com a perspectiva de uma nova ordem internacional baseada no direito e nos valores universais da liberdade e da democracia, veio dar lugar a uma longa transição, marcada pela incerteza, pelo ressurgimento de velhos conflitos e de nacionalismos violentos, bem como por tendências de fragmentação, que não podemos ignorar.

Não foram apenas a guerra na antiga Jugoslávia — a primeira na Europa desde o fim da última guerra mundial — e as dificuldades reais dos Estados europeus para a terminar que assinalaram, de modo dramático, os problemas da mudança nesta viragem do século. Esses problemas não se referem apenas à necessidade de assegurar uma maior capacidade de intervenção da Europa nas crises regionais, como também a crise do próprio modelo económico e social que garantiu o quadro de desenvolvimento sustentado das democracias europeias.

A nossa resposta a estas crises passa pelo fortalecimento das instituições multilaterais e dos processos de integração, sobretudo da União Europeia. Não podemos recusar o duplo desafio do aprofundamento e do alargamento. Para estar à altura das circunstâncias, a União Europeia deve, por um lado, poder consolidar decisivamente a sua capacidade de acção internacional, quer através da moeda única, quer pelo desenvolvimento de uma política externa e de segurança comum e, por outro lado, abrir as suas portas às democracias da Europa Central e Oriental.

Quaisquer que sejam as mudanças resultantes do aprofundamento e do alargamento, a União Europeia deverá preservar a sua natureza essencial como associação de Estados soberanos, vinculados a interesses comuns, à paz e à estabilidade regional. Uma comunidade de iguais, caracterizada pela solidariedade efectiva entre os seus membros, por uma crescente participação cívica e por políticas de coesão indispensáveis para avançar no caminho de uma convergência económica real.

Uma Europa aberta, decidida a consolidar as relações transatlânticas em todas as dimensões, capaz de valorizar as suas relações tradicionais com África e a América Latina, de desenvolver quadros de cooperação económica com a Ásia Oriental e de contribuir efectivamente para a estabilidade do Mediterrâneo.

Partilhamos, Portugueses e Espanhóis, uma vocação universalista, que nos levou à descoberta de novos mundos e que queremos fazer perdurar num espírito de abertura no contacto entre as civilizações e as culturas. Esta vocação é crucial para projectar o ideal europeu, e a nossa voz continuará a fazer-se ouvir, nas instâncias comunitárias, em defesa de uma União Europeia aberta aos desafios do nosso tempo.

Reunir-nos-emos, ainda este ano, com países irmãos, no âmbito da Conferência de Chefes de Estado e de Governo ibero-americanos, o que constituirá mais uma demonstração concreta e benéfica, não duvido, de uma solidariedade internacional bem compreendida e mutuamente vantajosa.

No quadro do reforço da cooperação que Portugal prossegue com os demais países lusófonos — que constitui uma prioridade da nossa política externa — terá lugar em Lisboa, a breve trecho, a Cimeira que institucionalizará a Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa, elemento importante no aprofundamento da cooperação profícua que existe já entre sete

países que partilham uma longa história comum e que expressam, na mesma língua, a riqueza das suas culturas diversificadas.

Apenas lamento que Timor-Leste não possa, ainda, participar plenamente nesse projecto, como povo livre e senhor do seu futuro. Portugal, enquanto potência administrante do território, tem responsabilidades específicas e um dever inalienável, perante os Timorenses Orientais e a comunidade internacional. Prosseguiremos, sob os auspícios do Secretário-Geral das Nações Unidas, todos os esforços para alcançar uma resolução política justa e internacionalmente reconhecida da questão de Timor-Leste, que pressupõe a defesa dos direitos humanos dos Timorenses e o exercício efectivo do seu direito à autodeterminação, através de uma consulta livre e democrática, sob a supervisão da comunidade internacional.

Majestade,

Referia há pouco o conjunto de interesses comuns que a nossa vizinhança suscita, que exige esforços conjuntos para uma melhor gestão de recursos, para procurar convergências, para concertar políticas e definir áreas de cooperação na defesa de acções globais ou sectoriais com impacto idêntico nos nossos dois países, designadamente em sectores estratégicos essenciais para o desenvolvimento, como sejam os transportes, as comunicações e a energia. Muito foi feito já neste sentido e o enquadramento comunitário que partilhamos facilitou um apreciável aumento das nossas trocas comerciais, do investimento recíproco e da cooperação industrial.

A nível institucional, as cimeiras anuais a nível de Chefes do Governo de Espanha e Portugal, assim como os encontros regulares entre responsáveis governamentais dos dois países, constituem um instrumento eficaz de concertação bilateral que im-

porta reforçar por forma a abarcarem todas as possíveis áreas de interesse comum; mas são igualmente importantes e deverão ser estimulados os contactos entre representantes da sociedade civil, nos mais variados sectores, com o objectivo de reforçar um diálogo permanente e fecundo entre os nossos Povos e Culturas. Espanha e Portugal dispõem hoje de um relacionamento sereno e profícuo.

É neste quadro de diálogo, de confiança mútua, de colaboração estreita, é neste contexto positivo, dizia, que devemos continuar a trabalhar, já que é nele que encontraremos os melhores caminhos da colaboração e até de superação de contratempos que a proximidade geográfica poderá fazer surgir.

É nesta perspectiva que daremos, com confiança, um novo impulso às negociações que estão a ser levadas a cabo para a assinatura de um Convénio bilateral sobre Bacias Internacionais, que tenha em consideração a realidade das nossas presentes relações e possa ser redigido à luz dos mais avançados critérios de preservação ambiental, assim como no quadro das mais recentes normas europeias e internacionais em vigor nesta matéria da mais particular importância para os nossos dois países.

Majestad,

Permíta-me que concluya, con una nota más personal, por donde he empezado: por nuestra admiración et amistad por el Soberano de España. Los años pasados en Portugal han creado sentimientos que perviven.

Sigue bien vivos en nosotros la rica personalidade, el ejemplo y la dignidad del Conde de Barcelona. Espero tener el honor de asociarme, dentro de pocas semanas, a la creación, en Cascaes, de la Fundación Giralda, que constuirá un doble homenaje al Padre de Vuestra Majestad: por el mismo nombre de la Fundación y por el hecho de que constituye un nuevo espacio de encuentro

entre españoles y portugueses, de profundización aún más íntima de nuestro conocimiento mutuo, como el Insigne habitante de aquella casa siempre ha propugnado.

En el Rey de España permítame que salude, Majestad, no solamente al amigo sincero de Portugal, sino al estadista que supo assumir con singular valor un papel histórico en la transición democrática de España, un Hombre que conquistó la admiración y el respeto de todos aquellos que sinceramente aprecian los valores de la democracia, la libertad y la dignidad humana.

Por ello, no ha constituido sorpresa para nosotros, los portugueses, el alto premio que Vuestra Majestad ha recibido, hace pocos días, testimonio internacional del continuado empeño de Vuestra Majestad en el prosseguimiento de los objetivos marcados por el Presidente Roosevelt en su discurso de 1941.

Esperamos sinceramente que Vuestra Majestad y la Reina Doña Sofia nos concedan en breve el honor y el placer de visitar oficialmente Portugal.

Majestade

Termino com uma certeza: a de que os nossos dois países encontrarão formas ainda mais concretas de estreitamento das suas relações bilaterais e que continuarão a dar, em conjunto, um significativo contributo para a construção de uma Europa mais solidária e mais coesa.

É com esta certeza que peço a todos que me acompanhem num brinde pelas felicidades pessoais de Suas Majestades o Rei e a Rainha, e pela prosperidade do povo de Espanha. Sessão Solene nas Cortes de Espanha (Visita de Estado a Espanha) Madrid 21 de Maio de 1996

É com particular emoção que estou nesta Casa. Sinto-me muito honrado pelo alto privilégio de me poder dirigir aos representantes eleitos da comunidade política espanhola, e igualmente sensibilizado por me ser permitido tomar a palavra nas Cortes, instituição indissociavelmente ligada à transição para a democracia, garante dos valores da liberdade e do pluralismo que caracterizam a Espanha moderna.

As transições democráticas sucessivas, em Portugal e em Espanha, na década de 70, são um marco na história das suas relações e da evolução da Europa contemporânea. Significam, desde logo, a determinação dos Espanhóis e dos Portugueses para reconquistar a liberdade, que lhes fora longamente negada por regimes autoritários arcaicos e opressivos.

Com a institucionalização da democracia pluralista, Espanha e Portugal puderam sair definitivamente do seu isolamento, para recuperar o seu lugar natural entre os Estados europeus. Os processos de democratização, a comunidade de valores e o empenho comum na construção europeia mudaram profundamente o quadro das relações entre Espanha e Portugal. Tornaram possível ultrapassar as velhas suspeições, que tantas vezes dominaram a história dos dois Estados, bem como superar uma atitude tradicional de indiferença recíproca. A força da democracia e da europeização prevaleceu para tornar irrelevantes as antigas tentações ou os medos recorrentes.

Espanha e Portugal deixaram de poder viver de costas viradas e também não o querem.

O sucesso de ambas as transições, contra o cepticismo de tantos, completou a democratização da Europa Ocidental. Esse facto foi, por sua vez, um factor crucial para restaurar a confiança e a dinâmica do processo de integração europeia, que se refizeram, sobretudo, à volta da adesão de Portugal e Espanha, e culminaram com o alargamento das Comunidades Europeias, a par do aprofundamento das relações comunitárias, com o Acto Único Europeu. Para lá das fronteiras da Europa Ocidental, as transições democráticas portuguesa e espanhola constituíram-se como o ponto de partida de uma «vaga de democratização», que terminou os ciclos de recessão autoritária crónica na América Latina e marcou o fim dos regimes comunistas na Europa de Leste e da guerra fria.

Por vezes esquecemo-nos do significado, da importância de tudo isto.

Senhores Deputados,

Senhores Senadores,

Com a viragem democrática, Espanha e Portugal puderam voltar a intervir na feitura da história do seu tempo.

Quero, pois, prestar homenagem aqui aos partidos políticos, e aos homens e às mulheres que souberam levar a bom porto a empresa da democratização espanhola, em circunstâncias bem difíceis. O seu exemplo, a sua capacidade para transcender as divisões ideológicas, subordinadas ao propósito comum de institucionalizar um regime de democracia pluralista. Os fundadores da democracia demonstraram, desde a primeira hora, a maturidade da sociedade espanhola e os seus altos valores cívicos. E quero, naturalmente, destacar nesta homenagem sincera Sua Majestade o Rei de Espanha, cuja acção, em todos os momentos, se revelou decisiva para o sucesso da transição democrática.

Creio ser esta a melhor forma de resumir, neste momento, o meu apreço de sempre por este grande País, pela sua história e pela sua vontade, sublinhando as mudanças que tornaram possível assentar em sólidos alicerces as relações entre Espanha e Portugal e abrir-lhes os caminhos do futuro.

Os desafios que confrontam a Europa no fim do século fazem recair responsabilidades acrescidas sobre todos os responsáveis políticos e, designadamente, sobre as instituições parlamentares, que são o cerne da vida política nos regimes de democracia representativa. O fim da guerra fria, com as transições democráticas na Europa Central e Oriental, a unificação da Alemanha e a decomposição da antiga União Soviética, alterou profundamente os termos de referência das relações internacionais e, nomeadamente, os equilíbrios estratégicos que sustentaram a segurança e a divisão da Europa durante quarenta anos.

A ressurgência de velhos problemas de fronteiras, de minorias e de refugiados, a força crescente de tendências nacionalistas violentas e de movimentos separatistas, a importância das dinâmicas de fragmentação assinalam a multiplicação dos factores de tensão e de conflito na Europa do pós-guerra fria.

No caso da antiga Jugoslávia, uma conjunção desses fenómenos provocou, tragicamente, o regresso da guerra ao nosso continente, pela primeira vez desde o final da última grande guerra, e veio demonstrar as limitações de um sistema de segurança baseado em premissas que deixaram de ser pertinentes.

Nesse contexto, a nossa prioridade deve ser a definição de uma fórmula estável para um novo modelo de equilíbrio multipolar, que possa assegurar a paz e a estabilidade nas circunstâncias do pós-guerra fria. A Europa foi, mais uma vez, o epicentro das grandes transformações e será na Europa onde, antes de mais, se terão de encontrar as respostas necessárias aos novos desafios.

Creio que esse novo modelo deverá basear-se na valorização, com flexibilidade, das virtualidades das organizações de que já dispomos, designadamente a União Europeia e a Aliança Atlântica, bem como da União da Europa Ocidental, do Conselho da Europa e da Organização de Segurança e Cooperação Europeia. É preciso saber articular as suas funções diferenciadas e respeitar a sua especificidade, por forma a criar um quadro estável de segurança para a Europa no seu todo, sem exclusões desnecessárias.

Não podemos, de facto, esquecer todos aqueles que na Europa Central e de Leste se empenham na consolidação dos seus processos de democratização e que anseiam, legitimamente, por partilharem o mesmo espaço de estabilidade, de progresso e de valores comuns.

A estabilidade não será, todavia, possível sem um fortalecimento do processo de integração europeia, cuja chave é a nossa resposta ao duplo desafio do aprofundamento e do alargamento da União Europeia. De certo modo, a construção europeia encontra-se numa encruzilhada. A incerteza e as dificuldades do momento têm levado a um adiamento sucessivo de decisões que são tão urgentes, como difíceis.

Para avançar, devemos ter uma ideia clara da Europa que queremos edificar, sabendo que não existe, para os nossos Estados uma alternativa melhor, fora de um processo de integração que continue a garantir um espaço de liberdade, de progresso e de paz. Os riscos da marginalização e da periferização são reais, tal como os perigos da fragmentação e da paralisia, e exigem da nossa parte uma atitude determinada e uma visão positiva e mobilizadora do futuro da Europa.

Queremos uma União Europeia que preserve a sua natureza essencial como uma associação de Estados soberanos, vinculados por interesses comuns, uma comunidade de iguais, onde se mantenha a posição relativa de cada Estado membro, assente nos princípios da solidariedade e da coesão, indispensáveis para garantir a perspectiva de uma convergência económica real. Queremos uma União Europeia cujas fronteiras coincidam com as fronteiras da democracia na Europa, abrindo gradualmente as suas portas para integrar os países da Europa Central e Oriental e assegurar a consolidação dos seus processos de transição democrática e a reconstrução das suas economias.

Queremos uma União Europeia com instituições mais fortes e uma maior participação dos cidadãos na construção europeia, uma comunidade de direito e de direitos, empenhada na defesa dos valores da liberdade, da justiça e da tolerância.

Queremos uma União Europeia aberta ao exterior, com condições efectivas de acção internacional, o que implica completar o processo da União Económica e Monetária, bem como desenvolver a política externa e de segurança comum e uma identidade europeia de defesa e segurança. Uma comunidade que assuma a vocação universalista da Europa, atenta ao agravamento dos desequilíbrios e das desigualdades, intransigente na defesa dos valores do humanismo, da liberdade e da dignidade da pessoa humana.

Esse grande desígnio europeu só será possível se puder captar a imaginação e o idealismo das nossas comunidades políticas e garantir a participação efectiva das instituições políticas e sociais. Por isso, permito-me insistir nas responsabilidades dos responsáveis políticos e, sobretudo, dos parlamentos, cuja acção, como sedes da representação nacional, me parece insubstituível.

Senhor Presidente,

Senhores Deputados e Senadores,

As relações entre Estados vizinhos têm qualidades próprias e são, frequentemente, marcadas pela desconfiança e mesmo por uma

cultura adversarial. A história de Portugal e Espanha, nos séculos em que se forjou a dualidade peninsular, não é excepção a essa regra. Creio, porém, que a institucionalização paralela de regimes de democracia pluralista nos dois países, bem como a sua integração nas Comunidades Europeias criaram as condições necessárias para ultrapassar os reflexos do passado.

As relações entre Espanha e Portugal tornaram-se significativamente mais importantes, quer pela anulação de velhas barreiras, como pelo empenho comum na construção de uma Europa unida, mais forte e coesa, aberta ao exterior, garante da paz e da segurança. Nesse sentido, é nossa obrigação aprofundar o nosso relacionamento num quadro de estabilidade política e de cooperação efectiva, tanto no plano bilateral, como multilateral.

Para Portugal, as relações com Espanha tornaram-se uma prioridade efectiva da sua política europeia. Por isso, esta é a primeira visita de Estado que efectuo como Presidente da República, acedendo ao tão amável convite de Sua Majestade o Rei de Espanha. Quero, deste modo, sublinhar a minha confiança profunda na evolução das nossas relações bilaterais, em todos os domínios, incluindo uma crescente cooperação em instâncias internacionais.

Estou em Espanha para conhecer melhor a sua realidade, tão rica e diversa, para fortalecer laços pessoais e estabelecer novos conhecimentos, para tratar, com a franqueza que só a verdadeira amizade permite, problemas e preocupações comuns, em suma, para dar um sinal inequívoco do nosso empenho no reforço permanente das nossas relações.

Esse reforço é tanto mais indispensável quanto a nossa vizinhança suscita, naturalmente, interesses comuns específicos, que devemos gerir conjuntamente, concertando as nossas políticas. É o que temos vindo a fazer e continuaremos esse caminho, estou

certo, num quadro de diálogo aberto, de confiança recíproca e de colaboração efectiva entre os dois Estados, para encontrar as soluções mais adequadas para os problemas que legitimamente preocupam os nossos povos.

Senhor Presidente,

Senhores Deputados e Senadores,

Espanha e Portugal são velhas nações e Estados antigos, com uma história e uma cultura que os individualiza, ambos marcados por uma longa experiência de abertura e de contacto com outras civilizações.

Temos orgulho no nosso passado, e assumimos, sem equívoco, as responsabilidades que decorrem dos vínculos especiais, ditados pela história, com outros povos e culturas, que se exprimem num quadro de relacionamento entre Estados soberanos.

Prosseguimos uma política de reforço constante das nossas relações com África, a América e a Ásia, designadamente com os países que falam a mesma língua. Nesse contexto, têm sido positivos os resultados da concertação entre Espanha e Portugal, sobretudo nos esforços para o desenvolvimento das políticas de cooperação da União Europeia, num espírito de solidariedade internacional.

A Cimeira Ibero-Americana que se reunirá no final do corrente ano constituirá mais um passo na consolidação de um relacionamento entre os nossos dois países e a América Latina, que consideramos ser da maior relevância.

O reforço das relações entre os Estados de língua portuguesa, espalhados por quatro continentes, ficará, dentro de algumas semanas, assinalado pela institucionalização, em Lisboa, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Concretizaremos, assim, uma antiga aspiração, com a criação de um quadro importante de aprofundamento da nossa cooperação.

A ocupação brutal e ilegal de Timor-Leste pela Indonésia impede que o seu povo possa participar, por agora, neste projecto, onde teria lugar por direito próprio. É um facto que lamentamos com particular tristeza. Pela nossa parte, prosseguiremos todos os esforços para que os Timorenses Orientais possam exercer, livre e democraticamente, o seu direito à autodeterminação, através de uma consulta sob supervisão da comunidade internacional. Essa é uma condição elementar na procura de uma resolução política justa e internacionalmente reconhecida da questão de Timor-Leste, sob a égide do Secretário-Geral das Nações Unidas, que ponha fim a tantos anos de opressão e de violações sistemáticas dos direitos humanos, sucessivamente condenadas pela comunidade internacional.

Señor Presidente,

Señores Diputados y Senadores,

Permítanme que refiera mi condición de ex-diputado para reiterar la importancia decisiva que atribuyo a los Parlamentos, sobre todo en este período de incertezas, marcado por el resurgimiento de fenómenos de violencia y por tendencias anti-democráticas. Nuestra respuesta debe centrarse en el refuerzo y la defensa del prestigio de la democracia representativa. Los Parlamentos son el lugar electivo de la democracia y del pluralismo político, el foro natural del debate libre de ideales y de proyectos que definen el porvenir de la comunidad política, la sede legítima de la formación de la voluntad nacional.

Para España y Portugal, la democracia ha significado no sólo la recuperación de la liberdad y del pluralismo, sino la reconciliación con la Comunidad internacional y una nueva era en las relaciones entre nuestros dos Estados. A esta nueva era corresponde una nueva generación de Españoles y Portugueses, formada en la democracia, sin el peso de mitos arcaicos. Para eses hombres y

mujeres, que tienen el gusto de la liberdad, las concepciones autoritarias y aislacionistas del pasado no tienen sentido. Son ellos quienes nos exigen una relación normal y abierta entre nuestros dos Estados, en la que la defensa de los intereses recíprocos se realize en un marco de cooperación, libre de prejuicios inútiles.

Ao terminar, quero saudar daqui, em nome de Portugal e dos Portugueses, a grande nação espanhola. Estou consciente de que a honra que me foi concedida de me dirigir às Cortes constitui um testemunho inequívoco da sólida amizade e dos laços profundos que nos unem. Nesse espírito, saberemos encontrar as orientações seguras para o futuro das nossas relações.

Sessão de Abertura do Congresso Internacional «Que Futuro na Europa Pós-96» Fundação Calouste Gulbenkian 4 de Junho de 1996

Embora não me tenha sido expressamente pedido que interviesse na sessão de abertura deste Congresso, não resisto, depois de ler o programa dos vossos trabalhos, e dizer-vos que ele me evocou uma recordação amarga da época em que participei, como membro português, na Comissão Europeia dos Direitos do Homem.

E essa recordação impele-me a cometer um plágio, contando com a generosa complacência do nosso ilustre anfitrião.

A recordação é a do depois tristemente celebrado caso Altun, cidadão turco que pedira asilo político na República Federal da Alemanha.

Detido, posteriormente, no âmbito dum pedido de extradição relativo à alegada prática de crime de direito comum, o Senhor Altun recorreu à Comissão Europeia, por temer vir a ser processado por actividades políticas que exercera no seu país.

A Comissão admitiu a queixa, pois considerou poder estar em causa possível violação do artigo 3.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, no respeitante à proibição de quaisquer tratamentos «cruéis», desumanos ou degradantes.

Mas não pôde pronunciar-se sobre o fundo da questão, porque, não aguentando a pressão causada pela discussão, em recurso judicial, do asilo entretanto concedido, o Senhor Altun se suicidou, lançando-se de uma janela do próprio tribunal em que o caso ia ser julgado.

Este dramático evento mostra, pungentemente, como o direito de asilo tem a ver com os aspectos graves e essenciais para a vida das pessoas — às vezes, mesmo de vida ou de morte.

Mas, em contrapartida, revela como a ainda incipiente ordem jurídica europeia contraiu já virtualidades, por vezes insuspeitadas, para uma justa e correcta abordagem dos problemas do asilo na perspectiva da defesa dos direitos do homem.

E é por isso que entendo não haver melhor forma de sugerir um lema para este Congresso do que fazer minhas as palavras com que o Prof. Ferrer Correia culminou a sua magistral alocução de abertura do Seminário Internacional «Europa 1996», que tão oportunamente a Fundação Calouste Gulbenkian tomou a iniciativa de, há poucas semanas, organizar: «É vocação dos Europeus fazer a Europa, porque é preciso fazer o Mundo.»

Não podemos, é certo, ser demagógicos, ou sequer ingénuos, a ponto de ignorar a realidade actual, em especial a situação social e económica do nosso país e do Continente a que pertencemos, bem como os condicionamentos derivados dos compromissos europeus que deliberadamente assumimos.

Tão-pouco é possível desconhecer, em particular, que a problemática dos refugiados e do direito de asilo se apresenta, hoje, bem diversa daquela a que a Convenção de Genebra de 1951 e o respectivo Protocolo de 1967 pretenderam dar solução.

Mas a mesma postura honestamente realista obriga-nos, em contraponto, a enfrentar esta tão difícil matéria expurgando-a de perniciosas confusões e de alarmes injustificados.

Refiro-me, por um lado, à necessidade de distinguir devidamente as especificidades próprias do direito de asilo e dos refugiados, face às questões gerais suscitadas pelo fenómeno migratório.

E sublinho, por outro, que não podemos olvidar que, em termos de peso social e económico, os dados estatísticos relativos aos pedidos de asilo formulados em Portugal nos anos mais recentes são bem menos preocupantes que os que afligem outros países europeus.

Encontramo-nos, por isso, numa situação privilegiada, em comparação com a de outros Estados do Continente, para analisar e discutir os temas dos refugiados e do direito de asilo, sem excessiva pressão de constrangimentos sócio-económicos, e dando primazia à consideração de princípios de que, afinal, a própria Europa foi precursora.

Podemos, nessa tarefa, encontrar sólido arrimo na Constituição, que não só consagra expressamente o direito ao asilo, como define como princípios gerais estruturantes da actuação do Estado português os da justiça, da proporcionalidade e do respeito pelos direitos do homem.

Confortou-me, ainda, verificar através do Programa deste Congresso, que ele não abordará o seu objecto por forma juridicamente redutora, mas sim global e complexivamente também numa perspectiva social, política e cultural.

E considero especialmente positivo que ele tenha partido da iniciativa duma Organização Não Governamental, com o inestimável e autorizado patrocínio do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

A sociedade portuguesa precisa, com efeito, para se manter viva e actuante, e não se deixar estiolar por excessiva burocracia institucional, da intervenção inovadora e autónoma das associações dos cidadãos. O apoio do Alto-Comissariado, com a longa experiência e firmeza de princípio que o distingue, é por si mesmo garante do nível e qualidade de qualquer empreendimento.

Desejo, pois, reiterar que, ao tratar do problema do asilo e dos refugiados, não seremos capazes de o fazer, enquanto cidadãos portugueses ou da Europa, se o não fizermos também enquanto cidadãos do Mundo.

Só assim poderemos, como aliás tive oportunidade de vincar ao definir a minha linha geral de actuação como Presidente da República, «emergir para um momento de acrescida respeitabilidade universalista, ao serviço da paz, do progresso mundial e do desenvolvimento dos Povos».

Se assim não procedêssemos, estaríamos a desmerecer do heróico e trágico exemplo do Cônsul Aristides de Sousa Mendes, que, ao garantir a fuga à perseguição nazi de mais de trinta mil refugiados, conseguiu, no dizer do historiador Yehuda Bauer, «sozinho, contra tudo e contra todos, realizar a maior operação de salvamento da história do Holocausto».

É a figura desse português corajoso, tão injustiçado no seu tempo, que hoje evoco e proponho como imagem tutelar deste Congresso. Sessão Comemorativa do 20.º Aniversário da Adesão de Portugal ao Conselho da Europa
Palácio da Europa, Estrasburgo
23 de Setembro de 1996

É com sentida emoção que hoje me dirijo a esta ilustre Assembleia. Para além da honra que sinto pelo convite que me foi endereçado pela Presidente Leni Fischer para me associar às comemorações do vigésimo aniversário da adesão de Portugal ao Conselho da Europa, os anos passados nesta casa, como primeiro membro português da Comissão dos Direitos do Homem, deixaram em mim uma marca indelével.

De facto, para quem, como eu, pautou sempre a sua actuação pela defesa intransigente dos direitos humanos, que melhor desafio poderia existir, que melhor oportunidade haveria para prosseguir os ideais que sempre me nortearam como cidadão e como homem político, que maior satisfação íntima poderia ter como jurista preocupado com a dignidade do Homem, com os abusos de poder, com a denegação da Justiça, do que ter tido a honra de trabalhar nestas instâncias?

Não é, pois, com falsa modéstia que exprimo aqui o orgulho sincero que sinto por ter podido dar um contributo empenhado na aplicação concreta daquilo que constitui a referência emblemática e intransponível da vivência democrática europeia: a Convenção dos Direitos do Homem.

Acreditem que é também com uma particular satisfação íntima que volto a percorrer estes corredores, que revejo tantas caras conhecidas e amigas, que volto a abraçar muitos daqueles com quem partilhei tantas horas de exaltante labor e de estimulante debate.

Senhores Deputados,

O Conselho da Europa soube sempre estar presente nos períodos de crise e reunir, nas suas instâncias, o melhor do espírito europeu. Logo na sua fundação, constituiu-se como o primeiro marco institucional da construção europeia, no meio de uma Europa desfeita e sem rumo.

Assumindo os princípios e os valores democráticos que formam a nossa herança comum, o Conselho da Europa soube projectar, nesse momento crucial, a visão de uma nova identidade europeia, contrapondo às guerras fratricidas provocadas pelas tentações expansionistas e pelas aberrações totalitárias, o ideal de uma união de democracias europeia. O Conselho da Europa tornouse assim o símbolo e o guardião de um novo princípio de legitimidade, legitimidade esta que excluía, necessariamente, todos os regimes despóticos.

Parece-me importante referir esta exclusão, que deu força e confiança a todos quantos lutaram, durante décadas, pela liberdade e pela democracia. Como português, não posso deixar de realçar este facto e o seu significado para aqueles que, no meu País, se opunham ao regime ditatorial.

Deposto o regime autoritário, institucionalizada a democracia pluralista, Portugal tomou, faz agora vinte anos, o lugar que por direito lhe advinha nestas instâncias. Este acto de reconhecimento e de legitimação da democracia portuguesa foi decisivo para a sua própria consolidação e constituiu o primeiro passo institucional da nossa reconciliação com a Europa e da integração de Portugal no processo de construção europeia.

O apoio político concedido pelo Conselho a Portugal, logo após a revolução de 25 de Abril de 1974, foi decisivo numa época em que se construía a democracia portuguesa.

SESSÃO COMEMORATIVA DO 20.º ANIVERSÁRIO DA ADESÃO DE PORTUGAL AO CONSELHO DA EUROPA

Recordo particularmente os diversos relatórios elaborados sobre a situação política vivida no meu país entre aquela data e a adesão de Portugal ao Conselho da Europa, assim como o apoio concreto que nos foi dado em vários domínios, prefigurando a cooperação que hoje se estabelece com as democracias do Centro e Leste europeus.

Permitam-me igualmente que saliente, no contexto da consolidação das instituições e das práticas democráticas no meu País, o papel fundamental que assumiu a experiência recolhida do Conselho da Europa nos domínios dos Direitos Humanos e da cooperação jurídica em termos do estabelecimento do quadro jurídico constitucional e pós-constitucional português.

A jurisprudência do Tribunal e da Comissão dos Direitos do Homem têm demonstrado, entre nós, a força do sistema criado pela Convenção, que constantemente se tem adequado às novas realidades.

Influente na elaboração da legislação portuguesa que veio consagrar direitos cujos contornos foram definidos pelos órgãos de Estrasburgo, ou consubstanciar até novas formas de garantia de direitos consagrados na Convenção, aquela jurisprudência tem constituído uma apreciável fonte de inspiração na interpretação dos direitos constitucionais e legais dos Portugueses.

De igual modo, Portugal esteve sempre na primeira linha daqueles que apoiaram uma solução de modernização e de reforço do sistema de protecção instituído pela Convenção, pelo que é com particular agrado que refiro a nossa adesão ao seu Protocolo 11, que será em breve formalizada.

E é-me grato registar que a cooperação estreita entre Portugal e o Conselho continua a assumir novas dimensões, sempre norteada pela busca de respostas para as grandes questões que preocupam as nossas sociedades. É assim que espero que o Conselho esteja representado na Exposição Universal de Lisboa, de 1998, cuja temática são os Oceanos e a sua preservação.

Senhora Presidente,

Senhores Deputados,

Creio que é patente para todos o papel particularmente activo que Portugal tem assumido no Conselho da Europa, o que corresponde à importância que atribuímos a estas instâncias enquanto bastião dos princípios e dos valores democráticos que fundamentam a nossa identidade e *forum* natural para tratar as principais questões de futuro onde se joga o destino comum das democracias europeias.

Não surpreende, por isso, o empenho particular que colocamos nas iniciativas relativas à protecção dos Direitos Humanos dos estrangeiros — e é com orgulho que recordo que Portugal está a levar a cabo uma campanha de legalização da situação dos estrangeiros em situação irregular e que concede já o direito de voto a muitos deles nas eleições autárquicas —, no combate ao ressurgimento do racismo, da intolerância e da xenofobia, à importantíssima questão da protecção das minorias, assim como ao reforço de uma efectiva solidariedade mundial que faça jus à vocação universalista da Europa, de uma Europa crescentemente atenta ao agravamento dos desequilíbrios e das desigualdades internacionais, geradoras de novas tensões e problemas.

É neste último contexto que avaliamos a importância do papel que pode desempenhar o Centro Europeu para a Interdependência e a Solidariedade Mundial, a que esperamos que outros países se associem em breve.

Permitam-me que releve, igualmente, o papel que o respeito pelos Direitos Humanos deve assumir no contexto do relacionamento exterior dos nossos Estados, na definição da política externa de

SESSÃO COMEMORATIVA DO 20.º ANIVERSÁRIO DA ADESÃO DE PORTUGAL AO CONSELHO DA EUROPA

uma Europa aberta ao Mundo, com condições efectivas de acção internacional, mas marcada pela defesa intransigente dos valores do humanismo, da liberdade e da dignidade humana.

Como «consciência da Europa», enquanto bastião, como há pouco disse, dos valores perenes da nossa identidade, não poderemos calar qualquer situação onde esses valores sejam espezinhados, nem optar pela «facilidade», utilizando critérios distintos na apreciação de situações em tudo similares.

A situação em Timor-Leste assume, neste contexto, um significado particular. A ocupação brutal e ilegal deste território pela Indonésia, a violação sistemática dos direitos elementares do seu povo, a arrogância — e, por que não dizê-lo? —, a impunidade de que continua a beneficiar o opressor, deve fazer reflectir maduramente a Comunidade Internacional. Pela nossa parte, continuaremos a não poupar esforços para que o povo de Timor-Leste possa exercer, livre e democraticamente, o seu direito à autodeterminação, através de uma consulta sob supervisão internacional. Só assim se poderá avançar na procura de uma solução política justa e internacionalmente reconhecida para esta questão, que ponha fim a tantos anos de violações sistemáticas dos direitos humanos naquele território, internacionalmente denunciadas e condenadas.

Senhora Presidente,

Senhores Deputados,

O Conselho da Europa tem estado presente, de forma particularmente activa, rigorosa e inspiradora, em todos os processos de re-democratização europeia, de reencontro pleno dos países da Europa com os valores essenciais da nossa civilização.

Com o fim do comunismo, o Conselho da Europa pôde receber os Estados da Europa Central e Oriental, onde a fundação da democracia se fez, justamente, em nome do regresso à Europa. Fiel à sua vocação original, o Conselho demonstrou dispor da autoridade necessária para confirmar e apoiar a transição democrática dos regimes pós-comunistas.

A firmeza do Conselho na defesa dos princípios e dos valores democráticos, bem como o facto de continuar a ser a mais aberta e a mais participada das instituições europeias, fazem com que seja, como há pouco disse, o *forum* natural para tratar das questões do futuro, o local privilegiado onde se forjam as concepções comuns indispensáveis às próximas etapas da construção europeia. Que a Europa está a atravessar um período de transição particularmente complexo é para todos evidente.

A extensão das mudanças, tal como a sua rapidez, é impressionante. A revolução europeia de 1989 e a unificação da Alemanha puseram fim à velha divisão da Europa, imposta pela rivalidade bipolar. O fim da guerra fria alterou radicalmente o mapa e os equilíbrios europeus e tornou possível recuperar a autonomia internacional das principais potências regionais.

O desmantelamento dos regimes comunistas encerrou uma era de afrontamentos ideológicos sucessivos entre os totalitarismos e a democracia, que determinaram um século de guerras e revoluções na Europa.

No dia seguinte, tudo parecia possível — o melhor e o pior. A única certeza era que tudo seria sempre diferente. A dificuldade principal passou a ser definir uma linha de orientação, numa fase de turbulência e de instabilidade inevitáveis, caminhar no bom sentido, não perder a oportunidade única de realizar a unidade das democracias europeias.

Cinco anos depois, tanto as expectativas mais optimistas, como as previsões mais pessimistas, parecem afastadas. A ilusão de um triunfo linear da democracia pluralista e de uma rápida unificação da Europa foi posta em causa pelo regresso da guerra, com as trágicas

consequências da dissolução da ex-Jugoslávia, perante as quais as instituições e as potências europeias se revelaram impreparadas. Por outro lado, os cenários catastrofistas sobre a desintegração europeia, a restauração autoritária na Europa Central, ou a ressurgência de uma ameaça russa foram desmentidos pela demonstração da resiliência da União Europeia e da Aliança Atlântica, pelo próprio dinamismo revelado pelo Conselho da Europa, pelo curso democrático dos regimes pós-comunistas, pela continuidade do processo de transição na Rússia.

No entanto, os principais problemas que se colocam à Europa ainda não foram resolvidos e o seu sentido final continua em aberto.

Nesta encruzilhada, creio ser urgente a concentração dos nossos esforços em três prioridades:

Procurar uma fórmula institucional de inserção da Rússia nos equilíbrios europeus, integrar gradualmente o conjunto das democracias europeias na Aliança Atlântica e na União Europeia, estruturar um quadro de estabilidade, de segurança e de progresso, assente no fortalecimento das instituições multilaterais regionais e baseado em sociedades abertas, humanizadas e participadas.

O processo de transição na Rússia será longo, determinado essencialmente pela evolução interna.

Não seria sério criar falsas expectativas sobre a influência externa ou, sequer, sobre a capacidade europeia para fazer face à complexidade e à escala das dificuldades de uma tripla mudança na natureza do Estado, do regime e da economia que caracteriza a singularidade da transformação do maior Estado do continente. Não obstante, a Rússia não poderá ser excluída do processo de formação dos equilíbrios regionais e, qualquer que seja a sua situação conjuntural, será importante fazer o possível por assegurar o reconhecimento dos seus interesses legítimos num quadro europeu de estabilidade e de segurança.

Quero, neste sentido, sublinhar a importância de que se reveste a associação da Rússia a instituições e a processos de cooperação multilaterais.

A Rússia é membro fundador da Organização de Segurança e Cooperação Europeia e pertence ao Conselho da Europa, está ligada à NATO no quadro do Conselho de Cooperação do Atlântico Norte, pelo seu estatuto próprio no programa da Parceria para a Paz e pela sua participação na força de paz na Bósnia. Não estando em causa a sua integração na Aliança Atlântica ou na União Europeia, os quadros e os procedimentos alternativos de cooperação são tanto mais relevantes e devem poder desenvolver-se por forma a evitar fracturas dispensáveis e associar a Rússia à definição dos equilíbrios europeus.

Por outro lado, a integração gradual dos Estados da Europa Central e Oriental no conjunto das instituições europeias e ocidentais é decisiva quer para consolidar os seus regimes democráticos como para garantir a estabilidade e a segurança de uma vasta região da Europa.

Neste contexto, creio não ser razoável continuar a adiar por muito mais tempo a definição dos calendários e dos prazos do alargamento da União Europeia e da Aliança Atlântica.

Não pretendo diminuir as dificuldades reais, a grande complexidade deste processo de alargamento, mas está em causa, de facto, a nossa capacidade para responder a uma oportunidade rara de realizar a unidade das democracias europeias, cuja consolidação é a chave da durabilidade da paz e da segurança regionais.

A densidade e a extensão dos processos de integração multilaterais tornaram-se a marca distintiva da Europa na cena internacional. Da consolidação destas instituições, mormente da União Europeia e da Aliança Atlântica, depende, em última instância,

SESSÃO COMEMORATIVA DO 20.º ANIVERSÁRIO DA ADESÃO DE PORTUGAL AO CONSELHO DA EUROPA

o sentido final das transformações verificadas na Europa: a sua estagnação, ou a sua paralisia anunciariam o declínio, talvez irreversível, da construção da Europa das democracias, perante a multiplicação dos fenónemos de fragmentação: o separatismo, a ressurgência de movimentos étnicos e de reflexos atávicos patentes, em toda a sua extensão, na tragédia jugoslava.

Seria irresponsável negar os riscos de uma proliferação dessas tendências, que podem pôr em causa a estabilidade e a continuidade dos Estados e das democracias.

Daí a necessidade de concentrarmos todos os nossos esforços na consolidação das dinâmicas de integração e, designadamente, das instituições multilaterais que representam o ideal europeu e que o podem concretizar em todas as suas dimensões — morais, políticas, económicas e culturais.

Enquanto a mais antiga organização europeia do pós-guerra, como instituição que simboliza a Europa dos princípios e dos valores, cabe ao Conselho um papel primordial na construção da segurança democrática do nosso Continente. Deste modo, deverá contribuir para uma cooperação aprofundada e eficaz com a União Europeia e com a OSCE, sem que se deva verificar desperdício de esforços ou duplicação de objectivos.

Creio ser essa linha de unidade das democracias europeias a orientação certa para ultrapassar o período de transição aberto com as extraordinárias mudanças dos últimos anos.

Senhora Presidente,

Senhores Deputados,

O projecto europeu não se poderá encerrar numa visão tecnocrática, num economicismo estreito. Daí a importância de que se reveste o Conselho da Europa no aprofundamento desse projecto, enquanto instância que, pela diversidade geográfica, cultural e económica dos membros que a constituem, melhor espelha a riqueza desta nossa Europa e em melhores condições se encontra para concertar e definir orientações relativas às grandes questões que se nos colocam.

Para além da defesa e promoção dos Direitos Humanos, a preservação do património cultural, o ambiente, a droga, a bioética, a segurança social, os terríveis fenómenos de exclusão que se verificam dentro das nossas sociedades, as migrações, o papel da ciência, são algumas das importantes questões a que o Conselho presta e deverá continuar a prestar uma especial atenção.

Permitam-me que faça uma referência específica à ciência na sua íntima ligação à democracia. A democracia precisa de ciência. Ou se aprofundam continuamente as bases científicas do conhecimento sobre a natureza, sobre o ser humano e sobre a sociedade, promovendo-se assim o espírito crítico e participativo, ou assistiremos a um processo de destruição inexorável dos saberes argumentativos e, com o apagamento destes, da legitimidade da própria ordem em que assenta a sociedade democrática.

No contexto destas importantíssimas questões, não será certamente redundante salientar mais uma vez o papel que podem e devem assumir as associações de cidadãos no debate, na promoção e na defesa dos ideais e dos objectivos do Conselho.

É indispensável mobilizar os cidadãos. Nestes tempos de incerteza, o sucesso da democracia dependerá, em larga medida, da resposta que as «instituições» puderem dar aos anseios legítimos dos cidadãos. Neste contexto, não é necessário sublinhar a responsabilidade específica que cabe aos Parlamentos, enquanto cerne da vida política nos regimes de democracia representativa. O Conselho tem feito esforços sérios, em alguns domínios, para coordenar esforços convergentes com organizações não governamentais, reforçando assim a participação directa e activa dos indivíduos na prossecução das suas acções e iniciativas.

SESSÃO COMEMORATIVA DO 20.º ANIVERSÁRIO DA ADESÃO DE PORTUGAL AO CONSELHO DA EUROPA

Mas creio ser necessário ir mais longe, aprofundando a articulação directa com a sociedade civil por forma a mobilizar todos os recursos possíveis para um combate solidário que permita fazer face aos grandes desafios que se nos colocam.

Mencionava há pouco a exclusão social, que constitui o reverso de uma realidade marcada pela conquista da competitividade económica num contexto de globalização produtiva e de destruição de fronteiras. Trata-se de um problema europeu e como tal deverá ser tratado, sob pena de vermos as nossas sociedades tornarem-se crescente e perigosamente dualistas, enfraquecidas na sua coesão interna. Não podemos, face à questão do emprego, abdicar de políticas voluntaristas, determinadas, servidas por meios compatíveis com a dimensão do problema que pretendemos atacar.

Neste combate, nesta congregação indispensável de meios e esforços, parece-me importante revalorizar o associativismo e as noções de interesse colectivo e de serviço público. Julgo particularmente necessário mobilizar os intelectuais e os criadores europeus para as grandes causas da participação cívica, da luta contra o dualismo, a pobreza e a exclusão.

Que melhor manifestação da vivacidade e capacidade deste Conselho, da Europa e da Democracia, do que revalorizar a batalha constante pelos valores de sempre, recorrendo aos novos meios tecnológicos, às marcas do nosso tempo?

Por que não lançar, a nível europeu, uma grande campanha de promoção do associativismo e de difusão da Carta Social Europeia Revista, com o apoio dos mais diversos meios de comunicação e fazendo apelo a tantos criadores intelectuais desejosos de se empenharem num combate solidário contra os dualismos e as exclusões que minam as nossas sociedades?

Pela minha parte, darei todo o meu apoio a uma tal iniciativa do Conselho.

Senhores Deputados,

Nenhuma democracia é perfeita. Existe sempre uma diferença entre os direitos plasmados nos textos e a prática concreta do seu exercício, o que exige uma atenção e uma presença permanentes dos responsáveis e dos cidadãos, um rigor constante.

O ser humano é sempre o destinatário da política. O seu bem-estar é a essência do progresso digno desse nome, pelo que este objectivo deverá sempre prevalecer e estar presente nos avanços científicos e técnicos, tantas vezes condicionados por interesses materiais que os afastam dos seus desígnios mais nobres.

O respeito pela pessoa humana, pelos seus direitos inalienáveis, essência e razão de ser deste Conselho, levam-me a que faça desta tribuna um apelo sincero a que a pena de morte possa vir a ser totalmente abolida no nosso continente. Creio que me assiste, neste apelo empenhado, o facto de Portugal ter sido um pioneiro nesta matéria, já que a pena de morte foi entre nós abolida há mais de um século.

De igual modo expresso o nosso empenho em que esta Assembleia e os Governos representados no Conselho possam aprovar com a necessária celeridade a Convenção sobre os Direitos do Homem e Biomedicina.

Os nossos tempos exigem que o Conselho demonstre, a cada passo, a cada desafio, a sua vitalidade.

Estou certo que assim será.

Senhora Presidente,

Senhores Deputados,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Há vinte anos, quando se tornou o décimo nono membro do Conselho da Europa, Portugal fez acto da sua determinação na defesa dos direitos humanos e o seu empenho na construção

Sessão Comemorativa do 20.º Aniversário da Adesão de Portugal ao Conselho da Europa

europeia. Vinte anos volvidos, 39 Estados europeus estão representados nesta sala. Hoje, a democracia é já o outro nome da Europa.

Pela minha parte, quero aqui repetir o gesto de há vinte anos e reiterar a confiança de Portugal no futuro da Europa.

Conferência no Instituto Universitário Europeu de Florença Fisiole 25 de Setembro de 1996

É para mim uma honra e um prazer associar-me às comemorações do vigésimo aniversário do Instituto Universitário Europeu e poder dirigir-me a uma assistência tão particularmente interessada no processo de construção europeia.

Agradeço-lhe, Senhor Presidente, as palavras que quis ter a amabilidade de me dirigir, que me honram e que honram o país que aqui represento.

Antes de mais, queria prestar a minha sincera homenagem a todos quantos trabalham ou trabalharam nesta Instituição, contribuindo para um melhor conhecimento da Europa na sua diversidade política, cultural, económica e social.

A criação da Cátedra Vasco da Gama ilustra, por si só, a importância que Portugal atribui ao Instituto e ao seu trabalho de análise dos aspectos mais relevantes do processo de integração do nosso continente, suscitando pistas para o seu aprofundamento, fazendo avançar, em suma, a prossecução dos ideais e dos valores que nos norteiam. Que me seja permitido, neste contexto, mencionar especificamente Emile Noel. Colaborador próximo de Jean Monnet, Secretário-Geral da Comissão Europeia e Presidente deste Instituto, a sua dedicação aos ideais europeus, a sua capacidade de organização, a sua persistente acção, ao longo de décadas, em prol de uma Europa mais coesa e mais unida, constituirão sempre uma fonte de inspiração valiosa. O seu desaparecimento, há poucos meses, enlutou compreensivelmente todos quantos partilham, como eu, estes ideais.

Testemunho da visão dos pais fundadores do processo de integração europeia, a ideia de uma Universidade Europeia surgiu inevitavelmente logo no imediato pós-guerra.

Como tantas outras iniciativas, a sua concretização conheceu as peripécias decorrentes das hesitações e das contradições inerentes à evolução do próprio projecto europeu.

Se se poderá lamentar que não tenha sido possível ir mais além em termos da criação de uma verdadeira Universidade, multidisciplinar, livre de estender os seus campos de investigação a todas as áreas do saber, teremos de reconhecer que o balanço destes vinte anos é, a todos os títulos, largamente positivo. Dispomos de um centro, solidamente estabelecido, de pesquisa e de difusão do saber relativo ao processo de integração da Europa nas suas vertentes histórica, política, social, económica e jurídica.

Isto não quer dizer que nos devamos contentar com este *acquis*. A dinâmica da integração europeia, o seu constante e necessário aprofundamento, os desafios com que nos defrontamos, exigem certamente que tentemos ir mais longe, ultrapassando tabus e defesos que já não têm sentido.

Parecer-me-ia igualmente útil que os diversos centros de investigação e de difusão do saber, criados no âmbito europeu, encontrassem formas de uma articulação mais estreita e eficaz entre si, tal como creio que um maior envolvimento do Instituto no quotidiano das instituições europeias traria benefícios mútuos, aumentando o grau de percepção recíproca e da capacidade de se responder a alguns dos importantes desafios que se colocam às nossas sociedades democráticas.

Forçoso será reconhecer que as instituições europeias não souberam gerar o «dinamismo popular» desejável em torno da «ideia europeia». Trata-se de um problema grave de compreensão, de

adesão e de participação que temos de enfrentar sem rodeios, sob pena de vermos esboroarem-se as condições essenciais à realização do projecto europeu.

O Homem, o cidadão, será sempre a origem, o destinatário e a razão de ser de toda a política. Neste mundo em constante mudança, a Ciência e o seu uso revelam-se, assim, instrumentos fundamentais de participação e de adesão dos cidadãos.

A democracia precisa de Ciência. Porque, ou se aprofundam continuamente as bases científicas do conhecimento sobre a natureza, sobre o ser humano e sobre a sociedade, promovendo-se paralelamente o espírito crítico e participativo, ou assistiremos a um processo de destruição, porventura lento mas inexorável, dos saberes argumentativos e, com o apagamento destes, da legitimidade da própria ordem em que assenta a sociedade democrática.

Se, na linguagem de todos os dias, não se afirmarem e não circularem os valores e as percepções de índole científica e tecnológica, será a capacidade de representar a realidade que se encontrará severamente limitada. As escolhas não serão então, certamente, as mais adequadas aos tempos e aos contextos em que vivemos, tal como se tornará mais difícil a formulação de juízos informados acerca de acontecimentos frequentemente noticiados nos *media*.

A União Europeia dispõe de meios financeiros e de programas que permitem, em articulação com os Estados membros, reforçar os mecanismos da política científica, apoiar a investigação de base e a investigação tecnológica, valorizar os seus resultados e lançar iniciativas de divulgação da cultura científica em larga escala.

É forçoso, pois, que as grandes prioridades destes programas sejam orientadas por princípios que claramente estimulem atitudes a

favor da ciência nos seus aspectos mais fundamentais, bem como que promovam expectativas integradas a nível europeu onde as ciências sociais encontrem um quadro correcto de articulação com outras ciências.

O caminho para uma Europa mais justa para os seus cidadãos e mais solidária com os outros povos deste mundo não pode repousar apenas em aperfeiçoamentos de carácter técnico e tecnológico: porque na sua dimensão e na sua alma, cujas bases radicam nas épocas geniais do renascimento e dos descobrimentos, estão o espírito crítico, a verificação pela experiência e a criação científica. A Europa tem de se adaptar constantemente às exigências da modernidade e do progresso. Tem de ultrapassar, com sucesso, a encruzilhada em que se encontra, assumindo, claramente, um projecto político mobilizador e participado.

São estas questões que pretendo aqui discutir convosco sob o título genérico «o futuro da União Europeia».

Minhas Senhoras e meus Senhores.

A minha visão sobre o futuro da União está, naturalmente, marcada pelo meu ponto de partida: vistos do extremo ocidental da Europa, os principais problemas da crise europeia são porventura influenciados pela própria distância.

Só posso invocar, em defesa desta visão, aquilo que Machiavelli dizia quando afirmava que os vales se vêem melhor da montanha e as montanhas dos vales, presumindo a sua pertinência para o caso de um olhar da periferia para o centro.

Vivemos um período de crise e uma fase de transição na Europa originados pelas grandes transformações causadas pela deposição dos regimes comunistas na Europa Central e Oriental, pela unificação da Alemanha e pela decomposição da União Soviética, uma crise que resulta do significado, da rapidez e da própria imprevisibilidade dessas mudanças.

O fim do comunismo encerrou um século de guerras e de revoluções, o fim da guerra fria alterou radicalmente a posição internacional da Europa, o recuo e o desaparecimento do império soviético modificaram o mapa político do continente.

A aceleração da História, que marcou a viragem iniciada com as profundas modificações verificadas na Europa a partir de 1989, constituiu, em si mesma, um factor de crise. As nossas próprias concepções e os nossos pressupostos foram postos em causa. Como era inevitável, a crise reproduziu-se tanto no processo como nos modelos de integração comunitária. A mudança das fronteiras da democracia na Europa, a ressurgência da Alemanha como principal potência regional, o fim da divisão imposta pela rivalidade bipolar assinalavam, de facto, o fim de um ciclo na construção europeia.

Esta viragem marcou o início de uma fase de transição, na procura dos modelos, das formas e dos arranjos institucionais mais adequados para reconstituir um quadro de estabilidade e de segurança na Europa.

Este estado de crise condiciona naturalmente os comportamentos políticos, tal como implica um processo de enorme fluidez, que resiste à imposição de um enquadramento estável.

É forçoso reconhecer que a Europa deixou de ser, como durante a guerra fria, o centro da política internacional e que foi remetida para um estatuto regional, cuja importância será definida mais pelos seus próprios méritos do que pela competição entre grandes potências externas. Paralelamente, as principais potências regionais recuperaram um estatuto de autonomia política e estratégica. A reunificação alemã contribuiu igualmente para reforçar tendências de renacionalização que já se verificavam na política das principais potências europeias e que, levadas às suas últimas consequências, poderiam pôr em causa a integração comunitária.

Neste quadro, a integração interna da Europa assume uma importância crucial, já que dela dependerá a possibilidade de garantir a essa mesma Europa um peso crescente numa lógica de competição internacional dominada pela emergência de grandes espaços regionais e pela globalização da economia.

Encontramo-nos pois numa encruzilhada. As primeiras fases do processo de integração europeia serviram, em larga medida, para resolver o passado, para ultrapassar os pressupostos da guerra, os proteccionismos internos, as fronteiras. O que se lhe exige agora, também, é um contributo para construir o futuro e enquadrar as novas realidades deste final de século. Deste contributo dependerão, afinal, o progresso, a estabilidade e a segurança da Europa. Minhas Senhoras e meus Senhores,

O fim da velha divisão da Europa e a restauração democrática na «outra Europa» criaram uma oportunidade rara para realizar a unificação das democracias europeias.

O dilema que se coloca à construção europeia é o de saber como articular a extensão das fronteiras comunitárias com o processo de integração económica e monetária, sabendo-se que a estabilidade regional reclama a integração dos países da Europa Central e Oriental, cuja exclusão poria em causa o sentido último de uma verdadeira união europeia.

Maastricht representa uma primeira tentativa para responder a estes problemas. O Tratado travou certamente os riscos de fragmentação, reiterando o compromisso de todos os Estados membros no processo de integração; definiu os marcos formais de um período de transição, no caminho para uma refoma das instituições e para a União Económica e Monetária; permitiu o alargamento à Áustria, à Finlândia e à Suécia.

Neste sentido, o Tratado constitui o quadro de referência para realizar as mudanças indispensáveis para o próximo ciclo da

construção europeia. Os próximos três anos, com a conclusão da Conferência Intergovernamental e a reforma institucional, a terceira fase da União Económica e Monetária e o alargamento aos países da Europa Central e Oriental, serão cruciais para a resolução da crise europeia.

Todas estas questões exigirão dos responsáveis políticos uma capacidade acrescida de orientação e de decisão, para ultrapassar as dificuldades e os obstáculos que se têm multiplicado na via da integração europeia.

Creio ser necessário reiterar, neste momento, que o desígnio da integração terá de continuar a ser um desígnio político e estratégico, cujas dimensões económicas e sociais são, em última análise, os instrumentos indispensáveis para aliar à estabilidade democrática e à segurança regional, os factores relevantes de modernização e de progresso.

Não será por de mais repeti-lo: a construção europeia precisa de um desígnio político. A Europa não pode consumir-se num debate sobre a sua própria organização, sob pena de se transformar numa abstracção. A Europa não poderá circunscrever-se nem à integração económica, nem à convergência nominal. A Europa que desejamos exige sobretudo não apenas consumidores, mas cidadãos. A primeira razão de ser do projecto europeu é garantir a paz entre os Estados da Europa, num quadro de consolidação das democracias. Para todos nós, tornar impensável a guerra foi e continuará a ser o propósito constante.

A segunda razão de ser da construção europeia é o fortalecimento dos seus Estados membros; só assim se justifica e se assume a partilha colectiva de soberanias enquanto modo de assegurar a estabilidade interna e de reforçar a posição externa.

A terceira razão é a formação de uma entidade inédita nas relações internacionais, uma «potência civil», um espaço onde os

Estados se subordinam aos princípios do direito não apenas na ordem interna como nas relações entre si. Trata-se de um elemento essencial na definição da identidade europeia, sinónimo de democracia e de primazia do Direito, pedra-de-toque na formação de uma sociedade internacional.

A quarta razão do projecto europeu tem a ver com a dimensão de desenvolvimento económico solidário que tende permanentemente a corrigir as assimetrias, a garantir um espaço de progresso equilibrado entre as diversas regiões da Europa, a congregar o empenho e a participação dos cidadãos. Em suma, a dimensão da coesão e da solidariedade europeias, sem a qual não existirá um projecto de integração europeia digno deste nome.

E, como pano de fundo da nossa maneira de sentir e de pensar, como «razão acima das razões», a nossa comum matriz cultural, diversificada nas suas expressões mas radicada num mesmo apego aos valores da liberdade, da democracia, do respeito pelos direitos inalienáveis do ser humano, do Estado de Direito e da solidariedade. Uma matriz cultural comum que não exclui naturalmente, antes se enriquece, nas identidades próprias e na variedade que caracterizam a Europa.

Como já referi, penso ser necessário afirmar a natureza política e a importância estratégica da construção europeia.

Só assim poderemos definir com clareza o seu significado, tão frequentemente submerso em debates exóticos e irrelevantes sobre a arquitectura institucional ou a contabilidade da convergência monetária, que tornam incompreensível, para os cidadãos, o sentido do futuro da União Europeia.

Creio que chegámos ao momento de acabar com as discussões exotéricas. A construção da Europa exige a participação activa dos cidadãos.

Para tal exige-se transparência, definição rigorosa dos objectivos, proximidade, diálogo, clareza nos propósitos e nos sacrifícios que tantas vezes lhe serão associados, respostas às ansiedades que fazem crescentemente o dia-a-dia do cidadão comum, confrontado com o espectro do desemprego, da exclusão, da marginalização social relativamente a si próprio ou aos seus filhos.

Creio que a primeira condição para superar a crise da União Europeia passa pela afirmação clara dos seus desígnios políticos e estratégicos. Só assim se poderá exercer uma verdadeira função de orientação, indispensável neste período de incerteza, onde os caminhos de futuro se tornam opacos.

Trata-se de uma visão indispensável para responder ao desinteresse e às ansiedades dos cidadãos e às resistências crescentes contra o desenvolvimento do processo de integração, presentes em todos os nossos Estados, e que podem prejudicar seriamente os consensos políticos internos indispensáveis à prossecução da construção europeia.

Uma segunda condição reside nas reformas institucionais. É urgente superar os impasses e bloqueios que caracterizam o processo de decisão comunitário. O que está em causa é, por um lado, a eficácia e a credibilidade das políticas comuns e, por outro, as formas de participação dos representantes eleitos na definição dessas políticas.

O que está também em causa é a preparação das instituições para a realidade do alargamento, articulando os imperativos da eficácia com o princípio intransponível da igualdade entre os Estados membros, trave mestra do processo de integração europeia.

Por certo, a reforma institucional terá de respeitar a regra da flexibilidade, sob pena de paralisia da União Europeia.

A flexibilidade tem, no entanto, limites e a multiplicação de fórmulas relativamente à constituição de «núcleos duros», de «círculos concêntricos», de «geometrias variáveis», para além de contribuírem para a ilegibilidade do debate, podem provocar fracturas irreversíveis.

Meus amigos: estejamos cientes de que a criação de divisões dispensáveis será certamente o pior método para unificar a Europa. Uma terceira condição para superar a crise respeita ao chamado dilema entre o aprofundamento e o alargamento. Digo-vos, desde já, que não gosto da palavra dilema pois evoca o estigma do imobilismo. Dilema haverá, mas o mais importante será saber como ultrapassá-lo.

Poderemos privilegiar o aprofundamento, já que nele residirá a condição *sine qua non* da solidez e da estabilidade do processo de construção europeia, mas não poderemos iludir ou ignorar o alargamento; ele está aí, intransponível, resposta necessária às aspirações de tantos quantos legitimamente anseiam partilhar do progresso, da estabilidade, da segurança democrática, em suma, do nosso projecto comum e sem os quais a Europa não seria a Europa.

Mas a intensificação das relações entre os Estados membros, como a expansão das fronteiras da União Europeia são necessárias. Mas ambas exigem recursos muito importantes, cuja disponibilidade é tanto mais reduzida quanto vivemos uma fase de estagnação económica e de crise do modelo social europeu.

A União Económica e Monetária foi concebida como uma alavanca de mudança, como um instrumento crucial para a mudança de ciclo na construção europeia, susceptível, por si só, de criar as bases de um novo modelo de organização político-institucional. Mas esta estratégia tem vulnerabilidades que não podemos escamotear, tal como envolve riscos sérios relativamente

à futura coesão indispensável da União. No entanto, não faz sentido recuar: o grau de convergência já atingido e os esforços já realizados para o atingir desaconselhariam tal renúncia, cujos custos seriam certamente muito elevados.

Mas a construção europeia não deve ficar refém da União Económica e Monetária e não pode realizá-la independentemente da realidade social. A UEM tem de ser compatibilizada com a reorganização institucional da União e com a coesão económica e social, para não correr o risco de se transformar num fim em si mesma e caminhar para um impasse.

Repito o que atrás aflorei: a UEM exige meios — e meios importantes —, nomeadamente orçamentais, para se não tornar numa utopia caricata ou num factor de divergência e de desagregação da União.

Não podemos esquecer que a UEM está a ser posta em prática num contexto económico e social de grande vulnerabilidade, marcado por uma restruturação muito profunda dos sectores produtivos, com as consequências que se conhecem no plano de emprego e com a emergência de fenónemos de exclusão em larga escala.

As sociedades europeias terão tendência para se tornar crescente e perigosamente dualistas, enfraquecidas na sua coesão interna e ameaçadas pela exclusão social macificada, reverso de uma realidade marcada pela conquista da competitividade económica num contexto de globalização da economia e de destruição de fronteiras. Este, porventura, o verdadeiro desafio e a ameça mais séria que se coloca às nossas sociedades e à Europa neste final de século. E como problema europeu deverá ser tratado, com políticas voluntaristas, determinadas, servidas por meios compatíveis com a dimensão do problema que se pretende atacar.

O alargamento é indispensável para garantir a consolidação dos regimes democráticos no Leste e Centro europeus e para assegurar uma estabilidade ameaçada por tensões sociais e étnicas e por conflitos militares potenciais que ameaçarão a segurança da própria União. Os avisos da tragédia na ex-Jugoslávia não podem ser ignorados, e a melhor maneira de alargar à Europa Central e Oriental o seu espaço de segurança e estabilidade será por via da extensão das fronteiras da União Europeia.

Mas, mais importante, a unificação do conjunto das democracias europeias faz parte integrante do desígnio político da União Europeia, cuja legitimidade política enquanto estrutura essencial da Europa seria posta em causa se fechasse as suas portas às novas democracias.

Como sempre, a questão essencial reside na existência, ou não, de um desígnio político. Esse projecto tem de existir, sob pena de negarmos o legado dos «pais fundadores» e, sobretudo, de nos negarmos a nós próprios.

E a dimensão política para o projecto europeu exige também que ele não se restrinja ao âmbito estrito da União Europeia, ainda que encontre aí a sua âncora fundamental. O Conselho da Europa, a OSCE, a UEO e a NATO constituem estruturas essenciais para «organizar» a Europa, para criar condições para gerar esferas de integração diferenciadas destinadas a evitar a marginalização de Estados cuja presença é indispensável para a estabilidade do Continente.

Será absolutamente necessário criar condições para uma crescente cooperação e articulação entre estas organizações, ultrapassando porventura a lógica estrita da sua fundação e procurando um conjunto institucional coerente, que constitua uma mais-valia relativamente à simples soma das partes.

Portugal, como Estado membro da União Europeia e fundador da Aliança Atlântica, está plenamente empenhado nos esforços para consolidar a organização da Europa como espaço de paz, de liberdade e de solidariedade.

Meus Amigos,

Julgo que toda e qualquer reflexão sobre o futuro da União Europeia, parafraseando Vaclav Havel, deve partir de uma discussão sobre a Europa enquanto sede de valores partilhados, sobre a nossa identidade espiritual e intelectual, sobre o que a Europa foi e o que é, sobre o que poderá ou deverá ser.

Na nossa concepção comum, a sede de todo o poder reside no cidadão, no Homem que pensa, que se expressa e que escolhe livremente. O processo de integração europeia terá sempre de visar a liberdade e a dignidade do Homem, libertando-o do medo e reforçando as condições do exercício da cidadania.

Não apenas libertá-lo do medo do seu semelhante, do medo da guerra, mas libertá-lo dos espectros da rejeição social, da exclusão económica, da intolerância e do racismo, das diferentes formas de marginalização que marcam as nossas sociedades.

É esta a essência do projecto político europeu. Um projecto que tem de ser permanentemente mobilizador dos cidadãos, da imaginação e da criatividade. Um projecto crescentemente participado. Um projecto que vá ao encontro dos anseios legítimos e que permita fazer face, eficazmente, aos falsos profetas que sempre pululam em épocas de crise, aos interesses corporativos, às ambições mesquinhas.

Para encontrar as vias adequadas para a ultrapassagem da crise, é necessário que a Europa reencontre os seus valores fundamentais de solidariedade, de participação, de responsabilidade cívica, que reassuma, finalmente, de modo pleno, a sua vocação humanista e a sua tradição universalista.

Só assim poderemos iniciar, com confiança, o próximo ciclo da construção europeia, um ciclo que deverá ser marcado por uma intensificação das relações entre os Estados membros e o alargamento da União ao conjunto das democracias europeias. Pela minha parte, estou seguro que assim será; e que vos digo que tenho confiança no futuro da União Europeia.

Sessão de Encerramento do Seminário sobre as Relações Luso-Espanholas Universidade Autónoma de Lisboa 29 de Novembro de 1996

As relações entre Estados vizinhos revestem aspectos particulares e impõem responsabilidades específicas na gestão dos interesses comuns, por forma a permitir fazer face, de modo eficaz, às questões e aos desafios que essa própria vizinhança convoca. Mas impõem, sobretudo, um reforço do conhecimento mútuo, abertura aos diferentes modos de sentir e pensar, às perspectivas diferenciadas que uma mesma questão poderá suscitar, às diversas maneiras de encarar o futuro e de concretizar as aspirações legitimas de progresso e bem-estar das nossas sociedades. Impõem, em suma, diálogo franco, confiança recíproca, colaboração permanente. Tenho sempre procurado contribuir para o aprofundamento constante do diálogo entre Espanha e Portugal; não apenas o aprofundamento do diálogo entre governantes de um e outro país, a concertarão indispensável de políticas, a colaboração efectiva entre os dois Estados. Mas também o reforço do diálogo entre representantes da sociedade civil dos dois países — investigadores, jornalistas, criadores culturais, cientistas — e entre estes e os responsáveis políticos. Trata-se, para mim, de uma convicção profunda, que tem orientado a minha acção como cidadão e como político.

Por estas razões, é com especial agrado que me associo a este seminário que, em boa hora, a Universidade Autónoma de Lisboa decidiu organizar e que contou com a participação de tantas personalidades de grande relevo, quer espanholas, quer portuguesas. É minha convicção que iniciativas deste tipo representam um poderoso estímulo para se lograr uma maior convergência de percepções sobre grandes temas de actualidade que a todos dizem respeito. Tal não supõe, todavia, a anulação das diferenças existentes, alimentando falsos consensos de circunstância.

Se queremos efectivamente acreditar — e eu acredito sinceramente — que estamos a atravessar um novo ciclo nas relações luso-espanholas, teremos de adoptar um discurso franco, aberto, crítico e rigoroso. Só assim poderemos lançar bases sólidas sobre as quais cimentar um futuro de verdadeiro entendimento naquilo que é essencial. Neste sentido, esta Conferência terá constituído uma prova cabal de que estamos no bom caminho.

O longo ciclo histórico em que ambos os países estiveram submetidos a regimes ditatoriais correspondeu a um período de aparentes boas relações luso-espanholas, assente num entendimento mínimo, feito de certas afinidades ideológicas, algumas cumplicidades de conveniência e não poucos equívocos. Foi também um tempo de acentuado desconhecimento mútuo, compensado através da retórica que sobressaía dos discursos oficiais.

Todavia, não foi possível silenciar, sobretudo no plano da Cultura, aquilo que Natália Correia designava como o inalienável direito das profundidades. Miguel Torga foi disso um exemplo, mostrando de forma admirável que a afirmação de uma forte identidade nacional portuguesa não supõe a negação do que nela a aproxima de outras culturas e povos, nomeadamente da Espanha.

É por a cultura constituir, por definição, um espaço de diálogo e liberdade, de criação e imaginação, onde não cabem preconceitos, que aqui evoquei Miguel Torga; um escritor distinguido com o Prémio Camões cujo pseudónimo literário é, como o próprio explicou, uma homenagem a Miguel de Cervantes e a Miguel de Unamuno.

A institucionalização da democracia pluralista em Espanha e Portugal permitiu aos dois países romper o isolamento a que estiveram votados durante décadas e recuperar o seu lugar natural entre os Estados europeus. Ao mesmo tempo, imprimiu renovado fôlego às nossas relações bilaterais, que passaram a ser conduzidos de forma mais consistente, libertas dos preconceitos e das barreiras psicológicas que antes as entorpeciam. Não voltámos à Europa, como naquela altura se dizia, porque nela sempre nos inserimos geográfica e culturalmente; mas passámos a ter a possibilidade de participar de forma activa no processo de construção europeia, afirmando, em muitas matérias, uma sensibilidade própria. Exemplo disso tem sido a contribuição dos nossos dois países para a definição das políticas da União Europeia em relação ao Mediterrâneo, à América Latina e a África.

Na União Europeia, Espanha e Portugal têm partilhado perspectivas idênticas a respeito de muitas questões essenciais. Ambos os países têm sustentado que o aprofundamento e o alargamento constituem um duplo desafio que não podemos recusar. Para lhe responder de forma eficaz, a União Europeia deverá consolidar a sua capacidade de acção internacional, quer através da moeda única, quer mediante o desenvolvimento de uma efectiva política externa e de segurança comum, abrindo, ao mesmo tempo, as suas portas às jovens democracias da Europa Central e Oriental. Entendemos ainda que o aprofundamento da construção europeia não poderá concretizar-se plenamente enquanto não forem atenuadas as assimetrias existentes em termos de desenvolvimento. Para o conseguir, importará manter vivo o espírito de solidariedade que está subjacente às políticas de coesão e desenvolvimento regional. Só assim poderá devolver-se aos cidadãos, que — não é de mais lembrá-lo — são a razão de ser

do projecto de construção europeia como de qualquer política, a possibilidade de se reverem numa Europa mais próspera, mais forte e mais coesa.

O conjunto de interesses comuns que a nossa vizinhança suscita tem vindo a exigir esforços conjuntos para uma gestão mais equilibrada dos nossos recursos, procurando convergências, coordenando políticas e identificando áreas de cooperação na defesa de acções com incidência nos dois países, nomeadamente em sectores estratégicos para o desenvolvimento como são os transportes, as comunicações e a energia.

Muito foi feito já neste sentido, tendo o quadro comunitário em que nos inserimos facilitado um significativo aumento das nossas trocas comerciais, do investimento recíproco e da cooperação industrial. Mas persistem ainda obstáculos em alguns destes sectores. Tudo o que se fizer para os eliminar contribuirá certamente para a criação de um clima mais construtivo no nosso relacionamento económico, acentuando a igualdade de oportunidades e as vantagens comparativas dos nossos investidores num mercado comum que cobre toda a geografia peninsular.

O empenho conjunto na construção da Europa, a pertença de ambos os países à Aliança Atlântica, assentes na firme confiança na nossa capacidade de contribuir para forjar um futuro em que valores como a paz, solidariedade e desenvolvimento sejam realidades concretas, mudaram significativamente o quadro das relações entre Espanha e Portugal.

A exemplar participação conjunta de soldados portugueses e espanhóis na missão de paz na Bósnia, onde, de alguma maneira, está em causa o sentido da evolução da Europa, constitui um alto exemplo de um são relacionamento entre os nossos dois países, baseado na partilha de idênticos valores.

O clima de suspeição e desconfiança que existiu sob as ditaduras foi, assim, definitivamente superado, ao mesmo tempo que a tradicional indiferença recíproca deu lugar a um genuíno interesse mútuo, o que se traduziu, por exemplo, no aprofundamento das trocas culturais entre os dois países. Não só Fernando Pessoa, mas também Rafael Moneo, Siza Vieira, Santiago Calatrava, José Saramago, Pedro Almodóvar, Manoel de Oliveira, Torrente Ballester, Antonio Muñoz Molina e tantos outros são hoje nomes quase tão conhecidos num país quanto noutro, contribuindo para a imagem de modernidade que cada uma das nossas culturas tem projectado externamente.

A Cultura, tal como a política, não pode ser encarada como uma competição, mas sim como um espaço de liberdade aberto à capacidade criativa e ao engenho dos agentes que nela intervêm. É imbuídos desse espírito que, Espanhóis e Portugueses, deveremos continuar a trabalhar.

Hoje, poucos duvidam já de que o único caminho para estruturar as relações luso-espanholas numa base realista e profícua passa pelo aprofundamento contínuo do diálogo a todos os níveis. É isso que é normal acontecer entre dois países vizinhos que mantêm entre si importantes laços históricos e culturais, complementaridades evidentes, a necessidade de gerirem em comum matérias importantes, além de partilharem uma antiga experiência, de abertura e contactos com outros povos e culturas.

Estamos, de facto, a atravessar uma nova era nas relações entre os nossos dois países. A esta nova era corresponde uma nova geração de espanhóis e portugueses, formada em democracia, liberta de preconceitos e confiante na nossa capacidade para enfrentar em conjunto os desafios que impõe a modernidade.

São esses que nos exigem uma relação normal e franca entre os nossos dois Estados, em que a defesa dos interesses recíprocos se realize num quadro de cooperação, sem tabus inúteis.

Minhas Senhoras e meus Senhores, aflorei, na minha intervenção, alguns dos temas que aqui foram discutidos com rigor e inteligência, permitindo um útil debate de ideias. A quantos participaram neste ciclo de conferências e à Universidade Autónoma de Lisboa, que o organizou, quero, por isso, dirigir as minhas sinceras felicitações.

Sessão Plenária do Comité das Regiões da União Europeia Bruxelas 15 de Janeiro de 1997

É com particular prazer e com viva emoção que hoje me dirijo a este ilustre auditório; para além do importante trabalho que o Comité das Regiões desenvolve no processo de construção europeia, do contributo que vem dando para o seu aprofundamento e para o reforço da indispensável adesão dos cidadãos, ligam-me a esta assembleia especiais laços e recordações de uma memória recente que as novas funções que agora desempenho não podem apagar.

Reencontro hoje, nesta casa, amigos antigos e companheiros de trabalho, uma solidariedade nunca desmentida ao longo destes últimos anos. E, permitam-me que o refira, não posso deixar de sentir uma emoção particular pela coincidência de ter a oportunidade de intervir desta tribuna no momento em que passa exactamente um ano sobre a minha eleição como Presidente da República Portuguesa.

As minhas primeiras palavras são, naturalmente para o Presidente Maragall; a sua eleição para a Presidência deste Comité foi o corolário lógico de uma vida de serviço à causa pública, na mais nobre acepção da palavra, e de fidelidade aos seus ideais.

Agradeço-lhe, Senhor Presidente, as suas amáveis palavras que tanto me honram e que, sobretudo, honram Portugal.

Não quererá este seu velho amigo e admirador historiar aqui a sua brilhante carreira, já que a conhecemos, todos nós, sobejamente. Desde a notável obra de renovação e modernização de Barcelona à Coordenação Mundial de Cidades e Autoridades locais, passando pela Presidência do Conselho dos Municípios e Regiões da Europa, o Presidente Maragall tem contribuído, de forma inegável, para o reforço do projecto que a todos nos anima: criar uma Europa forte, próspera, coesa, solidária entre si e aberta ao Mundo, uma Europa dos cidadãos e para os cidadãos, uma Europa de valores e de princípios.

À minha sentida homenagem quero juntar os meus votos sinceros para que continue, ainda que noutros *fora*, a contribuir com o seu saber, a sua inteligência, a sua experiência, a sua capacidade e, principalmente, a sua vontade para esta aventura comum que se chama Europa. Estou certo que assim será.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A criação do Comité das Regiões marcou, indubitavelmente, uma evolução qualitativa do processo de unificação europeia, correspondendo a uma necessidade evidente em termos do seu aprofundamento e do reforço da indispensável participação dos cidadãos. A inclusão no Tratado do princípio da subsidiariedade, enquanto regra de aproximação dos cidadãos das decisões, consagra e estimula a intervenção das autoridades regionais e locais no processo de decisão comunitário.

Trata-se de uma evolução coerente, já que sem tal participação não seria possível reforçar, ou até mesmo criar, os consensos indispensáveis à prossecução de um projecto que não poderá deixar de ser, crescentemente, mais ambicioso e afirmativo.

Hoje, como ontem, a tarefa prioritária de todos os que, como eu, acreditam nessa Europa forte e solidária, numa Europa em que a fronteira da democracia coincidirá, finalmente, com as fronteiras físicas que aprendemos nos atlas, será sempre a congregação de vontades, de criatividades, de imaginações, de sentimentos de pertença e de identificação com o projecto e com a

visão que herdámos de Jean Monnet. Só assim poderemos enfrentar, com confiança, os profetas da desgraça, o egoísmo mesquinho, a criação artificial de factores de divisão.

Não são fáceis os anos que se avizinham. Temos de fazer face e resolver novas exigências e antigos desejos; desejos legítimos, sem dúvida, e a que teremos de responder sob pena de nos negarmos a nós próprios; mas desejos que teremos de saber integrar, de modo eficaz, num todo coerente que não perca a sua identidade própria, a sua originalidade, o seu sentido enquanto projecto político solidário e aglutinador.

Temos também que saber responder, eficazmente, a todos quanto descrêem, tantas vezes com razão, já que sofrem no seu dia-a-dia os estigmas do desemprego, da marginalização e da exclusão; a todos quantos vêem o seu modo de vida, o seu sustento ameaçados sem razão aparente, e que por esta via se tornam presas fáceis de todos quantos prometem panaceias inexistentes ou se aviltam em falsas denúncias de natureza racista e xenófoba.

O projecto europeu é, necessariamente, um processo dinâmico e terá que continuar a ser um projecto ambicioso. Um projecto que tem de responder, crescentemente, aos anseios legítimos dos cidadãos, às assimetrias de desenvolvimento, às necessidades de um progresso equilibrado, aos novos problemas que se colocam à organização dos espaços urbanos e rurais.

Neste sentido, parece-me evidente que o projecto europeu terá de se enriquecer constantemente por via da participação activa dos responsáveis locais e regionais na definição e na execução das políticas europeias, sobretudo das que dizem respeito ao desenvolvimento urbano e regional e, ainda, na superação das dificuldades específicas criadas pela localização periférica de vários territórios. É esta uma das grandes responsabilidades desta Assembleia. Mas, para além deste aspecto, o Comité tem um papel essencial na

aproximação da Europa aos seus cidadãos, na aceitação activa das suas políticas, na pedagogia sistemática indispensável à valorização democrática, no reforço do sentimento de pertença e de participação que tem de ser o das Mulheres e Homens deste continente, sob pena da deliquiscência do próprio projecto europeu.

Os tempos em que trabalhei neste Comité, o facto, de que me orgulho, de ter feito parte da sua primeira direcção, deixaram em mim uma marca indelével e a certeza do contributo indispensável que a sua acção poderá, e está a dar, para o enriquecimento e para a eficácia desse projecto que partilhamos.

Todos vós, responsáveis de colectividades locais e regionais, conheceis bem os problemas e desafios que se colocam às vossas cidades e às vossas regiões, e que espelham os próprios desafios com que a própria União se defronta.

Como representantes de administrações que se encontram particularmente próximas dos cidadãos, os vossos esforços vão no sentido de que o Comité das Regiões possa, no quadro das suas competências e no âmbito das suas funções de órgão consultivo, expressar as preocupações e as esperanças que vos são transmitidas nas vossas vilas, cidades e regiões, fazendo beneficiar a União, no seu conjunto, da vossa experiência concreta.

É necessário reconhecer que há ainda todo um caminho a percorrer para lograr a proximidade dos processos de decisão, a participação mais responsável e responsabilizada das populações; como já referi, o Comité tem, neste contexto, uma missão singular e uma responsabilidade particularmente pesada.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

O regime democrático português enunciou, desde a sua fundação, um claro propósito de descentralização administrativa, e esta experiência tem-se revelado muito positiva.

Dispomos, em Portugal, de uma antiga e enraizada tradição municipalista, que encontrou a sua plena expressão no regime constitucional instaurado em 1976, após o derrube da ditadura. Conheceis bem as particularidades, competências e atribuições do poder autárquico português, já que tantos dos seus responsáveis participam activamente nos vossos trabalhos como membros do Comité das Regiões.

A Constituição da República criou duas regiões dotadas de autonomia política, autonomia esta perfeitamente justificada por razões que advêm da descontinuidade geográfica e da sua especificidade insular; Açores e Madeira são um bom exemplo do papel que podem e devem desempenhar as regiões no concerto europeu. Os Presidentes das duas regiões, membros deste Comité, têm ilustrado bem neste órgão o contributo positivo que as respectivas realidades, nomeadamente como regiões periféricas, podem trazer à construção europeia.

Não se prevê, porém, que este estatuto particular seja estendido a outras áreas de Portugal, nem creio que a criação de novas autonomias do mesmo tipo venha a justificar-se no futuro.

O debate que está a ter lugar presentemente em Portugal diz respeito, como estou certo que sabeis, à criação de regiões com competências exclusivamente administrativas, tal como previsto na Constituição. Tendo em conta as largas implicações desta medida, pareceu-me indispensável propugnar — o que fiz logo no meu discurso de tomada de posse — um amplo debate nacional sobre a matéria, enquanto condição para que se encontre um consenso tão lato quanto possível sobre esta importante matéria.

Sou, como sabem, um adepto convicto da descentralização administrativa do meu país, e não julgo que as vantagens que alguns vêem no centralismo superem as suas desvantagens.

As questões básicas que se colocam hoje às nossas cidades são equiparáveis ou mesmo comuns às das cidades dos outros países europeus: planeamento e ordenamento do território; preservação patrimonial e animação cultural; renovação permanente dos equipamentos; defesa da segurança e qualidade do ambiente; promoção da cidadania; intervenção social e combate a esse flagelo que é a droga.

As políticas que possam responder a estes desafios, podendo e devendo ter uma formulação local específica, têm de ser coordenadas noutros patamares de articulação institucional, designadamente o regional. É também isso que retiramos da já longa e rica experiência europeia.

A atracção urbana que se verificou em Portugal nos últimos 20 anos, com particular incidência nas zonas do litoral, obriga-nos a dispensar às cidades uma atenção especial. Elas são o principal pólo de residência e actividade da população portuguesa, em especial as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, que actualmente representam mais de 40% da população do País.

Contudo, este fenómeno, traduzido naturalmente na correspondente desertificação rural e do interior, tem de ser combatido pelo reequilíbrio do planeamento do território. Mas o desenvolvimento equilibrado não pode cingir-se a uma política de descentralização de investimentos e equipamentos e a uma política financeira de carácter redistributivo. As pessoas não se deslocarão para o interior enquanto não existir aí igualdade de oportunidades, pelo que é indispensável incentivar o seu aparecimento através dos mecanismos adequados.

A reflexão sobre o desenvolvimento à escala internacional mostra que a participação dos interessados, a proximidade do processo de decisão, a vitalidade e o reconhecimento dos interlocutores locais são condições decisivas. A qualidade de vida das populações está hoje tão dependente dos investimentos como da modalidade que eles assumem, das prioridades que em cada região ou localidade são identificadas e, sobretudo, das soluções concretas que, para cada caso, são encontradas, bem como da participação que o próprio processo de desenvolvimento vai exigindo cada vez mais.

Senhor Presidente,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Reconhece-se que o Estado, na sua concepção tradicional centralista, falhou muitas vezes na definição e implementação de novas formas de planeamento e desenvolvimento equilibrado, bem como na diminuição das assimetrias derivadas de uma deficiente relação entre o eixo e a periferia. A descentralização foi a resposta adequada.

Se a isto juntarmos a política regional e o reforço da coesão económica e social, enquanto política de carácter horizontal, podemos antever sem dificuldade a crescente importância do Comité das Regiões na formulação das políticas que vão moldar a Europa do século XXI.

A Europa do futuro será uma Europa dos cidadãos ou não será, já que o processo de integração europeia terá sempre de visar a liberdade e a dignidade do Homem, do homem que pensa, que se expressa e que escolhe livremente. Para tanto, é indispensável que a Europa reencontre os seus valores fundamentais de responsabilidade cívica e de participação, reassumindo plenamente a sua vocação humanista e a sua tradição universalista.

Pela minha parte, estou seguro de que assim será; e digo-o porque tenho confiança no futuro da União Europeia, numa Europa que seja, efectivamente, um espaço de paz, de progresso económico e social, de cidadania e de solidariedade.

Sessão Especial do Comité Económico e Social da União Europeia Bruxelas 16 de Janeiro de 1997

 \mathcal{E} com um grande prazer que me encontro hoje perante tão ilustre audiência, representativa das estruturas do mais antigo órgão de consulta das instâncias comunitárias.

Seja-me permitido, antes do mais, agradecer a oportunidade de me dirigir aos representantes indicados pelas organizações dos empregadores, dos sindicatos de trabalhadores, dos agricultores, das pequenas e médias empresas, das cooperativas, das profissões liberais, dos consumidores, das organizações de famílias e de outros interesses organizados nos quinze Estados membros da União Europeia.

Nesta fase complexa da construção europeia, é para mim uma honra poder partilhar algumas reflexões sobre o nosso futuro comum com esta audiência que aqui se reúne para fazer ouvir junto das instituições comunitárias a voz dos interesses organizados dos povos que integram a União Europeia.

A minha presença traduz, por outro lado, o apreço que tenho pelo entendimento de que a democracia se aprofunda com o desenvolvimento da sua dimensão participativa e de que a decisão política deve estar tão bem informada quanto possível sobre as opiniões dos representantes dos diferentes interesses sociais, profissionais e económicos.

Sei que este Comité tem, ao longo dos quase quarenta anos que leva de existência, realizado um largo trabalho de estudo e preparação de pareceres.

Sei igualmente que os resultados desse estudo têm tido um impacto técnico significativo na preparação das decisões das instâncias comunitárias competentes em vários domínios.

Seja-me, porém, permitido saudar aqui o papel que o Comité Económico e Social desempenhou em momentos tão importantes como o debate em torno da criação do mercado interno europeu e, em particular, o contributo que deu para o que veio a ser a Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais. Todos sabemos que, na última década, se foram desenvolvendo outras instâncias de consulta e de participação das organizações de interesses no processo de tomada de decisões ao nível europeu.

Não creio, porém, que o desenvolvimento do Diálogo Social Europeu diminua a relevância do Comité Económico e Social. Este Comité dispõe de um espaço e afirmou um estilo próprio que cumpre preservar e desenvolver.

A pluralidade dos interesses nele representados, os métodos de trabalho que consolidou ao longo da sua história, fazem deste Comité uma instância adequada para o enriquecimento de um dos grandes debates em curso nas nossas sociedades: o do desenvolvimento e adaptação do modelo social europeu à era da globalização dos mercados financeiros, da competição económica alargada, do desenvolvimento da sociedade da informação mas também do desemprego estrutural, da exclusão social e das novas formas de pobreza.

A história da Europa mostra que existe uma associação estreita entre a capacidade de afirmação económica dos nossos países e o bem-estar social dos cidadãos.

Sabe-se, por outro lado, que, em comparação com extensas regiões do mundo, os níveis de protecção social característicos dos países da União Europeia são, em média, relativamente elevados.

Ora, nunca será de mais sublinhar que, para se atingirem estes patamares, foi necessário estabelecer compromissos sociais delicados e conceber instrumentos de intervenção social com grande sentido inovador.

A progressiva edificação do Estado-Providência representou, em cada um dos Estados nacionais, a face mais visível do esforço de concertação e de inovação no plano das políticas sociais e constitui seguramente uma das manifestações emblemáticas do que foi, ainda é e pode continuar a ser o modelo social europeu. Apercebemo-nos hoje, todavia, de que são muitos e cada vez mais amplos os segmentos sociais que nos países da Europa se tornaram vulneráveis ao desemprego e ao empobrecimento extremo e, por essa via, se disseminaram rupturas sociais nos planos familiar, da convivência e até da mais elementar participação na vida cívica.

Parece que o crescimento tendencial da riqueza, os ganhos regulares de produtividade e até a conquista de vantagens competitivas no xadrez de uma economia mundializada não implicaram, tanto quanto seria desejável, melhorias efectivas em termos de igualização de oportunidades, de criação de empregos duráveis, de condições de trabalho, de incentivo à participação cívica e política.

As assimetrias e os desajustamentos económicos, o desemprego estrutural que corrói as sociedades europeias, retirando perspectivas de futuro aos mais jovens e expulsando do mercado de trabalho alguns dos mais idosos, a pobreza e a exclusão social que deles decorrem, exigem de todos nós, responsáveis políticos e cidadãos lúcidos, respostas eficazes.

Senhoras e Senhores Membros do Comité

Em nome da própria viabilidade da construção europeia impõe--se garantir condições de coesão global nas sociedades em que vivemos. Por isso, estou certo de que nos encontramos diante da necessidade de reconquistar a pulso oportunidades de trabalho, de combater novas formas de pobreza, de renovar aos cidadãos de todos os Estados membros a garantia do acesso à educação e à formação.

É seguro que as nossas sociedades se confrontam hoje com as consequências da mudança económica e sócio-cultural acelerada das últimas décadas.

Essas mudanças têm-se traduzido, como se sabe, em novas realidades demográficas, em segmentações do mercado de emprego e na emergência de formas de conflitualidade social que aumentam a incerteza com que muitos cidadãos vivem o quotidiano e encaram o futuro.

É igualmente seguro que estas profundas alterações surpreenderam, em muitos casos, os poderes políticos, económicos e sociais, colocando em crise o acordo social implícito que sustentou, desde o pós-guerra, o desenvolvimento do Estado-Providência.

Penso, por isso, que se nos coloca simultaneamente o desafio de responder às exigências do novo quadro civilizacional e de reduzir, tanto quanto possível, as ineficiências dos sistemas de protecção social com que nos habituámos a viver.

Não se pode aceitar que a desigualdade de oportunidades se reproduza e se amplie porque, se assim for, é a cidadania que se restringe e a coesão social das sociedades complexas que se debilita. Não acredito que a modernização da economia e o aumento da competitividade das empresas se possa realizar sem cuidar, em simultâneo, do desenvolvimento de políticas de solidariedade que enfrentem as tensões sociais e sejam capazes de assegurar a compreensão, a adesão e a participação dos cidadãos.

Os cidadãos é que são afinal a origem, os destinatários e a razão de ser da política.

Importa, portanto, a meu ver, que se assuma decididamente a urgência de um novo contrato social, adaptado aos problemas e às oportunidades que se deparam ao projecto de construção da Europa e a cada uma das sociedades que a integram.

Senhoras e Senhores Membros do Comité,

O caminho para a união monetária não pode deixar de fazer-se em sintonia com medidas económicas e sociais coerentes e integradoras.

Entendo, por isso, que a construção do autêntico *welfare state* europeu deve ser colocado abertamente na agenda política comunitária.

Trata-se de, no respeito pelo princípio da subsidiariedade, alargar as possibilidades de reequacionar o problema dos direitos sociais à escala da União, recriando as políticas sociais de forma a garantir a todos e em todos os lugares uma efectiva cidadania social.

A criação da moeda única europeia torna este desafio tanto mais urgente quanto se reconhece que esse grande projecto pode reforçar ou induzir, na sua concretização, alguns desequilíbrios sócio-económicos.

Os Estados membros têm, seguramente, um papel insubstituível a desempenhar na concepção e na realização desse novo compromisso social de que carecem, julgo, todas as sociedades complexas. Tenho seguido com interesse os debates e as negociações que se vêm realizando em Portugal visando a adaptação das políticas de educação, de formação, económicas, de emprego, de trabalho e de protecção social aos desafios colocados pelo desenvolvimento cultural, social e económico do meu país e à sua participação na construção europeia.

Os dois acordos tripartidos, assinados no início e no fim do ano passado, traduzem o compromisso entre o Governo e os parcei-

ros sociais portugueses quanto aos objectivos e aos meios necessários para melhorar a eficiência nacional naqueles domínios através da acção conjunta.

Sei, portanto, que existem em Portugal, como aliás na generalidade dos Estados membros da União, pontos de vista não coincidentes sobre as relações desejáveis entre o desenvolvimento económico e a coesão social e sobre a adequação dos níveis nacional e comunitário para lidar com estes problemas.

Mas verifico também que, apesar da complexidade dos problemas em causa, foi possível, em Portugal e noutros Estados membros da União, chegar a consensos relevantes de natureza estratégica quanto ao modo de regular a mudança sócio-económica.

Mas, sejam quais forem as concepções de cada um sobre este problema, tenho por adquirido que a coesão das sociedades europeias exige que se repense e se reforme o contrato social que caracterizou as chamadas «décadas de ouro» que se seguiram ao fim da II Guerra Mundial.

Os desafios com que estão confrontadas as sociedades europeias são, seguramente, difíceis e complexos.

Como podem as sociedades europeias assegurar que os cidadãos dispõem dos meios necessários para obter, ao longo da vida, as qualificações necessárias ao seu desenvolvimento pessoal e à competitividade das empresas?

Como vencer com êxito os desafios da competitividade e do emprego, sem excluir dos mercados de trabalho os cidadãos com baixos níveis de formação e de qualificação?

Como aumentar a adaptabilidade dos mercados de trabalho quer às necessidades das empresas quer às dos cidadãos que nelas trabalham?

Como garantir que as reformas dos sistemas de protecção social que cada uma das nossas sociedades foi desenvolvendo facilitam a mudança social e económica e são eficazes na promoção do emprego e da segurança social dos cidadãos?

Como garantir a efectividade crescente de todas e cada uma das quatro liberdades inscritas nos Tratados europeus?

Como conceber e realizar, no quadro da moeda única europeia e no respeito pelo princípio da subsidiariedade, um novo contrato social sem um mínimo de articulação entre as dimensões europeia e nacional das políticas sociais?

É urgente que se progrida na decisão quanto às respostas a dar a estas perguntas.

Senhor Presidente do Comité Económico e Social,

Senhoras e Senhores Membros do Comité,

Estou firmemente convencido de que a coesão social dentro de cada Estado membro está cada vez mais fortemente articulada com a coesão económica e social da União Europeia no seu conjunto.

Penso também que, em resultado do funcionamento das instâncias comunitárias, do trabalho deste Comité e de outras instâncias de participação dos grupos de interesses, existe hoje um grau suficiente de conhecimento dos sistemas de educação e de formação, de relações industriais e de protecção social de cada um dos Estados membros para que se possa aprofundar um debate estruturado sobre a reforma do welfare state europeu.

Reconheço, com interesse, que os debates associados à preparação dos Livros Brancos sobre Crescimento, Competitividade e Emprego, sobre Política Social e sobre a Sociedade de Informação representaram passos significativos nesse caminho.

Atribuo, também, grande importância à publicação do Relatório do Comité des Sages presidido por Maria de Lourdes Pintasilgo

sobre a Europa dos Direitos Cívicos e Sociais — que está a ser objecto de debate em todos os Estados membros — e aguardo com interesse os resultados de uma iniciativa semelhante centrada no problema da liberdade de circulação.

Sei bem que esta minha preocupação é partilhada pelo Presidente da Comissão Europeia e por outros Chefes de Estado e de Governo.

Quero, por isso, terminar expressando o desejo de que o trabalho deste Comité possa contribuir activamente para a qualidade desse debate e a pertinência das respectivas conclusões.

Creio que, pela sua estrutura e composição, o Comité Económico e Social pode dar um contributo inigualável para que este debate se realize, no plano comunitário, tendo em conta os termos em que o problema se põe em cada Estado membro, do mesmo passo que contribui para facilitar, em cada País, que a participação das organizações de interesses na tomada de decisões sobre o acervo de decisões no plano europeu.

Sessão de Encerramento da Conferência «Direitos Cívicos e Sociais e o Tratado da União Europeia» Fundação Calouste Gulbenkian 7 de Fevereiro de 1997

É com muito gosto que me associo a esta iniciativa de audição e debate do Relatório elaborado pelo «Comité de Sábios», presidido pela Senhora Engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo, sobre a construção da Europa dos Direitos Cívicos e Sociais.

A minha participação nesta iniciativa representa, antes do mais, um apoio explícito à necessidade de promover um debate aprofundado sobre os objectivos e os instrumentos susceptíveis de reformar, em tempo útil, o modelo social europeu.

Trata-se de um dos problemas mais relevantes com que as sociedades europeias estão confrontadas porque, a meu ver, são cada vez mais claros os sinais de que está posta em causa a articulação virtuosa entre o económico e o social que caracterizou, nos países democráticos e desenvolvidos, as três décadas que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial.

Também por isso, é para mim uma honra poder partilhar com a audiência aqui reunida algumas reflexões sobre a identidade europeia nesta era da globalização dos mercados financeiros, da competição económica alargada, do desenvolvimento da sociedade da informação mas também do desemprego estrutural, da diferenciação e da precarização dos mercados de trabalho, do desenvolvimento de novas formas de pobreza e de exclusão social, dos movimentos migratórios desregulados, da convivência difícil entre etnias.

Para alguns, que entendem as políticas sociais como uma fonte de restrições à eficiência económica, a competição planetarizada traduzir-se-ia na impossibilidade das sociedades avançadas manterem, simultaneamente, níveis elevados de emprego e de protecção social.

Por isso, partindo da constatação de que os níveis de segurança social característicos das sociedades europeias são superiores aos de vastas regiões do mundo, há mesmo quem, a pretexto da dimensão do desemprego nalguns países e regiões europeias, se pronuncie, implícita ou explicitamente, pela inevitabilidade de reduzir os direitos sociais para promover o emprego.

Creio, minhas Senhoras e meus Senhores, que se trata de uma abordagem que, para além de equivocada, é insustentável nas sociedades democráticas que constituem a União Europeia.

A meu ver, a história da Europa mostra, pelo contrário, que existe uma ligação íntima entre o bem-estar social dos cidadãos e o desenvolvimento económico.

É certo que as nossas sociedades vivem hoje processos muito rápidos de mudança sócio-cultural e económica profunda que se têm traduzido em novas realidades demográficas, em profundas modificações dos mercados de trabalho, na diferenciação dos interesses de grupos sociais que, há algumas décadas, se caracterizavam por identidades e formas de relacionamento bem menos complexas.

É igualmente certo que estas mudanças constituem, em si mesmas, importantes factores de crise do acordo social em que assentou o desenvolvimento económico e a melhoria gradual da protecção social com que as gerações dos pós-guerra se habituaram a viver.

Mas não é menos seguro que a globalização da economia, comandada pela lógica que impera nos mercados financeiros, a

Sessão de Encerramento da Conferência «Direitos Cívicos e Sociais e o Tratado da União Europeia»

disseminação das tecnologias da informação e a desregulamentação transformaram, muitas vezes, a ideologia competitivista e os interesses da empresa privada em critérios de decisão quase absolutos.

Neste contexto, os Estados nacionais tenderam a autolimitar a sua esfera de actuação em áreas anteriormente privilegiadas, reduzindo ou perdendo a sua vocação de garante do serviço público e de regulador das igualdades sociais.

A lógica do curto prazo sobrepôs-se frequentemente às avaliações de carácter estratégico e entendeu-se, demasiadas vezes, a solidariedade e as políticas sociais como um fardo herdado do passado que o progresso económico obrigaria aligeirar.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Continuo convicto que são profundamente erradas — e perigosas — as teses que, em nome do que entendem ser os imperativos económicos dos nossos dias, remetem para segundo plano os problemas da solidariedade e da coesão social.

Os indicadores, que todos conhecemos, desmentem, no presente como no passado, os pretensos automatismos que decorreriam do desenvolvimento económico e que assegurariam, a prazo mais ou menos alargado, os equilíbrios sociais.

Perante esta audiência, não me deterei a lembrar que os ganhos regulares de produtividade e o aumento das vantagens competitivas coexistem, fora como dentro da Europa, com o aumento da desigualdade de oportunidades, das disparidades salariais, do desemprego, da pobreza e com a marginalização e a exclusão sociais. A União Europeia está confrontada com alguns desafios inerentes à mundialização que, evidentemente, não pode nem deve ignorar.

Para os enfrentar com sucesso, teremos de saber construir novas respostas que permitam articular, de modo virtuoso, as exigências

da convergência monetária, o crescimento económico, a competitividade, a coesão social, as necessidades de defesa e de segurança, tudo isto no quadro de um alargamento que a nossa história comum nos impele a aceitar.

É claro que estamos perante desafios muito complexos que exigem o estudo, inovação e decisão ponderada.

Mas não é menos claro que, apesar de diferenças relevantes, que é necessário ter em conta, a história desenvolveu e consolidou em todas as sociedades europeias tradições de responsabilidade cívica e social perante as necessidades dos cidadãos que são consideradas, dentro e fora do espaço europeu, como um dos traços da nossa identidade comum.

Essas tradições contribuíram para o desenvolvimento de uma noção de cidadania alargada em que a participação política se articula com o bem-estar social e económico dos indivíduos e dos grupos sociais. Os direitos sociais são individuais, é certo, a discriminação é colectiva.

Na última década, a cidadania tem vindo a ser corroída pela manutenção e, nalguns casos, pelo crescimento da desigualdade de oportunidades no plano das relações entre homens e mulheres, na distribuição dos rendimentos, no acesso à educação e à formação, pela dificuldade de entrada dos jovens nos mercados de trabalho, pela expulsão de grupos significativos de adultos do mercado de trabalho.

A necessidade de reforma do Estado-Providência funda-se, portanto, quer na própria identidade europeia, de que o modelo social é parte indissociável, quer nas ineficiências crescentes dos sistemas de protecção social que se desenvolveram nos diferentes Estados membros da União.

Não se trata de «menos economia e mais social», mas de articular as mudanças económicas e sociais.

Sessão de Encerramento da Conferência «Direitos Cívicos e Sociais e o Tratado da União Europeia»

Diferentemente do período em que os sistemas de protecção se desenvolveram e se consolidaram na Europa, os sistemas de protecção social confrontam-se hoje com as consequências da feminização e da segmentação dos mercados de trabalho, com a diferenciação de oportunidades de emprego decorrentes da mudança tecnológica, e das restrições no acesso à formação com o crescimento do desemprego de longa duração e com a proliferação de novas formas de pobreza.

Se os mercados de trabalho são hoje muito mais diferenciados e complexos do que há algumas décadas atrás e se as atitudes individuais e grupais são, também elas, muito mais plurais, nem por isso o trabalho remunerado deixou de ser, simultaneamente, o principal meio de aceder a rendimentos e de se integrar na sociedade.

A incapacidade dos sistemas de protecção e de segurança social para responder a estes desafios representa, em si mesma, um motor de descontentamento suficientemente potente para dificultar o funcionamento das sociedades europeias. A cidadania tem de ser também social para poder ser cívica e política.

O mal-estar e as crises sociais que vemos eclodir em vários pontos da União Europeia mostram que o desemprego, a pobreza e a exclusão social podem bloquear reformas e contribuir para o desenvolvimento de egoísmos grupais e regionais que alimentam círculos viciosos de conflitualidade social, ineficiência económica e decréscimo da governabilidade nos Estados membros.

Nas vésperas de importantes decisões sobre a criação da moeda única europeia, sobre a reforma das instituições comunitárias e sobre o alargamento da União, a reforma do Estado-Providência não pode ser pensada e executada exclusivamente nos e pelos Estados membros.

É certo que, neste como noutros domínios, o papel dos Estados membros é e continuará a ser fundamental.

Verifico, porém, que tem sido possível, em Portugal como noutros países europeus, chegar a alguns consensos muito estratégicos quanto ao modo de adaptar as políticas monetária, orçamental, fiscal, económica, de educação, de formação, de emprego, de trabalho e de protecção social aos desafios com que a mudança cultural, social, económica e política nos confrontam.

É certo que a construção europeia tem ocorrido a ritmo mais lento no plano social do que no domínio monetário ou mesmo no campo económico.

Todavia, parece-me inegável que, visto no seu conjunto, o acervo comunitário é hoje suficientemente rico para se poder encarar ritmos mais rápidos e soluções mais consistentes no plano europeu. Entendo, além disso, que o papel insubstituível dos Estados membros não pode levar a que se iluda ou se menospreze a dimensão europeia da reforma do Estado-Providência e julgo que é injustificável e inaceitável que se mantenham entendimentos tão diversificados do princípio da subsidiariedade.

Portugal tem assumido, quer no plano da convergência monetária, quer no plano da política externa e de defesa comum, as suas responsabilidades. A convergência nacional é indispensável.

Mas como cidadão e como Presidente da República de um País que quer participar activamente na construção europeia, quero aqui reafirmar a importância que atribuo à redução das ambiguidades e das insuficiências actuais no domínio social. Entendo que, no quadro da moeda única europeia, a União tem de encontrar, em tempo útil, respostas claras e eficientes para uma partilha de responsabilidades que, também no plano social, exige estudo, debate e decisões difíceis a vários níveis.

Trata-se, seguramente, de um desafio complexo para que se encontrarão, no respeito pelo princípio da subsidiariedade, respostas diferenciadas em cada Estado membro.

Sessão de Encerramento da Conferência «Direitos Cívicos e Sociais e o Tratado da União Europeia»

Mas tal não torna dispensável que a reforma dos Tratados encare decididamente a reforma do modelo social europeu e se assumam, também a esse nível, as responsabilidades adequadas decorrentes da unificação monetária.

A Europa precisa de encarar o desemprego estrutural, a pobreza e a exclusão social como problemas cuja solução não dispensa uma nova partilha de responsabilidades entre a União e os Estados membros que retire a dimensão social europeia do lugar do estatuto de inferioridade em que tem estado acantonada.

Trata-se de um problema central e como tal deve ser tratado. Minhas Senhores e meus Senhores,

A reforma do modelo social europeu pode e deve contribuir para reforçar, interna e externamente, a identidade europeia e a consolidação do projecto europeu.

A mundialização das economias, dos processos de produção e dos mercados não são compatíveis com a desregulamentação pura e simples: necessitam de instituições e de normas que reduzam os obstáculos económicos, sociais e políticos que alimentem a resistência à mudança.

É necessário ultrapassar a falsa antinomia entre económico e social e procurar as novas articulações virtuosas entre educação, formação, qualificação, trabalho, emprego, necessidades individuais e empresariais, protecção e segurança social, ainda que isso nos obrigue a pôr em causa alguns estereótipos hoje predominantes na teoria e na política económica e a trazer para o primeiro plano do debate alguns contributos preciosos, mas teimosamente esquecidos, das ciências sociais.

A superação dos impasses actuais é, ao mesmo tempo, uma exigência política e uma condição da afirmação económica da Europa no mundo.

Julgo, portanto, indispensável que se esclareçam os contornos do espaço público europeu e se reconheça que os equilíbrios entre as esferas de responsabilidade dos cidadãos, das empresas, das organizações de interesses e das instituições públicas precisam de ser repensados e redefinidos.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Tenho tido ocasião de afirmar que atribuo uma grande importância às iniciativas que possam contribuir para o progresso do debate destes problemas entre os especialistas, entre as organizações patronais e sindicais, entre outras organizações não governamentais e nas próprias instituições públicas.

O sofrimento que vemos instalado no quotidiano de largos segmentos da população europeia merece a atenção da comunicação social e o contributo de todos os agentes culturais, sociais, económicos e políticos empenhados à defesa das grandes causas sociais.

Desejo, por isso, saudar com particular apreço a publicação do Relatório da Comissão presidida pela Senhora Engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo.

Creio que as propostas nele contidas merecem, como está a acontecer, um debate alargado e aguardo com interesse os resultados da audição dos que puderam e quiseram fazer ouvir a sua opinião. Sei que o meu interesse é partilhado por outros responsáveis políticos, dentro e fora de Portugal.

Entendo, portanto, que a competência, o interesse e o trabalho realizados por todos os que participaram nesta iniciativa são credores da nossa gratidão e de uma ponderação atenta.

Sessão de Abertura da «Conferência das Mulheres da Confederação Europeia dos Sindicatos»

Lisboa 17 de Fevereiro de 1997

A minha participação nesta «Conferência das Mulheres da Confederação Europeia de Sindicatos» destina-se, em primeiro lugar, a vincar a importância que atribuo à promoção da igualdade entre cidadãos.

Os que me conhecem melhor sabem que a generalidade das questões sociais e, em particular, os problemas da desigualdade ocuparam sempre um lugar de relevo na minha vida profissional e política.

Sei, portanto, que o movimento sindical europeu tem desempenhado um papel fundamental na procura e na concretização de medidas tendentes a reduzir a desigualdade baseada na situação social dos trabalhadores.

Nesta época em que a Europa se encontra perante encruzilhadas complexas, entendo, como cidadão e como Presidente da República, que esse esforço merece um apoio e um estímulo que desejo vincar publicamente.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Tenho tido ocasião de afirmar que considero o modelo social como parte integrante da identidade europeia e que, no meu entender, a noção de cidadania característica das sociedades europeias é indissociável da articulação entre o bem-estar social e económico dos indivíduos e a participação política dos grupos sociais.

É para mim muito claro — apesar de diferenças relevantes, que é necessário respeitar — que todas as sociedades europeias con-

solidaram tradições que relacionam estreitamente os deveres cívicos e políticos dos cidadãos com noções de bem comum em que a igualdade e a solidariedade social perante as necessidades individuais e grupais assumem um lugar de relevo.

Ora, como se sabe, está hoje posta em causa, quer fora, quer dentro da União Europeia, essa articulação virtuosa entre deveres e direitos cívicos, políticos, culturais, sociais e económicos que caracterizou o desenvolvimento económico e social após a Segunda Guerra Mundial.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Não creio que se possam ignorar ou menosprezar transformações tão relevantes como são a globalização dos mercados financeiros, a transnacionalização dos processos de produção, a planetarização da competição económica, a inovação tecnológica e organizacional das empresas, as transformações dos mercados de trabalho e de emprego ou as mudanças demográficas.

Creio que tais fenómenos constituem características distintivas dos nossos dias, que há que assumir como motores da metamorfose social em curso.

Mas nem por isso julgo que os devamos tomar por aquilo que não são: sinais únicos das mudanças em curso nas sociedades contemporâneas.

Pelo contrário, julgo que existem outros traços da contemporaneidade que, apesar de muitas vezes menosprezados, são igualmente relevantes.

Refiro-me ao desemprego massivo de longa duração, à disseminação de novas formas de pobreza, às insuficiências e às ineficiências dos sistemas de educação, de formação, de qualificação e de emprego, de protecção e segurança social.

Sei bem que, frequentemente, este segundo grupo de características dos nossos dias são consideradas meros indicadores de pro-

SESSÃO DE ABERTURA DA «CONFERÊNCIA DAS MULHERES DA CONFEDERAÇÃO EUROPEIA DOS SINDICATOS»

blemas resultantes das mudanças económicas e tecnológicas em curso que, a prazo mais ou menos longo, seriam resolvidos pelas dinâmicas económicas em curso.

Tal concepção é, a meu ver, profundamente equivocada e insustentável.

Pelo contrário, a história europeia mostra que a mudança económica não é dissociável da mudança social e cultural e que o desenvolvimento económico sustentado se baseou sempre numa articulação eficiente entre as várias vertentes da organização social.

Não creio que haja razões que tornem inelutável um tal primado do lucro privado e das lógicas de curto prazo que condene as sociedades avançadas contemporâneas a acantonar num espaço residual os valores da igualdade e da solidariedade, limitando a acção política ao papel de supressor de barreiras à competitividade empresarial.

A meu ver, há que assumir a questão social como um dos problemas políticos fundamentais dos nossos dias.

Exige-o o património comum de valores que a história da Europa desenvolveu e de que a generalidade dos países democráticos se apropriou.

Exige-o a governabilidade das sociedades complexas em que vivemos.

Continuo seguro, minhas Senhoras e meus Senhores, que são fundamentalmente erradas as teses que, em nome do que entendem ser os imperativos económicos deste final de século, apostam em pretensos automatismos sociais e políticos para postular a desnecessidade de garantir a regulação pública da mudança social.

A meu ver, o debate científico e os indicadores que todos conhecemos mostram que tais automatismos não existem e que a

liberalização dos mercados, a desregulamentação e a autolimitação dos poderes públicos não constituem, sempre e em todos os domínios, instrumentos adequados do desenvolvimento sustentável.

Pelo contrário, as concepções minimalistas do espaço público têm contribuído, nalguns casos, para o crescimento de resistências várias à mudança e para a eclosão de alguns conflitos sociais que estão na origem do bloqueamento de algumas reformas fundamentais.

É certo que os sistemas de protecção social se confrontam hoje com as consequências da feminização e da segmentação dos mercados de trabalho, com a diferenciação de oportunidades de emprego decorrentes da mudança tecnológica e das restrições no acesso à formação, com o crescimento do desemprego de longa duração e com a proliferação de novas formas de pobreza.

Se os mercados de trabalho são hoje mais diferenciados e mais complexos do que há algumas décadas e se as atitudes individuais e grupais são, também elas, muito mais plurais, nem por isso o trabalho remunerado deixou de ser, contudo, o principal meio de aceder a rendimentos e de se integrar na sociedade. Entendo, por isso, que a regulação dos mercados de trabalho e a concepção dos sistemas de protecção social não podem continuar a ser baseadas apenas no estereótipo do pleno emprego masculino, do contrato sem termo e da formação inicial válida para a vida inteira.

Não é sustentável que trabalho assalariado e emprego continuem a ser tomados por sinónimos, que se considerem como excepções menores o trabalho precário, o desenvolvimento do tempo parcial e de outras formas de reorganização e partilha do tempo de trabalho.

A incapacidade das formas predominantes de regulação dos mercados de trabalho e dos sistemas de segurança social para responder a estes desafios representam, em si mesmas, um factor de discriminação social e um motor de descontentamento suficientemente potente para dificultar o funcionamento das sociedades europeias.

Por todas estas razões, creio que as sociedades europeias estão confrontadas com a necessidade de reformar o contrato social em que se baseiam.

Não se trata, bem entendido, de limitar a eficiência económica em nome da política social mas, pelo contrário, de articular as mudanças económicas e sociais, assegurando que a compatibilidade das opções de curto prazo com os efeitos previsíveis a médio e a longo prazo.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Perante esta audiência de mulheres sindicalistas, não me deterei a lembrar que, embora em graus diferentes, os indicadores mostram em todos os Estados membros da União Europeia graus elevados de discriminação feminina na participação na população activa, no emprego, no desemprego, na distribuição profissional do emprego e das qualificações, na precariedade do emprego, na duração do trabalho, na remuneração.

Não creio, também, que seja necessário sublinhar aqui que a disseminação de novas formas de reorganização do tempo de trabalho ou o acesso à educação e à formação atingem diferentemente homens e mulheres, porque diferente é também a partilha entre os sexos das actividades não remuneradas, dentro e fora das famílias. Estou, portanto, seguro que partilhamos o entendimento de que a reforma do modelo social europeu deve ter presente que, embora a titularidade dos direitos seja individual, os factores de discriminação são frequentemente colectivos.

Tenho tido ocasião de afirmar, minhas Senhoras e meus Senhores, que considero a questão social um dos pontos essenciais da agenda política contemporânea e que entendo que a Europa precisa de encarar o desemprego estrutural, a pobreza e a exclusão social como problemas cuja solução não dispensa uma nova partilha de responsabilidades entre a União e os Estados membros que retire a dimensão social europeia do lugar do estatuto de inferioridade em que tem estado acantonada.

Entendo que, no quadro da moeda única europeia, a União precisa de encontrar, em tempo útil, respostas claras e eficientes para uma partilha de responsabilidades que, também no plano social, exige concerteza estudo, debate e decisões difíceis a vários níveis.

Trata-se, seguramente, de um desafio complexo para que, estou certo, se encontrarão respostas diferenciadas em cada Estado membro.

Mas tal não torna dispensável que a reforma dos Tratados, respeitando embora o princípio da subsidiariedade, encare decididamente a reforma do modelo social europeu e se assumam, também a esse nível, as responsabilidades decorrentes da unificação monetária e da afirmação externa da União Europeia.

A construção europeia exige, a meu ver, que se redefinam os contornos do espaço público e privado, tanto no plano europeu, como no plano nacional e que nesse quadro se reconheça que a reformulação do modelo social constitui um problema central da governabilidade das sociedades europeias.

Tenho tido ocasião de afirmar que atribuo uma grande importância às iniciativas que possam contribuir para o progresso do debate destes problemas entre os especialistas, entre as organizações patronais e sindicais, entre outras organizações não governamentais e nas próprias instituições públicas.

Sessão de Abertura da «Conferência das Mulheres da Confederação Europeia dos Sindicatos»

Não quero por isso terminar esta intervenção sem afirmar, também aqui, o meu apoio ao debate que, estou certo, se seguirá quanto ao modo de articular o reconhecimento da diferença entre sexos com o respeito pelos princípios da igualdade de oportunidades e da solidariedade. CAPÍTULO XII

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

«A construção de uma Comunidade não se confina à sua institucionalização e ao funcionamento dos seus órgãos. Representa um acto de afirmação diária de pertença e partilha de beneficios e responsabilidades.»

«É preciso, para tanto, que os nossos Povos e Países sintam este projecto como de cada um e de todos.»

Sessão de Abertura das Comemorações do 10.º Aniversário da Associação das Universidades de Língua Portuguesa Fundação Calouste Gulbenkian 1 de Abril de 1996

É com muito agrado que presido a esta Sessão de Abertura do 10.º Aniversário da Associação das Universidades de Língua Portuguesa.

V. Ex.ª, Magnífico Reitor, teve a oportunidade de sublinhar o trabalho já realizado, os objectivos permanentes da Associação, e o essencial dos seus desafios futuros.

Permitam-me, portanto, que circunscreva as minhas palavras a breves considerações sobre a importância que atribuo a este estimulante projecto.

A língua portuguesa é hoje património comum de cerca de duzentos milhões de pessoas. É nela que se exprimem sociedades tão diversas e culturas que se espalham «pelas sete partidas do mundo». É em português que oficialmente se exprimem sete Estados independentes e o povo de Timor-Leste.

Vimos de um passado comum, vivido na diversidade das circunstâncias históricas que ditaram o tempo e o modo como se estabeleceram e consolidaram os contactos entre os povos que hoje se exprimem em português, como língua oficial.

Desse passado, desse longo, complexo e variado passado, uma coisa resulta evidente: ele é hoje um forte factor de união entre povos e de cooperação entre Estados.

Creio que nos encontramos hoje num momento de viragem da nossa história comum. Passados vinte anos sobre as independências dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, num fim de século onde a internacionalização das economias e a aceleração dos fluxos de informação aceleraram os ritmos e estreitaram os espaços, num momento onde a cooperação bilateral e multilateral entre os sete países atingiu um desenvolvimento nunca antes alcançado, neste momento, é a hora de dar uma nova forma institucional à cooperação internacional entre os países lusófonos. Por isso atribuo tanta importância ao projecto de criação institucional de uma Comunidade de Povos de Língua Oficial Portuguesa. A Comunidade Lusófona será um importante instrumento de cooperação entre os sete países, mas será, também, um instrumento essencial de projecção internacional comum desses mesmos países. É neste sentido que esta Associação vem, já há uma década, desenvolvendo um trabalho tão importante.

Efectivamente, a cooperação no domínio universitário é indispensável ao intercâmbio científico e técnico, é essencial ao aperfeiçoamento dos níveis de qualificação profissional no espaço lusófono. Cabe por isso às Universidades, públicas e privadas, um papel do maior relevo na cooperação multilateral. É até essa cooperação, feita entre espaços culturais tão diversificados e entre povos que para além da língua oficial portuguesa exprimem as suas culturas originais numa tão rica diversidade de línguas que melhor poderá assegurar o estudo dessas culturas e línguas, e promover o seu intercâmbio como forma de um mais profundo conhecimento cultural recíproco. É no reconhecimento da nossa diversidade que melhor poderemos sublinhar a nossa identidade como Comunidade Lusófona.

As futuras gerações podem esperar muito das vossas actividades. Pela minha parte, posso assegurar o meu interesse no vosso trabalho e a disponibilidade de, por ele, fazer o que me for possível, no quadro das minhas competências, para que continue a desempenhar as suas nobres funções.

BANQUETE OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE CABO VERDE (Visita Oficial a Cabo Verde) 12 de Maio de 1996

Permita-me, Senhor Presidente, que em nome de minha Mulher e em meu próprio nome, exprima a grande alegria e satisfação que nos proporciona esta oportunidade de estarmos em Cabo Verde.

Sendo a primeira deslocação que realizo fora de Portugal, na qualidade de Presidente da República Portuguesa, esta visita vem inequivocamente sublinhar os especiais laços de amizade que ligam os nossos Povos e países: países atlânticos, de charneira entre as regiões onde se situam e os «mundos do outro lado do mar»; Povos de diáspora, de fácil inserção em outros espaços sócio-culturais, mas que nunca deixam desvanecer os sentimentos de solidariedade profunda que os prendem à Terra-Mãe.

A instauração — com a colaboração de todos — do regime pluralista em Cabo Verde constituiu um processo de mudança a todos os títulos exemplar em África e pioneiro no quadro do grupo dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Ao vasto universo de afinidades entre ambos os nossos países, veio ainda acrescentar-se a plena comunhão dos ideais e valores da Liberdade e da Democracia vividos no quadro do pluralismo e da tolerância, que é verdadeiramente essencial para a estabilidade e para o progresso. Valores de Liberdade e Democracia que definitivamente enformam a própria ideia da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Senhor Presidente,

A Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo dos Cinco, Brasil e Portugal, que terá lugar em Lisboa, a 17 de Julho deste ano, irá tão-somente institucionalizar no plano jurídico uma realidade que, ao fim e ao cabo, já existe no espírito e no coração dos nossos Povos. Uma realidade que, com crescente vigor e dinamismo, se vem já manifestando em numerosos domínios das nossas sociedades e que irá seguramente beneficiar também a afirmação dos nossos Estados na cena política internacional. Portugal aspira vir a integrar o Conselho de Segurança das Nações Unidas no biénio 1997/98, à semelhança do que hoje acontece com a Guiné-Bissau e anteriormente ocorreu com Cabo Verde. Também o Brasil aspira ser membro permanente daquele Conselho.

A nossa língua, verdadeiro cimento agregador da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, não é propriedade de ninguém em particular. Constitui, sim, o património comum de 7 países e de 200 milhões de pessoas que, através da sua língua universalista, transmitem as suas ideias, articulam os seus conceitos, sonham os seus sonhos e exprimem as suas emoções. A afirmação da nossa língua no mundo constitui, assim, uma tarefa de todos nós, tanto mais que ela não exclui a criatividade enriquecedora do elemento comum.

Cabo Verde é um país que desfruta de uma consolidada imagem internacional, testemunhada pelo destacado papel que protagoniza em numerosas organizações regionais.

O prestígio de Cabo Verde como país rico de cultura é também uma forma de afirmação da nossa língua e interesses comuns. Neste mundo crescentemente complexo, os valores diversificados da cultura são efectivamente uma referência obrigatória e um apanágio de identidade.

O respeito pelos Direitos do Homem, em que se inclui o direito à autodeterminação e à identidade cultural, constitui mais um dos traços relevantes da estreita afinidade entre Portugal e Cabo Verde. Daí a nossa conjunta solidariedade para com a causa de Timor-Leste e para com seu corajoso Povo.

Senhor Presidente,

O universo de afinidades entre Portugal e Cabo Verde e o excelente clima de entendimento que preside ao nosso relacionamento bilateral fazem com que a cooperação luso-cabo-verdiana se manifeste cada vez mais dinâmica, envolvendo instituições oficiais e privadas, autarquias, universidades e outras organizações não governamentais.

A presença, nesta minha visita de amizade a Cabo Verde, do Senhor Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, assim como de destacadas personalidades dos mundos universitário, autárquico, cultural e empresarial, vem demonstrar o empenho de Portugal no aprofundamento da cooperação bilateral entre os nossos dois países. A cooperação empresarial luso-cabo-verdiana assume, neste contexto, uma particular relevância pelo papel que desempenha no processo de desenvolvimento de Cabo Verde e no bem-estar das suas populações.

Quero também dirigir uma palavra de afecto e solidariedade à comunidade cabo-verdiana radicada em Portugal. A sua presença em terras portuguesas caracteriza-se pela facilidade com que se integra na nossa sociedade. Facto corroborado pelo significativo número de cabo-verdianos que exercem em Portugal funções de alta responsabilidade, ocupando lugares cimeiros em organismos públicos e instituições privadas.

A importância que atribuímos ao processo de legalização dos emigrantes cabo-verdianos em Portugal está hoje aqui simbolizada na presença do Senhor Alto-Comissário para as Minorias

Étnicas. É efectivamente importante que os cabo-verdianos residentes no nosso país possam usufruir dos mais vastos direitos e oportunidades, partilhando com os Portugueses os mesmos desafios do progresso e da modernidade.

É com satisfação que posso anunciar que, pouco antes de partir para Cabo Verde, promulguei a Lei estabelecendo o processo de regularização extraordinária da situação dos cidadãos originários dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa que se encontram a residir em Portugal sem a necessária autorização legal. Queremos que os cabo-verdianos residentes em Portugal participem na nossa vida social, cultural, cívica e política, pois que com o seu trabalho contribuem para o nosso próprio desenvolvimento.

Pretendemos que, tal como os portugueses que residem em Cabo Verde, os cabo-verdianos se sintam em Portugal como estando em casa de familiares e amigos.

Desejamos que todos eles possam dizer, parafraseando o poeta cabo-verdiano B. Leza:

«Portugal nha terra, terra nha cretcheu.»

«Portugal minha terra, terra do meu amor.»

Peço a todos que me acompanhem num brinde à felicidade pessoal do Presidente Mascarenhas Monteiro e de sua Esposa, à prosperidade do Povo cabo-verdiano e à fraterna amizade entre os nossos dois Povos.

BANQUETE OFERECIDO EM HONRA DO PRESIDENTE DA GUINÉ-BISSAU (Visita de Estado a Portugal) Palácio Nacional de Queluz 1 de Julho de 1996

 \mathcal{E} com o maior prazer que, em nome do Povo Português e em meu nome pessoal, exprimo a Vossa Excelência, a Sua Excelentíssima Esposa e à Comitiva que o acompanha, as mais calorosas saudações de boas vindas.

A visita de Vossa Excelência — a primeira que se realiza a nível de Visita de Estado no meu mandato — assume para nós o mais alto significado: o de enfatizar o carácter indelével das relações fraternas entre Portugal e a Guiné-Bissau e o de testemunhar o nosso recíproco desejo de se reforçarem os laços de solidariedade entre os nossos dois Povos e Países. Laços que assentam numa convivência multissecular que importa desenvolver na base do respeito mútuo e na enriquecedora partilha de um legado cultural que nos é comum.

Neste mundo crescentemente complexo e em acelerado processo de globalização, caracterizado pela emergência de agrupamentos regionais diversificados, acreditamos que os valores imateriais mas perenes da cultura constituem uma referência indispensável de identidade.

Nesse sentido, a afirmação e promoção da nossa língua constitui uma tarefa de todos nós, tanto mais que ela não é propriedade de ninguém em particular, mas sim o património comum de 7 países e de mais de 200 milhões de seres humanos.

O Acto Constitutivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a ter lugar em Lisboa dentro de escassas duas semanas,

irá tão-somente institucionalizar no plano jurídico uma realidade que efectivamente já existe no espírito e no coração dos nossos Povos. Uma realidade que se manifesta em multifacetados domínios das nossas sociedades e que irá também seguramente beneficiar a afirmação dos nossos Estados na cena política internacional, designadamente nos diversos contextos regionais em que se inserem.

No âmbito da União Europeia, Portugal pugna pela necessidade de se reforçar o diálogo euro-africano, por forma a torná-lo mais eficaz e abrangente. Nesta conformidade, Portugal tomou recentemente a iniciativa de propor a realização de uma Cimeira Europa-África com o objectivo de contribuir para a definição de novas regras de parceria emergentes da necessidade de reapreciação e reformulação de concepções e procedimentos que já fizeram o seu tempo.

Apraz-me registar os crescentes apoios que esta inciativa portuguesa está a suscitar, apoios esses que reflectem a percepção de que não há problemas estanques no mundo actual e que as crises que abalam algumas regiões africanas se repercutem em todo a África e inevitavelmente também na própria Europa.

Resulta com efeito cada vez mais perceptível para Portugal que o diálogo político e a cooperação para o desenvolvimento constituem elementos indispensáveis para o reforço da paz e da estabilidade, para além de igualmente representarem um imperativo de solidariedade.

Para ser profícua, porém, essa solidariedade não se deverá manifestar indiscriminadamente; deverá, pelo contrário, reger-se pelo princípio ético de conceder a prioridade aos países que fazem acompanhar o seu esforço de desenvolvimento económico com políticas de consolidação do Estado de Direito, de justiça social e de promoção dos níveis educativo e cultural das suas populações.

Senhor Presidente

Sob a sua liderança, a Guiné-Bissau soube responder com sucesso ao estímulo e desafio da transição democrática para um sistema pluripartidário, transição essa que, após as eleições presidenciais e legislativas de 1994, tem presentemente como próximo passo a realização de eleições autárquicas. Felicito-o pela sua determinação, tanto mais que os valores da Liberdade e da Democracia, vividos no fortalecimento do diálogo, do pluralismo e da tolerância, são verdadeiramente essenciais para a estabilidade e para o progresso.

Mais do que nunca, é intenção de Portugal desenvolver as suas relações de cooperação bilateral com a Guiné-Bissau. Neste contexto, apraz-me registar que a cooperação bilateral luso-guineense se tem vindo a reforçar nos mais diversos domínios.

No que diz respeito à cooperação cultural, e sem secundarizar outras actuações relevantes, tais como o Centro Cultural Português, a Escola Portuguesa, a Escola Primária da UCCLA e o apoio à Faculdade de Direito de Bissau, permito-me destacar a viabilização da recepção das emissões da RTPI e da RDPI, assim como a melhoria técnica da televisão e radiodifusão guineense. No âmbito da cooperação técnico-militar, para além da implementação de projectos de capacitação abrangendo os três Ramos das Forças Armadas Guineenses, consideramos particularmente promissor o intercâmbio de experiências no domínio da prevenção de conflitos em África, decorrentes da nossa participação em operações de manutenção da paz das Nações Unidas, designadamente em Moçambique e em Angola.

Por último, no domínio da cooperação empresarial, a grande aposta está no desenvolvimento de um novo espírito de parceria que, num quadro de fiabilidade, permita o incentivo consequente da actividade empresarial privada na Guiné-Bissau.

Temos consciência de que há ainda muito por fazer, mas acreditamos que o caminho trilhado é o correcto. É o caminho das realizações concretas e sustentáveis, e por isso credíveis, e que, no exercício do escrupuloso respeito pelas respectivas soberanias, se destina não a criar dependências, mas sim a reforçar capacidades.

É também o caminho que irá permitir que a cooperação lusoguineense se manifeste crescentemente dinâmica, multifacética e descentralizada, através do envolvimento de um cada vez maior número de instituições oficiais e privadas, autarquias, universidades e organizações não governamentais.

Acreditamos que é no elemento humano e na sua valorização que reside a chave do frutuoso desenvolvimento da cooperação bilateral luso-guineense; como também é nele que assenta a solidez e a riqueza dos nossos laços de afectividade recíproca que comungamos com os restantes países da família da lusofonia. Assume por conseguinte um particular significado a legislação promulgada no passado mês de Maio que veio permitir a regularização extraordinária dos cidadãos originários dos Países de Língua Portuguesa que residem em Portugal sem a necessária autorização legal. Neste contexto, atribuímos a maior importância ao processo de legalização dos emigrantes guineenses aqui radicados a quem dirijo uma palavra de afecto e de solidariedade — já que sinceramente desejamos que possam usufruir dos mais vastos direitos e oportunidades, por forma a partilharem connosco os mesmos desafios do progresso e da modernidade. Senhor Presidente,

Enche-nos de profunda satisfação o facto de a Guiné-Bissau integrar presentemente o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Este facto — à semelhança do que recentemente ocorreu com Cabo Verde — é também uma forma de afirmação da

nossa língua e da nossa maneira de estar no Mundo. Quero igualmente aproveitar esta oportunidade para agradecer, na pessoa de Vossa Excelência, o apoio da Guiné-Bissau à candidatura de Portugal ao Conselho de Segurança para o biénio de 1997/98. A nossa comunhão dos mesmos ideais e valores da Liberdade, da Democracia e do respeito pelos Direitos Humanos reflecte--se também no nosso comum empenho de encontrar para o drama de Timor-Leste uma solução internacionalmente aceitável, consagradora do direito à autodeterminação e que tenha em devida conta os legítimos direitos do seu Povo à identidade cultural e religiosa. Portugal continuará a não abdicar das suas responsabilidades como potência administrante daquele território até à conclusão do processo de descolonização internacionalmente supervisionado, e, neste contexto, agradecemos o firme apoio que a Guiné-Bissau tem prestado à causa de Timor--Leste.

Senhor Presidente.

O excelente clima de entendimento que norteia o relacionamento entre Portugal e a Guiné-Bissau sairá seguramente ainda mais reforçado pela presente visita de Estado que Vossa Excelência efectua ao nosso país.

Ao desejar os maiores sucessos a Vossa Excelência no desempenho das suas altas funções, saúdo simultaneamente o Homem que soube ter os simbólicos gestos carregados do significado de um virar de página e de um aprofundamento das perspectivas do futuro.

Peço a todos que me acompanhem num brinde pelas felicidades pessoais de Vossa Excelência e de Sua Excelentíssima Esposa, pela prosperidade do povo guineense, pela amizade fraterna entre os nossos dois Povos e pela solidária cooperação entre os nossos dois Países.

SESSÃO SOLENE DE ABERTURA
DA CIMEIRA CONSTITUTIVA DA COMUNIDADE
DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA
Centro Cultural de Belém
17 de Julho de 1996

Este dia, em que se institucionaliza a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, ficará nas nossas histórias como um marco fundamental nos caminhos que percorremos e que desejamos projectar no futuro, conscientes do que queremos ser e fazer em conjunto.

Actualizamos uma convivência secular, que teve luzes e sombras, mas que hoje podemos assumir integralmente e sem complexos. Ficou-nos desse longo convívio a língua comum, o entendimento mútuo e o afecto que une e torna tão fácil a compreensão.

Reencontramo-nos, hoje, solenemente porque queremos assumir, em termos modernos, o dever e a responsabilidade de valorizarmos o que temos em comum e nos pode acrescentar. Este acto traduz, aliás, no plano jurídico-formal, uma vontade permanente manifestada, sob diversas formas, pelos nossos povos.

O mundo multipolar do nosso tempo vive da afirmação dos grandes conjuntos — não apenas económicos e militares, mas também linguísticos e culturais. As prodigiosas tecnologias de comunicação vencem as descontinuidades geográficas e tornam esses conjuntos cada vez mais sólidos, coesos e operativos.

Os países impõem-se hoje pelo peso da língua, pela riqueza cultural, pela capacidade de investigar e criar ciência, de realizar obra, de inovar, de aprender e de divulgar.

A esta luz, a Comunidade que hoje se constitui apresenta imensas potencialidades e múltiplos desafios. Somos 200 milhões de

seres humanos, dispersos pelos vários continentes. Falamos uma língua na qual se expressam culturas tão ricas e tão variadas experiências do Mundo. Inserimo-nos, cada um de nós, em organizações supranacionais e regionais, poderosas e diversificadas. Tudo isto será, a partir de agora e porque constituímos a Comunidade, potenciado, enriquecido, valorizado. O nosso peso nas organizações que já integramos só sairá reforçado. A experiência mostra-nos isso mesmo.

Não queremos, porém, fundar a Comunidade em ilusões que o tempo desfaz, sobreavaliando as nossas possibilidades. Sabemos que, num passado recente, houve dificuldades, que a cooperação não foi tão longe quanto devia. Não ignoramos que os meios e os recursos que possuímos são limitados. Temos consciência de que, apesar da boa vontade e trabalho de muitos, ainda não foi possível avançarmos decisivamente numa estratégia comum, activa, eficaz e global, de defesa e projecção da língua.

Mas sabemos também que, face aos obstáculos, a única alternativa digna de nós é resolvê-los e ultrapassá-los, com persistência, flexibilidade, lucidez, ousadia. É por isso e para isso que nasce a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Só ela poderá criar uma dinâmica própria e fazer-nos avançar, vencendo as dificuldades, enfrentando-as sem preconceitos, sem modelos preconcebidos ou sem tentações hegemónicas. O património que temos pertence a todos e todos o devemos enriquecer. As regras são claras: igualdade, solidariedade, respeito mútuo. Não esquecendo que esta Comunidade é marcada pelo nosso modo de concebermos o universalismo.

O colapso do sistema bipolar, que conhecemos durante décadas, foi acompanhado de extensas e rápidas mudanças, entre as quais o aumento da competitividade sem limites. Tudo isto teve reflexos muito negativos para o diálogo Norte-Sul e o esforço de

ajuda pública ao desenvolvimento, que não tem sido feito, como devia, com consequências muito preocupantes para o futuro dos países mais carecidos.

Esta Comunidade assenta numa lógica que contraria essa escalada de egoísmos sem princípios. Funda-se na solidariedade, no humanismo universalista e na defesa dos grandes princípios da Democracia e do Estado de Direito, do Desenvolvimento e da Justiça Social, dos Direitos Humanos, da Tolerância, do Pluralismo, da Paz e da Defesa dos Recursos Naturais da Humanidade. O futuro que queremos melhor para todos não pode construir-se segundo os critérios estreitos do imediatismo interesseiro e calculista. Precisa de valores e de ideais.

Com esta convicção profunda e com a vontade que lhe dá força e consequência, temos de saber afirmar a Comunidade no Mundo. Ela constituirá, se quisermos, um meio importante de projecção da língua, um factor de valorização dos nossos recursos económicos e estratégicos e de captação de interesses e iniciativas. Constituirá certamente também um instrumento de concertação político-diplomático, designadamente em questões face às quais existem diversas sensibilidades dos nossos países. Quanto mais coesos mais fortes, mas sabendo que a coesão se constrói na diversidade.

Esta cimeira representa, por isso, uma manifestação da confiança em nós próprios e de uns nos outros. A circunstância de, paralelamente, ter dado ocasião a uma série de tão valiosos acontecimentos é também um motivo de esperança. Significa que as iniciativas surgem e desenvolvem-se quando há um clima de expectativa e mobilização. É esse o caminho que temos de prosseguir, incentivando a cooperação em todos os domínios, nomeadamente nos da modernidade económica, cultural e científica.

Senhores Presidentes, Ilustres Autoridades,

A construção de uma Comunidade não se confina à sua institucionalização e ao funcionamento dos seus órgãos. Representa um acto de afirmação diária de pertença e partilha de benefícios e responsabilidades.

Significa que qualquer de nós se sente em casa, qualquer que seja o país da Comunidade onde se encontre. Quer dizer que estabelecemos um compromisso de fraternidade. É preciso, para tanto, que os nossos Povos e Países sintam este projecto como de cada um e de todos. É indispensável que os jovens o façam seu, lhe dêem a sua energia e a sua insatisfação. É imprescindível que as mulheres e homens de cultura dos nossos países lhe dêem o seu contributo insubstituível de criatividade. A língua que falamos é a língua de Carlos Drumond de Andrade, de Fernando Pessoa, de Baltasar Lopes. São os escritores que a recriam, alargam e voltam para a frente.

No momento em que nos assumimos como Comunidade e em que saúdo os digníssimos representantes dos países que a integram, quero dirigir-me ao Povo de Timor-Leste, ausente deste acto fundador, mas presente pela nossa atitude de permanente solidariedade.

Portugal não tem quaisquer objectivos egoístas em Timor-Leste. Temos um único propósito: pôr fim à violação dos direitos dos Timorenses e garantir o livre exercício do seu direito à autodeterminação e à sua identidade cultural e religiosa.

Pela nossa parte, continuaremos a defender o respeito pelos direitos da comunidade timorense à sua autodeterminação, designadamente através do cumprimento do mandato do Secretário-Geral das Nações Unidas para garantir uma solução justa e internacionalmente aceite para Timor-Leste.

O que está em jogo em Timor-Leste são os valores da democracia e da paz, valores essenciais proclamados na carta fundadora da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa. Por tudo isso, e mais, ainda, pelos vínculos estreitos e particulares que unem todos os Povos de Língua Portuguesa, quero apelar, neste momento solene, à vossa solidariedade activa para com esta causa.

Lembramos também as nossas Comunidades que vivem noutros Países e aqueles que estudam a nossa língua e as nossas culturas. Todos eles pertencem também à Comunidade dos Países de Lingua Portuguesa.

Meus Amigos,

Uma língua não é apenas um meio de comunicação ou um instrumento de política externa. Uma língua forma-nos a visão do Mundo e é nela que expressamos a dor, o protesto, a esperança, a amizade, o amor. A língua une e identifica.

Vergílio Ferreira, Prémio Camões, disse: «Da nossa Língua vê-se o mar e ouve-se o seu rumor.» Esse mar que nos fez encontrar um dia e que alarga o horizonte à medida da esperança que aqui nos reúne e do afecto que liga os nossos Povos.

CAPÍTULO XIII | MUNDO

«Aproximamo-nos a passos rápidos do terceiro milénio. Os próximos anos surgem-nos como plenos de incertezas e de dúvidas. Procuramos novas formas de organizar o Mundo em termos que garantam a paz, a estabilidade e o progresso. Não nego o gigantismo da tarefa, mas estou confiante de que conseguiremos levar o barco a bom porto.»

Sessão de Trabalho dos Chefes de Estado e de Governo na VI Cimeira Ibero-Americana Santiago do Chile 10 de Novembro de 1996

Agradeço a Vossa Excelência, Senhor Presidente da República do Chile, o convite que tão amavelmente nos dirigiu para participar nesta Cimeira. Em meu nome pessoal e em nome da Delegação do meu país, quero também, através de Vossa Excelência, dirigir ao Povo Chileno uma saudação fraterna e a expressão do nosso agradecimento.

As Cimeiras Ibero-Americanas prosseguem o objectivo de conferir maior expressão à identidade e solidariedade entre os nossos Povos e Países, aprofundando o sentimento de pertencermos a uma comunidade de mais de seiscentos milhões de seres humanos que comungam indeléveis laços históricos, culturais, afectivos e linguísticos. História, cultura, afecto e língua — castelhano e português — são efectivamente os alicerces sobre os quais a Comunidade Ibero-Americana terá de crescentemente se assumir como *forum* de reflexão conjunta, mecanismo de intercâmbio de experiências e espaço de concertação e solidariedade.

A articulação dos imperativos da consolidação de instituições livres, próprias de sociedades abertas, com os desafios da modernidade e do progresso — em suma, a governabilidade em democracia — é uma responsabilidade comum de todos os democratas.

Conhecemos de perto a exultante experiência da transição democrática pós-autoritária. Temos a acrescida obrigação de saber reconhecer a força das ideias políticas, dos movimentos sociais e das tendências internacionais que estimularam essa mudança política. Os modelos autoritários esgotaram-se, minados pela falta de legitimidade, pela incapacidade de responder às crises económicas e sociais, pelo isolamento externo. A denegação dos direitos cívicos revela-se inconciliável com sociedades evoluídas.

A solidariedade democrática representa um factor qualitativo relevante nas relações entre os Estados: as democracias constituem um espaço de paz na sociedade internacional, multiplicando entre si os quadros multilaterais indispensáveis para dar forma a modelos inovadores de cooperação, em todas as dimensões. A Comunidade Ibero-Americana é um bom exemplo dessa evolução. A sua criação só foi possível depois da democratização sucessiva de Portugal, de Espanha e da generalidade dos Estados da América Latina. A sua primeira finalidade é consolidar essa viragem histórica e projectar-se no âmbito das relações internacionais como uma Comunidade de Estados democráticos.

Naturalmente, para lá dos vínculos políticos e culturais, os problemas de cada um dos nossos Estados são diferentes e correspondem a situações específicas. Seria imprudente compararem-se casos muito distintos.

Portugal e Espanha estão empenhados num processo de integração regional com uma densidade institucional ímpar, centrado na construção e aprofundamento da União Europeia.

Uma parte importante dos Estados da América Latina, designadamente o Brasil, país nosso irmão, está também a desenvolver, no Mercosul, um modelo próprio de regulação de uma crescente interdependência regional, igualmente assente no princípio da cooperação entre as democracias. E muitos Estados aqui representados seguem idênticos caminhos.

A Comunidade Ibero-Americana, tal como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, este ano institucionalizada, consti-

Sessão de Trabalho dos Chefes de Estado e de Governo na VI Cimeira Ibero-Americana

tuem entidades vocacionadas para procurar caminhos no sentido de uma cooperação mutuamente benéfica, tanto no plano cultural como no económico.

Acredito que estas duas Comunidades — a Ibero-Americana e a Afro-Luso-Brasileira — potenciam espaços de solidariedade capazes de cingir ambas as margens do Atlântico.

Não obstante a diversidade das situações internas nos nossos países, existe uma multiplicidade de problemas comuns.

É imperioso definirmos as orientações políticas que tornem possível realizar a convergência entre as reformas económicas e sociais determinadas pela competição internacional e a construção de regimes democráticos mais abertos e participados, assentes em organizações políticas e sociais sólidas, transparentes e representativas. Assume neste contexto particular relevância o adequado exercício autonómico dos Municípios, cuja função é imprescindível para o reforço do sentimento de participação dos cidadãos na governação e no bem comum da sociedade.

Nenhum de nós ignora as dificuldades do percurso. A nossa responsabilidade é saber definir as orientações mais equilibradas, sem temer as decisões mais difíceis, mantendo sempre como objectivo central o desenvolvimento solidário e sustentável.

No passado, o tema da governabilidade foi invocado para anunciar a crise da democracia. A História recusou essa ligação: pelo contrário, revelou a força da democracia e demonstrou a sua capacidade para resolver, lenta mas seguramente, as crises da economia e da sociedade.

Hoje, o debate sobre democracia e governabilidade assenta na premissa da consolidação democrática e na intransigente defesa dos direitos humanos, para conjuntamente pensarmos sobre as formas de melhor garantir a eficácia e a transparência das instituições representativas. Importará, por outro lado, ter presente a

necessidade de se caminhar para uma repartição mais justa e equitativa dos recursos económicos. Esta é uma condição essencial para cimentar a estabilidade democrática e social, devolvendo aos cidadãos o sentimento de pertença a uma comunidade solidária e coesa.

Não poderia terminar sem evocar Timor-Leste. A atribuição do Prémio Nobel da Paz ao Bispo Ximenes Belo, símbolo da luta de um povo mártir, e a José Ramos Horta, dirigente e porta-voz da resistência timorense, traduz o reconhecimento internacional da causa de Timor-Leste e constitui um importante estímulo para os esforços da Comunidade Internacional na procura de uma resolução justa da questão timorense. Nesse sentido, Portugal continuará a cooperar com o Secretário-Geral das Nações Unidas na defesa do direito ao exercício livre e democrático, à autodeterminação do Povo de Timor-Leste.

Como um dia escreveu Pablo Neruda:

«[...] cambiaremos la Tierra. No irá tu sombra alegre de charco en charco hacia la muerte desnuda.

Cambiaremos, uniendo tu mano con la mia, la noche que te cubre con su bóveda verde.

Cambiaremos la vida para que tu linaje sobreviva e construya su luz organizada.»

Sessão de Encerramento da XIV Conferência Internacional de Lisboa Fundação Calouste Gulbenkian 27 de Novembro de 1996

Quero agradecer ao Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, na pessoa do seu Presidente, Embaixador Calvet de Magalhães, o amável convite que me dirigiu para encerrar a XIV Conferência Internacional de Lisboa.

Gostaria também de cumprimentar os organizadores pela escolha de um tema de grande oportunidade e da maior importância para Portugal. Estou certo de que os trabalhos desta Conferência repetiram o elevado nível das anteriores, em que tive o prazer de participar. Pela minha parte, considero essencial o debate informado sobre as grandes questões de política internacional, indispensável para preparar as escolhas que irão determinar, em larga medida, o nosso futuro comum.

Essas escolhas tornaram-se mais claras, durante os últimos meses, quer a partir dos acordos de Dayton e Paris e da constituição da IFOR, quer nas conversações sobre a consolidação e o alargamento das duas principais instituições em que assenta a organização da Europa e da comunidade transatlântica.

Os acordos para a pacificação e a reconciliação entre as comunidades na Bósnia-Herzegovina, tal como a constituição de uma força de implementação dirigida pela NATO, na qual Portugal participa com um contingente militar significativo, representam, por si mesmos, não só uma intervenção decisiva para terminar uma guerra trágica e para restaurar a estabilidade na região, como marcaram uma viragem na evolução do pós-guerra fria.

Desde logo, os acordos de paz resultaram de uma iniciativa concertada entre a União Europeia e os Estados Unidos que assinala uma idêntica perspectiva sobre os objectivos da segurança europeia, ao mesmo tempo que demonstraram a coesão da comunidade de defesa euro-atlântica e a sua capacidade de resposta aos novos problemas da segurança regional.

Nesse contexto, a lição da Bósnia revela a força dos vínculos criados durante a guerra fria entre os aliados dos dois lados do Atlântico. Os Estados Unidos continuam a ser indispensáveis para a segurança europeia, assim como a segurança europeia continua a ser parte integrante da segurança dos Estados Unidos.

A história das guerras europeias deste século consolidou uma aliança duradoura, firmada numa comunidade de interesses estratégicos. A geografia, que dividia as duas margens do Atlântico, acabou por as unir: as fronteiras deixaram de separar as democracias ocidentais e tornaram-se o traço de união de um espaço civil comum, onde o primado do direito e o respeito pelos mesmos valores se tornaram a regra nas relações entre os nossos Estados.

A União Europeia e a Organização do Tratado do Atlântico Norte são os dois pilares institucionais dessa comunidade internacional entre a América do Norte e a Europa.

As grandes questões do momento referem-se, naturalmente, ao futuro dessa comunidade. Existem, é certo, de ambas as partes, vozes que reclamam a separação, numa linha em que a emergência das entidades regionais aparece associada a estratégias isolacionistas, que reclamam uma relação adversarial entre os Estados Unidos e a Europa.

Essas tendências isolacionistas, que se acentuaram desde o fim da guerra fria, revelam uma memória demasiado curta e uma

visão excessivamente opaca. Recusam-se a ter em conta as consequências estratégicas, políticas e económicas de uma ruptura da Organização do Tratado do Atlântico Norte e da comunidade transatlântica, tal como se recusam a apresentar, com clareza, as suas alternativas.

Por certo, o primeiro objectivo da Europa é realizar a sua união, tal como a prioridade dos Estados Unidos deve ser a defesa dos seus interesses próprios. Mas, para consolidar e completar a União Europeia, os Europeus precisam de um regime de segurança estável, no quadro da aliança com os Estados Unidos na Organização do Tratado do Atlântico Norte. Pela minha parte, creio também que a segurança europeia continua a ser um interesse prioritário dos Estados Unidos, e interpreto nesse sentido o seu empenho crucial na resolução da crise da ex-Jugoslávia.

A consolidação da comunidade transatlântica exige, porém, uma atenção constante, e um esforço permanente de concertação entre a Europa e os Estados Unidos para a organização dos equilíbrios europeus do pós-guerra fria.

Esse processo será, naturalmente, longo e difícil. Importará, por isso, dar os passos certos, no momento certo, sem precipitações, não ficando paralisado por debates teológicos sobre modelos de arquitectura para construções imaginárias.

A nossa prioridade comum deve ser a consolidação paralela da União Europeia e da Organização do Tratado do Atlântico Norte, designadamente pela articulação dos respectivos alargamentos, bem como das medidas indispensáveis para inserir, de uma forma participada, a Rússia e a Ucrânia num novo quadro de equilíbrios que assegure uma fórmula duradoura de segurança regional.

Essa consolidação pressupõe, por um lado, a formação de um pilar europeu de defesa e de uma identidade Europeia de Segu-

rança e Defesa no quadro da Aliança Atlântica e, por outro, uma adequada europeização da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

Com o fim da guerra fria, a Europa tem as condições necessárias para recuperar uma larga autonomia estratégica, e deve poder dotar-se dos meios, a todos os níveis da defesa não nuclear, para traduzir essa capacidade em termos operacionais. O desenvolvimento da União da Europa Ocidental, em articulação com a Organização do Tratado do Atlântico Norte, é importante nesse sentido.

Em paralelo, deve sublinhar-se a tendência para uma crescente «europeização» da Organização do Tratado do Atlântico Norte, quer na definição das suas prioridades estratégicas, quer pela mutação dos problemas de segurança regional, quer ainda pelos ajustamentos internos na composição, no funcionamento e nas estruturas da Organização do Tratado do Atlântico Norte. Essa evolução resulta da recuperação da autonomia da Europa, e do crescente empenho das potências europeias no reforço da Aliança Atlântica, e será acentuada pela extensão das fronteiras europeias da comunidade de defesa colectiva transatlântica.

O objectivo comum dos alargamentos da União Europeia e da Organização do Tratado do Atlântico Norte é garantir a integração da Europa Central e Oriental, necessária para consolidar a democracia pluralista, o Estado de direito e a economia de mercado na «outra Europa». Simultaneamente, a extensão das fronteiras das duas instituições é indispensável para assegurar a continuidade dos processos de integração regional, contra as tendências de fragmentação, que se tomaram mais fortes no pósquerra fria, e podem, a prazo, pôr em causa o próprio futuro, quer da União Europeia, quer da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

Se o objectivo é claro, parece menos evidente qual a melhor forma de o realizar, bem como definir uma ordem de precedência entre as duas instituições multilaterais.

A contraposição da prosperidade e da paz é, de certa maneira, enganadora: a segurança constitui uma condição necessária para serem tomadas as medidas difíceis de reforma do Estado e da economia e, sobretudo, a integração, por si mesma, é crucial para impedir tanto a multiplicação dos fenómenos de fragmentação e de renacionalização, como a frustração das expectativas europeias das novas democracias.

Nesse contexto, o mais importante é impedir que os dois alargamentos se paralisem reciprocamente: devem, pelo contrário, reforçar-se e complementar-se, num quadro de articulação entre a União Europeia e a Organização do Tratado do Atlântico Norte.

A mesma cooperação deve ser extensiva às modalidades de associação da Rússia e da Ucrânia à segurança europeia, através de ambas as instituições, que trave uma deriva isolacionista, prejudicial tanto para a sua própria evolução, como para a estabilidade política da Europa. Nesse domínio, é preciso encontrar novas fórmulas de associação para estruturar os quadros de cooperação estratégica, política e económica capazes de corresponder aos interesses legítimos dessas duas grandes potências.

O empenho determinado dos Estados Unidos e da Europa na realização desse desígnio comum é essencial para revitalizar a comunidade transatlântica, e constitui uma prioridade para todos os que estão decididos a não deixar passar a oportunidade, talvez única, de completar no pós-guerra fria o que europeus e norte-americanos iniciaram a seguir à última guerra mundial: a unidade da Europa, aliada aos Estados Unidos numa parceria transatlântica.

Nesse sentido, os Estados Unidos continuarão a ser uma potência europeia e a Europa cada vez mais uma potência atlântica. Para Portugal, fronteira ocidental da Europa no centro da comunidade transatlântica, essa evolução marca, sobretudo, o princípio da formação de uma verdadeira sociedade internacional, assente na paz, na democracia e no direito.

CERIMÓNIA DE APRESENTAÇÃO PELO CORPO DIPLOMÁTICO DE VOTOS DE ANO NOVO Palácio Nacional de Queluz 7 de Janeiro de 1997

Desejo agradecer-lhe, antes de mais, Senhor Núncio Apostólico, os amáveis votos que, em nome do Corpo Diplomático acreditado em Lisboa, teve a gentileza de me endereçar e, por meu intermédio, ao Povo e ao Governo portugueses. São votos que muito me penhoram e que retribuo com todo o gosto, pedindo a todos os Chefes de Missão aqui presentes que transmitam aos seus Chefes de Estado, aos seus Governos e ao Povos que tão dignamente representam, os meus sinceros votos de paz, de prosperidade e de bem-estar pessoal neste novo Ano. O ano que se encerra foi fértil em acontecimentos internacionais, muitos deles acalentadores das esperanças que todos legitimamente depositam num futuro mais fraterno, mais justo e mais próspero, outros infelizmente marcados pela dor, pela miséria, pelo ódio e pela injustiça que continuam a estigmatizar a Humanidade.

Para além da guerra, dos conflitos étnicos que ameaçam submergir regiões inteiras do Globo, continuamos a deparar, como tão bem o disse o Santo Padre na sua inspiradora mensagem para o Dia Mundial da Paz que celebrámos há poucos dias, «com tantas pessoas (cito) confinadas na sua solidão interior», enquanto «outras continuam a ser voluntariamente discriminadas por causa da raça, da nacionalidade ou do sexo, enquanto a pobreza lança multidões inteiras para as margens da sociedade, ou mesmo para o aniquilamento» (fim de citação).

A Humanidade continua a debater-se com o aprofundamento intolerável do fosso entre os ricos e os pobres, com a miséria, com o ódio, com a discriminação e com a guerra. Mesmo dentro das sociedades consideradas desenvolvidas assistimos a terríveis fenómenos de exclusão social que ameaçam a coesão interna dessas mesmas sociedades e os fundamentos democráticos em que assenta a sua organização política.

Aproximamo-nos, a grandes passos, do terceiro milénio. A última década foi marcada por profundas alterações dos equilíbrios internacionais e os novos contornos da arquitectura mundial são ainda difíceis de discernir, quando não mesmo marcados por profundas contradições.

Dir-se-ia que nos procuramos enquanto Humanidade; procuramos a estabilidade e a paz, o verdadeiro concerto entre a família das Nações baseado na justiça e na solidariedade; procuramos as formas de pôr fim à fome e à doença; procuramos acabar com conflitos que duram há décadas, suster as intermináveis linhas de refugiados; procuramos acorrer àqueles que, mesmo a nosso lado, sofrem na carne o flagelo da droga, a miséria e a exclusão; queremos dizer basta às opressões antigas e brutais, assim como pôr cobro às suas novas formas, porventura mais subtis mas, de igual modo, destruidoras da liberdade e da criatividade humana; queremos avançar decididamente na defesa do património cultural e dos recursos ecológicos, garantir uma melhor partilha da riqueza e o acesso ao progresso económico e social, proteger garantias que têm de se adaptar ao novo contexto de globalização económica e de perda de competitividade, promover o emprego, abordar com rigor o novo papel da Ciência, combater eficazmente o crime que se organiza à escala mundial, tal como reagir sem concessões à intolerância, ao fanatismo, à xenofobia e à violência.

Excelências,

Para a Europa, 1997 será um ano em que deverão ser tomadas decisões particularmente importantes no que toca o aprofundamento do projecto europeu a que estamos indissociavelmente ligados e no qual Portugal está empenhado sem reservas.

São decisões que têm a ver com o alargamento da União Europeia e da NATO, com as reformas indispensáveis para assegurar a eficácia dos mecanismos previstos nos Tratados, com a credibilidade das instituições europeias, com a União Económica e Monetária, com a presença da Europa no Mundo, com o reforço das dimensões de solidariedade e de coesão inerentes ao projecto europeu, um projecto que terá de continuar a ser aberto, democrático e crescentemente participado; um projecto político, social e cultural em que todos os europeus se reconheçam e a que todos adiram.

A resposta a estes desafios terá de se basear, necessariamente, nos valores da liberdade, da tolerância, do diálogo, da justiça, do respeito pelos direitos humanos, da solidariedade entre os indivíduos e os povos. Na base destes princípios saberemos, estou certo, encontrar as respostas adequadas.

Senhor Núncio Apostólico,

Senhores Embaixadores e Chefes de Missão,

O ano que findou, apesar dos aspectos negativos que comportou — a persistência de antigos conflitos, o ressurgimento de novas tensões e de novas guerras, manifestações de violência de toda a ordem, epidemias e misérias — ficou também assinalado, em Portugal e no Mundo, por aspectos positivos que gostaria aqui de sublinhar.

É encorajador ver, permitam-me que o diga, a determinação com que, quer os povos da Europa Central e de Leste, quer os povos da América Latina, prosseguem as grandes reformas das suas sociedades, possibilitadas pelo fim dos regimes ditatoriais, ancorando-as definitivamente em modelos de progresso assentes na democracia e no Estado de Direito. Mau grado todas as dificuldades compreensíveis, também a Rússia continua a levar a cabo uma gigantesca obra de reforma das suas instituições e da sua organização económica.

As aspirações legítimas dos países da Europa Central e Oriental de participarem plenamente nas diversas estruturas de integração europeia, de disfrutarem de um maior progresso e estabilidade, não poderão ser defraudadas. Sem pretender diminuir as dificuldades nem negar a complexidade destes processos, está em causa a nossa capacidade para realizar a unidade das democracias europeias, cuja consolidação é a trave da paz, da segurança e do progresso do nosso continente.

De igual modo, a oportunidade única aberta pelo fim da divisão da Europa ficaria comprometida se não forem instituídas as medidas indispensáveis à associação plena da Rússia e da Ucrânia a um quadro de segurança europeia que respeite os seus interesses legítimos; não será por de mais sublinhar a importância desta questão e a necessidade de encontrar, para ela, uma resposta adequada.

Na Bósnia, assistimos à primeira fase de implementação dos acordos negociados em Dayton e formalizados em Paris; o balanço que fazemos desta experiência é, sem dúvida, positivo; foi nomeadamente possível levar a cabo eleições para as instituições federadas e comuns e abrir caminho para a criação do quadro institucional previsto nos acordos de paz. Mas não desapareceram, ainda, os espectros latentes do conflito, tal como não houve ainda uma clara demonstração da vontade das partes de conviverem pacificamente, fazendo desaparecer as sequelas da guerra, permitindo reconstruir o país e facilitando o regresso dos refugiados.

Na África Austral, assistimos igualmente à consolidação dos processos de transição democrática e de pacificação interna; é nomeadamente este o caso em Moçambique e na República da África do Sul. Também em Angola existem sinais de que as partes respeitarão o espírito e a letra dos acordos de paz, pondo assim, finalmente, termo a um longo conflito fratricida; Portugal não deixará de continuar a empenhar-se para que a paz e a concórdia sejam uma realidade neste martirizado país a que tanto nos une. Infelizmente, estes passos positivos foram ensombrados pela tragédia que presentemente se vive na região dos Grandes Lagos, que ameaça a estabilidade do subcontinente e que preocupa, legitimamente, a comunidade internacional. Faço sinceros votos para que esta dramática situação possa encontrar, com toda a brevidade, a solução política indispensável à resolução deste conflito e ao regresso aos seus países de tantos milhares de vítimas inocentes.

O processo de paz no Médio Oriente encontra-se, aparentemente, num impasse, o que justifica a preocupação legítima de quantos defendem o direito à paz de todos os povos daquela região. Mas creio firmemente que o processo iniciado em Oslo é irreversível e confio que as vias da reconciliação e da convivência pacífica se imporão aos responsáveis políticos israelitas e palestinianos, invertendo definitivamente a escalada da violência e da rejeição, permitindo reencontrar a esperança e construir a paz. A Bacia Mediterrânica é um todo cuja estabilidade afecta a própria estabilidade da Europa; a geografia e a História criaram laços indissolúveis entre as duas margens deste mar comum, que desenvolvem, entre si, formas originais de cooperação demonstrativas da solidariedade que entre elas não poderá deixar de existir. Regozijo-me pelo dinamismo do processo de Barcelona e faço votos de que o próximo ano conheça um novo reforço do diá-

logo e da concertação entre os países que nele participam, por forma a consolidar um vasto espaço de estabilidade, de paz e de solidariedade, aberto ao progresso e ao bem-estar de todos.

Registamos, também com especial agrado, o extraordinário desenvolvimento económico que continua a verificar-se no Extremo Oriente, garantia de um acesso crescente de uma parte significativa da população mundial ao progresso económico e social, condição indispensável para a paz, para a estabilidade e para a consolidação dos princípios democráticos nesta tão importante e vasta região do globo. Farei, já no próximo mês, uma visita de Estado à República Popular da China e é com toda a sinceridade que refiro o meu grande prazer em poder inteirar-me, pessoalmente, dos assinaláveis progressos que esta grande potência mundial registou nos últimos anos, bem como avistar-me com os seus dirigentes e discutir com eles um vasto leque de interesses e preocupações comuns.

O ano de 1996 ficou assinalado, para a política externa portuguesa, por alguns factos particularmente significativos, de que legitimamente nos orgulhamos.

Antes de mais, gostaria de mencionar a eleição de Portugal para o Conselho de Segurança; uma eleição que, se reitera a confiança em nós depositada pela Comunidade Internacional, exigirá de Portugal uma responsabilidade e um rigor acrescidos na sua acção internacional; estou certo de que a nossa acção nessa instância será pautada por estes princípios e que saberemos, assim, corresponder a esta nova prova de confiança.

Correspondendo ao desejo livremente expresso dos seus países fundadores, foi institucionalizada, no ano transacto, em Lisboa, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Os países que se expressam em português dispõem, doravante, de um instrumento original e flexível de concertação entre si, de defesa mais

eficaz dos seus interesses nas instâncias internacionais, de maximização das oportunidades de desenvolvimento e de progresso. Tratava-se de um sonho antigo, a que todos os seus membros terão de dar a dinâmica que o desafio exige; mas os primeiros resultados são já palpáveis e, estou convicto, encontraremos nesta sede mais uma instância de reforço permanente da nossa cooperação.

Lisboa foi também palco da Cimeira da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa, um evento particularmente importante, não valerá a pena sublinhá-lo, para o reforço das condições de confiança mútua, de estabilidade e de paz no velho continente. A OSCE continua a constituir um quadro único para desenvolver uma segurança cooperativa entre todos os Estados europeus, os Estados Unidos e o Canadá, onde todos podem tratar, em pé de igualdade, dos problemas que afectam a segurança e a estabilidade comuns.

Espero que se possa dar, desde já, um impulso decisivo aos trabalhos destinados a adaptar o Tratado sobre as Forças Armadas Convencionais na Europa e que a Organização encontre novas formas que lhe permitam aumentar a sua eficácia face às múltiplas e crescentes responsabilidades que lhe são confiadas.

No quadro multilateral, tive igualmente a ocasião de participar, com o Senhor Primeiro-Ministro, na VI Cimeira Ibero-Americana que decorreu em Santiago do Chile, e de constatar pessoalmente a vitalidade deste quadro de concertação euro-americano que é chamado a assumir um papel crescente no estreitamento de uma cooperação profícua entre os dois continentes.

Em termos bilaterais, permitam-me que recorde a visita de Estado que efectuei a Espanha, logo após a minha entrada em funções, e de que guardo uma emocionada e viva recordação; sem falsas modéstias, creio que esta visita contribuiu para reforçar conhecimentos pessoais, para permitir uma maior convergência de percepções sobre problemas de interesse comum, para aprofundar constantemente o diálogo a todos os níveis entre os dois países e a concertação das nossas políticas, por forma a consolidar uma colaboração cada vez mais efectiva entre os dois Estados vizinhos.

Também tive a grata oportunidade de visitar Cabo Verde, país irmão a quem nos une uma História multissecular comum e interesses mútuos muito concretos; esta visita ilustrou, escassas semanas depois de ter tomado posse, a prioridade intransponível que para nós assume o relacionamento solidário com os países de língua oficial portuguesa. Neste sentido, saliento igualmente a visita de Estado que Sua Excelência o Presidente da República da Guiné-Bissau efectuou a Portugal e que permitiu, igualmente, reforçar o entendimento estreito e a cooperação entre os nossos dois países.

Visitarei, ainda neste primeiro semestre, a República de Moçambique, a que me ligam, pessoalmente, recordações muito específicas; antevejo com particular agrado a oportunidade que me será dada de rever o país, de contactar com a sua população, de discutir com o Presidente Chissano e com outros responsáveis políticos moçambicanos uma vasta gama de interesses comuns, de procurar formas acrescidas de aprofundarmos a nossa cooperação. Pelo seu significado simbólico gostaria de referir ainda a minha deslocação a Estrasburgo, por ocasião do 20.º aniversário da adesão de Portugal ao Conselho da Europa. O apoio que recebemos do Conselho, logo após a revolução de 25 de Abril de 1974, foi decisivo numa época em que se construía a democracia portuguesa e prefigurou a cooperação tão profícua que o Conselho tem vindo a estabelecer com as novas democracias do Centro e do Leste europeus. Hoje, como então, o Conselho da Europa

continua a ser a instituição que melhor simboliza a Europa dos princípios e dos valores e a referência emblemática da vivência democrática europeia.

Mas o ano que passou ficará, sobretudo, assinalado pela atribuição do Prémio Nobel da Paz a Dom Ximenes Belo, Bispo de Díli, e a Ramos Horta, dirigente da resistência timorense. Culminando com a emocionante cerimónia em Oslo, esta atribuição demonstra, de um modo particularmente eloquente, que a perseverança na defesa do que é justo acaba sempre por ter frutos, apesar de todas as pressões e dificuldades.

Conheceis, Excelências, a nossa posição nesta matéria; apenas nos move a defesa do direito do Povo de Timor-Leste à autodeterminação, tal como a denúncia das intoleráveis e permanentes violações dos direitos humanos a que a Indonésia o submete. Trata-se de uma posição de princípio e de rigor. Continuaremos, assim, a não poupar esforços para que o Povo de Timor-Leste possa exercer, livre e democraticamente, o seu direito à autodeterminação, permitindo, deste modo, avançar na procura de uma solução política justa e internacionalmente reconhecida para esta dramática questão.

Excelência Reverendíssima,

Senhores Embaixadores e Chefes de Missão,

Aproximamo-nos a passos rápidos, como há pouco dizia, do terceiro milénio. Os próximos anos surgem-nos como plenos de incertezas e de dúvidas. Procuramos novas formas de organizar o Mundo em termos que garantam a paz, a estabilidade e o progresso. Não nego o gigantismo da tarefa, mas estou confiante de que conseguiremos levar o barco a bom porto.

Estou confiante porque sempre o Homem demonstrou dispor de uma ilimitada capacidade para progredir, para encontrar soluções para os velhos e novos problemas. E estou confiante por que não duvido da força da razão e da justiça. Será no aprofundamento dos valores humanistas, na liberdade e na tolerância, no diálogo entre povos e culturas, no respeito pela diferença, que encontraremos as vias seguras para fazer face aos desafios que se nos colocam.

As nossas sociedades terão de ser mais abertas e participadas, mais fraternas e politicamente enriquecidas pelo contributo de todos; não poderemos ficar indiferentes à exclusão e à marginalização, às crescentes assimetrias e desigualdades entre países e no seio de cada país; a solidariedade não poderá permanecer uma palavra vã; o progresso e o bem-estar não poderão continuar a ser o apanágio de uns tantos enquanto a fome e a doença, a miséria física e psíquica, continuam a ser o dia-a-dia da maioria.

Como tão bem disse o Santo Padre, «é tempo de nos decidirmos a empreender, juntos e de ânimo firme, uma verdadeira peregrinação da paz, cada qual a partir da situação concreta em que se encontra».

É com esta esperança e esta certeza que vos renovo, Excelências, os votos de um bom Ano Novo, um ano de paz e de progresso para os vossos povos e de bem-estar pessoal para os Chefes de Estado que representais.

Sessão de Encerramento do Seminário Internacional «O Futuro das Relações entre as Áreas de Integração Regional no Século XXI»

Universidade de Macau
19 de Fevereiro de 1997

Tive muito prazer em aceitar o amável convite que o director do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais e o presidente da Fundação Macau me quiseram dirigir para encerrar o seminário internacional sobre «O futuro das relações entre as áreas de integração regional no século XXI».

Considero muito oportuna esta iniciativa, e tanto mais interessante pelas afinidades entre o tema, tão actual, das relações entre os espaços regionais emergentes e a vocação natural de Macau, verdadeiro paradigma do cruzamento entre civilizações. A Universidade de Macau no centro de tudo isto é importante. No relacionamento entre a Universidade, as empresas e os estudantes. O fim da guerra fria abriu um período de transição e de mudança profunda na política internacional. Para trás, ficou um século de extremos, marcado por guerras e revoluções de uma violência inédita, bem como pela irradiação sem precedentes dos valores humanistas da liberdade e da democracia, por fluxos dinâmicos de desenvolvimento, que acentuaram as relações de interdependência económica, e pela difusão das comunicações, cujo resultado é uma interpenetração cultural, cada vez mais forte e sem fronteiras.

Para trás ficou também um regime bipolar, dominado pela oposição entre duas grandes potências internacionais, separadas tanto pelas paixões ideológicas como pela rivalidade dos interesses, tal como a diplomacia triangular, o jogo de equilíbrios entre os

Estados Unidos, a União Soviética e a China, no qual a guerra fria se desdobrava para incluir o conflito entre as duas principais potências comunistas.

Durante 40 anos, a guerra fria determinou os equilíbrios estratégicos, designadamente na Europa e na Ásia, limitando severamente a autonomia política dos Estados europeus e asiáticos, e condicionando o seu estatuto internacional.

Entre a revolução na Europa de Leste, a unificação da Alemanha e o fim da União Soviética, tudo mudou. A estabilidade aparente da guerra fria deu lugar a um processo de transição, marcado, como é natural, por fortes incertezas, que está longe de terminar.

Em todo o caso, podem constatar-se, desde já, certas tendências de evolução no pós-guerra fria, que indicam caminhos futuros possíveis, na procura de uma fórmula de restruturação dos equilíbrios internacionais, ou de um modelo de ordem internacional.

As antigas clivagens bipolares e os afrontamentos ideológicos do passado parecem ter dado lugar, por um lado, a uma tendência para a descentralização do poder internacional e, por outro lado, a uma tensão entre dinâmicas de integração e de desintegração. A descentralização do poder nas relações internacionais torna possível a transição para um regime multipolar, a par da emergência de entidades regionais autónomas na Europa, na América do Norte e do Sul, ou na Ásia Oriental. A tensão entre integração e desintegração é mais difusa, e não só caracteriza o processo de consolidação ou de constituição dos principais espaços regionais, como se reproduz dentro dos próprios Estados.

A multiplicação das entidades regionais é um fenómeno novo. No passado, só a Europa Ocidental pôde encontrar, nas ruínas da última grande guerra e na ameaça da sua repetição, a força indispensável para desenvolver uma dinâmica de integração regional, assente na reconciliação entre os antigos adversários, na determinação comum de criar um espaço de segurança, de paz e de democracia, e na cooperação entre os Estados.

No pós-guerra fria, a União Europeia, pelas condições de estabilidade política e de prosperidade económica, pela densidade das suas redes institucionais, e pela sua capacidade de regular as relações de interdependência entre os Estados, surge como um modelo inicial para outras entidades regionais. A sua estratégia de resposta à transição pós-guerra fria é clara, e orienta-se no sentido de intensificar e de alargar o processo de integração regional, para conter os riscos de desintegração e de fragmentação, que se exprimiram, tragicamente, nas guerras civis na antiga Jugoslávia.

Este ano e o próximo serão decisivos para completar essa estratégia, designadamente com a unificação económica e monetária, a reforma institucional e a extensão paralela das fronteiras da União Europeia, cruciais para realizar a unidade das democracias, consolidar a dinâmica de integração regional, e assegurar a projecção internacional da Europa.

As entidades regionais na América do Norte e do Sul, ou na Ásia Oriental, não têm nem a mesma experiência, nem um desenvolvimento institucional comparável, nem têm, bem entendido, de seguir os caminhos da Europa. Todavia, a crescente interacção estratégica entre os Estados em cada uma dessas regiões, bem como a importância das relações de interdependência económica regionais, demonstram, com grande nitidez, a força dessa dinâmica de descentralização na política internacional.

Nesse sentido, a formação de um regime multipolar inclui uma nova dimensão, que está a transformar as relações internacionais, pois estas passaram a ser também relações inter-regionais.

Essa mudança traz consigo novos problemas. O mais importante é, justamente, preencher a dimensão inter-regional. Não há, nem poderia haver neste momento, um consenso sobre o significado da emergência das entidades regionais, que aparece associado, em parte, à ressurgência de civilizações e de culturas históricas, nomeadamente na Ásia Oriental.

Os mais pessimistas antecipam riscos de guerra e de tensões prolongadas, resultantes dessas novas formas de divisão na política internacional. Os mais optimistas temperam essa visão, invocando a capacidade da economia, dos fluxos financeiros, ou da homogeneização cultural para esbater tanto as fronteiras entre os Estados, como as linhas de demarcação entre os espaços regionais.

Em todo o caso, o problema exige uma atenção prioritária dos responsáveis políticos, tanto como dos peritos ou dos analistas. Pela sua parte, Portugal defende a importância decisiva da consolidação dos processos de integração regional e a necessidade de garantir a abertura política, económica e cultural nas relações entre as entidades regionais.

Parte integrante da União Europeia, Portugal está empenhado em garantir o seu lugar entre os Estados fundadores da moeda única europeia, e é favorável ao alargamento do espaço comunitário regional, indispensável para a segurança europeia, para estabilizar as democracias pós-comunistas na Europa Central e Oriental, e para reforçar a posição internacional da Europa unida. Só uma União Europeia mais forte terá condições para resistir às tentações proteccionistas e isolacionistas, e para se opor, decisivamente, à criação de novos muros na política internacional. A história ensinou-nos que o futuro da Europa só se pode realizar pela sua abertura externa, cujo primeiro passo foram as expedições marítimas portuguesas. A nossa experiência mostrou-

-nos como o isolamento internacional é sinónimo de decadência política, económica e cultural. A nossa vocação leva-nos a reconhecer na troca de ideias, saberes e mercadorias com outras civilizações e outros continentes as condições do progresso.

Macau, último entreposto da aventura renascentista, durante séculos a porta aberta entre o Oriente e o Ocidente, é o paradigma do encontro de civilizações.

Para nós, esse valor é tanto mais actual, num momento em que as relações entre a Europa e a China se tornaram um factor crucial para a definição de um quadro multipolar estável dos equilíbrios internacionais. Pequena marca na periferia da China, Macau — tal como Hong Kong — representa um singular elo de união entre os dois extremos do grande continente, e passou a ocupar uma posição central na política internacional, onde se revelará o futuro das relações entre as duas principais entidades regionais do pós-guerra fria.

É esse o desafio da transição, que queremos seja exemplar, no respeito pela autonomia de Macau, dentro da linha de continuidade essencial das instituições, das normas jurídicas e da especificidade cultural do Território definida pela Declaração Conjunta luso-chinesa, e num quadro de cooperação leal entre Portugal e a República Popular da China.

Pela nossa parte, tudo faremos para que a transferência de poderes fortaleça a identidade própria de Macau, e consolide o seu estatuto histórico como ponto de encontro entre a Europa e a Ásia Oriental.

No outro extremo, Timor-Leste representa um caso trágico de usurpação e repressão.

Até à data, o regime autoritário indonésio não mostrou compreender as profundas mudanças internacionais, e mantém-se numa posição de intransigência, procurando arrastar os seus parceiros asiáticos para a sua recusa de aceitar uma forma pacífica de resolver a questão de Timor-Leste, através do exercício livre e democrático do direito de autodeterminação.

Portugal, reconhecido pelas Nações Unidas como potência administrante *de jure* do Território, não tem outra exigência, senão a restauração do direito internacional e a defesa dos direitos humanos em Timor-Leste.

Seria prejudicial para a resolução da questão de Timor-Leste que a Indonésia pudesse associar à sua posição os seus parceiros regionais. Timor-Leste não é um conflito entre a Europa e a Ásia Oriental. É um conflito entre a Indonésia e a comunidade internacional, e entre o regime autoritário indonésio e a comunidade timorense, heróica na sua resistência e na rejeição da ocupação ilegal.

Pela sua parte, Portugal nunca desistirá de lutar para garantir o exercício válido do direito de autodeterminação no Território, em cooperação com o Secretário-Geral das Nações Unidas. É esse o seu dever, perante a comunidade internacional e a comunidade timorense.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

O momento presente na política internacional é, a todos os títulos, fascinante. Tudo está em mudança, num processo onde se vão formar os equilíbrios e as relações internacionais, no limiar de uma nova era.

A responsabilidade dos decisores políticos é tanto maior, nessas circunstâncias excepcionais. A sua visão e a sua capacidade de orientação estão postas à prova. Para lá das incertezas, a mudança significa uma oportunidade rara para ultrapassar o ciclo infernal das guerras e das revoluções, das tentações hegemónicas e dos afrontamentos ideológicos, que marcaram o século XX, e abrir caminho para a construção solidária de uma sociedade internacional, assente no direito, na paz e na cooperação.

CAPÍTULO XIV HOMENAGENS

« Quero, em nome de Portugal, render-lhes pública homenagem.»

A Mário Soares

(No acto do seu agraciamento com o Grande Colar da Ordem da Liberdade) Palácio Nacional de Queluz 9 de Março de 1996

Este acto — que quis fosse o primeiro do meu mandato — representa, no seu sóbrio mas intenso simbolismo, um testemunho veemente de gratidão e o preito de homenagem prestado a uma grande figura da democracia e da liberdade, ao combate que travou por estes ideais, à sua acção moral e política para os realizar.

A presença aqui de tão ilustres convidados, dignatários de tantos países amigos, que nos dão a honra de estar connosco, confere a esta cerimónia a projecção e o alcance dignos da personalidade ímpar que homenageamos e do reconhecimento tão vasto que lhe é dedicado.

Vossa Excelência, Senhor Doutor Mário Soares, vai receber o Grande Colar da Ordem da Liberdade, grau que, como é sabido, se destina a agraciar exclusivamente Chefes de Estado em exercício de funções.

A circunstância, que se reveste de carácter extraordinário, de esta condecoração lhe ser entregue na hora em que deixa de exercer o cargo de Presidente da República, quer pôr justamente em evidência os méritos excepcionais da sua personalidade e a grandeza da obra que tem realizado, como tal considerada nacional e internacionalmente.

Criada na sequência da Revolução dos Cravos, em 1976, por decisão de um Governo presidido por Vossa Excelência, a Ordem da Liberdade destina-se a «galardoar serviços relevantes pres-

tados à causa da Democracia e da Liberdade», distinguindo cidadãos que se notabilizaram «pela sua devoção à causa dos Direitos Humanos e da Justiça Social, nomeadamente na defesa dos ideais republicanos e democráticos».

Ninguém mais do que Mário Soares merece, por isso, esta distinção, no seu mais alto grau. A sua vida confunde-se com a luta pela Liberdade, pelos Direitos Humanos, pela Solidariedade. Ele é, aos olhos do mundo, pelo seu combate, antes e depois do 25 de Abril, símbolo da democracia portuguesa.

Dotado de invulgar coragem e determinação, resistiu e combateu heroicamente a ditadura, durante décadas de «combate desigual». Foi preso, exilado, deportado, perseguido. Nunca desistiu, nunca transigiu, nunca se acomodou. Depois do 25 de Abril, foi em boa medida graças a ele que a democracia portuguesa encontrou o seu rumo, por entre tantos perigos e tentações ilegítimas. Em todos os altos cargos públicos que desempenhou, a Liberdade foi sempre o sentido último da sua acção e do seu magistério.

Homem de convicções, Mário Soares é um humanista, um homem universal, com uma cultura de abertura ao que é diferente e novo, curioso de tudo, um homem que ama a vida. Antes de ser o homem de liberdade que todos reconhecemos e saudamos, ele é, como poucos, um homem livre e insubmisso.

Seja-me permitido uma nota pessoal: Nada me é mais grato do que este acto de justiça e de homenagem. Conheço Mário Soares há trinta anos. Sou seu velho amigo e admirador. Fomos e somos companheiros de combates pelas mesmas causas.

Compreende-se, por isso, que à honra que tenho de lhe suceder como Presidente da República, por escolha livre dos Portugueses, junte a emoção que sinto por lhe poder, aqui e neste momento, manifestar perante tão altas personalidades, o reconhecimento e a homenagem por tudo o que tem feito pelos grandes ideais da liberdade, da democracia, da justiça e da paz, constituindo-se como um exemplo e uma referência que passam as fronteiras de Portugal.

A Luís Francisco Rebelo

(Na celebração do Dia Mundial do Teatro) Teatro Luísa Todi, Setúbal 27 de Março de 1996

Veste dia que, em todo o Mundo, é dedicado a celebrar o teatro, celebração que, por vezes, é feita por entre os clamores da guerra e os gritos do sofrimento, não podia deixar de estar presente numa representação dramática.

O teatro é, desde a Antiguidade Grega, um dos mais altos testemunhos da nossa cultura e da nossa civilização. Diria mais: o teatro tem sido, quase sempre, da tragédia clássica ao teatro do absurdo, o mensageiro universal dos mais fundos enigmas da condição humana e o profeta das mudanças e rupturas do tempo. Quero, hoje, saudar com muita simpatia e admiração todos os que, em Portugal, trabalham no teatro e para o teatro — muitas vezes em situações de dificuldade e carência, por amor à arte, como se continua a dizer.

A minha presença, em Setúbal, representa também o desejo de homenagear um dramaturgo português, ao mesmo tempo que sublinha a necessidade de apoiarmos a descentralização cultural. Luís Francisco Rebelo é uma grande figura do nosso teatro. Como dramaturgo, historiador, crítico, ensaísta, director tem realizado uma obra a todos os títulos relevante e valiosa. A inscrição do seu nome numa lápide deste teatro é um gesto de inteira justiça e cheio de significado.

Conheço o Dr. Luís Francisco Rebelo há muitos anos. Tenho a honra de ser seu amigo, colega e admirador. Devo-lhe mesmo atenções e gentilezas, nos planos pessoal e profissional, que não esqueço.

Grande advogado, especialista em matéria do direito de autor, tem realizado, como Presidente da Sociedade Portuguesa de Autores, uma notabilíssima acção em defesa dos direitos dos criadores intelectuais e da dignificação da sua função social. Agradeço ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Setúbal as tão amáveis palavras que me dirigiu e felicito-o por esta feliz iniciativa e pelo apoio que tem dado às actividades culturais do seu Concelho.

Agradeço também ao Teatro de Animação de Setúbal o convite que me dirigiu para estar aqui, hoje, convosco e desejo-vos os maiores êxitos.

O texto tão tocante que, este ano, o autor dramático sírio Saadalla Wannous escreveu para assinalar o Dia Mundial do Teatro é, na sua sombria beleza, uma mensagem de esperança na capacidade de regeneração da condição humana.

Nas suas palavras, Wannous confessa que a escrita tem sido a grande arma para lutar contra a terrível doença que ameaça a sua vida. Diz-nos:

«Durante estes últimos anos, escrevi, de uma maneira febril, várias peças; um dia, perguntaram-me num tom de reprovação: porquê essa obstinação, uma vez que o teatro está ameaçado de ser sacrificado até ao ponto de desaparecer da nossa existência? Fiquei admirado pela pergunta mas mais ainda pela minha reacção de fúria.

Era-me difícil explicar a essa pessoa que me tinha interrogado, a profundeza e a perenidade da minha ligação ao teatro, de esclarecer que, se deixasse de escrever para o teatro, no momento em que me encontro no limite da minha vida, seria uma ingratidão e uma traição inadmissíveis cujo único resultado seria abreviá-la. Também deveria ter acrescentado, se tivesse respondido, que a obstinação em escrever para o teatro fazia parte da minha von-

tade de defender e de contribuir para a sua sobrevivência. Arriscando-me a ser repetitivo, quero sublinhar que o teatro é mais que uma Arte, é um fenómeno de civilização complexa e que o seu desaparecimento acentuaria a tristeza, a fealdade e a indigência deste mundo.

Quaisquer que sejam as forças que oprimem o teatro, e qualquer que seja o grau de decepção que a realidade acarrete, estou convencido que a conjugação dos esforços de todos homens de boa vontade, numa escala mundial, permitirá salvaguardar a cultura e devolverá ao teatro a sua importância e o seu brilho passados.» As palavras fortíssimas de Wannous, escritas numa situação pessoal tão dolorosa e difícil, interpelam-nos e responsabilizam-nos. Estou certo de que todos os que amamos o teatro as saberemos, neste dia, meditar.

A HUMBERTO DELGADO

(Na inauguração da sua casa) Boquilobo, Torres Novas 19 de Maio de 1996

figura de Humberto Delgado estão associadas uma primeira ruptura no Estado Novo, com extensas repercussões políticas, e as vicissitudes de um intenso combate pela Liberdade. Neste combate, um combate de coragem e de generosidade, mas também de romantismo e aventura, Delgado encontrou, como se sabe, a morte. Seja-me neste momento permitido destacar sobretudo o significado daquela ruptura, onde se cruza não apenas a dissidência com o Estado Novo e o salazarismo como a refundação da Democracia em Portugal.

Não posso resistir a uma nota pessoal de evocação, num contexto justificado pelo teor das intervenções antecedentes e pela natureza memorialística do monumento cuja recuperação hoje registamos. Creio, aliás, que um dos traços da minha evocação de Humberto Delgado pode ser estendida a uma geração. Refirome à geração que de alguma forma despertou para a política com a campanha eleitoral de 1958. Como muitos outros, guardo do discurso e da movimentação popular que esteve associado à campanha de Delgado a lembrança de um acto que assinalou a chegada da política à minha vida.

Disso posso dar testemunho. A campanha de 1958 conteve para muitos de nós o apelo irrecusável a uma participação cívica em favor e em nome do valor da liberdade, com incidência em trajectórias pessoais. Quem duvida que o apego à liberdade se decide na experiência e no exemplo do gesto da liberdade?

Porque foi desse sentido da liberdade e do seu risco, do valor supremo em nome do qual tudo vale a pena, incluindo a vida, que se alimentou a decisão de Humberto Delgado em arrostar o autoritarismo de Salazar. Para a memória e para a história é esse o símbolo que encarnou e projectou, e portanto, o símbolo que verdadeiramente conta.

Ultrapassada a crise do pós-guerra, o salazarismo parecia ter retomado a condição de estabilidade, e ensaiava algumas modalidades de integração na Europa, perante uma oposição silenciada e perturbada estrategicamente. A candidatura de Humberto Delgado constituiu um detonador dos descontentamentos e um sincronizador de alternativas. Todos sentiram, incluindo os responsáveis do regime salazarista, que existiam em Portugal múltiplas vontades e expectativas apostadas no derrube do Autoritarismo e no advento da Democracia. Delgado fazia a prova de que um regime que se vangloriara da regeneração da pátria, e que há mais de 30 anos instalara e se instalara na repressão e no arbítrio, no obscurantismo e no medo, podia ser questionado e seriamente ameaçado pela vontade popular.

Humberto Delgado e a sua campanha eleitoral de 1958 encerra este tríplice significado: despertou para a vida política uma geração (ao mesmo tempo que oferecia a outra geração condições novas de afirmação política); fez uma profissão de fé na Liberdade como valor supremo do homem e da cidadania; apelou à participação popular (recordem-se as impressionantes manifestações populares da sua campanha eleitoral) como condição indispensável do combate pela Democracia.

Este aspecto merece ser sublinhado: o apelo directo ao povo, no sentido da mobilização para o voto, é um traço essencial da arquitectura da democracia. O princípio da representação tira a sua legitimidade do voto popular e foi isso que, contra tudo e

contra todos, nesse contra tudo e contra todos incluindo a viciação do processo eleitoral e o do escrutínio, Humberto Delgado, em 1958, pôs em evidência.

As novas gerações actuais não valorizarão talvez essa atitude, e em certo sentido congratulamo-nos com isso, porque elas nasceram e cresceram com os procedimentos da Democracia aceites e praticados. Mas a memória aí está para reconstituir o percurso difícil que nos permitiu chegar aqui honradamente, e não por acaso, mas pelo cúmulo das lutas e dos exemplos, das vitórias e das derrotas, da resistência, das ousadias dos valores, da inteligência e das convicções.

Pouco tempo decorrido após a campanha eleitoral de 1958, Salazar impôs que o Presidente da República passasse a ser eleito por sufrágio restrito num colégio eleitoral dos líderes do regime. Com esta alteração da fórmula de eleição do Presidente, o ditador não pretendia eliminar os riscos de vitória de um candidato da Oposição, mas evitar a erosão do seu regime pela campanha popular que uma candidatura que se relaciona directamente com os eleitores poderia arrastar.

O regresso com a Constituição votada em 1976 ao princípio da eleição directa do Presidente da República encerra uma homenagem a Humberto Delgado, a respeito do qual a oposição nutria o sentimento de que poderia ter sido o Presidente de Portugal em 1958, se o regime em vigor permitisse a alternância pacífica. Minhas Senhoras e meus Senhores,

A participação da Força Aérea nesta homenagem manifesta uma noção de reconhecimento que me apraz registar. O militar, que justamente o meu antecessor, Dr. Mário Soares, promoveu a marechal, teve uma carreira brilhante, com destaque para as missões que desempenhou no ramo da aeronáutica. Interveio nas negociações com vista à cedência da base das Lajes aos

Aliados durante a Guerra, foi Adido Militar e Aeronáutico na Embaixada de Portugal em Washington, representou o País na NATO.

A partir de 1958 a vida de Humberto Delgado foi no entanto pautada inteiramente pela militância política contra o Estado Novo. Apostado em derrubar o regime, o Marechal concebeu, promoveu, e apoiou algumas acções de grande impacto dentro e fora do País.

O distintivo de «general sem medo» ganhou-o aí, nessa frente de batalha em que lutou com armas desiguais mas onde ganhou o direito a ser hoje lembrado como um dos grandes nomes da luta pela Liberdade em Portugal. A morte, em resultado de um assassinato premeditado e frio, perpetrado pelas autoridades do Estado Novo, e executado pela sua Polícia Política, não foi nesse aspecto mais do que uma consequência dessa recusa do conformismo, da trégua, da submissão, pelo contrário da afirmação da irreverência e da rebeldia, em nome da autonomia dos povos e dos cidadãos e, em suma, da aceitação heróica de um único destino, o destino da Liberdade.

A ÓSCAR LOPES

(Na entrega do Prémio «Vida Literária» da APE) Porto 17 de Maio de 1996

É com muito gosto e interesse que participo neste justíssimo acto de homenagem ao Prof. Óscar Lopes. Mas para além dos sentimentos pessoais de estima e apreço que, só por si, justificariam a minha presença, considero também ser meu dever, como Presidente da República, estar presente nesta cerimónia de entrega de um tão importante prémio literário que, nesta sua edição, é atribuído a uma personalidade muito marcante da nossa cultura, acrescentando assim o conjunto ilustre dos nomes, distinguidos em ocasiões anteriores, de Miguel Torga, José Saramago e Sophia de Mello Breyner.

Foi muito feliz a ideia de criar este Prémio destinado a consagrar uma vida dedicada à literatura. Saúdo a Associação Portuguesa de Escritores e a Caixa Geral de Depósitos, sem a qual esta iniciativa não seria possível. É um exemplo de mecenato cultural que é muito justo pôr em evidência e louvar.

Os prémios literários não são tudo, como é sabido. Mas servem para expressar gratidão, para distinguir o trabalho feito e a obra criada, para chamar a atenção para um livro, para homenagear um autor, para honrar a dedicação e o talento. Têm essa valia, sobretudo num meio como o nosso em que, por razões várias, tantas vezes a informação cultural não tem a divulgação e o relevo que lhe compete por direito.

O Prémio que hoje é entregue a Óscar Lopes tem o sentido da homenagem, da gratidão, do louvor e do respeito. A obra

do grande mestre é uma referência da nossa crítica e dos nossos estudos literários. A sua *História de Literatura Portuguesa*, escrita com António José Saraiva, formou, como toda a gente sabe, gerações sucessivas de estudantes e de estudiosos. Os seus ensaios sobre autores, obras e temas literários são modelares.

Professor de uma dedicação inteira aos seus alunos, personalidade rigorosa e exigente consigo própria, que alia uma enorme competência a uma impressionante capacidade de trabalho, Óscar Lopes é uma grande figura, como tal reconhecida e apreciada.

A sua profunda formação nas disciplinas linguísticas e literárias, a sua experiência de leitor minucioso e informado, a sua abertura a novas metodologias científicas e a novas concepções filosóficas, fazem da sua vasta obra, realizada ao longo de mais de meio século de labor infatigável, um exemplo de fecundidade e de honradez intelectual.

O Prémio Vida Literária cabe-lhe, por isso, com inteira justiça e propriedade. Nele, a vida e a literatura confundem-se. Nestes cinquenta anos, esteve atento a tudo o que foi publicado, ajuizando, interpretando, situando. Nunca escondeu as suas ideias filosóficas e políticas, assumindo-as sempre com clareza e frontalidade.

Como Presidente da Associação Portuguesa de Escritores que também foi e no desempenho de outros cargos de natureza cultural, nacionais e internacionais, deixou uma memória de probidade, dedicação e empenhamento.

Agradeço as palavras gentis que me foram dirigidas e felicito calorosamente o Prof. Óscar Lopes por esta distinção tão merecida. Desejo-lhe as maiores felicidades para que possa continuar o seu tão importante trabalho, como todos desejamos.

Ao Metropolitano de Lisboa

(No acto da sua condecoração com o Título de Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique)
Palácio de Belém
24 de Julho de 1996

 \mathcal{E} com a maior honra que condecoro o Metropolitano de Lisboa com o grau de Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique.

Quero, com esta condecoração, distinguir a actividade da empresa no campo da cultura e, em particular, no das artes visuais, apontando como exemplo a acção que, neste domínio, vem desenvolvendo desde a sua fundação, em 1959, e que nos últimos anos tem sido muito ampliada e enriquecida.

Este precioso incentivo para os nossos artistas tem contribuído também para manter e cultivar, em grande escala, uma das nossas mais queridas e características artes decorativas — o azulejo. Por outro lado, a integração de obras de arte nos espaços públicos das estações, constitui, sem dúvida, um importante passo na humanização dos locais onde diariamente milhares de pessoas circulam.

Neste aspecto, a condecoração ora atribuída vem sobretudo premiar a atenção dada à componente humana, por uma empresa, neste campo pioneira, que soube, e bem, desenvolver uma actividade no campo económico e tecnológico, sem desprezar as preocupações culturais e os critérios estéticos das áreas subterrâneas onde quase toda a sua actividade se desenvolve para um vasto público.

O Metropolitano tem desenvolvido, por esta via e como uma opção assumida, uma acção de mecenato particularmente eficaz,

consequente e de indiscutível qualidade e critério estético, provando ser possível uma cooperação entre empresas e criadores, em benefício do público e da arte.

Deve ainda salientar-se que esta acção incluiu um vasto intercâmbio artístico com outros países, que é muito prestigiante para Portugal e para os artistas portugueses.

Desejo, neste dia tão especial, saudar e felicitar todos os artistas que demonstraram o seu elevado mérito nas obras realizadas para as estações do Metropolitano. Pelo modo como realizaram o seu trabalho, que constantemente é visto e apreciado por muitos cidadãos, para quem a Arte é assim dada a ver quotidianamente, realizam também uma acção de educação do gosto e de estabelecimento de referências estéticas de qualidade.

Saúdo todos os que trabalharam ou trabalham no Metropolitano de Lisboa, contribuindo para o seu progresso, ao serviço da
população. Permito-me destacar o actual Presidente do Conselho de Gerência, Eng.º Alderico dos Santos Machado, e o seu
predecessor, o Eng.º Consiglieri Pedroso, aos quais tem incumbido, com as suas equipas, a responsabilidade de responder aos
desafios que as grandes mudanças sociais e culturais impõem.
Faço votos de grande êxito para a empresa, no plano económico
e no plano cultural, por cuja acção e mérito aqui nos encontramos, testemunhando e prestando pública e reconhecida homenagem.

A Azeredo Perdigão

(Nas Comemorações do Centenário do Seu Nascimento) Fundação Calouste Gulbenkian 18 de Setembro de 1996

 \mathcal{E} para mim uma honra e um grato dever estar presente nesta sessão de homenagem e evocação da memória de José de Azeredo Perdigão, no dia em que se comemoram cem anos do seu nascimento.

O doutor Azeredo Perdigão, uma das figuras mais marcantes da vida portuguesa deste século, que prestou, como poucas, valiosíssimos serviços ao país era também uma personalidade fascinante, riquíssima, com invulgares qualidades e talentos.

Espírito livre, curioso e interessado, amigo e companheiro dos poetas do *Orfeu*, como Fernando Pessoa, Alfredo Guisado e Almada Negreiros, Azeredo Perdigão, não obstante a sábia capacidade de adaptação que sempre evidenciou, manteve-se toda a vida fiel aos seus princípios e intransigente quanto ao fundamental. Grande advogado e jurisconsulto, com uma enorme experiência profissional, de décadas, pôs os dotes ao serviço de Calouste Gulbenkian, tendo desempenhado, como é sabido e louvado, justamente, um papel decisivo no processo que levou à instalação em Lisboa da sede da fundação criada pelo milionário e mecenas para, fundamentalmente, preservar a sua fabulosa colecção de obras de arte, só por isto a nossa dívida para com ele seria enorme.

Mas a acção desenvolvida, ao longo de mais de trinta anos em que foi o presidente, a alma, o dinamizador e o rosto da Fundação Gulbenkian, foi notabilíssima, ele foi a referência moral, o causídico vigilante, o gestor seguro, o homem de cultura e o presidente que soube preservar a independência da instituição e concretizar brilhantemente a vontade do instituidor, para além dos regimes e das vicissitudes políticas.

Deu constantes provas de um alto sentido dos interesses que lhe competia defender. Mas tornou essa responsabilidade compatível com a defesa do interesse nacional, que sempre acautelou, e o prestígio de Portugal, que ampliou.

Fê-lo com uma habilidade, uma inteligência, um tacto e uma destreza intelectual inigualáveis. À frente dos destinos da fundação, ele sabia ouvir e decidir, transigir e ser intransigente, ser flexível e ser firme. Como ensina a sabedoria antiga, aliava prudência e ousadia, astúcia e generosidade, sentido da tradição e abertura ao novo. A obra moral e material que realizou e nos legou é vasta e permanece viva.

Não podemos imaginar, sequer, o que teria sido a segunda metade do século XX português sem a Fundação Gulbenkian e o seu primeiro presidente, o que se fez em matéria de cultura, ciência, artes, educação, saúde, filantropia, suprindo tantas vezes as insuficiências do Estado, é gigantesto. E isso deve-se, em grande parte, à sua administração e ao perfil que definiu para a fundação. Deve-se também à sua capacidade de reunir gente com qualidade, de suscitar o respeito e a adesão, ao seu senso crítico, à sua exigência de qualidade e rigor, à sua preseverança. Azeredo Perdigão era um homem que amava a vida e as coisas belas. A sua longevidade foi o exercício de uma sabedoria de vida. O modo como acolhia uma ideia nova, uma proposta mais arrojada, um desafio exaltante era verdadeiramente modelar.

A sua abertura de espírito era contagiante. Conversar com ele constituía um prazer ímpar. A memória privilegiada, o talento para contar histórias, a ironia e malícia dos seus comentários, a elegância de trato eram encantadores. Tive várias vezes o privilégio de o ouvir e guardo disso uma lembrança gratíssima.

Neste dia de tão grande significado, na presença dos seus familiares, colaboradores e amigos, nesta casa que ele construiu e era a dele, quero, em nome de Portugal, evocar a sua memória e render-lhe pública homenagem.

O seu exemplo continua actual, nestes tempos de tanta mudança, precisamos de fazer uso de semelhante espírito de abertura e de inovação, a fidelidade aos grandes princípios e a independência que sempre defendeu e praticou são também preciosos guias. A fundação que ele concretizou e governou, agora presidida pelo meu ilustre amigo e grande mestre de Direito, professor Ferrer Correia, a quem saúdo respeitosamente, procura agora os caminhos que a farão entrar no próximo século com um novo fôlego. As circunstâncias não são fáceis, como sabemos. Mas existem os grandes ideais que presidiram à sua criação, a solidez da instituição, a qualidade dos que nela trabalham e os objectivos claramente definidos.

Quero felicitar o jovem Nuno Manuel de Oliveira por ser o primeiro a receber o prémio que tem o nome do nosso homenageado, estou certo de que nada seria mais grato ao seu espírito do que distinguir um jovem estudante de Direito sob a égide da sua memória.

Ao lembrarmos hoje, aqui, Azeredo Perdigão proclamamos a nossa vontade de prosseguir a sua obra e de apontar o seu exemplo de homem livre, que sempre defendeu os interesses de Portugal, a cultura e as grandes causas universais e altruístas que inspiram a Fundação Gulbenkian.

A Eça de Queiroz

(Nas Comemorações do 150.º Aniversário do seu Nascimento) Neully-sur-Seine 25 de Novembro de 1996

Este acto que aqui gratamente nos reúne encerra o ano de comemorações do 150.º aniversário do nascimento de Eça de Queiroz.

Trata-se de uma homenagem singela — à qual se quis associar o Grémio Literário de Lisboa, instituição com idade igual à do escritor, de que ele foi o sócio n.º 19 — e cujo sinal perdurará nesta Casa, onde ele viveu, conviveu e que amou e recordou, quer pelos tempos felizes que aqui passou, quer pelos amigos que nela recebeu.

Numa carta a um deles, Eduardo Prado, escreveu Eça: «A nossa casa já não é a mesma, nem material nem moralmente: já não é aquela pitoresca e boémia Rua Charles Lafitte, de que tenho sempre saudades [...], onde eu tinha de atravessar o jardim com neve pelos joelhos, para ir escrever uma frase. Aqui na Avenue du Roule tudo é very compacto super-burguês, e já não há noitadas, nem ceias, nem reformas definitivas do sistema do Mundo.» Estas palavras mostram que Eça conservou uma memória doce e nostálgica desta bela casa. Não é de estranhar que assim tenha sido. Por aqui passaram grandes figuras da cultura portuguesa, que eram seus amigos, como, entre outros, Ramalho Ortigão, Oliveira Martins, Carlos Mayer, Batalha Reis, e brasileiros, como Olavo Bilac e o próprio Eduardo Prado.

Aqui, Eça viveu um período sereno de criação literária e de fecundo convívio intelectual e humano. Não há, por isso mesmo,

cenário melhor para o lembrarmos, neste dia do seu aniversário, na presença dos seus familiares, daqueles que estudam, amam e divulgam a sua obra, dos representantes da Fundação que tem o seu nome.

Eça de Queiroz foi um grande escritor, um grande europeu e um cidadão do Mundo. Tinha uma visão crítica, irónica e subtil, um espírito agudíssimo, uma inteligência fina, uma sensibilidade refinada, uma sagacidade brilhante. Foi um grande artista e um grande criador, um renovador da língua em que escreveu, à qual deu novos ritmos, novas imagens, novos recursos estilísticos.

A Eça de Queiroz se pode, com inteira justiça, aplicar o que Proust dizia dos escritores: o escritor inventa dentro da língua em que escreve uma língua nova. A língua portuguesa ficou outra depois de ele nela ter escrito.

O autor das *Cartas de Paris* era um homem do seu tempo, um amigo de França, cuja história, cultura, costumes, vida política ele conhecia profundamente e com minúcia. Alguns pensadores que mais o influenciaram eram franceses. Algumas das suas páginas mais cintilantes, como em *A Cidade e as Serras*, foram escritas sobre a França. Em Paris, ele viveu largos anos, desempenhando funções diplomáticas de relevo. Por isso, esta homenagem tem um significado particular.

Cidadão do Mundo, Eça preocupou-se com a sorte da humanidade, com o seu progresso material e moral, com a injustiça. A sua ironia não era a atitude do céptico que em nada acredita. Era, quase sempre, um acto de lucidez crítica e de denúncia do que estava mal.

Grande europeu, Eça de Queiroz pensou a nossa cultura e a nossa civilização, tornando-nos mais conscientes da herança que transportamos e que nos cabe legar enriquecida.

Valery Larbaud disse dele que era «un des grands romanciers européens du XIXème siécle». E acrescentou: «Eça entrera, sûrement, fatalement, dans la littérature européène, et lés lettrés français devront, tôt ou tard, le connaître et l'apprécier.» A presença de todos nós neste acto e a cerimónia que se realiza na UNESCO, confirmam, um pouco, este prognóstico que era também um voto de Larbaud.

Saúdo o Senhor Ministro da Cultura do Governo Francês e manifesto-lhe o meu reconhecimento pelo testemunho, que nos quis dar, de amizade entre os nossos países e de proximidade das nossas culturas. A França e Portugal, velhos amigos e agora parceiros na União Europeia, estão empenhados em que a Europa seja cada vez mais Europa da Cultura, da cidadania, da fidelidade aos grandes valores humanistas e universais.

Quero agradecer as amáveis palavras do Senhor Maire de Neully. Sem o seu empenhado apoio, não teria sido possível reunirmo-nos aqui nesta homenagem simples mas sentida. De facto, Vossa Excelência compreendeu bem, desde o início, o significado e o sentido desta homenagem e estamos-lhe reconhecidos por isso. Ao actual proprietário desta casa, ao Senhor Philippe Mayer e à sua esposa, dirijo também um grato cumprimento pela gentileza e disponibilidade com que acolheu esta ideia, em cuja origem esteve o Eng.º Luís Santos Ferro, queirosiano incurável e incansável. Eça está vivo pelo milagre da sua arte. A sua obra permanecerá como uma grande criação do espírito e é património de todos os que amam a beleza e acreditam no aperfeiçoamento do ser humano.

A TITO DE MORAIS

(Na Homenagem Nacional que lhe foi prestada) 30 de Novembro de 1996

Manuel Tito de Morais é um dos fundadores do nosso regime democrático e uma grande referência do socialismo humanista.

Portador de uma ilustre herança familiar de republicanismo, manteve, durante os longos anos da ditadura, um combate constante, sem tréguas, abnegado e corajoso pela liberdade.

Por essa luta, tudo sacrificou. A ela, submeteu a vida, pois o objectivo essencial era fazer o que tinha de ser feito para que Portugal recuperasse a dignidade de país livre. Foi perseguido, preso, exilado. Mas isso nunca o levou a diminuir ou a atenuar o combate. Foi até razão para o intensificar e ampliar, como se as dificuldades e os perigos lhe aguçassem o engenho de conspirador e reforçassem a tenacidade do lutador indomável.

Tito de Morais, que esteve militantemente em todos os actos e movimentos da oposição à ditadura, definiu-se sempre como um socialista democrático. Lutou também persistentemente para que, em Portugal, houvesse um movimento de esquerda em que se reconhecessem todos aqueles que se reclamavam do socialismo democrático. Os pontos altos dessa luta foram a fundação da Acção Socialista Portuguesa, com Mário Soares e Ramos da Costa, e, depois, do Partido Socialista.

Toda a sua acção política foi norteada por uma exemplar coerência. Nunca tendo sido comunista, foi sempre um homem de

esquerda, sem concessões nem renúncias. Compreendeu, desde sempre, que o socialismo não pode ser separado da liberdade e que é a sua concretização mais profunda e nobre. Bateu-se por este ideal, antes e depois do 25 de Abril, tornando-se uma referência moral e política.

Recordo bem as circunstâncias em que, pela primeira vez, encontrei Manuel Tito de Morais. Para a minha geração ele era um dos nomes maiores da oposição democrática. Resolvi ir visitá-lo a Itália, onde se encontrava exilado, desenvolvendo uma importante actividade política, nomadamente através dos preciosos contactos que tinha estabelecido com os socialistas italianos, entre os quais Pietro Neni. Esses contactos revelaram-se, aliás, importantíssimos para a afirmação internacional da ASP e do PS.

Fui a Roma com o Nuno Brederode Santos e lembro-me que quem nos abriu a porta foi Maria Carrilho que, julgo, tinha estabelecido o contacto.

Falei longamente com Manuel Tito de Morais. As conversas, nesses tempos e naquela situação, eram feitas de idealismo, esperanças, ilusões e também algumas desilusões.

A primeira imagem que colhi dele é a que perdura: vi um homem inteiramente devotado ao combate que travava, tenaz como poucos, mesmo teimoso, senhor de uma inabalável convicção e certo das suas razões. Percebia-se logo o tom patriarcal do que viria a ser o Presidente honorário do PS, aquele que todos os socialistas reconhecem como uma referência.

A sua actividade política levou-o, depois da Revolução, ao desempenho de cargos políticos de grande relevo: primeiro, como membro do Governo e, depois, como Presidente da Assembleia da República. Neles conquistou o respeito geral pelas suas qualidades morais e cívicas. Quando falamos com ele, hoje como ontem, colhemos sempre aquela impressão de fidelidade aos ideais que nele é um convite contagiante a que nos juntemos ao combate.

Como seu amigo, associo-me a esta homenagem com calorosa e fraterna estima. Como Presidente da República, quero expressar-lhe o testemunho de gratidão por tudo o que tem feito para que Portugal seja um país livre e solidário.

A Rómulo de Carvalho

(Na Homenagem Nacional que lhe foi prestada) Escola Secundária Pedro Nunes 17 de Dezembro de 1996

Rómulo de Carvalho é uma referência da cultura, da ciência e da educação em Portugal. Professor e cientista, marcou gerações sucessivas de alunos, de futuros professores e de colegas com o brilhantismo da sua escrita, o rigor do seu pensamento e o gosto constante pela experimentação e pela descoberta.

Tendo iniciado a sua carreira docente num período em que frequentavam o ensino liceal oficial cerca de 15 000 alunos, Rómulo de Carvalho faz parte da geração que dotou os liceus de uma cultura e de práticas de trabalho muito próprias. É um tempo que é preciso recordar. Sem nostalgia, porque actualmente cerca de um milhão de alunos frequenta os mesmos anos de escolaridade, transformando o ensino básico e secundário numa realidade completamente distinta do que era nos anos 30. E não tem qualquer sentido pensar a educação à luz de um passado que não se repete.

É um tempo que é preciso recordar, porque, como escreve Rómulo de Carvalho: «[Não é possível] que uma Nação possa ajuizar das suas potencialidades, se não tiver o conhecimento histórico do modo como o ensino se ministrou nela, no decorrer dos séculos, e dos resultados que se obtiveram. Somos daqueles que consideram que o Ensino e a Educação devem ser a primeira preocupação dos governantes, o que os obriga a estarem na posse do respectivo quadro histórico» (*História da Fundação do Colégio Real dos Nobres de Lisboa*, 1959).

Rómulo de Carvalho não é um cientista que também se dedica à criação artística. É a ciência que o faz artista. E é a arte que o interpreta como cientista. São duas metades que se abrem num mesmo todo e que dão corpo a uma maneira de ser que o distingue como uma figura singular da nossa cultura. Nele, a razão exacta engendra a liberdade da invenção, e junta-se a ela, sem que uma e outra se confundam. Será que é de cariz autobiográfico o seu escrito no primeiro número de uma das mais notáveis revistas de pedagogia e cultura, *Palestra*, editada durante 15 anos neste Liceu de Pedro Nunes? Permitam-me que vos leia uma breve passagem:

«Em nosso sentimento o artista e o cientista são dois destinos paralelos embora em fases díspares da sua evolução. Ambos desempenham na sociedade o mesmo papel de construtores, de descobridores, de definidores: um, do mundo de dentro; outro, do mundo de fora. [...] Um e outro ocupam lugares de igual necessidade, que aqueles mundos de dentro e de fora são de transcendência equivalente» (*Palestra*, 1958).

São justamente estas duas dimensões que constroem o pedagogo Rómulo de Carvalho, isto é, o professor e o metodólogo. Como professor, cultivou nos seus alunos o gosto pela experimentação, pela descoberta, pela ciência. Como metodólogo, soube conceber os meios e os instrumentos para organizar o ensino, participando na formação dos futuros colegas, sempre com a convicção do papel essencial que compete aos professores. E, por isso, escreve que, como professores, «nós somos, em última análise, o método, o processo, a forma e o modo» (*Palestra*, 1959).

Tendo sentido, desde muito cedo, a necessidade de separar a metodologia científica da metodologia pedagógica, Rómulo de Carvalho nunca esqueceu que uma coisa é, por exemplo, a Física como ciência e outra, bem distinta, é a Física como objecto de ensino.

E, no entanto, o seu percurso é feito desta «dupla via», que articula de forma notável na sua actividade como divulgador científico. Aqui, exprime toda a sua sensibilidade pedagógica e cultural, bem como o seu empenhamento num ideal de «difusão do saber» que junta a tradição enciclopédica dos séculos XVIII e XIX às práticas da educação popular do princípio do século XX.

Refira-se, por último, a importância da investigação histórica realizada por Rómulo de Carvalho, nomeadamente em estudos sobre o Colégio Real dos Nobres, a Universidade de Coimbra e a Academia das Ciências de Lisboa. Preocupado em contribuir para a história das ciências, em particular da Física, Rómulo de Carvalho foi o único autor que teve o engenho e a arte, e a coragem, para se lançar na escrita de uma História do Ensino em Portugal — desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano. Trata-se de uma obra essencial, que fecha um ciclo na historiografia portuguesa da educação, constituindo uma referência insubstituível para a análise histórica da educação e do ensino.

Cientista e professor, metodólogo e divulgador, pedagogo e historiador, Rómulo de Carvalho é uma personalidade de facetas múltiplas, que se fundem em torno de um magistério de compromisso pedagógico e científico.

Vivência forte das letras e das artes permite-lhe chegar a um entendimento mais profundo dos mundos de dentro e de fora. E juntálos num esforço de educação, de formação e de divulgação.

Rómulo de Carvalho é uma figura cimeira da cultura portuguesa do século XX. E, por isso, é com todo o mérito que, neste momento, acolhendo e assumindo um vasto sentimento que envolve desde logo a Academia das Ciências, os seus amigos e antigos alunos, os seus leitores e admiradores, e o Governo, o agracio com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Santiago da Espada.

A OLGA DE CADAVAL

(No Concerto em Sua Memória) Palácio Nacional de Queluz 17 de Janeiro de 1997

Não há melhor forma de homenagear a memória da Marquesa Olga de Cadaval do que esta — com música e numa bela iniciativa da Câmara Municipal de Sintra, com o apoio precioso da Fundação Calouste Gulbenkian. Felicito os seus organizadores e saúdo com muita simpatia a família Cadaval, aqui presente. Com a idade do século, Olga de Cadaval viveu a sua longa vida com rara plenitude. Foi fiel a si mesma, aos amigos, aos seus gostos, às inclinações do seu coração. Em Sintra, em Muge, em Veneza ou em qualquer lugar onde estivesse era sempre a grande Senhora, aristocrata de família e sobretudo, de espírito, que é o que mais conta.

A sua experiência do Mundo era vastíssima, a sua memória estava cheia de pessoas e de acontecimentos excepcionais. Ouvi-la era um prazer ímpar. Ela referia-os com uma graça, uma leveza e um desprendimento sagaz que traduziam uma refinada sabedoria da vida. Foi essa sabedoria que a levou a enfrentar com estoicismo e coragem a adversidade e os sofrimentos de que a sua vida, não esteve, em certos períodos, isenta.

Tinha uma fé intensa e recolhida, uma influência grande e discreta, uma ascendência ilustríssima de que não fazia alarde e que tomava, não como motivo de vaidade ou vã glória, mas como uma responsabilidade a honrar. Era capaz dos mais largos gestos de generosidade que não pesavam em quem os recebia.

Há talvez uma explicação para esta atitude tão nobre e invulgar: a riqueza da sua vida interior, a sua qualidade humana e a altura da sua posição natural dispensavam sinais exteriores ou qualquer excesso de exibição. Tinha grandeza, distinção e discrição. Foi um privilégio para nós que se tivesse tornado portuguesa, por casamento, por escolha, por amor.

A Marquesa de Cadaval foi, de facto, uma personalidade marcante na vida portuguesa deste século, em especial na nossa cultura. Posso disso dar testemunho pessoal.

Como já contei, tendo meu pai sido médico da sua família, por vários anos, Olga Cadaval conheceu-me desde criança e tive a felicidade de receber, durante muitas décadas, o seu carinho, a sua cultura e o seu fino sentido de ironia. Foi sempre a mesma e eu, para ela, sempre o mesmo: desde a minha juventude até adoecer chamou-me «Poil de carotte».

Por sua casa, em Colares, passaram e até nela viveram grandes figuras da cultura contemporânea, muitas delas em busca de paz ou em fuga de regimes opressores. De Ortega Y Gasset até Rostropovich, dos artistas mais novos aos mais conhecidos, todos receberam aí apoio, estímulo e compreensão, calor humano. A sua presença na vida cultural portuguesa, muito em especial na música, foi das mais marcantes deste século. Não terá havido um mecenas pessoal tão generoso, empenhado e decisivo. Nunca pediu ou esperou em troca o que quer que fosse. Movia-a o puro amor à música, aos que a fazem, à cultura, ao espírito à beleza.

A Marquesa de Cadaval foi ainda uma mulher aberta ao mundo e à mudança, que afinal viu tudo e tudo procurou compreender, sempre com a simplicidade de trato e a profundidade de sentimentos das verdadeiras personalidades que são grandes e inesquecíveis.

Ao evocarmos a figura de Olga de Cadaval, fazemos votos de que o seu exemplo faça escola e dê frutos.

Quero, em nome de Portugal, prestar homenagem à sua memória. A nossa cultura tem para com ela uma dívida de gratidão enorme. A maneira de a saldarmos um pouco é concretizarmos os seus sonhos, continuando a fazer o que ela fazia e a amar o que ela amava. Este concerto que aqui nos reúne, no dia do seu aniversário natalício, e que tem a participação de músicos tão prestigiados, é o sinal de que isso acontecerá.

CRONOLOGIA

Março 1996 a Março 1997

CRONOLOGIA

Março 1996

Dia 9

Por ocasião da Tomada de Posse como Presidente da República:

- ¶ Foi investido, em Cerimónia Solene na Assembleia da República
- ¶ Condecorou com o Grande Colar da Ordem da Liberdade o Presidente cessante, Mário Soares, no Palácio Nacional de Queluz
- ¶ Ofereceu um almoço, no Palácio Nacional de Queluz, aos Chefes de Estado e de Governo e outros dignitários presentes na Cerimónia de Posse
- ¶ Depôs uma coroa de flores no Túmulo de Luís de Camões, no Mosteiro dos Jerónimos

Dia 10

Recebeu em audiência:

- o Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos
- o Alcaide de Barcelona, Pasqual Maragall
- ¶ Ofereceu um almoço, no Palácio de Belém, aos Representantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, que se deslocaram a Portugal, para assistirem à Tomada de Posse

Dia II

- a Missão de Macau em Portugal
- o Ministro da Presidência da Argélia, Mokadad Sifi
- o Conselheiro de Estado da China, Li Quixian

Março 1996

Dia 12

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do Fórum «Os Media na Escola», no Fórum Picoas, em Lisboa

Recebeu em audiência:

- a Mesa da Assembleia da República
- o Presidente da República da Guiné-Bissau, Nino Vieira
- o Primeiro-Ministro de Moçambique, Pascoal Mocumbi

Dia 13

Recebeu em audiência:

- o Presidente do Governo Regional dos Açores, Alberto Madruga da Costa
- o Presidente da República de São Tomé e Príncipe, Miguel Trovoada
- o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Pedro Sousa Macedo
- o Presidente do Tribunal Constitucional, José Manuel Cardoso da Costa
- ¶ Presidiu à Entrega dos Prémios de Imprensa, no Casino do Estoril

Dia 14

¶ Concedeu uma entrevista à Revista Polytika

Recebeu em audiência:

- o Presidente da Comissão Interministerial para Macau, Embaixador Jorge Ritto
- o Presidente do Departamento de Ciências de Gestão do ISCTE, Eduardo Gomes Cardoso

Dia **15**

- a Direcção da Associação Nacional de Municípios Portugueses
- o Governador de Macau, General Rocha Vieira

Marco 1996

Dia 17

¶ Visitou a Feira do Livro de Braga

Dia 18

Recebeu em audiência:

- o Ministro da República para os Açores, Mário Pinto
- o Ministro da República pare a Madeira, Artur Rodrigues Consulado
- o Presidente do Tribunal de Contas, Alfredo José de Sousa
- o Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, Alberto Sampaio da Nóvoa
- o Exarco do Patriarca Ecuménico para a Espanha e Portugal, Metropolita Jeremias
- o Embaixador de Portugal em Madrid, Leonardo Mathias

Dia 19

¶ Na primeira emissão do Programa da RDP «Bom Dia Bósnia», dirigiu uma mensagem aos militares e polícias portugueses na Bósnia-Herzegovina

Recebeu em audiência:

- o Partido Socialista
- o Partido Social-Democrata
- o Partido Popular
- o Partido Comunista Português
- o Partido Ecologista «Os Verdes»

Dia **20**

¶ Concedeu uma entrevista ao Jornal do Brasil

- o Procurador-Geral da República, José da Cunha Rodrigues
- ¶ Ofereceu no Palácio de Belém, um jantar em honra da Presidente da Tinker Foundation, Martha Muse

Março 1996

Dia 21

¶ Plantou uma árvore no Jardim Vasco da Gama, em Lisboa, no âmbito das comemorações do Dia Mundial da Árvore

Dia **22**

Recebeu em audiência:

- a Confederação da Indústria Portuguesa
- a Confederação dos Agricultores Portugueses
- a Confederação do Comércio Português
- a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses IN
- a União Geral dos Trabalhadores

Dia 23

¶ Presidiu à Sessão de Encerramento do X Congresso da Associação Nacional de Municípios, em Ponta Delgada, nos Açores

Dia **25**

- ¶ Presidiu à Sessão de Abertura do 3.º Congresso da Água/VII SILUBESA, na Feira Internacional de Lisboa
- ¶ Presidiu à Sessão de Encerramento da Conferência Internacional do Centro Norte-Sul do Conselho da Europa, subordinada ao tema «Drogas: Dependência e Interdependência», na Assembleia da República

Recebeu em audiência:

- o Presidente da Comissão dos Negócios Estrangeiros do Bundestag, Karl Heinz Hornhues
- os Professores da Faculdade de Direito de Lisboa, Jorge Miranda e Isabel Magalhães Colaço
- a Comissária Europeia, Monika Wulf Mathies

- ¶ Presidiu à cerimónia de entrega do Prémio Pessoa 95
- a Vasco da Graça Moura, no Palácio Nacional de Queluz

Março 1996

Recebeu em audiência:

- o Presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, Lenie Fischer
- o Embaixador da Grécia em Lisboa, Michel Akis Papageorgiu
- o Provedor da Justiça, José Menéres Pimentel
- o ex-Deputado, Narana Coissoró

Dia 27

- ¶ Conferiu Posse ao Ministro da Economia, Augusto Mateus
- ¶ Concedeu uma entrevista ao Jornal The Times
- ¶ Presidiu à Sessão de Lançamento do Livro *História dos Municípios e do Poder Local*, de César Oliveira, no Círculo de Leitores
- ¶ Para assinalar o Dia Mundial do Teatro, assistiu à representação da peça de Teatro *Os Pássaros de Asas Cortadas*, de Luís Francisco Rebelo, no Teatro Luísa Todi, em Setúbal

Recebeu em audiência:

• o ex-Presidente do Banco Central Alemão, Karl Otto Phol

Dia 28

- ¶ Presidiu à Sessão Comemorativa dos Municípios com Centro Histórico, em Sintra
- ¶ Assistiu ao concerto A Paixão segundo São Mateus, de J. S. Bach, na Fundação Gulbenkian

Recebeu em audiência:

o Governador do Banco de Portugal, António de Sousa

Dia **29**

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do 1.º Simpósio da Fundação Bial «Aquém e Além do Cérebro» no Porto

Dia 1

- ¶ Inaugurou com um depoimento a primeira emissão do Canal África — RDP
- ¶ Presidiu à Sessão de Abertura do 10.º Aniversário da Associação das Universidades de Língua Portuguesa, na Fundação Calouste Gulbenkian

Recebeu em audiência:

- o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, Almirante Fuzeta da Ponte
- o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Cerqueira Rocha
- o Chefe do Estado-Maior da Marinha, Vice-Almirante Ribeiro Pacheco
- o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, General Aleixo Corbal
- a Comissão Organizadora da Conferência do Semanário Económico

Dia 2

Recebeu em audiência:

• o Presidente do Partido Social-Democrata,

Marcelo Rebelo de Sousa

- a Direcção da Fundação Giralda
- o Presidente da Allianz, Henrique Schule-Noelle
- o Chefe da Missão MlNURSO, da ONU, no Sara Ocidental, Brigadeiro Garcia Leandro

Dia 9

- o Presidente do Partido Socialista dos Acores, Carlos César
- o Presidente do Partido Socialista da Madeira, Emanuel Jardim Fernandes
- o Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, António Magalhães, e o Presidente do II Congresso Histórico de Guimarães, Diogo Freitas do Amaral

- uma Delegação do Vitória Sport Clube
- o Secretário-Geral da Associação de Municípios do Vale do Ave,
 Manuel Ferreira, e uma Delegação Empresarial de Guimarães

Dia 10

Recebeu as Cartas Credenciais dos Embaixadores:

- da República da Costa Rica, José Maria Penabad López
- da República de Moçambique, Pedro Comissário Afonso

Recebeu em audiência:

- a Direcção da Associação de Deficientes das Forças Armadas
- o Embaixador de Portugal em Praga, António Lopes Cascais
- a Direcção do Conselho Nacional da Juventude

Dia 11

- ¶ Presidiu à Sessão de Abertura da Conferência do *Semanário Económico* «Portugal Os Próximos Cinco Anos», em Lisboa
- ¶ Assistiu ao Lançamento do Livro É Preciso Encontrar Novos Pais, de Daniel Sampaio, no Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho, em Lisboa

Dia 12

¶ Presidiu à sessão de Entrega dos Prémios Anuais de Jornalismo do Clube de Jornalistas do Porto, no Casino de Espinho

Recebeu em audiência:

- o Secretário-Geral da NATO, Javier Solana
- o Professor da Faculdade de Medicina Veterinária, Tilac Viegas

Dia **15**

¶ Ofereceu um almoço, no Palácio de Belém, ao Embaixador de França em Lisboa, Alain Grenier

Recebeu em audiência:

- os Dirigentes das Associações Académicas do Algarve, Minho, Aveiro, Évora, Beira Interior, Trás-os-Montes e Alto Douro, Lisboa, Coimbra e Porto.
- o Presidente da Comissão Interministerial para Macau, Embaixador Jorge Ritto

Dia 16

- ¶ Visitou o Estado-Maior General das Forças Armadas
- ¶ Assistiu à Sessão de Entrega de Prémios do Semanário *BLITZ*, no Coliseu dos Recreios, em Lisboa

Recebeu em audiência:

- uma Delegação de Jovens Timorenses
- o Director do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, João Arantes de Oliveira
- o Conselho de Administração da Fundação Oriente

Dia 17

¶ Assistiu à ante-estreia do filme de José Fonseca e Costa *Cinco Dias Cinco Noites*, no Cinema Monumental, em Lisboa

Dia 18

- ¶ Presidiu à Sessão de Abertura do Seminário «Desenvolvimento Industrial e Urbanismo», na Lispólis, em Lisboa
- ¶ Presidiu à Sessão de Abertura das Jornadas de Direito Constitucional, na Faculdade de Direito de Lisboa
- ¶ Presidiu à Sessão Solene da Entrega do Prémio Tyssen, na Culturgest, em Lisboa
- ¶ Assistiu à representação da peça *Um Auto de Gil Vicente* de Almeida Garrett, no Teatro da Cornucópia, em Lisboa

Recebeu em audiência:

• a Comissária Europeia, Edith Cresson

Dia 19

Recebeu em audiência:

- o ex-Comandante da Força Naval Permanente do Atlântico, Contra-Almirante Reis Rodrigues
- o Embaixador de Portugal em Pequim, José Manuel Duarte Jesus
- o Presidente da Comunidade Israelita, Joshua Ruah
- o Historiador, A. H. Oliveira Marques
- o Presidente da Comunidade Islâmica, Abdool Karin Vakil
- o Presidente da Assembleia da República, António Almeida Santos

Dias 21, 22, 23 e 24

¶ Deslocação aos Distritos de Évora, Leiria, Coimbra, Porto e Vila Real

Dia 21

- ¶ Visitou o Centro de Saúde, a Sede do Campo Arqueológico, a Associação de Defesa do Património Natural e o Campo do Núcleo Paleocristão, em Mértola
- ¶ Recebeu as Autoridades Civis, Militares e Religiosas do Distrito de Évora
- ¶ Ofereceu um jantar, em honra das mulheres eleitas para cargos públicos, na Universidade de Évora

- ¶ Visitou a Escola n.º 5 do 1.º Ciclo do Ensino Básico, na Quinta da Princesa, na Amora
- ¶ Visitou a Mostra «Leiria-96 Identidade & Design», em Leiria
- ¶ Esteve presente no almoço, oferecido pela Direcção do NERLEI Núcleo Empresarial de Leiria
- ¶ Encontrou-se com as Autoridades Civis, Militares e Religiosas do Distrito de Coimbra
- ¶ Ofereceu um jantar a cientistas e investigadores sociais no Palácio de São Marcos, em Coimbra

Dia 23

- ¶ Visitou a Unidade de Cuidados Intensivos Polivalente do Hospital de Santo António, no Porto
- ¶ Visitou o Centro de Optoeléctrica do INESC, no Porto
- ¶ Visitou o Centro de Citologia Experimental e Instituto de Biologia Molecular e Celular da Universidade do Porto
- ¶ Presidiu ao Encontro «Estado e Sociedade Financiamento da Cultura», na Casa de Serralves e condecorou o pintor Antoni Tàpies
- ¶ Encontrou-se com proprietários e dirigentes associativos do sector do Turismo Rural e de Habitação, no Palácio de Mateus, em Vila Real

Dia **24**

- ¶ Visitou o Departamento Florestal da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, em Vila Real
- ¶ Visitou a Escola da Soeira, integrada no projecto das Escolas Isoladas do ICE Instituto das Comunidades Educativas, em Vinhais

Dia **25**

No âmbito das cerimónias comemorativas do 22.º Aniversário do Dia da Liberdade:

- ¶ Presidiu ao Desfile Militar, na Av. da Liberdade
- ¶ Presidiu à Sessão Solene comemorativa, na Assembleia da República

Dia 26

Recebeu em audiência:

• a Direcção da Intercultura

- ¶ Deu posse aos novos Membros do Conselho de Estado
- ¶ Presidiu à reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional

Recebeu em audiência:

- a Direcção da Associação Industrial Portuguesa
- a Direcção do Sindicato dos Jornalistas

Dia **30**

¶ Visitou a Base Naval do Alfeite

Recebeu em audiência:

- o Conselho de Curadores da Fundação Oriente
- o Embaixador de Cabo Verde em Lisboa, José Luís Jesus
- o Embaixador de Portugal na Praia, Eugénio Anacoreta Correia

Maio 1996

Dia 2

Recebeu em audiência:

- a Direcção da Cruz Vermelha Portuguesa
- o Coordenador da Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da Universidade do Porto, Barbedo de Magalhães
- a Direcção da Associação Nacional de Sargentos

Dia 3

- ¶ Presidiu à Inauguração da Rua Prof. Vieira Natividade, em Lisboa
- ¶ Presidiu ao lançamento do livro *Correr com o Racismo*, promovido pela Interjovem — Organização dos Jovens da CGTP-IN

- o Embaixador de Portugal no Vaticano, António Pinto da França
- o Embaixador do Japão em Lisboa, Masaaki Kuniyasu
- a Direcção do Fórum Português para a Paz e Democracia

Dia 5

¶ Visitou a Maternidade Alfredo da Costa, por ocasião do Dia da Mãe

Dia 6

Recebeu em audiência:

- o Presidente do Partido Social-Democrata, Marcelo Rebelo de Sousa
- os Membros do Conselho Superior de Magistratura, Conselheiro Almeida Borges e Conselheiro Octávio Dias Garcia
- uma Delegação do Instituto Superior de Gestão
- o Primeiro-Ministro de Angola, Marcolino Moco

Dia 7

¶ Presidiu à Sessão de Encerramento do Seminário «Os 20 Anos da Constituição da República Portuguesa», na Universidade Católica de Lisboa

Recebeu em audiência:

- a União Geral de Trabalhadores
- o Embaixador de Portugal em Praga, Favila Vieira

Dia 8

- ¶ Visitou o Parque Nacional da Peneda-Gerês, no âmbito do seu 25.º Aniversário
- ¶ Presidiu à Sessão de Encerramento do Seminário «Europa 96», na Fundação Gulbenkian, em Lisboa

Dia 9

¶ Presidiu à Sessão Solene da Entrega do Prémio Norte-Sul do Conselho da Europa, a Danielle Miterrand, na Assembleia da República

Dia 10

- ¶ Presidiu à Sessão de Abertura do Colóquio Internacional «Portugal e a Guerra Civil de Espanha 1936-39» no Teatro S. Luís, em Lisboa
- ¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um almoço aos Duques de Bragança
- ¶ Concedeu um depoimento à RTP-Internacional
- ¶ Concedeu um depoimento à RDP África Canal África

Recebeu em audiência:

- o Primeiro-Ministro de São Tomé e Príncipe, Adelino Vaz de Almeida
- o Presidente da Agência de Notícias XINHUA em Pequim, Guo Chaoren

Dias 12, 13 e 14

Visita Oficial a Cabo Verde:

- ¶ Efectuou uma Visita Oficial a Cabo Verde. Em São Tiago, para além dos encontros que manteve com o Presidente Mascarenhas Monteiro, avistou-se com o Presidente da Assembleia Nacional e o Primeiro-Ministro de Cabo Verde, Carlos Veiga, e recebeu delegações dos partidos com assento na Assembleia Nacional; foi recebido solenemente na Câmara Municipal da Praia e encontrou-se com a comunidade portuguesa aí residente. Deslocou-se ao Presídio do Tarrafal onde prestou homenagem aos que ali estiveram encarcerados.
- ¶ Em São Vicente foi homenageado com uma Sessão Solene na Câmara Municipal do Mindelo e concedeu, conjuntamente com o Presidente Mascarenhas Monteiro, uma Conferência de Imprensa.

Dia 15

¶ Visitou o Campo Militar de Santa Margarida, onde está aquartelada a Brigada Mecanizada Independente.

Recebeu em audiência:

- o Primeiro-Ministro da Hungria, Gyula Horn
- uma Delegação do Leal Senado de Macau
- o Embaixador de Portugal em Budapeste, José Queiroz de Barros

Dia 16

Recebeu as Cartas Credenciais dos Embaixadores:

- do Reino da Tailândia, Visoot Tuvayanond
- da República Francesa, René Ala
- da República Federal da Alemanha, Sabine Vollmar-Libal
- ¶ Presidiu à Conferência do Jornal *O Expresso*, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa

Recebeu em audiência:

- o Director da Agência de Notícias XINHUA em Macau, Wang Quiren
- o Presidente da Associação Industrial Portuense, Ludgero Marques
- o Coordenador da Comissão Mundial Independente para os Oceanos, Mário Ruivo

Dia 17

- ¶ Inaugurou a Exposição «Álvaro Siza Vieira: Obras e Projectos», na Câmara Municipal de Matosinhos
- ¶ Presidiu à cerimónia de Entrega do Prémio «Câmara Municipal do Porto/APE», a Eduardo Prado Coelho, na Câmara Municipal do Porto
- ¶ Presidiu à cerimónia de inauguração da Feira do Livro do Porto, no Pavilhão Rosa Mota
- ¶ Presidiu à cerimónia de Entrega do Prémio «Vida Literária» da APE/Caixa Geral de Depósitos, a Óscar Lopes, na Casa do Roseiral, no Porto

Dia 18

¶ Assistiu à partida da Corrida da Tolerância, no âmbito da iniciativa «Correr com o Racismo 96», promovida pela Interjovem — Organização dos Jovens da CGTP-IN

- ¶ Concedeu uma entrevista à Televisão Espanhola Antena 3
- ¶ Assistiu à Final da Taça de Portugal de Futebol, no Estádio Nacional

Dia 19

¶ Visitou oficialmente Torres Novas e inaugurou a Casa Humberto Delgado — Memorial, na Brogueira

Dias 20, 21, 22, 23, 24 e 25

Visita Oficial a Espanha:

- ¶ Efectuou uma Visita de Estado a Espanha, a convite do Rei D. Juan Carlos I, que incluiu, para além da capital espanhola, visitas às Comunidades Autónomas de Castela La Mancha, Catalunha, Galiza e Castela-Leão, durante as quais se avistou com os respectivos Presidentes e foi recebido, solenemente, nas Câmaras de Madrid, Toledo, Barcelona, Santiago de Compostela e Salamanca.
- ¶ Em Madrid, discursou perante as Cortes de Espanha, reunidas em sessão extraordinária, avistou-se com o Presidente do Governo espanhol, José Maria Aznar, e recebeu os dirigentes dos principais partidos políticos, assim como o Presidente da Comunidade Autónoma de Madrid.
- ¶ Em Madrid e Barcelona encontrou-se com a comunidade portuguesa residente naquelas cidades.

Dia **26**

¶ Presidiu ao Encerramento da Marcha «Uma Criança Portuguesa» promovida pela Fundação Aga Khan em Portugal, em Lisboa

Dia **27**

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um almoço em honra da Selecção Nacional de Futebol

Recebeu em audiência:

- o Director do Departamento Político do Exército Popular de Libertação da China, General Yu Yongbo
- o Embaixador de Portugal em Tóquio, Rui Goulart de Ávila
- o Núncio Apostólico, em Lisboa, Monsenhor Edoardo Rovida

Dia 28

- ¶ Visitou o Jardim Zoológico de Lisboa, por ocasião do seu 112.º aniversário
- ¶ Foi entronizado pela Confraria do Azeite, no Palácio Pancas Palha, em Lisboa

Recebeu em audiência:

- uma Delegação de Emigrantes no âmbito do programa «Portugal no Coração», da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas
- a Direcção da Federação Nacional de Professores

Dia **29**

- ¶ Visitou a Base Aérea n.º 5, em Monte Real
- ¶ Foi convidado de honra no jantar da Confederação Mundial de Empresários das Comunidades Portuguesas, no Hotel Ritz, em Lisboa

Recebeu em audiência:

- a Alta Autoridade para a Comunicação Social
- a Directora da Revista Marie Claire, Inês Pedrosa
- a Direcção do Instituto Rodrigues Lapa
- o Director do Jornal Tribuna de Macau, Rocha Dinis

- ¶ Presidiu à cerimónia de entrega do Prémio da Fundação da Casa da Cultura da Língua Portuguesa, a Peter Koj, no Porto
- ¶ Visitou a Sede da Associação Nacional dos Jovens Empresários, no Porto

Dia 31

- ¶ Recebeu o Coro da Universidade de Brown, EUA, no Palácio de Belém
- ¶ Ofereceu um almoço em honra de Jean Laperyre, no Palácio de Belém
- ¶ Presidiu à Sessão de Abertura dos II Encontros Internacionais da SEDES, em Sintra

Recebeu em audiência:

- o Chanceler da República Federal da Alemanha, Helmut Khol
- o Bastonário da Ordem dos Advogados, Júlio Castro Caldas
- o Conselho Nacional Executivo da Ordem dos Médicos
- o Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro

Junho 1996

Dia 1

¶ Recebeu um grupo de crianças portuguesas, no âmbito das Comemorações do Dia Mundial da Criança

Dia 2

- ¶ Presidiu à Sessão de Encerramento do Congresso das Misericórdias, em Évora
- ¶ Visitou a Feira Nacional de Agricultura, em Santarém

Dia 3

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um jantar ao antigo Ministro da Cultura de França, Jacques Lang

- a Grande Loja Regular de Portugal
- o Presidente do Supremo Tribunal Militar, General João de Almeida Bruno
- a Direcção da Associação dos Militares na Reserva e na Reforma

Dia 4

- ¶ Presidiu à Sessão de Abertura do Congresso Internacional «Que Futuro na Europa Pós-96», na Fundação Calouste Gulbenkian
- ¶ Esteve presente na cerimónia de inauguração da Sede da Fundação Mário Soares, em Lisboa
- ¶ Presidiu à cerimónia de lançamento da «Rede Natura 2000», do Instituto de Conservação da Natureza, em Lisboa
- ¶ Participou na sessão especial de ligação à Internet do sistema de consulta pública *on-line*, dos estudos de impacto ambiental no Palácio de Belém.

Recebeu em audiência:

- a Associação Industrial Portuguesa
- a Associação dos Oficiais das Forças Armadas
- o Embaixador de Portugal na Praia, Eugénio Anacoreta Correia

Dia 5

¶ Presidiu à cerimónia de inauguração da Sede da Sociedade Portuguesa de Cardiologia, em Lisboa

Recebeu em audiência:

- o Ministro dos Negócios Estrangeiros de São Tomé e Príncipe, Guilherme Posser da Costa
- o Embaixador de Portugal em Helsínquia, Manuel Moreira de Andrade
- o Presidente da Assembleia da República, António Almeida Santos
- o Presidente da Agência Lusa, Pedroso Marques
- a Direcção da Cooperativa Árvore
- o Secretário de Estado da Defesa dos EUA, William Perry

Dias 7 e **8**

Visita à Bósnia-Herzegovina:

¶ Visitou as Forças Portuguesas na Bósnia-Herzegovina, integradas na Missão de Paz Internacional (IFOR). Deslocou-se às unidades do 2.º Batalhão Aerotransportado Independente em Ustipraca,

Junho 1996

Vitkovice e Gorazde e almoçou no posto de comando em Rogatica com os oficiais, sargentos e praças, assim como com representantes dos contingentes da PSP integrados na UNIPFT (Força de Polícia Internacional das Nações Unidas) e na Administração da União Europeia de Mostar. Visitou igualmente o Destacamento de Apoio de Serviços em Sarajevo.

- ¶ Em Sarajevo, avistou-se com o Presidente da República da Bósnia-Herzegovina, Alija Izetbegovic.
- ¶ No Comando da IFOR foi recebido pelo Segundo Comandante, General Jean Heinrich, e pelo Estado-Maior da Força Internacional. Encontrou-se, na Chancelaria da Missão de Portugal, com o Alto Representante Adjunto, Embaixador Michael Steiner, e com o Segundo Comandante da UNIPTF, Brigadeiro Wasserman.

Dias **9** e **10**

Visita ao Distrito de Faro por ocasião do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas:

Dia 9

- ¶ Chegou a Lagos a bordo do Navio Escola *Creoula* e participou na Sessão Solene de Boas-Vindas na Câmara Municipal de Lagos
- ¶ Visitou a Feira das Descobertas, em Lagos
- ¶ Participou no Arraial Popular no Cais da Solaria, em Lagos

- ¶ Recebeu os cumprimentos do Corpo Diplomático acreditado em Lisboa, no Centro Cultural de Lagos
- ¶ Visitou a Exposição «Lagos e o Mar», de alunos das Escolas do Primeiro Ciclo do Ensino Básico de Lagos, no Centro Cultural de Lagos
- ¶ Inaugurou a Exposição «A Aventura das Plantas e os Descobrimentos Portugueses», organizada pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, no Centro Cultural de Lagos

Junho 1996

- ¶ Inaugurou o Padrão que assinala a escolha de Lagos como Sede Oficial das Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas
- ¶ Deu a partida da «Regata dos Descobrimentos», do Forte da Ponta da Bandeira, em Lagos
- ¶ Presidiu à Sessão Solene Comemorativa do Dia de Portugal, na Marina de Lagos, durante a qual se realizou a cerimónia de imposição solene de insígnias das Ordens Honoríficas às personalidades condecoradas por ocasião do Dia de Portugal e se fez a entrega do Prémio Camões a Eduardo Lourenço
- ¶ Ofereceu um jantar em honra do Corpo Diplomático

Dias II, I2, I3, I4 e I5

Visita ao Distrito de Faro:

- ¶ Recebeu a Chave de Ouro da Cidade de Faro
- ¶ Ofereceu, em Faro, um almoço ao Presidente da Assembleia da República e aos Deputados eleitos pelo Círculo de Faro
- ¶ Ofereceu um jantar a Jornalistas, em São Brás de Alportel

Recebeu em audiência:

- o Primeiro-Ministro, António Guterres
- o Presidente da Assembleia da República, António Almeida Santos
- o Presidente da Câmara Municipal de Faro, Luís Coelho
- o Bispo do Algarve, D. Manuel Madureira Dias
- as Autoridades Militares da Região Sul
- o Governador Civil de Faro, Joaquim Fialho Anastácio

- ¶ A bordo de um Navio do IPIMAR foi feita, em Olhão, a apresentação dos projectos de investigação em desenvolvimento no Algarve, por investigadores do IPIMAR, Universidade do Algarve, Instituto Hidrográfico e do Parque Nacional da Ria Formosa
- ¶ Almoçou com pescadores, armadores e representantes sindicais, no Parque de Campismo da Fuzeta

- ¶ Visitou o Perímetro Florestal de Tavira, no Parque de Lazer, sendo feita uma exposição sobre a problemática do coberto vegetal e da florestação do Algarve
- ¶ Ofereceu um jantar a personalidades do Algarve, em Faro

Dia 13

- ¶ Participou num encontro com responsáveis da Polícia Judiciária, GNR, PSP, e Autoridade Marítima, nas instalações da Brigada Fiscal da GNR, no Ancão (Loulé), sobre o combate à droga e meios de vigilância da costa
- ¶ Ofereceu um almoço às Direcções Nacionais das Juventudes Partidárias, em Almancil
- ¶ Presidiu à Sessão Solene comemorativa do 25.º Aniversário da Região de Turismo do Algarve, no Edifício Sede da Região de Turismo, em Faro
- ¶ Ofereceu um jantar, a Autarcas do Algarve, em Faro

Dia 14

- ¶ Visitou o Castelo e Museu Arqueológico de Silves
- ¶ Almoçou com historiadores, arqueólogos e especialistas em questões de preservação do património, em Alte
- ¶ Visitou o Centro Brito de Carvalho, em Salir (Loulé), onde assistiu à apresentação dos projectos da Associação IN LOCO, ligados à preservação de actividades tradicionais e desenvolvimento rural
- ¶ Ofereceu um jantar a artistas plásticos algarvios ou residentes no Algarve, em São Brás de Alportel

- ¶ Partindo de Vila Real de Santo António, em percurso pelo Guadiana, recebeu esclarecimentos de especialistas em questões de ambiente e recursos hídricos
- ¶ Participou no almoço oferecido, em sua honra, pela Câmara Municipal de Alcoutim, no Castelo de Alcoutim
- ¶ Inaugurou a Barragem de Cadavais, em Alcoutim

Dia 16

¶ Assistiu ao Concerto da Orquestra da Academia Italiana de Santa Cecília, no Centro Cultural de Belém

Dia 17

Recebeu em audiência:

- a Associação Sindical dos Juízes Portugueses
- o Presidente da Academia das Ciências de Lisboa, Pina Martins,
- e o Presidente da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Rui Machete
- o Embaixador da Bulgária em Lisboa, Vladimir Ivanov Philipov
- o Embaixador de Portugal em Moscovo, José Luíz Gomes

Dia 18

¶ Presidiu à reunião do Conselho de Estado

Dia 19

- ¶ Presidiu à cerimónia de entrega do Prémio Boutros Ghali, das Nações Unidas, no Hotel Penta, em Lisboa
- ¶ Presidiu ao Início das Comemorações dos 200 Anos do Teatro
- D. Maria, assistindo à Peça O Crime da Aldeia Velha,
- de Bernardo Santareno

Recebeu em audiência:

• o Vice-Presidente da República da África do Sul, Thabo Mbeki

Dia **20**

- ¶ Presidiu à inauguração da Exposição «Lisboa 96», na Feira Internacional de Lisboa
- ¶ Presidiu à cerimónia de entrega dos Prémios Gazeta do Jornalismo, no Castelo de S. Jorge, em Lisboa

- o Presidente do Banco Comercial Português, Jorge Jardim Gonçalves
- a Direcção do Banco Central Hispano

Dia 21

¶ Presidiu ao acto de inauguração da Rua Prof. Adelino da Palma Carlos, em Lisboa

Recebeu em audiência:

- o Secretário-Geral da União Latina, Philipe Rossillon
- o Secretário Adjunto do Governo de Macau, para a Coordenação Económica, Vitor Pessoa
- o Presidente da Junta de Castilla-La Mancha, José Bono Martinez

Dia 23

No âmbito das Festas de S. João no Porto:

- ¶ Foi o convidado de honra, no jantar oferecido pela Câmara Municipal do Porto, nas Caves Taylor
- ¶ Assistiu a um espectáculo de fogo-de-artifício e participou na festa popular do São João

Dia 24

Recebeu em audiência:

- o Embaixador do Chile em Lisboa, Emílio Filippi
- o Embaixador de Portugal em São Tomé, Lino da Silva

Dia 25

Recebeu as Cartas Credenciais dos Embaixadores:

- da República Democrática e Popular da Argélia, El-Haoues Riache
- da República de Cuba, Maria de las Mercedes Pena
- do Reino da Noruega, Jan Arvensen

- uma Delegação de Parlamentares dos Países de Língua Portuguesa
- o Embaixador de Portugal em Camberra, Zózimo Justo da Silva
- a Direcção do Movimento Democrático Português
- a Direcção do Movimento «Política XXI»
- o antigo Primeiro-Ministro de Cabo Verde, Pedro Pires

Dia 26

Recebeu as Cartas Credenciais dos Embaixadores:

- da República Helénica da Grécia, Georges Yennimatas
- da República da Guiné-Bissau, José Pereira Batista

Dia **27**

¶ Presidiu, em Lisboa, ao jantar em honra de Isabel Magalhães Colaço, por ocasião do seu Jubileu, como Professora Catedrática

Recebeu em audiência:

- o Presidente do Grupo Itaú, Olavo Setúbal
- o Presidente do Conselho Económico e Social, José da Silva Lopes

Dia 28

¶ Presidiu à Sessão de Abertura da Reunião de Especialistas para a Reabilitação de Ecossistemas Florestais, no Centro Cultural de Belém

Recebeu em audiência:

- o Ministro da República para os Açores, Mário Pinto
- o Ministro da República para a Madeira,

Artur Rodrigues Consulado

- o Presidente da Assembleia Regional dos Açores, Humberto Borges de Melo
- o Presidente da Assembleia Regional da Madeira, José Miguel Jardim de Mendonça
- o Presidente do Governo Regional dos Açores, Alberto Madruga da Costa
- o Presidente do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim

Dia **29**

Assistiu à Missa Campal comemorativa do 25.º Aniversário da Investidura do Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro

Recebeu em audiência representantes dos partidos políticos das regiões autónomas:

- do Partido Social-Democrata dos Açores
- do Partido Socialista dos Açores
- do Partido Popular dos Açores
- do Partido Comunista Português dos Açores
- do Partido Social-Democrata da Madeira
- do Partido Socialista da Madeira
- do Partido Popular da Madeira

JULHO 1996

Dia 1

Recebeu em audiência:

- a Direcção da Academia de Santa Cecília
- o Cineasta, José Luís Vasconcelos
- ¶ Recebeu o Presidente da Guiné-Bissau, Nino Vieira, em Visita de Estado a Portugal
- ¶ Ofereceu um jantar, em honra do Presidente da Guiné-Bissau e Senhora de Nino Vieira, no Palácio Nacional da Ajuda

Dia 2

Recebeu em Audiência:

- a Comissão de Protecção de Dados Pessoais Informatizados
- a Direcção da FENPROF
- uma Delegação da Alta Autoridade para a Comunicação Social

Dia 3

¶ Presidiu, na Academia das Ciências de Lisboa, à Sessão Solene Comemorativa do elogio a Benjamim Franklin, proferido pelo Abade José Correia da Serra, há 205 anos

Dia 4

Recebeu em audiência:

- o Governador do Banco de Portugal, António de Sousa
- a Presidente da Confederação Nacional das Associações de Família, Teresa Costa Macedo
- a Delegação que representará Portugal nos Jogos Olímpicos de «Atlanta 96»
- o Primeiro-Ministro de Marrocos, Abdelatis Filali
- ¶ Ofereceu um jantar, em honra do Primeiro-Ministro de Marrocos, Abdelati Filali, no Palácio de Belém
- ¶ Assistiu à Corrida de Toiros da RTP, no Campo Pequeno

Dia 5

- ¶ Ofereceu um almoço a dirigentes do Grupo Thyssen, no Palácio de Belém
- ¶ Esteve presente no lançamento do Livro *Angola do Alvor a Lusaka*, de Pezarat Correia, em Lisboa

Dia 7

¶ Presidiu à entrega do Grande Prémio do Romance e Novela da Associação Portuguesa de Escritores a Teolinda Gersão, em Tróia

Dia 8

- ¶ Por ocasião do Dia das Forças Armadas e da Marinha assistiu, no Mosteiro dos Jerónimos, à Missa de Acção de Graças e Sufrágio pelos Mortos das Forças Armadas e presidiu às respectivas cerimónias comemorativas, em Belém
- ¶ Presidiu no Museu Nacional dos Coches, ao jantar de Gala comemorativo do 280.º Aniversário da Embaixada do Marquês de Fontes ao Papa Clemente XI

- o Presidente da Comissão Nacional de Eleições, Armando Pinto Bastos
- uma Delegação da Comunidade Luso-Americana de Massachussetts

Dia 15

Recebeu em audiência:

- o Partido Socialista
- o Partido Social-Democrata
- uma delegação da Intervenção Democrática
- a direcção da QUERCUS
- a direcção da Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos
- o Comandante do Comité Militar da NATO, General Klaus Naumann

Dia 16

¶ Presidiu à cerimónia de entrega do Prémio Personalidade do Ano, promovido pela Associação de Imprensa Estrangeira, ao actor Joaquim de Almeida, no Casino do Estoril

Recebeu em audiência:

- o Partido Popular
- o Partido Comunista Português
- o Partido Ecologista «Os Verdes»
- o Embaixador de Portugal em Tunes, Filipe Ruivo Guterres
- a Direcção da Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional
- o Conselho Executivo «Memória e Reencontro», organizador das comemorações do 5.º centenário da publicação do édito de expulsão dos Judeus de Portugal

- ¶ Presidiu à Cimeira Constitutiva da CPLP Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, no Centro Cultural de Belém
- ¶ Ofereceu um jantar, em honra dos Chefes de Estado e de Governo dos participantes na Sessão Constitutiva da CPLP, no Palácio Nacional da Ajuda

Dia 18

Recebeu em audiência:

- a Comissão de Homenagem a Manuel Tito de Morais
- o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Pedro Sousa Macedo
- a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses IN

Dia 19

¶ Ofereceu um almoço às Directoras de Revistas Femininas, no Palácio de Belém

Recebeu em audiência:

• o Governador de Macau, General Rocha Vieira

Dia 22

¶ Presidiu à reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional

Recebeu em audiência:

- a Direcção da Associação Política Regional e de Intervenção Local
- o Embaixador da Hungria em Lisboa, András Gulyás
- a Presidente do Conselho Nacional de Educação, Teresa Ambrósio
- a Embaixadora dos EUA em Lisboa, Elisabeth Bagley

Dia **23**

Recebeu em audiência:

- a Presidente da Federação das Mulheres Empresárias
- e Profissionais de Portugal, Fernanda Pires da Silva
- o Presidente da Câmara Municipal de Cascais, José Luís Judas
- o Embaixador do Brasil em Lisboa, Itamar Franco
- o Director-Geral da FAO, Jacques Diouf

Dia **24**

¶ Condecorou o Metropolitano de Lisboa, no Palácio de Belém, pela sua actividade cultural

¶ Ofereceu um jantar, no Palácio de Belém, em honra de D. António Ribeiro, para assinalar os seus 25 anos como Cardeal-Patriarca de Lisboa

Recebeu em audiência:

• a Direcção da Associação Portuguesa de Agentes de Viagem e Turismo

Dia **27**

¶ Foi submetido a uma Intervenção Cirúrgica, no Hospital de Santa Cruz, seguindo-se um período de convalescença

SETEMBRO 1996

Dia 6

Recebeu as Cartas Credenciais dos Embaixadores:

- da República de Cabo Verde, Teófilo de Figueiredo
- da República do Chile, Carlos Klammer Borgono
- da República Federativa do Brasil, Jorge Konder Bornhausen
- ¶ Presidiu à Sessão Solene do 75.º Aniversário do Clube Desportivo de Paço de Arcos

Recebeu em audiência.

• o Presidente do Partido Social-Democrata,

Marcelo Rebelo de Sousa

• o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Grécia, Theodoros Pangalos

Dia 9

- o Embaixador de Portugal em Nova Delí, Marcelo Mathias
- os Chefes de Estado-Maior dos Países da NATO

Dia 10

Recebeu em audiência:

• o Presidente do Partido Popular, Manuel Monteiro

Dia II

Recebeu em audiência:

- o Secretário-Geral do Partido Comunista Português, Carlos Carvalhas
- o Presidente da Lusotur, André Jordan

Dia 12

Recebeu em audiência:

- o Secretário Adjunto do Governo de Macau para a Segurança, Brigadeiro Manuel Monge
- o Professor da Universidade de Oxford, no Reino Unido, David B. Goldey
- o Secretário Executivo da Cimeira da Organização de Segurança e Cooperação Europeia, Embaixador João Salgueiro

Dia 14

¶ Visitou Ponte de Lima, onde assistiu ao Cortejo Etnográfico das Feiras Novas

Dia **16**

- ¶ Recebeu, no Palácio de Belém, o Príncipe das Astúrias, Filipe de Bourbon
- ¶ Ofereceu no Palácio de Queluz, um jantar em honra do Príncipe das Astúrias, Filipe de Bourbon

- o Jornalista do Diário de Notícias, Fernando Antunes
- o Embaixador de Portugal em Londres, António da Costa Lobo

Dia 17

- ¶ Recebeu do Príncipe das Astúrias, Filipe de Bourbon, o Prémio «Puente de Alcantara», no Museu da Electricidade, em Lisboa
- ¶ Participou com o Príncipe das Astúrias, no almoço oferecido pela Fundação San Benito de Alcantara, na Embaixada de Espanha
- ¶ Assistiu, no Cinema Mundial, à estreia do Filme A Trança Feiticeira, do realizador Cai Yaun Yaun

Dia 18

Recebeu em audiência:

o Presidente da Esquerda Unida Espanhola, Júlio Anguita

Dia 19

¶ Presidiu às cerimónias comemorativas do 100.º Aniversário do Nascimento de Azeredo Perdigão, na Fundação Calouste Gulbenkian

Dia 20

Recebeu em audiência

- o Director da Ópera de Tóquio, Eduardo Ishita
- o Primeiro-Ministro da Malásia, Mahathir Mohamed

Dia 21

¶ Assistiu aos Treinos para o Grande Prémio de Fórmula 1 de Portugal, no Autódromo do Estoril

Dias 22, 23 e 24

Visita ao Conselho da Europa (Estrasburgo) por ocasião do 20.º Aniversário da Adesão de Portugal:

¶ Deslocou-se a Estrasburgo por ocasião do 20.º aniversário da adesão de Portugal ao Conselho da Europa. Avistou-se com a Presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, com o Secretário-Geral do Conselho da Europa, com o Presidente

do Comité de Delegados e Membros do Bureau de Delegados dos Ministros, com os membros da Delegação Parlamentar Portuguesa e com os funcionários portugueses do Conselho da Europa. Discursou perante o Plenário da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, a que se seguiu um debate com os parlamentares. Ofereceu uma recepção à comunidade portuguesa em Estrasburgo e assistiu a um concerto do Coro Gulbenkian, comemorativo da adesão de Portugal ao Conselho da Europa. Visitou a cidade de Estrasburgo a convite da Presidente da Câmara, Catherine Trautmann.

Dias 25 e 26

No âmbito da visita ao Instituto Universitário Europeu de Florença:

- ¶ Proferiu uma conferência no Instituto Universitário Europeu, em Florença, a convite do respectivo Presidente, Patrick Masterson, por ocasião do 20.º aniversário do Instituto. Reuniu-se com os professores e estudantes portugueses deste Instituto.
- ¶ Avistou-se com o Presidente da República Italiana, Oscar Scalfaro, que ofereceu um almoço em sua honra no Palácio do Quirinal, em Roma.

Dia **27**

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do Congresso das Mutualidades, no Centro Cultural de Belém

Recebeu em audiência:

- o Comissário Europeu, Pádraig Flynn
- os participantes no Encontro Mundial de Grão-Mestres da Maçonaria Regular

Dia 28

¶ Presidiu à cerimónia de encerramento da 3.ª Convenção Anual da Associação Luso-Americana de Profissionais de Saúde, no Palácio de Queluz

Dia 30

¶ Assistiu à Ante-Estreia do Filme *Phenomenon*, do realizador Jon Turteltaub, em Lisboa

Recebeu em audiência:

- o Presidente da TERTIR, Rodrigo Leite
- o Presidente da Galeria «Lazer dos Ofícios», Carlos Mota

OUTUBRO 1996

Dia 2

¶ Visitou a Exposição «Artistas e Arquitectos», no Centro Cultural de Belém

Recebeu em audiência:

- o Jornalista José Eduardo Moniz
- o Presidente do Conselho Superior da ENGIL, Valada Fernandes
- a Direcção da Associação 25 de Abril
- o Vice-Governador do Banco de Portugal, Abel Mateus

Dia 3

Recebeu em audiência:

- uma Delegação Chinesa da União Internacional dos Organismos Familiares
- o Embaixador de Portugal em Maputo, Rui Brito e Cunha
- o Conselheiro Federal da Confederação Helvética, Flávio Cotti
- o ex-Deputado Europeu, Luís Beiroco

Dia 4

¶ Presidiu às cerimónias Comemorativas do 85.º Aniversário do Instituto Superior Técnico

OUTUBRO 1996

Recebeu em audiência:

- a Direcção do Banco Português Privado
- o Presidente do Grupo UAP, Jacques Friedmann

Dia 5

No âmbito das cerimónias Comemorativas do 86.º Aniversário da Implantação da República:

- ¶ Depôs uma de coroa de flores na Estátua de António José de Almeida, em Lisboa
- ¶ Presidiu à Sessão comemorativa do «5 de Outubro», nos Paços do Concelho de Lisboa

Dia 6

¶ Presidiu à Sessão de Abertura da II Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis, na Feira Internacional de Lisboa

Dia 7

¶ Ofereceu um almoço, no Palácio de Belém, aos Chefes de Estado-Maior das Forças Armadas

Recebeu em audiência:

- o Pintor Pedro Portugal
- a Direcção da Sociedade Portuguesa de Matemática
- a Direcção da Confederação do Turismo Português

Dia 8

- o Embaixador de Israel em Lisboa, Benjamin Oron
- o Deputado à Assembleia Legislativa de Macau, Jorge Neto Valente
- o Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos, João Gonçalves Silveira

OUTUBRO 1996

Dia 9

¶ Participou no Debate «Conversas em Off» organizado pelo Sindicato dos Jornalistas, na Fundação Calouste Gulbenkian

Recebeu em Audiência:

- o Reitor da Universidade Católica, D. José Policarpo
- o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tunísia, Ben Yahia
- a Direcção do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público
- o Presidente do Partido Social-Democrata, Marcelo Rebelo de Sousa

Dia 10

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do Seminário «Justiça e Media», na Torre do Tombo, em Lisboa

Recebeu em Audiência:

• o Secretário Adjunto do Governo de Macau para os Transportes e Obras Públicas, José Alves Paula

Dia 11

Visita a Faro, Porto e Santa Maria da Feira

- ¶ Presidiu à Sessão Solene de Abertura do «Fórum Património Histórico Cultural», na Universidade do Algarve, em Faro
- ¶ Visitou o Coliseu do Porto, tendo-se inteirado dos estragos provocados pelo incêndio ali ocorrido na semana anterior
- ¶ Inaugurou a 2.ª Bienal de Artes Plásticas da Associação Industrial Portuense, na Exponor, em Santa Maria da Feira, presidindo ao jantar de entrega dos respectivos prémios de Pintura e Escultura

Dia **14**

Recebeu em audiência:

 o Embaixador da República Popular da China em Lisboa, Wei Dong

OUTUBRO 1996

- o Presidente da Comissão Organizadora das Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, António Alçada Baptista
- a Direcção do Instituto do Humanismo e Desenvolvimento
- a Direcção da Liga dos Combatentes
- a Direcção da Associação dos Auditores de Defesa Nacional
- uma Delegação de Emigrantes do programa «Portugal no Coração»

Dia 15

- ¶ Concedeu uma entrevista ao Jornal Espanhol ABC
- ¶ Condedeu uma entrevista ao Jornal Record
- ¶ Foi convidado de honra no almoço oferecido pela Câmara do Comércio e Indústria Luso-Brasileira, em Lisboa

Recebeu em audiência:

o Ministro da República para os Açores, Mário Pinto

Dia 16

Recebeu em audiência:

- o Conselho de Curadores da Fundação Oriente
- o Presidente do Grupo Thyssen Industries, Eckhard Rohramm
- o Director do Jornal Já, Miguel Portas
- o Membro da Comissão de Reinstalação da Universidade Internacional para a Terceira Idade, João Reis Honrado
- o Presidente da Comissão Directiva da Colónia Balnear Infantil
 O Século e da Feira Popular, Rodolfo Crespo
- o Director do Instituto de Defesa Nacional, Nuno Severiano Teixeira
- o Ministro da República para a Madeira, Artur Rodrigues Consulado

- ¶ Presidiu à Sessão de Abertura do 2.º Congresso Nacional de Economistas Agrícolas, em Évora
- ¶ Visitou o 16.º Festival Nacional de Gastronomia de Santarém

Recebeu em audiência:

• o Presidente do «National Endowment for Democracy», Carl Gershman

Dia 18

- ¶ Visitou a Academia de Música de Santa Cecília
- ¶ Assistiu, na Fundação Calouste Gulbenkian, à Conferência «Vinte Anos Depois: O Futuro da Terceira Vaga», por Samuel P. Huntington, que inaugurou o ciclo «A Invenção Democrática», organizado pela Fundação Mário Soares

Recebeu em audiência:

- o Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Árabe-Portuguesa, Ângelo Correia
- o Presidente da Assembleia da República de Moçambique, Eduardo Joaquim Mulémbwé

Dia 19

¶ Assistiu à Noite de Gala, organizada pelo British Council, no Palácio Nacional, em Mafra

Dia 21

- ¶ Presidiu à Sessão Solene comemorativa do Centenário do Nascimento de Ribeiro dos Reis e Cândido de Oliveira, no Centro Cultural de Belém
- ¶ Presidiu à cerimónia de Lançamento do Livro *20 Anos de Abril*, patrocinado pela Associação 25 de Abril, na Fundação Calouste Gulbenkian

- o Primeiro-Ministro de Cabo Verde, Carlos Veiga
- o Presidente do Instituto Nacional de Cardiologia Preventiva, Fernando Pádua

Dia 22

Recebeu as Cartas Credenciais dos Embaixadores:

- da República da Índia, Sharad K. Batnagar
- da República da Hungria, András Gyenge
- da República do Gana, Keli Nordor
- da República Democrática Socialista do Sri Lanka, Christopher Chetty
- da República Islâmica de Mauritânia, Dah Ould Abdi
- ¶ Presidiu à Sessão de Abertura do Congresso da Organização Ibero-Americana de Cooperação Intermunicipal, no Centro Cultural de Belém

Recebeu em audiência:

 o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Bielo-Rússia, Vladimir Senko

Dia 23

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um almoço ao empresário de Macau, Stanley Ho

Recebeu em audiência:

- a Comissão Parlamentar Eventual de Acompanhamento para a Situação de Timor-Leste
- o Presidente da Assembleia Regional dos Açores, Humberto Borges de Melo
- o Presidente do Governo Regional dos Açores, Alberto Madruga da Costa
- a ex-Primeiro-Ministro, Maria de Lurdes Pintasilgo

Dias 23, 24, 25 e 26

Visita ao Porto, Guimarães, Fafe, e Municípios das Terras de Basto (Celorico de Basto, Mondim de Basto, Ribeira de Pena e Cabeceiras de Basto):

Dia **23**

¶ Inaugurou a Exposição de Homenagem ao Arq. Viana de Lima, na Cadeia da Relação, no Porto

Dia **24**

- ¶ Presidiu à Sessão Solene de Abertura do II Congresso Histórico de Guimarães, subordinado ao tema «D. Afonso Henriques e a Sua Época», na Universidade do Minho, em Guimarães
- ¶ Visitou a Exposição «D. Afonso Henriques: A História e o Mito», na Sociedade Martins Sarmento, em Guimarães
- ¶ Visitou oficialmente Fafe, tendo presidido à Sessão Solene de Boas-Vindas, na Câmara Municipal
- ¶ Visitou uma Exposição sobre o Concelho de Fafe, na Câmara Municipal de Fafe
- ¶ Inaugurou a Pista de Cicloturismo de Fafe e visitou a Barragem da Queimadela

- ¶ Visitou oficialmente o Município de Celorico de Basto tendo presidido à Sessão Solene de Boas-Vindas, na Câmara Municipal de Celorico de Basto e inaugurado o Pavilhão Gimnodesportivo da Escola C+S de Celorico de Basto, bem como visitado o Centro de Formação Agrícola de Basto, na Quinta do Prado
- ¶ Visitou oficialmente o Município de Mondim de Basto, onde presidiu à Sessão Solene de Boas-Vindas, na Câmara Municipal de Mondim de Basto, visitando a Zona Verde (Parque Lazer), a Biblioteca da Escola C+S, o Lar da Terceira Idade (Santa Casa da Misericórdia) e o Miradouro da Senhora da Graça
- ¶ Presidiu ao jantar oferecido, em sua honra, pelos Presidentes das Câmaras Municipais das Terras de Basto (Cabeceiras, Celorico, Mondim e Ribeira de Pena) e pela Probasto — Associação de Desenvolvimento Rural de Basto

Dia **26**

- ¶ Visitou oficialmente o Município de Ribeira de Pena, tendo presidido à Sessão Solene de Boas-Vindas, na Câmara Municipal, e visitou a Mini-Hídrica de Cabriz
- ¶ Visitou oficialmente o Município de Cabeceiras de Basto, tendo presidido à Sessão Solene de Boas-Vindas, na Câmara Municipal e visitado a Igreja do Mosteiro de S. Miguel de Refojos, onde se encontrou com o Arcebispo Primaz de Braga,
- D. Eurico Dias Nogueira
- ¶ Lançou a 1.ª Pedra do Edifício do Mercado e das Infra-Estruturas da Agro-Basto e assistiu a uma festa popular da região, organizada em sua honra

Dia 28

Recebeu em audiência:

- o Presidente da LUSA, Pedroso Marques
- o Vice-Presidente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, Ye Xuanping
- o Advogado, Pedro Rebelo de Sousa
- o Presidente da Associação Industrial Portuguesa, Rocha de Matos
- o Embaixador do Irão em Lisboa, Abolfazl Rahnama
- ¶ Ofereceu um jantar, em honra do Prémio Nobel da Paz 96, Ramos Horta, no Palácio de Belém

- ¶ Visitou a Exposição «Jovens Criadores 96» e assistiu à cerimónia de lançamento da Colectânea de Literatura dos «Jovens Criadores 96», na Cordoaria Nacional, em Lisboa
- ¶ Esteve presente na cerimónia de lançamento da Fotobiografia de Ruben A. Leitão, no Teatro Nacional D. Maria II, em Lisboa

Recebeu em audiência:

- a Direcção da Associação Nacional dos Jovens Médicos
- o Presidente da Sociedade Histórica de Independência Nacional, General Themudo Barata
- os Deputados da Assembleia Legislativa de Macau, Jorge Neto Valente, Susana Chau e Leonel Alves

Dia 30

Recebeu as Cartas Credenciais dos Embaixadores:

- da República da Polónia, Romam Czyzychi
- · da República do Iémen, Mohamed Abdailah
- da República da Guatemala, Gloria Passarelli de Chirouze
- da República do Paraguai, Ruben Baviero Sagueir
- da República da Gâmbia, John P. Bojang

Dia 31

¶ Presidiu à reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional

NOVEMBRO 1996

- ¶ Presidiu à cerimónia de Posse dos Chanceleres das Ordens Honoríficas, no Palácio de Belém
- ¶ Ofereceu um almoço aos Deputados Portugueses no Parlamento Europeu, no Palácio de Belém
- ¶ Esteve presente na cerimónia de lançamento do livro *Macau*, de Almerindo Lessa, na Sociedade de Geografia, em Lisboa

Recebeu em audiência:

- a Direcção da Câmara do Comércio Luso-Sul Africana
- o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Pedro Macedo,
- e o Procurador-Geral da República, Cunha Rodrigues
- o Presidente do Conselho Nacional de Eleições, Armando Pinto Bastos
- a Direcção do ELOS Clube

Dia 5

¶ Ofereceu, em honra do Corpo Diplomático, um Concerto, no Mosteiro dos Jerónimos, com a cantata «Louco por Deus na Hospitalidade», do Cónego Ferreira dos Santos, seguido de uma recepção, no Palácio de Belém

Recebeu em audiência:

- o Presidente do Partido Social-Democrata, Marcelo Rebelo de Sousa
- o Presidente do Grupo ACCOR, Gérard Pélisson

Dia 6

Recebeu as Cartas Credenciais dos Embaixadores:

- da República Checa, Václav Hunbinger
- da República Popular do Laos, Khampham Simmalavong
- da República do Chipre, Andrés Pirishis
- da República de El Salvador, José Ramiro Zepeda Roldan

Dias **8**, **9** e **10**

No âmbito da visita ao Chile por ocasião da VI Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo:

¶ Participou, em Santiago do Chile e Vina del Mar, na VI Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo. Foi recebido pelo Presidente da República do Chile, Eduardo Frei, e encontrou-se com o Rei de Espanha e com os Presidentes das Repúblicas da Argentina, Brasil, Colômbia, Cuba, Equador, México, Uruguai e Venezuela, assim como com o Alcaide de Santiago.

¶ Inaugurou um painel de azulejos no Metropolitano de Santiago do pintor Rogério Ribeiro e ofereceu uma recepção em honra da comunidade portuguesa e de individualidades chilenas. Reuniu-se, num almoço, com a viúva e outros familiares do Presidente Salvador Allende.

Dia **14**

¶ Ofereceu um almoço, aos Chanceleres das Ordens Honoríficas Portuguesas, no Palácio de Belém

Recebeu em audiência:

• o Procurador-Geral da República, Cunha Rodrigues

Dia 15

¶ Ofereceu uma recepção no Palácio de Belém em honra de Senadores e Membros da Câmara dos Representantes do Congresso dos Estados Unidos da América

Recebeu em audiência:

• o Presidente do Museu de Cera de Madrid, Gonzalo Presa Hidalgo

Dia **17**

¶ Presidiu à Sessão de Encerramento da MANIFESTA 96, e visitou a II Assembleia e Feira do Desenvolvimento Local — «Os Caminhos do Desenvolvimento Local», em Tondela

Dia 18

¶ Presidiu ao Concerto de Gala Comemorativo do 150.º Aniversário do Banco de Portugal, no Teatro de São Carlos, em Lisboa

- o Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano, Eugénio de Oliveira
- a Direcção da Associação «Fórum Portugal Global»
- uma Missão Empresarial Chilena
- o Presidente do Conselho de Avaliação da Fundação das Universidades, Veiga Simão

Dia 19

- ¶ Presidiu à Sessão Solene de Abertura da Sessão da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na Horta
- ¶ Jantou em casa do pintor Julião Sarmento com personalidades do mundo da cultura

Dia **20**

Recebeu as Cartas Credenciais dos Embaixadores:

- da República da Bulgária, Nikola Ivanov Kaludov
- do Principado de Andorra, Père Altimir Pintat
- da República dos Camarões, Pascal Biloa Tang
- da República do Quénia, Steven Andrew Loyaturn
- ¶ Presidiu à Sessão Comemorativa do 20.º Aniversário do Instituto António Sérgio, em Lisboa

Recebeu em audiência:

- o Presidente do Partido Moçambicano RENAMO, Afonso Dhlakama
- os Ministros da Agricultura da CPLP
- ¶ Presidiu ao Jantar de Gala da Câmara do Comércio Luso-Britânica, em Lisboa

Dia 21

- ¶ Presidiu à Sessão de Abertura do VI Encontro dos Municípios com Centro Histórico, em Oeiras
- ¶ Presidiu à inauguração da exposição «D. Carlos de Bragança, a Paixão do Mar», no Museu de História Natural, em Lisboa

Dias 21, 22 e 23

Visita Oficial ao Distrito do Porto:

Dia 21

- ¶ Presidiu à Sessão Solene, em sua honra, na Câmara Municipal do Porto, tendo na mesma condecorado o Presidente da Câmara Municipal do Porto, Fernando Gomes
- ¶ Inaugurou as iluminações de Natal, na cidade do Porto, e a exposição de fotografias antigas do Centro Histórico do Porto «Porto: A Cidade é um sentimento», na Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica, no Porto
- ¶ Presidiu a um jantar, com a Associação dos Amigos do Coliseu e empresários, no Coliseu do Porto

Dia **22**

- ¶ Visitou a Zona Histórica do Porto
- ¶ Ofereceu um almoço aos Dirigentes da Área Metropolitana do Porto, no Hotel Tivoli, no Porto
- ¶ Presidiu ao jantar, oferecido pela Câmara Municipal do Porto, em sua honra, no Palácio da Bolsa, no Porto

- ¶ Visitou oficialmente Santo Tirso, tendo presidido à Sessão Solene em sua honra, na Câmara Municipal
- ¶ Visitou a ETAR Estação de Tratamento de Águas Residuais Sistema Integrado de Despoluição do Vale do Ave
- ¶ Visitou oficialmente Gondomar, tendo presidido à Sessão Solene, de Boas-Vindas, na Câmara Municipal, inaugurado a Escola EB 2, 3 de Banguim do Monte, e assistido à apresentação do Plano de Recuperação do Bairro Mineiro de S. Pedro da Cova, onde visitou a «Casa da Malta Museu Mineiro»
- ¶ Presidiu à cerimónia de entrega das primeiras chaves do Bairro da Fontela, em Gondomar, e assistiu ao lançamento do Livro E Depois do Adeus, de João Paulo Menezes, na Livraria Lello, no Porto
- ¶ Presidiu ao jantar Comemorativo dos 120 Anos do Real Clube Fluvial Portuense, no Porto

Dias 24, 25 e 26

Visita a Paris:

- ¶ Deslocou-se a Paris no quadro das comemorações do 150.º aniversário do nascimento de Eça de Queiroz. Descerrou uma lápide na casa onde o escritor viveu, em Neully. Presidiu ao lançamento, na sede da UNESCO, da nova edição francesa de *Os Maias* e avistou-se com o Director-Geral da Organização, Federico Mayor.
- ¶ Encontrou-se com o Presidente Jacques Chirac no Palácio do Eliseu.
- ¶ Recebeu, na Embaixada de Portugal, o Príncipe Karim Aga Khan
- ¶ Visitou o certame «Cap Magellan», uma iniciativa de luso-descendentes, e encontrou-se com representantes da comunidade portuguesa de Paris.
- ¶ Ofereceu um jantar na Embaixada de Portugal a personalidades da vida política e cultural francesa

Dia **27**

- ¶ Presidiu à Sessão de Encerramento da XIV Conferência Internacional de Lisboa, organizada pelo Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, na Fundação Calouste Gulbenkian ¶ Presidiu à cerimónia de entrega dos prémios «Pen Clube»
- ¶ Presidiu à cerimónia de entrega dos prémios «Pen Clube», na Sociedade Portuguesa de Autores

Recebeu em audiência:

- o Presidente do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim
- o Presidente do Partido Popular, Manuel Monteiro
- o ex-Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, Diogo Freitas do Amaral

Dia 28

Recebeu as Cartas Credenciais dos Embaixadores:

- da República da Turquia, Ahmet Sedat Banguoglu
- da República de São Marino, Mauro Maiani
- da República do Malawi, Thomson Jake Muwamba

- ¶ Ofereceu um almoço ao Presidente da Assembleia da República e Líderes Parlamentares, no Palácio de Belém
- ¶ Presidiu à cerimónia de lançamento do Livro *Museu Militar Pintura e Escultura*, da autoria de José-Augusto França, no Museu Militar em Lisboa

Recebeu em audiência:

• os dirigentes do Grupo de Reflexão «Generais para a Paz», Marechal Costa Gomes e General Rangel de Lima

Dia 29

- ¶ Presidiu à Sessão Solene da Abertura do Ano Lectivo do Instituto de Defesa Nacional
- ¶ Presidiu à Sessão Solene de Encerramento da Conferência Internacional sobre as Relações entre Portugal e Espanha, na Universidade Autónoma de Lisboa

Recebeu em audiência:

- o Presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César
- a Direcção do Conselho Empresarial do Norte

Dia 31

¶ Participou no almoço de Homenagem Nacional a Tito de Morais, na Feira Internacional de Lisboa

DEZEMBRO 1996

Dia 1

¶ Presidiu à cerimónia comemorativa da Restauração da Independência Nacional, na Sociedade Histórica da Independência de Portugal, em Lisboa

Recebeu em audiência:

• o Primeiro-Ministro da Federação Russa, Victor Chernomyrdin

Dia 2

Recebeu em audiência:

- o Presidente do Governo de Espanha, José Maria Aznar
- o Primeiro-Ministro do Luxemburgo, Claude Juncker
- o Primeiro-Ministro da República Checa, Vaclav Klaus
- o Vice-Presidente dos Estados Unidos da América, Al Gore
- o Presidente da Estónia, Lennart Meri
- o Presidente da República da Polónia, Alexander Kwasniewski
- o Presidente da Ucrânia, Leunid Kouchama
- o Presidente da Letónia, Guntis Ulmanis
- ¶ Ofereceu no Palácio Nacional da Ajuda, um jantar, em honra dos participantes na Cimeira da OSCE — Organização de Segurança e Cooperação Europeia

Dia 3

Recebeu em audiência:

- o Alto Representante das Nações Unidas para a Bósnia-Herzegovina, Carl Bildt
- o Primeiro-Ministro de Israel, Benyamin Netanyahu
- o Presidente do Uzbequistão, I. A. Karimov
- o Presidente da Eslovénia, Milan Kucan
- o Presidente da Roménia, Emil Constantinescu
- o Presidente de Chipre, Glavcos Cleridis

- ¶ Presidiu à reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional
- ¶ Presidiu ao Sarau Cultural que assinalou o «5.º Centenário do Édito da Expulsão dos Judeus de Portugal», no Teatro D. Maria II

Recebeu em audiência:

- o Secretário-Geral da Amnistia Internacional, Pierre Sané
- a Direcção Nacional da UDP
- o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Luíz Felipe Lampreia

Dia 5

- ¶ Assistiu na Sinagoga de Lisboa, à cerimónia integrada nas comemorações do «5.º Centenário do Édito da Expulsão dos Judeus de Portugal»
- ¶ Presidiu à Sessão Inaugural da Exposição «50 Anos das Tapeçarias de Portalegre», na Fundação Calouste Gulbenkian
- ¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um almoço, em honra do Presidente do Parlamento Israelita, Dan Tichon
- ¶ Presidiu à Sessão Solene evocativa do «5.º Centenário do Édito da Expulsão dos Judeus de Portugal», na Assembleia da República, e ofereceu uma recepção, no Palácio de Belém, às individualidades participantes nestas Comemorações

Dias 6, 7 e 8

No âmbito da Visita a Ovar, Vila do Conde e Famalicão:

Dia **6**

¶ Presidiu à inauguração das novas instalações da Fábrica da Philips, em Ovar, e à Sessão Solene de Encerramento do I Congresso de Agricultura do Norte, no Centro de Actualização Propedêutico e de Formação de Técnicos do IDARN — Instituto para o Desenvolvimento Agrário da Região Norte, em Vila do Conde ¶ Inaugurou a exposição de pintura de Jorge Pinheiro «Eternidade Agora», no edifício da antiga Cadeia da Relação do Porto, e presidiu ao jantar de encerramento do ciclo de conferências «Norte/Desnorte» organizada pela Cooperativa Árvore, no Porto

Dia 7

- ¶ Visitou oficialmente Vila do Conde, tendo presidido à Sessão Solene, em sua honra, na Câmara Municipal
- ¶ Lançou a 1.ª Pedra do empreendimento habitacional do Bairro dos Pescadores, e visitou as instalações sociais do Centro de Acolhimento para as Crianças em Risco, na Santa Casa da Misericórdia, e as obras de restauro da Igreja/Museu e ampliação do Lar do Idoso da Ordem Terceira de S. Francisco, em Vila do Conde ¶ Em Vila Nova de Famalicão inaugurou o Centro Cultural de Joane e presidiu à Homenagem a Armando Bacelar e Lino Lima, tendo visitado a Exposição «Testemunhos de Luta pela Liberdade», na Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco.

Dia 8

¶ Presidiu à cerimónia de inauguração da Casa Museu-Centro Cultural João Soares, nas Cortes, em Leiria

Dia 9

Recebeu em audiência:

• os Premiados do «Concurso Aristides de Sousa Mendes um Herói Português do Século XX», patrocionado pela Pro Dignitate, Fundação dos Direitos Humanos

Dias 10 e 11

No âmbito da visita a Oslo por ocasião da entrega do Prémio Nobel da Paz:

- ¶ Esteve presente, na Câmara Municipal de Oslo, na Cerimónia Solene de entrega do Prémio Nobel da Paz 96, a D. Ximenes Belo e Ramos Horta
- ¶ Concedeu uma entrevista à CNN, no quadro do Programa «Edição Especial do Prémio Nobel da Paz 96»
- ¶ Esteve presente no banquete oferecido pelo Comité Nobel

Dia 11

¶ Encontrou-se com o Rei Harald da Noruega

Dia 12

¶ Visitou a Agência LUSA

Recebeu em audiência:

- o Secretário Adjunto para a Justiça do Governo de Macau, Jorge Silveira
- o Embaixador de Portugal em Manila, João Brito da Câmara
- o Prefeito Eleito do Rio de Janeiro, Luís Paulo Conde

Dia 13

Recebeu em audiência:

- o Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Madeira, José Miguel Mendonça
- o empresário de Macau, Ng Fok

Dia 14

¶ Deslocou-se à Cidade do Porto, onde presidiu às cerimónias comemorativas da Declaração do Centro Histórico do Porto como Património Mundial

Dia 16

¶ Visitou a Exposição «O Voo do Arado», no Museu de Etnologia, em Lisboa

Recebeu em audiência:

- o Secretário Adjunto de Macau para os Assuntos Sociais
- e Orçamento, Alarcão Troni
- o Secretário-Geral do Partido Comunista Português,

Carlos Carvalhas

• o Chefe do Protocolo de Estado cessante,

Embaixador Roberto Pereira de Sousa

Dia 17

- ¶ Presidiu à cerimónia nacional de homenagem a Rómulo de Carvalho, no Liceu Pedro Nunes, em Lisboa
- ¶ Presidiu à cerimónia de entrega dos prémios Design para a Indústria, na Feira Internacional de Lisboa
- ¶ Presidiu à inauguração da exposição «Os Presépios de Belém.
- O Natal e a Arte», no Palácio de Belém

Recebeu em audiência:

• o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Angola, Venâncio de Moura

Dia 18

- ¶ Presidiu à cerimónia de lançamento da 1.ª Pedra da Sede da Fundação Aga Khan, em Portugal
- ¶ Presidiu à cerimónia de entrega dos prémios «Vale-Flor», no Montepio Geral, em Lisboa
- ¶ Visitou o «Fórum Estudante,» na Feira Internacional de Lisboa
- Recebeu em audiência e ofereceu um jantar em honra do Príncipe Aga Khan, no Palácio de Queluz

Dia 19

- ¶ Assistiu, com alunos provenientes de escolas de Lisboa e crianças de grupos étnicos minoritários, ao Espectáculo de Natal do Circo Atlas, em Lisboa
- ¶ Assistiu à Festa de Natal para as crianças dos funcionários e colaboradores da Presidência da República, no Palácio Belém

Recebeu para apresentação de cumprimentos de Ano Novo:

- o Tribunal Constitucional
- o Procurador-Geral da República, Cunha Rodrigues
- um Grupo de Alunos do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
- o Presidente do Partido Social-Democrata, Marcelo Rebelo de Sousa

Dia 20

Recebeu para apresentação de cumprimentos de Ano Novo:

- a Mesa da Assembleia da República
- o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e Vice-Presidente do Conselho Superior de Magistratura
- o Governo
- os Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas e dos ramos
- ¶ Visitou o Centro Paroquial de Bem-Estar Social da Cova da Piedade e o Centro Comunitário PIA II, em Almada, onde assistiu à apresentação dos planos de integração sócio-profissional das minorias étnicas ali residentes

Janeiro 1997

Dia 6

- ¶ Visitou a Exposição «Presépios» no Mosteiro dos Jerónimos, tendo assistido à actuação do Grupo Coral da Casa Pia
- ¶ Assistiu, no Palácio de Belém, a uma sessão de «Cantar os Reis ou Janeiras» de vários grupos corais e folclóricos

Dia 7

¶ Recebeu apresentação de cumprimentos de Ano Novo do Corpo Diplomático acreditado em Lisboa, no Palácio de Queluz

- o Embaixador de Portugal em Windhoek, António A. Campos
- o Embaixador de Portugal em Haia, João Rosa Lã
- o Embaixador de Portugal em Havana, António C. Faria
- o Embaixador de Portugal em Pretória, Vasco Valente
- o Embaixador de Portugal em Caracas, Júlio Mascarenhas
- o Embaixador de Portugal em Varsóvia, Manuel Barreiros
- o Embaixador de Portugal em Brasília, Pedro Ribeiro de Menezes

JANEIRO 1997

Dia 8

Recebeu em audiência:

• o Presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César

Dia 9

Recebeu em Audiência:

• o Juiz Conselheiro, Almeida Borges

Dia 10

Recebeu em audiência:

- o Presidente do Partido Social-Democrata, Marcelo Rebelo de Sousa
- o Presidente do Partido Popular, Manuel Monteiro
- o Embaixador de Portugal na Praia, Eugénio Anacoreta Correia
- o Presidente do Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, Embaixador Calvet de Magalhães
- a Direcção da Liga de Amizade Portugal-China
- a Direcção da Fundação Oceanis

Dia 12

¶ Presidiu à Sessão Solene comemorativa do Cinquentenário da Escola Secundária Alfredo da Silva, no Barreiro

Dia 13

- ¶ Presidiu à reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional Recebeu em audiência:
- o Embaixador de Portugal em Nairobi, José da Costa Pereira

Dias 15 e 16

Visita a Instituições Europeias, em Bruxelas

¶ Efectuou uma visita de trabalho à Comissão Europeia e a outras Instituições da União Europeia

- ¶ Avistou-se com o Presidente da Comissão, Jacques Santer, reuniu-se com o Colégio dos Comissários e participou num almoço de trabalho com o Presidente Santer e vários Comissários Europeus. Foi recebido no Secretariado-Geral do Conselho, encontrou-se, separadamente, com o Secretário-Geral, Jurgen Trumpf, os Representantes Permanentes junto da União Europeia, os Directores-Gerais do Conselho e os funcionários portugueses do Conselho. Visitou o Comité Económico e Social, reuniu-se com o Secretário-Geral e proferiu uma alocução perante a Mesa, os Presidentes das secções e outros membros do Comité. Discursou na Sessão Plenária do Comité das Regiões e participou num debate com os seus membros.
- ¶ Encontrou-se, separadamente, com os Comissários Europeus Emma Bonino, Monika Wulf-Mathies, João de Deus Pinheiro e Marcelino Oreja. Reuniu-se com os parceiros sociais a nível europeu: as confederações patronais UNICE e CEEP, e a Confederação Europeia dos Sindicatos.
- ¶ Foi recebido pelo Rei Alberto II, no Palácio Real de Bruxelas.
- ¶ Ofereceu uma recepção aos funcionários portugueses das Instituições Europeias sediadas em Bruxelas e um jantar em honra dos representantes dessas instituições.

Dia **17**

- ¶ Presidiu ao almoço de Abertura da Cimeira «Travel & Tourism», em Vilamoura
- ¶ Presidiu ao concerto de homenagem à memória da Marquesa do Cadaval, no Palácio de Queluz

Recebeu em audiência:

• o Governador de Macau, General Rocha Vieira

Dia 19

¶ Assistiu ao Doutoramento *Honoris Causa* de Mário Soares, pela Universidade de Coimbra

Dia 20

Recebeu em audiência:

- o Presidente da FIFA, João Havelange
- o Vice-Primeiro-Ministro da China, Quian Qichen
- o Sub-Director do Instituto de Altos Estudos Militares, Brigadeiro Garcia Leandro
- o Historiador Joel Serrão

Dia 21

¶ Presidiu ao jantar de homenagem a Roberto Marinho, no Hotel Ritz, em Lisboa

Dia 22

- ¶ Concedeu uma entrevista ao Jornal Público
- ¶ Presidiu à Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial, no Supremo Tribunal de Justiça

Dia 23

Recebeu em audiência:

- o Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Dioniso Mendes Sousa
- o Secretário-Geral das Comissiones Obreras, de Espanha, Marcelino Camacho
- o Ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social de Angola, António Pitra Neto
- a Direcção da Associação dos Municípios com Centro Histórico
- Visitou a Exposição de Educação Ambiental «Terra Amada», no Museu da Electricidade

Dia **24**

- o Reitor da Universidade Técnica de Lisboa, Simões Lopes
- os participantes no I Encontro Luso-Brasileiro de Estudantes de Direito

Dia **27**

¶ Presidiu à inauguração da exposição «Relações entre Portugal e os EUA na Época das Luzes», na Torre do Tombo, em Lisboa

Recebeu em audiência:

- o Membro Permanente do Bureau Político República Popular da China, Hu Jin Tao
- a Direcção da Confederação da Indústria Portuguesa
- a Direcção da Confederação dos Agricultores Portugueses
- a Direcção da Confederação do Comércio Português

Dia 28

- ¶ Visitou a Escola Secundária D. Carlos I, em Lourel, Sintra, por ocasião do DIA D Dia Nacional de Reflexão sobre a Prevenção da Toxicodependência
- ¶ Presidiu à Sessão Solene das Comemorações do 160.º Aniversário da AIP, na Feira Internacional de Lisboa
- ¶ Assistiu ao espectáculo de encerramento do Dia D, no Centro Comercial das Amoreiras, em Lisboa

Recebeu em audiência:

- o Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Árabe-Portuguesa, Ângelo Correia
- o ex-Primeiro-Ministro de Cabo Verde, Pedro Pires
- o Director-Geral de Política Externa do MNE, Embaixador Quintela Paixão

Dia **29**

¶ Inaugurou o Museu de Física e o Instituto de Estudos Jornalísticos, na Universidade Coimbra

- a União Geral de Trabalhadores
- a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses IN

Dia 30

- ¶ Presidiu à entrega do prémio SECIL, na Associação dos Arquitectos Portugueses, em Lisboa
- ¶ Inaugurou a exposição «Jean Pillement e o Paisagismo em Portugal no Século XVIII», na Fundação Ricardo Espírito Santo
- ¶ Presidiu ao jantar e concerto para angariação de fundos para o Bazar Diplomático, no Palácio Nacional da Ajuda

Recebeu em audiência:

- o Director-Geral das Relações Bilaterais do MNE, Embaixador João Salgueiro
- o Chefe do Protocolo de Estado, Embaixador Quevedo de Crespo

Dia 31

Recebeu em audiência:

- o ex-Presidente do Banco Totta & Açores, Alípio Dias
- o ex-Comissário da Expo-98, Cardoso e Cunha

Fevereiro 1997

Dias I e 2

No âmbito da visita a Torre de Moncorvo e Idanha-a-Nova:

- ¶ Visitou oficialmente Torre de Moncorvo onde presidiu ao jantar oferecido, em sua honra, pela Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, com autarcas do Distrito de Bragança, em Carviçais
- ¶ Visitou a Igreja Matriz da Torre de Moncorvo e presidiu à Sessão Solene em sua honra, no Cine-Teatro de Torre de Moncorvo

¶ Inaugurou a Biblioteca Municipal e a exposição sobre «Homens de Artes e Letras de Torre de Moncorvo» e visitou o Museu do Ferro e da Região de Moncorvo onde se encontrava patente a exposição «Vida e Obra do Dr. Armando Martins Janeiro» ¶ Presidiu à inauguração da Avenida Jorge Luís Borges, em Torre

de Moncorvo

Dia 2

¶ Durante a visita oficial a Idanha-a-Nova, visitou a Exposição sobre «As Aldeias Históricas», no Solar Marquês da Graciosa, em Monsanto, e inaugurou o Centro Cultural Raiano, em Idanha-a-Nova, onde estavam patentes exposições de alfaias agrícolas, olaria, fotografia e a exposição alusiva à «Vida e Obra do Prof. Orlando Ribeiro»

Dias 3, 4, 5 e 6

No âmbito da Jornada Presidencial sob o tema «Inovação e Competitividade»:

Dia 3

- ¶ Visitou a Adega da Prova, em Évora, a Adega da Cartuxa e a Adega Cooperativa do Redondo. Visitou igualmente a ETMA — Empresa Transformadora de Mármores, na Solubema, a Marbrito — Empresa Transformadora de Mármores e as pedreiras da empresa Plácido Simões
- ¶ Visitou a CEVALOR Centro Tecnológico para o Aproveitamento e Valorização das Rochas Ornamentais e Industriais, em Borba

- ¶ Visitou a Revigrés, em Águeda, e o Departamento de Cerâmica e do Vidro da Universidade de Aveiro
- ¶ Visitou a Fábrica da Vista Alegre, em Ílhavo, e as empresas Solmoldes Plástico e Lactogali, em Oliveira dos Azeméis
- ¶ Ofereceu, em Aveiro, um jantar aos empresários do Distrito de Aveiro

Dia 5

¶ Visitou o INEGI — Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial, em Matosinhos, a empresa de Tintas CIN, na Maia, e o Centro Tecnológico de Calçado, em São João da Madeira. Visitou ainda a empresa Barbosa & Almeida, em Vila Nova de Gaia ¶ Ofereceu um jantar a várias personalidades, sob o tema «Inovação Empresarial e Competitividade», no Círculo Universitário, no Porto

Dia 6

¶ Visitou a empresa Maconde, em Vila do Conde, e o Departamento de Química da Escola de Ciências e o Departamento de Engenharia Biológica da Escola de Engenharia do Pólo de Gualtar da Universidade do Minho, em Braga. Visitou a Casa Museu Nogueira da Silva, em Braga, e o Departamento de Engenharia de Polímeros, no Pólo de Guimarães da Universidade do Minho. No encerramento destas jornadas condecorou diversas personalidades, e assistiu ao concerto, pela Orquestra Regional do Norte, no Paço Ducal de Guimarães

Dia 7

- ¶ Visitou a exposição «A Ilha do Tesouro uma perspectiva sobre a Arte Britânica Contemporânea 1096-1990», na Fundação Calouste Gulbenkian
- ¶ Presidiu à Sessão de Encerramento do Seminário «Direitos Cívicos e Sociais e o Tratado da União Europeia», na Fundação Calouste Gulbenkian
- ¶ Ofereceu um jantar em honra dos membros do «Comité des Sages», no Palácio de Belém

Recebeu em audiência:

 o Presidente da Comissão dos Direitos Humanos em Cuba, Elizardo Sanchez

Dia 9

Recebeu em audiência:

 o Enviado de Sua Santidade o Papa João Paulo II, Cardeal Angelini

Dia 13

¶ Foi convidado de honra no jantar oferecido pela Embaixada da China em Lisboa

Recebeu em audiência:

- o Comissário da Expo-98, Torres Campos
- a Direcção da Casa de Macau
- o Ministro da Defesa da Polónia, Victor Babiuc

Dia 14

Recebeu as Cartas Credenciais dos Embaixadores:

- da República Islâmica do Irão, Hassan Tajik
- da República da África do Sul, Lucas Makhubela
- ¶ Visitou o Comando das Tropas Aerotransportadas, em Tancos

Recebeu em audiência:

• o Presidente da Assiconstroi, Godinho Lopes

Dia **17**

¶ Presidiu à Sessão de Abertura da Conferência de Mulheres do Conselho Europeu de Sindicatos, na Fundação Calouste Gulbenkian

Dias 18, 19, 20, 21 e 22

Visita Oficial a Macau:

¶ Efectuou uma Visita Oficial a Macau, que se iniciou com uma Sessão Solene de Boas-Vindas, no Palácio da Praia Grande. Foi recebido, solenemente, na Assembleia Legislativa de Macau, no Leal Senado, no Senado da Universidade, pelas Instâncias Judiciais e na Câmara das Ilhas, na Taipa

- ¶ Manteve reuniões de trabalho com o Governador de Macau e os Secretários-Adjuntos, no Palácio da Praia Grande
- ¶ Recebeu, em audiências separadas, a Presidente da Assembleia Legislativa, o Presidente do Tribunal Superior de Justiça, o Procurador-Geral Adjunto, o Bispo de Macau, o Presidente da Associação Comercial de Macau, o Director da delegação da Agência de Notícias Chinesa XINHUA, representantes da Comunidade Timorense, a Frente Unida de Trabalhadores da Função Pública e a Associação de Advogados de Macau
- ¶ Deslocou-se à Delegação da Agência XINHUA, para apresentar condolências pela morte de Deng Xiaoping
- ¶ Visitou os principais locais de interesse histórico e cultural de Macau, inaugurou as exposições «Artistas Contemporâneos de Macau» e «Nuno-Barreto pinturas recentes», presidiu ao lançamento, na Universidade de Macau, de uma série de obras dedicadas às fontes documentais do relacionamento histórico entre Portugal e a China, e reuniu-se, num almoço, com representantes das instituições de Ensino Superior de Macau. Esteve presente numa recepção oferecida pelo Presidente do Leal Senado aos representantes da UCCLA União das Capitais Cidades de Língua Oficial Portuguesa

Dias 23 de Fevereiro a 2 de Março

Visita de Estado à República Popular da China:

- ¶ Efectuou uma Visita de Estado à República Popular da China que inclui, para além de Pequim, as Províncias de Liaoning e Shaanxi e a Zona Económica de Shanghai.
- ¶ Em Pequim, avistou-se com o Presidente da República Popular da China, Jiang Zemin, com o Presidente do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, Qiao Shi, e com o Primeiro-Ministro, Li Peng.
- ¶ Em Lyaoyang, manteve encontros com o Presidente da Câmara Municipal e com o Governador da Província de Liaoning e visitou a fábrica da EFACEC. Em Xian, avistou-se com o Governador de Shaanxi.

¶ Em Shanghai manteve um encontro com o Presidente da Câmara Municipal, visitou o Parque Industrial do Pudong, o novo centro de telecomunicações e vários pontos de interesse histórico-cultural.

Março 1997

Dia 4

Recebeu em audiência:

o Ministro da República para os Açores, Mário Pinto

Dia 5

Recebeu as Cartas Credenciais dos Embaixadores:

- do Reino Hachemita da Jordânia, Samir Masroua
- da Austrália, Michael Spender
- da República do Senegal, Kéba Birane Cissé
- da República da Albânia, Besnik Mustafaj
- da República do Burkina Faso, Filipe Savadogo
- da República da Lituânia, Justas V. Paleckis
- ¶ Almoçou com a Professora da Faculdade de Direito de Lisboa, Teresa Beleza, no Palácio de Belém
- ¶ Visitou a Exposição da Pintora Graça Morais, na Culturgest

- o toureiro Pedrito de Portugal
- o Presidente do Partido Social-Democrata dos Açores, Carlos da Costa Neves
- o Representante Especial do Secretário-Geral da ONU para Timor, Embaixador Marker

Março 1997

Dia 6

Recebeu em audiência:

- o Presidente do Partido Social-Democrata, Marcelo Rebelo de Sousa
- o Presidente da Assembleia Parlamentar da UEO, Luís Maria de Puig
- o Governador Civil de Braga, Pedro Bacelar
- ¶ Assistiu à 1.ª Mão dos Quartos-de-Final da Taça das Taças entre o Benfica e a Fiorentina, no Estádio da Luz

Dia 7

¶ Assistiu à cerimónia de apresentação do Livro de Fernando Fonseca Santos, *Os Caminhos da Terra*, na Livraria Barata, em Lisboa

Dias 7 e 8

Comemorações do Dia Internacional da Mulher

- ¶ Visitou o «Atelier de Costura» das irmãs Cláudia Silva e Alexandra Oliveira Santos, no Porto, o Museu de Conímbriga (Condeixa-a-Nova) e encontrou-se com a Comunidade Juvenil de S. Francisco de Assis, em Eiras, Coimbra
- ¶ Encontrou-se, no porto palafítico, com a comunidade piscatória da Carrasqueira, e visitou a exposição fotográfica «As Mulheres da Carrasqueira», no edifício da Lota na Comporta

Dia 8

¶ Presidiu à Cerimónia Solene de Imposição de Insígnias por ocasião do Dia Internacional da Mulher, no Palácio Nacional da Ajuda, onde ofereceu um almoço em honra das agraciadas e convidados

Nota: No âmbito do seu relacionamento institucional com o Governo, recebeu semanalmente, às quintas-feiras, o Primeiro-Ministro, António Guterres, bem como, regularmente e quando tal se justificou, Membros do Governo, Deputados à Assembleia da República e Membros do Conselho de Estado.